



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Everaldo Pereira Frade

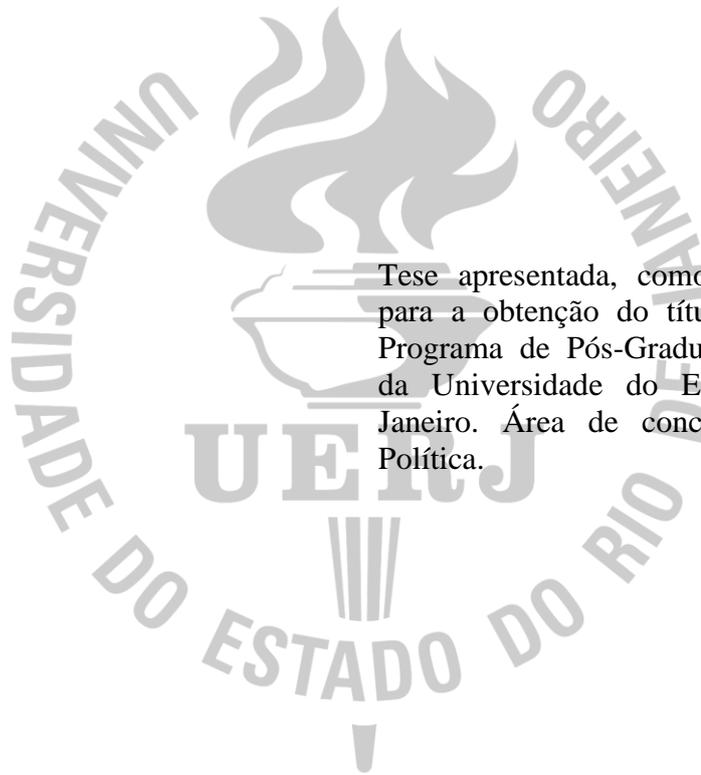
**Ciência e política nos trópicos: o Museu Nacional e as expedições científicas  
estrangeiras no Brasil (1930-1945)**

Rio de Janeiro

2023

Everaldo Pereira Frade

**Ciência e política nos trópicos: o Museu Nacional e as expedições científicas estrangeiras  
no Brasil (1930-1945)**



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Orlando de Barros

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

F799 Frade, Everaldo Pereira.  
Ciência e política nos trópicos: o Museu Nacional e as expedições científicas estrangeiras no Brasil (1930-1945) / Everaldo Pereira Frade. – 2023.  
210 f.

Orientador: Orlando de Barros.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Expedições científicas – Brasil – Teses. 2. Museu Nacional (Brasil) – Teses. 3. Pesquisa – Brasil – Teses. 4. Patrimônio cultural – Proteção – Brasil – Teses. I. Barros, Orlando de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 001.891:069

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Everaldo Pereira Frade

**Ciência e política nos trópicos: o Museu Nacional e as expedições científicas estrangeiras  
no Brasil (1930-1945)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em: 25 de outubro de 2023.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Orlando de Barros (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof. Dr. André Azevedo  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Pinto de Pinto  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Moema Vergara  
Museu de Astronomia e Ciências Afins

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Renata Curcio Valente  
Museu Nacional

Rio de Janeiro

2023

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta tese à minha família, por atravessar comigo com coragem, companheirismo e amor um tempo tenebroso, de pandemia, de ignorância e autoritarismo, de muitas perdas, de sofrimento, de insegurança, de superação, e por serem a base e o sentido da minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Elizabete, cujo colo me acolhi diversas vezes diante das incertezas da vida e da escrita do trabalho. Te amo e te agradeço por tudo. À minha filha Maria Vitória e meus netos, Miguel Lucca e Valentina, por terem paciência com a minha falta de paciência. À minha irmã Rosane, companheira da vida toda.

Agradeço ao meu orientador, Orlando de Barros, por aceitar o meu projeto e por se portar com profissionalismo e rigor nas suas observações. Sua postura, já esperada, foi responsável pelo desenvolvimento e conclusão deste trabalho, nesses tempos tão difíceis que atravessamos, de perdas, desânimo às vezes, mas também de lutas e de otimismo, me deram uma direção. Seu companheirismo, suas histórias, seus ensinamentos, sua disposição para o trabalho, vou levar sempre como exemplo.

Agradeço aos amigos e colegas de trabalho José Benito e Assis Gonçalves, pelo apoio, pelos diálogos e por dividirem comigo, me aliviando em alguns momentos, as diversas tarefas do Arquivo de História da Ciência do MAST. Agradeço a Dayane Ponciano pela ajuda na pesquisa e o trabalho paciente na diagramação da tese. Agradeço aos amigos e amigas da turma de 1993, e agregados, por toda a história que vivemos juntos, pela amizade, pela militância, pelas festas, pelo ombro amigo.

Agradeço ainda a três instituições, o Museu Nacional, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Museu de Astronomia e Ciências Afins. O Museu Nacional, o primeiro que visitei ainda no começo da adolescência, experiência mágica com dinossauros, múmias do Egito, animais empalhados e objetos indígenas, entre outras relíquias, me forneceu referências científicas que se tornaram permanentes na minha vida e também, anos depois, uma das experiências mais tristes, o incêndio de 2018, visto ao vivo da minha varanda. A UERJ eu devo tudo. O acolhimento, a formação política, a formação acadêmica, excepcional, de graduação, mestrado e agora o doutorado, os amigos, as oportunidades. Foram 30 anos maravilhosos de convivência. Por fim o MAST, meu local de trabalho, onde tenho toda a estrutura para desenvolver minhas atividades acadêmicas e técnicas na área de preservação da memória científica brasileira, local de guarda de acervos onde desenvolvo minhas pesquisas, espaços de troca constante com colegas de diversas áreas e instituição que proporcionou todas as condições para que eu cursasse o doutorado e desenvolvesse a minha tese.

## RESUMO

FRADE, E. P. *Ciência e política nos trópicos: o Museu Nacional e as expedições científicas estrangeiras no Brasil (1930-1945)*. 2023. 210 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O papel desempenhado pelo Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (MN), desde a sua criação em 1818, no desenvolvimento econômico, social e científico do Estado brasileiro é incontestável. A instituição, através das diversas pesquisas que empreendeu nas áreas das ciências naturais e sociais, colocou o Brasil no cenário científico internacional e seus cientistas adquiriram reconhecimento em diversos campos do saber, sobretudo em relação ao estudo do meio natural e dos estudos antropológicos. Enquanto parte do aparelho estatal, o órgão prestou também outros serviços relevantes ao país, tais como a preservação da memória histórica e científica, a elaboração de regulamentos de proteção ao meio natural, atividades de ensino de ciências e o estudo sobre a composição da população brasileira. A presente tese busca comprovar que o Museu Nacional se tornou um dos principais protagonistas da política federal de proteção ao patrimônio natural brasileiro, enquanto buscava amedrontar parcelas do poder em prol do seu fortalecimento institucional, do crescimento do seu acervo museológico e do desenvolvimento dos seus projetos de pesquisa. Minhas reflexões estão baseadas na análise da postura dos representantes do Museu no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), no estudo das relações políticas e administrativas estabelecidas entre o Museu, o governo federal e os organismos de defesa do patrimônio, e o papel da instituição na fiscalização, confisco de material científico e cooperação com expedições científicas estrangeiras que adentraram o território brasileiro para estudos da fauna, flora, minerais e grupos indígenas, num contexto político que abrangeu o golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas em 1930, a instalação do regime de ditadura com o Estado Novo (1937-1945) e a crescente beligerância internacional, que culminou com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O Museu Nacional tornou-se referência mundial para os cientistas que escolheram o Brasil como local de pesquisas e nessa posição privilegiada estabeleceu convênios com instituições científicas importantes da Europa e dos Estados Unidos, incrementando seu acervo e consolidando sua posição de uma das principais instituições de pesquisa junto à comunidade científica e do governo federal.

Palavras-chave: Museu Nacional. Pesquisas científicas. Coleções científicas. Proteção do patrimônio natural. Expedições científicas.

## ABSTRACT

FRADE, E. P. *Science and politics in the tropics: the National Museum and foreign scientific expeditions in Brazil (1930-1945)*. 2023. 210 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The role played by the National Museum of Quinta da Boa Vista (MN), since its creation in 1818, in the economic, social and scientific development of the Brazilian State is undeniable. The institution, through the various researches it carried out in the areas of natural and social sciences, placed Brazil on the international scientific scene and its scientists gained recognition in various fields of knowledge, especially in relation to the study of the natural environment and anthropological studies. As part of the state apparatus, the agency also provided other relevant services to the country, such as the preservation of historical and scientific memory, the elaboration of regulations for the protection of the natural environment, science teaching activities and the study of the composition of the Brazilian population. This thesis seeks to prove that the National Museum has become one of the main protagonists of the federal policy for the protection of the Brazilian natural heritage, while seeking to accumulate portions of power in favor of its institutional strengthening, the growth of its museological collection and the development of its projects of research. My reflections are based on the analysis of the position of the Museum's representatives on the Supervisory Board of Artistic and Scientific Expeditions in Brazil (CFEACB), on the study of the political and administrative relations established between the Museum, the federal government and the heritage defense organisms, and the institution's role in inspection, confiscation of scientific material and cooperation with foreign scientific expeditions that entered Brazilian territory to study fauna, flora, minerals and indigenous groups, in a political context that included the coup d'état led by Getúlio Vargas in 1930, the installation of the dictatorship regime with the Estado Novo (1937-1945) and the growing international belligerence, which culminated in the Second World War (1939-1945). The National Museum has become a world reference for scientists who chose Brazil as their research location and in this privileged position established agreements with important scientific institutions in Europe and the United States, increasing its collection and consolidating its position as one of the main research institutions. with the scientific community and the federal government.

Keywords: National Museum. Scientific research. Scientific collections. Protection of natural heritage. Scientific expeditions.

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 –	Formação Acadêmica.....	112
Gráfico 2 –	Locais de Formação.....	114
Gráfico 3 –	Especialização Acadêmica.....	115
Gráfico 4 –	Vinculação Institucional.....	116
Tabela 1 –	A origem dos expedicionários nas viagens entre 1934 e 1945.....	147
Tabela 2 –	Pedidos de Licença – 1939/945.....	147
Tabela 3 –	O destino das expedições por estado.....	149
Tabela 4 –	Os objetivos das expedições.....	150
Gráfico 5 –	Orçamento do SPI no Governo Getúlio Vargas -1930/1940.....	161

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABE	Associação Brasileira de Educação
ABL	Academia Brasileira de Letras
AHC	Arquivo de História da Ciência
CFEACB	Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DESP	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FM	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
IOC	Instituto Oswaldo Cruz
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MN	Museu Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
POLI	Escola Politécnica do Rio de Janeiro
SBC	Sociedade Brasileira de Ciências
SBE	Sociedade Brasileira de Educação
SBP	Sociedade Brasileira de Paleontologia
SBQ	Sociedade Brasileira de Química
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
UDF	Universidade do Distrito Federal
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>O MUSEU NACIONAL: CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO, FORMAÇÃO DE ACERVO EM CIÊNCIAS NATURAIS (1818-1930)</b> .....	27
1.1	<b>A Idade de Ouro do Museu Nacional</b> .....	33
1.2	<b>A formação do acervo do Museu Nacional (1818-1930)</b> .....	43
1.3	<b>Expedições nacionais: conhecimento científico e prospecção de recursos (1859-1930)</b> .....	46
1.4	<b>As expedições científicas estrangeiras no Brasil: ciência e imperialismo nos trópicos (1808-1912)</b> .....	49
2	<b>ASPECTOS GERAIS DA IMPLEMENTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS NO MUSEU NACIONAL (1870-1930)</b> .....	63
3	<b>CIÊNCIA E CIENTISTAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ANOS DE AFIRMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E LUTAS (1889-1930)</b> .....	85
3.1	<b>A atividade científica na Primeira República (1889-1930)</b> .....	85
3.2	<b>Os cientistas em movimento: ciência e política</b> .....	99
3.3	<b>O perfil dos cientistas</b> .....	108
4	<b>O MUSEU NACIONAL DA QUINTA DA BOA VISTA E AS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS ESTRANGEIRAS: FISCALIZAÇÃO, CONFISCO E COLABORAÇÃO (1930-1945)</b> .....	121
4.1	<b>Cientistas e políticos em defesa do patrimônio natural brasileiro</b> .....	124
4.2	<b>A criação e atuação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (1933-1945)</b> .....	132
4.3	<b>Relatos de viagens: política e ciência nos arquivos do CFEACB</b> .....	144
4.4	<b>As representantes do Museu Nacional Heloísa Alberto Torres e Bertha Lutz em ação no Conselho de Fiscalização</b> .....	152
4.5	<b>Getúlio Vargas, indígenas e a Marcha para o Oeste (1930-1945)</b> .....	159
4.6	<b>Expedições de cientistas estrangeiros no Brasil (1930-1945)</b> .....	166
4.7	<b>O governo brasileiro e o Museu Nacional em tempos de guerra (1939-1945)</b> ...	178
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	182
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	194
	<b>ANEXO A - Cientistas e suas procedências</b> .....	203
	<b>ANEXO B - Composição inicial do CFE</b> .....	206

<b>ANEXO C</b> - Composição do CFE em 1939 .....	207
<b>ANEXO D</b> - Composição do CFE em 1941 .....	208
<b>ANEXO E</b> - Expedições de Curt Nimuendajú.....	209

## INTRODUÇÃO

Fóssil do dinossauro *Ubirajara Jubatus* finalmente será repatriado ao Brasil. O material deve voltar para o solo brasileiro após decisão do Conselho de Ministros de Baden-Württemberg, na Alemanha, nesta terça-feira (19). Os restos do dinossauro estão no Museu de História Natural de Karlsruhe desde 1995, quando foi exportado sob condições controversas. (Extraído da Revista Galileu, 20 de julho de 2022).

Em reportagem da revista Galileu, publicada em novembro de 2021, a Sociedade Brasileira de Paleontologia (SBP) acusou cientistas alemães de terem levado ilegalmente para a Alemanha fóssil encontrado na Bacia do Araripe, no Nordeste brasileiro. Em fevereiro de 2022, o Brasil encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores um pedido de assistência jurídica solicitando a devolução do fóssil. O museu alemão, onde se encontrava o objeto, alegou junto ao governo brasileiro que não havia documentação confiável para comprovar a aquisição legal do fóssil pela instituição. Compreendendo que a exportação para a Alemanha violou a lei brasileira, a ministra alemã Theresia Bauer apoiou a devolução. O estado de Baden-Württemberg já atendeu ao pedido.

A ação acima, com final feliz para a ciência brasileira, expôs uma vez mais a dificuldade de se fazer a vigilância sobre as atividades científicas estrangeiras, assim como a facilidade de remessa do material coletado nessas incursões, realizadas dentro do nosso território. Os sítios paleontológicos são considerados patrimônio nacional e são protegidos pela legislação brasileira<sup>1</sup>. Assim, a destruição dos sítios arqueológicos, assim como a coleta, venda e compra de fósseis são considerados crimes. Este tipo de situação foi recorrente na nossa história, variando os graus de intensidade da vigilância das autoridades desde a Independência. A razia do patrimônio científico trouxe, e continua trazendo, enormes prejuízos ao desenvolvimento da ciência no Brasil, privando os cientistas de fontes para as suas pesquisas.

Dois aspectos relacionados à ocorrência acima estão diretamente relacionados ao presente trabalho. Um deles é a persistência da retirada de material científico ao longo dos anos no Brasil e o outro a data da legislação protetora de exemplares de fósseis encontrados em solo brasileiro (1942). O que chama a atenção nos dois casos é que as políticas de proteção ao patrimônio natural só ganharam uma atenção maior do Estado brasileiro a partir do governo Getúlio Vargas (1930-1945). Essa mudança de postura em relação à proteção do

---

<sup>1</sup> O DECRETO-LEI Nº 4.146, DE 4 DE MARÇO DE 1942, em seu Art. 1º, considera que “Os depósitos fossilíferos são propriedade da Nação, e, como tais, a extração de espécimes fósseis depende de autorização prévia e fiscalização do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura”.

nosso patrimônio natural, se comparada com os períodos históricos anteriores, representou uma ruptura de padrão, passando da liberdade de saída de objetos, que caracterizaram o governo imperial (1822-1889) e a Primeira República (1889-1930), para uma política mais restritiva dos períodos posteriores. Embora não tenha sido possível estancar totalmente a saída de artefatos indígenas e exemplares de minerais, plantas e animais durante o governo Vargas, foi um período importante por marcar a elaboração uma série de leis e a criação de diversos órgãos com o objetivo de regulamentar o acesso e o uso de bens naturais, incluindo a fiscalização de pesquisas, principalmente de cientistas estrangeiros, e a exportação de material científico natural coletado dentro do território brasileiro.

A presente tese buscou investigar e discutir o papel desempenhado pelo Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (MN)<sup>2</sup> na proteção do patrimônio natural brasileiro, através da participação de cientistas da instituição no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB)<sup>3</sup>, das relações que a instituição estabeleceu com pesquisadores e instituições estrangeiras, com os demais órgãos de defesa de patrimônio existentes entre 1930 e 1945, e outras esferas de poder, no âmbito do governo Getúlio Vargas.

O objetivo é comprovar que o Museu Nacional se tornou um dos principais protagonistas da política federal de proteção ao patrimônio natural brasileiro, enquanto seus interlocutores, técnicos e cientistas da instituição, junto ao governo federal, agiam pelo seu fortalecimento institucional e desenvolvimento dos seus projetos de pesquisa, além das demais atividades inerentes às suas funções de museu. Minhas pesquisas, leituras e reflexões destacaram a postura dos representantes do museu junto ao CFEACB e outras instâncias, as relações políticas e administrativas entre o Museu, o governo federal e os organismos de defesa do patrimônio natural, entendidos como espaços de discussão política, implementação e divulgação de um ideário nacionalista e de defesa das potenciais riquezas naturais brasileiras.

A tese foi elaborada em três capítulos levando em conta o interesse e necessidade de investigar o meu objeto principal da pesquisa, em diversos períodos históricos e também a atuação política dos cientistas, ficando assim dividida: 1) o Museu Nacional, da sua fundação

---

<sup>2</sup>O Museu Nacional foi criado em 1818, por Decreto de D. João VI, com o nome de Museu Real, posteriormente sendo rebatizado de Museu Imperial, recebendo seu nome atual com o advento da República em 1889. Em 1892 foi transferido do Campo de Santana para a Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, antiga residência da família real, local em que permanece até os dias de hoje (LOPES, 1997).

<sup>3</sup>O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), criado através do Decreto 22.698, foi um órgão do governo federal que funcionou ativamente entre 1933 e 1968, autorizando e supervisionando os trabalhos de campo de pesquisadores nacionais e estrangeiros, e controlando a saída de objetos, plantas e animais, recolhidos pelos viajantes (MAST, 2012).

até os anos 1930, trajetória que permeia todo o trabalho; 2) o papel político/social dos cientistas na Primeira República e os desdobramentos dos seus posicionamentos no governo de Getúlio Vargas; 3) e as relações estabelecidas entre o Museu Nacional e as expedições científicas estrangeiras, envolvendo ainda o governo brasileiro, órgãos de fiscalização do patrimônio natural e instituições de pesquisa nacionais e internacionais.

No capítulo 1 - *O Museu Nacional: criação, estruturação e formação do acervo em ciências naturais (1818-1930)*, embora o foco principal do trabalho tenha sido a atuação do Museu Nacional durante o governo Vargas, a narrativa teve início com a reconstituição da trajetória da instituição desde sua fundação em 1818, exercício importante para situá-la no cenário científico nacional e internacional, destacando a sua gênese no contexto da expansão dos museus de ciência no mundo, o seu papel em relação à pesquisa científica, o reconhecimento das potencialidades do território brasileiro e a formação das suas coleções museológicas. O Museu Nacional foi “a instituição articuladora das práticas científicas, especialmente voltadas para a implantação das Ciências Naturais no país, ao longo de todo o século XIX” (LOPES, 97, p.196).

A abordagem que proponho para analisar a trajetória do Museu ao longo do século XIX levou em conta a formação das suas coleções de espécimes da fauna e flora, exemplares de minerais e artefatos indígenas, utilizadas para estudos e exposições, o desenvolvimento de estudos antropológicos e a relação entre a instituição e as expedições estrangeiras no Brasil. A hipótese que defendo é que a instituição, mesmo com a função estratégica de prospectar produtos naturais com potencial valor econômico, pouca atenção recebeu dos imperadores na primeira metade do século da sua fundação, só alcançando uma posição de importância, como museu e instituição de pesquisa, na segunda metade do século XIX com o crescimento econômico do país, a criação de cursos de Antropologia, o desenvolvimento de pesquisas em ciências naturais e o incremento das atividades museológicas e de educação.

A política imperial, desde D. João VI, privilegiou a abertura das portas do país para expedições estrangeiras, buscando mostrar suas potencialidades para exploração, atraindo cientistas, artistas e aventureiros que aportaram aqui vindos de diversos pontos da Europa, interessados em explorar esse meio natural praticamente intacto, levando em consideração que as entradas foram restritas durante todo o período colonial (1500-1808). Inicialmente a instituição teve um papel subalterno em relação às pesquisas científicas, sendo pouco notado no cenário científico internacional e pelas expedições estrangeiras, estabelecendo poucos contatos e com poucas contrapartidas. Observamos, a partir da bibliografia produzida sobre os primeiros passos do Museu, que as coleções museológicas da instituição receberam poucas

contribuições de material científico coletado pelos viajantes estrangeiros, dependendo para seu crescimento de remessas de objetos das províncias e de viajantes nacionais.

No decorrer do Segundo Reinado, as coleções museológicas tiveram um incremento recebendo contribuições de viagens financiadas pelo Estado e por particulares, contando ainda com o apoio entusiasta do imperador Dom Pedro II que contribuiu com diversas peças de arte egípcia, fósseis e exemplares botânicos, entre outros itens, obtidos por ele em suas viagens. Ao longo do século XIX, os aportes financeiros vindos do governo proporcionaram reformas estruturais importantes na instituição, possibilitando também o aumento quantitativo e qualitativo no seu quadro funcional. Este contexto financeiro e a boa relação com o governo fez com que o Museu Nacional se estruturasse melhor, tornando-se ao final século o mais importante museu da América do Sul em ciências naturais. Aproveitando a boa fase, o Museu teve também um papel importante na criação e funcionamento de novos espaços de ciência, tal qual o Museu Paulista e o Museu Paraense, se tornando referência como instituto de pesquisa e museu de ciências. Essa nova fase do Museu foi acompanhada do crescimento do interesse do público brasileiro e estrangeiro a respeito da história natural do país.

Apesar da consolidação do Museu Nacional como principal instituição de pesquisa brasileira em ciências naturais, no regime republicano a falta crônica de recursos obstou o aprofundamento das suas pesquisas, espaço ocupado continuamente por instituições e pesquisadores estrangeiros, num momento de forte avanço capitalista das nações desenvolvidas sobre a economia e os recursos naturais do país. A saída encontrada foi o estabelecimento de intercâmbios científicos com instituições estrangeiras, que utilizavam o Museu como referência para suas expedições e apoio logístico, sem, contudo, proporcionar a contrapartida da divisão de material científico coletado e informações sobre as pesquisas. Essa relação desigual entre o Museu Nacional e as instituições estrangeiras, foi acentuada com a pouca fiscalização dos governos liberais da Primeira República, mais interessados em atrair investimentos para modernizar a infraestrutura das suas cidades, por exemplo, do que proteger seus recursos naturais.

No capítulo 2 – *Aspectos gerais da implementação e estruturação dos estudos antropológicos no Museu Nacional (1850-1930)*, abordamos o interesse e o investimento do Museu Nacional nos estudos antropológicos e nas coleções de objetos etnográficos, influenciado pelo crescimento dessas áreas de pesquisa na Europa, a partir da década de 1850. O Brasil era habitado por centenas de etnias indígenas, algumas com pouco ou nenhum contato com a civilização, fator que atraiu diversos pesquisadores na segunda metade do século XIX. Marco dessa nova fase da instituição foi a criação de cursos públicos de

Antropologia em 1876, incluídos pelo seu diretor Ladislau Netto (1875-1893), nas diversas reformulações feitas no regulamento do Museu durante a sua gestão.

Mesmo com dificuldades, o Museu Nacional desenvolveu importantes estudos antropológicos sobre o povo brasileiro, notadamente a população indígena e negra, associados às gestões de Ladislau Netto e João Batista Lacerda, ainda no século XIX e começo do XX, e Bruno Lobo, Artur Neiva e Edgar Roquette-Pinto nas três primeiras décadas do XX. Através de pesquisas próprias, dos aportes de artefatos indígenas e informações, feitos pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI)<sup>4</sup>, órgão criado em 1910, e associações com pesquisadores estrangeiros, particularmente norte-americanos e alemães, os cientistas do Museu elevaram a qualidade das pesquisas e do ensino de Antropologia no país, incentivando a criação de outras instituições com o mesmo fim, tais como museus regionais, academias e institutos, privados e públicos.

A ciência produzida no Brasil foi tributária das teorias e métodos elaborados na Europa e Estados Unidos, refletindo aqui ideias etnocêntricas como o eugenismo e o darwinismo social, geralmente associadas à antropologia física, utilizando técnicas como a craniologia e a frenologia, em voga desde o século anterior e continuamente reforçada pelo avanço imperialista na América Latina e em outras partes do mundo subdesenvolvido. A contribuição dos pesquisadores brasileiros, importante por ser voltada para a análise da constituição do povo brasileiro, esteve associada ao preconceito racial latente na nossa sociedade pós-abolição, apresentando ao mesmo tempo críticas tenazes à miscigenação, considerada negativa, e a defesa do branqueamento da população, com reflexos nas políticas governamentais de inserção de determinados grupos à sociedade e importação de mão de obra imigrante.

Se os estudos antropológicos aqui desenvolvidos foram derivados de ideias exógenas, o mesmo não podemos dizer das fontes de pesquisa. O Brasil do começo do século XX foi um laboratório a céu aberto para antropólogos nacionais e estrangeiros por reunir na sua composição racial e ocupação espacial da população, condições não encontradas em outros países subdesenvolvidos. Segundo especialistas, existiam mais de 200 etnias indígenas ocupando o território brasileiro, sobretudo nas zonas inóspitas das regiões centrais do país, várias delas sem contato direto com a população branca, negra ou mestiça, e em diferentes estágios de desenvolvimento material e cultural, fatores importantes nas pesquisas antropológicas, sejam elas ligadas à antropologia física, ainda forte, ou a antropologia

---

<sup>4</sup> O Serviço de Proteção ao Índio foi um órgão público criado durante o governo do presidente Nilo Peçanha, em 1910, com o objetivo de prestar assistência à população indígena do Brasil.

cultural, que avançava. Por outro lado, a população urbana era composta por um contingente fortemente miscigenado entre negros e brancos, fator que proporcionou inúmeras pesquisas e publicações nos meios intelectuais brasileiros e estrangeiros.

Com essa potencialidade de pesquisas, o Brasil tornou-se destino para dezenas de expedições científicas patrocinadas ou incentivadas por instituições de pesquisa de diversas partes do mundo, eram antropólogos em busca de contato com as comunidades indígenas, para estudos sobre a origem do homem americano, etnógrafos e aventureiros, atrás de artefatos para coleções nos principais museus do mundo, e agentes do governo visando o reconhecimento do território para projetos de ocupação territorial ou de exploração econômica. Esse espaço privilegiado e perigoso foi intensamente explorado e pouco fiscalizado pelas autoridades, proporcionando aos exploradores estrangeiros, por exemplo, a remessa de volumoso material científico, natural ou indígena, para o exterior, aproveitando a ausência de legislação que impedisse essa saída.

No capítulo 3 - *Ciência e cientistas na Primeira República: anos de afirmação, organização e lutas (1889-1930)*-, destaquei a produção científica e o papel político dos cientistas no período que vai do final do século XIX até a década de 1930, buscando apresentar aspectos da atividade científica praticada no Brasil, através da análise dos seus pressupostos, tais como as áreas de pesquisa, os espaços formativos, locais de produção, circulação de publicações científicas e perfil dos cientistas, este visto através da análise da sua formação intelectual, vinculação profissional e atuação e/ou reflexões no campo científico brasileiro. Busquei ainda comprovar que a partir da sua atuação – no sentido orgânico (GRAMSCI, 1997) e simbólico (BOURDIER, 1998), coletiva ou individual, na defesa do desenvolvimento científico brasileiro, através do seu posicionamento político, participação em eventos e criação de entidades representativas – os cientistas contribuíram para a mudança da sociedade e se tornaram protagonistas em diversas transformações ocorridas nos campos da educação e da defesa do patrimônio natural, por exemplo, durante o governo de Getúlio Vargas.

Pretendo comprovar a existência de um campo de produção científica diversificado durante a Primeira República (1889/1930), pequeno, porém em crescimento, influenciado pelo que era produzido nos países mais desenvolvidos, mas voltado para a resolução de problemas brasileiros. Busquei ainda demonstrar a existência de uma comunidade científica militante que se consolidou ao longo dos anos 1920, atuando no sentido de promover modificações na formação dos cientistas e angariar maiores investimentos para fomentar as atividades científicas.

A atuação dos servidores vinculados ao Museu Nacional esteve relacionada com o contexto político/cultural e científico de intensa participação de cientistas em diversos eventos ao longo da Primeira República, sobretudo após a criação da Academia Brasileira de Ciências (1916), entidade que agregou pesquisadores e abriu espaço para a discussão sobre projetos e ações que buscavam melhorar a formação dos cientistas e incrementar a produção científica no país. Esse bom momento para a ciência brasileira ajudou a reafirmar o papel da ciência e dos cientistas no sentido de incrementar o desenvolvimento do país, possibilitando também a ampliação do diálogo entre eles, os grupos políticos e as elites econômicas, em prol da promoção de mudanças estruturais, principalmente na ciência e na educação, utilizando-se de teorias e técnicas científicas para alavancar o progresso e a modernizar o país, ao mesmo tempo em que buscavam reforçar o papel das instituições científicas em que atuavam.

No capítulo 4, *O Museu Nacional do Rio de Janeiro e as expedições científicas estrangeiras: fiscalização, confisco e colaboração (1930-1945)*, investiguei e busquei discutir a relação estabelecida entre o Museu Nacional e as expedições científicas estrangeiras no decorrer dos anos 1930 e 1940, levando em conta a importância da participação de pesquisadores da instituição em ações de fiscalização e confisco, junto ao CFEACB, e colaboração com cientistas expedicionários e instituição de pesquisa, tendo como pano de fundo a conjuntura política nacional e internacional.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, apesar da instabilidade política e econômica dos primeiros anos do governo, foi pensada e implementada uma política de Estado de claro viés nacionalista e protecionista, visando, além de outras medidas, fiscalizar o acesso de pesquisadores estrangeiros ao território brasileiro para a realização de pesquisas científicas. O museu ocupou uma posição estratégica na política varguista de defesa do patrimônio natural. Entretanto, a afirmação do Museu Nacional, diante das disputas pelo poder no período, momento em que vários órgãos e instituições foram criados, não foi uma tarefa simples, e a instituição teve que buscar seu espaço e fortalecer sua posição de principal instituição científica brasileira. A relação entre o Museu Nacional e o Estado brasileiro esteve inserida nesse contexto de disputa de projetos políticos e culturais, com a instituição ocupando papel central na discussão sobre a proteção do patrimônio natural brasileiro, com a consequente influência sobre órgãos de proteção, tais como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>5</sup>, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o Conselho de Caça e

---

<sup>5</sup>Criado em 1937 por determinação de Vargas, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Em 1946 virou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), até hoje em funcionamento.

Pesca (1933) e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB) (1933).

Entre os órgãos criados nesse período, o CFEACB foi o que manteve uma relação mais direta com o Museu Nacional, trazendo benefícios importantes para a instituição. O museu foi o principal tributário dos objetos e estudos (filmes, relatórios, fotos etc.) apreendidos ou coletados através da aplicação da legislação que regeu o Conselho. Ao longo do capítulo, daremos destaque ao papel que o CFEACB representou no controle das expedições nacionais e estrangeiras no território nacional. A hipótese principal desenvolvida no texto é que a criação do órgão, apesar da sua estrutura deficiente e sob pressões constantes dos diversos personagens envolvidos com as viagens, representou uma ruptura nas políticas protecionistas, se comparados aos períodos políticos anteriores, transformando-se no maior artífice da política de controle do patrimônio natural colocado em prática pelo governo Vargas. Além disso, a vigilância e a fiscalização de dezenas de expedições e o confisco/retenção de parte dos materiais coletados pelos cientistas estrangeiros foram ações importantes por enriquecer as coleções e as pesquisas das instituições nacionais, alterando também a relação de desigualdade existente nos intercâmbios científicos, ao obrigar as expedições estrangeiras a estabelecerem convênios com suas congêneres nacionais. Utilizando a volumosa documentação produzida pelo órgão e a literatura disponível, procurei caracterizar a sua estrutura, seus objetivos, as tensões internas e externas, buscando discutir suas fortalezas e deficiências.

Foi nesse contexto que o Museu Nacional procurou se posicionar, assumindo a defesa do patrimônio natural e desenvolvendo atividades inerentes ao museu, enquanto dialogava com os diferentes atores que atuavam nesse cenário, tais como o governo, os viajantes, as instituições de pesquisa estrangeiras<sup>6</sup> e o CFEACB, buscando abrir espaço, por exemplo, para intercâmbios com suas congêneres internacionais, a fim de estabelecer as bases para assumir a interlocução entre essas e o governo federal, e/ou tornar-se referência enquanto instituição de pesquisa.

Figuras centrais nessa imbricada relação entre o Museu e o Estado brasileiro, Edgar Roquette Pinto, diretor do Museu Nacional de 1926 a 1936, a pesquisadora Heloísa Alberto

---

<sup>6</sup>Durante a gestão de Heloísa Alberto Torres, o Museu Nacional manteve intenso intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras: Museu Paraense Emílio Goeldi, Rockefeller Foundation, Columbia University, Northwestern University, University of Michigan, The United States National Museum, Chicago Museum, Stanford University, entre outras. O Museu Nacional tornou-se um local atraente para muitos pesquisadores estrangeiros nesse período. Além das instituições citadas, a partir de 1939, o MN estabeleceu um acordo informal com a Universidade de Columbia, para o co-financiamento de pesquisadores norte-americanos em pesquisas de campo no Brasil. (CORREA apud ALCÂNTARA, 2010, p. 34).

Torres<sup>7</sup>, diretora do museu entre os anos 1937 e 1955 e ocupante de uma cadeira no CFEACB entre 1934 e 1939, e a naturalista Bertha Lutz, conselheira do CFEACB de 1939 a 1945, Alfredo Sampaio, um dos elaboradores da legislação da Comissão de Caça e Pesca (1934) e Cândido de Mello-Leitão, presidente do Conselho de Caça e Pesca (1933-1945), estiveram em posição privilegiada para influenciar as discussões do Conselho<sup>8</sup> e também para implementar ações visando reforçar a posição do Museu Nacional na defesa do patrimônio natural e também na seleção de objetos a serem repartidos entre expedicionários e as instituições nacionais. As pesquisas e leituras feitas durante o doutorado indicam que a ação dos servidores do Museu Nacional, neste período, reforçou a posição da instituição como uma das principais do gênero na América Latina.

Minhas reflexões levaram em conta dois aspectos essenciais presentes nos projetos de proteção do governo Vargas para a proteção do meio ambiente e do território nacional: o nacionalismo e o papel dos cientistas e das instituições de pesquisa brasileiras. Procurei mostrar nesse capítulo como a proteção ao espaço interno se coadunou com a defesa do patrimônio brasileiro de maneira geral, esse último tema caro, principalmente, aos intelectuais que atuaram em áreas como a cultura, a ciência e educação, destacando a participação dos cientistas/instituições científicas neste contexto.

### **Pressupostos teóricos e metodológicos**

No campo teórico, procurei fazer uma revisão sobre o período varguista, sob os pontos de vista da ruptura que em relação aos governos liberais da Primeira República e do nacionalismo que impregnou as ações do governo, utilizando autores clássicos e as diversas revisões historiográficas produzidas ao longo dos séculos XX. De um modo geral, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) é visto pela historiografia brasileira como uma ruptura em relação à Primeira República, quando esta última se caracterizou por um forte regionalismo e pelo domínio político das oligarquias cafeicultoras. Nesse sentido, tomando-se a revolução de 1930 como um momento privilegiado desse processo de ruptura, construiu-se a partir dos anos 1960 uma interpretação dualista da sociedade brasileira, com raízes no interior do

---

<sup>7</sup> Nascida em 1895, no Rio de Janeiro, Heloísa Alberto Torres ingressou no Museu Nacional como auxiliar de Roquette-Pinto, aos 23 anos, tornando-se efetiva através de concurso prestado em 1925. Logo no ano seguinte foi escolhida para chefe interina da Seção de Antropologia e Etnografia, virando chefe efetiva em 1931; foi vice-diretora do Museu de 1935 a 1937 e diretora de 1938 a 1955. Faleceu no Rio de Janeiro em 1977.

<sup>8</sup> As discussões com o Conselho podem ser acompanhadas através das atas das reuniões. Entre 1933 e 1945 foram realizadas 486 reuniões do Conselho. Dossiê CFE. T.1.11. Arquivo do CFE. Arquivo de História das Ciências do MAST.

pensamento de esquerda, opondo basicamente os setores agrário-latifundiário e capitalista urbano (ABREU, 2005:49).

No entanto, novas interpretações foram desenvolvidas, sobretudo a partir dos anos 80, e a tese desse dualismo perdeu força na historiografia brasileira. Bóris Fausto demonstrou que a revolução de 30, ainda que expressasse a necessidade de reajustar as estruturas do país e pusesse fim à hegemonia política dos cafeicultores, não foi a expressão de uma oposição radical entre os interesses agrários e industriais, pois havia uma complementaridade básica entre esses setores. Além disso, diz ele, vitoriosa a revolução, abriu-se uma espécie de vazio de poder por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo (FAUSTO, 1994). Essa situação gerou o “Estado de compromisso”, segundo expressão de Francisco Weffort, definido como a intermediação, geralmente da parte de um governante, dos interesses dos vários grupos que atuam na esfera política (WEFFORT, 1968).

Nesse sentido, pode-se acrescentar que a formação de um “Estado de compromisso” não ocorreu apenas durante o chamado Governo Provisório, mas estendeu-se por todo o governo Vargas, sendo uma de suas principais marcas. Durante o Estado Novo, por exemplo, o governo contou com o apoio de diferentes segmentos da sociedade, tais como o Exército, as oligarquias estaduais, as classes produtoras, a Igreja e os integralistas (CARONE, 1976: 257), além dos trabalhadores, organizados em sindicatos, vigiados e docilizados pelo regime. Isso ficou caracterizado por diversas ações, entre elas, a criação do Conselho Nacional do Café (1931), para atender os interesses dos cafeicultores; a expansão das indústrias de base, contemplando a burguesia industrial; e a implementação da legislação trabalhista aos trabalhadores. O presidente Getúlio Vargas, ao longo de sua administração, assumiu o papel de intermediador político neutro e capaz de se colocar acima dos possíveis antagonismos que poderiam organizar a vida da nação.

Nesse contexto político, a instauração do Estado Novo (1937-1945), período ditatorial, foi justificada pela inoperância que as instituições nacionais, tais como os partidos políticos, a serviço de ambições pessoais e/ou regionais, apresentavam diante das perturbações que irromperam no cenário político brasileiro, exemplificado pelas investidas comunistas, as lutas de classe e o regionalismo. O novo regime seria, então, essa forma de governo que deveria restaurar a autoridade nacional, modificando o panorama político e social brasileiro de forma a ajustá-los às necessidades nacionais (BONET, 2010, p. 6).

Além disso, segundo diversos intelectuais contemporâneos ao novo regime, este se coadunou com um pensamento nacionalista, sendo ele considerado uma continuação das

tradições nacionais e não uma ruptura com o passado do país. O Estado Novo teria emergido da necessidade de salvação nacional – preservando a soberania, a integridade e o prestígio do Brasil – e de integração das instituições políticas com a realidade brasileira. Com isso, o Regime estaria de acordo com a realidade nacional e com suas tradições, sem se filiar a quaisquer ideologias estrangeiras; esse seria um dos motivos para ser considerado, por eles, nacionalista<sup>9</sup>. (BONET, 2010, p. 6)

A discussão em torno da defesa do patrimônio natural relacionou-se a esse caldo político que foi aos poucos seguindo um viés autoritário. Luiz de Castro Faria, antropólogo e ex-diretor do Museu Nacional, ao se referir à criação de um patrimônio histórico e artístico nacional nesse período, procurou relacioná-la ao surgimento de práticas e conceitos, marcado pelo signo do nacionalismo, reportando-se, portanto, a uma dimensão que, segundo ele, foi pouco abordada nos estudos sobre o patrimônio: a dos processos de formação de Estado, em particular do sistema de Estado (DIAS e LIMA, 2012, p. 199).

Ao abordar a trajetória do Museu Nacional, utilizei os conceitos da Nova História Política para refletir sobre as relações entre o Estado Brasileiro e as instituições a ele vinculadas e o papel de indivíduos que ocuparam espaços dentro da organização do Estado e foram detentores de poder, sem, no entanto, serem os principais protagonistas da trama, num contexto de construção de discursos nacionalistas e de disputas por partes do poder dentro de uma sociedade que caminhava a passos céleres de um regime liberal para uma ditadura civil. Segundo José D'Assunção Barros, os objetos da História Política são aqueles que se mostram atravessados pela noção de “poder” em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade (BARROS, 2004, p. 75).

O ressurgimento da história política, prática também denominada de Nova História Política, proporcionou novas abordagens ao ressignificar o papel, entre outros aspectos, de agentes políticos antes pouco destacados. Nesse sentido, enfoques identificados com a história política tradicional começaram, a partir das últimas décadas do século XX, a retornar, dotados de um novo sentido, suscitando o interesse de pensadores e historiadores nacionais e estrangeiros<sup>10</sup>. A partir da década de 1970, o campo teórico da história passou por diversas transformações, sendo as mais expressivas aquelas relacionadas à incorporação de temas

---

<sup>9</sup>Diversas correntes ideológicas foram desenvolvidas nesse período, mas com a instauração do Estado Novo pode-se considerar que as ideias autoritário-nacionalistas apresentadas, principalmente por Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, tornaram-se hegemônicas (BONET, 2010, p. 6).

<sup>10</sup>Entre os autores, fora os já citados no corpo do projeto, cito os brasileiros José Murilo de Carvalho (1987; 1998), Ângela de Castro Gomes (1996) e Francisco Falcon (1997), além de, entre os estrangeiros, Pierre Bordieu (1998), Yves Déloye (1999) e Raoul Girardet (1997).

contemporâneos, fontes e abordagens que privilegiam a análise qualitativa e o retorno do singular (FERREIRA e FRANCO, 2009, p. 58). Entre elas ocorreu o retorno da política. Conforme René Rémond, “o político é o lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte as outras atividades; define seu status, regulamenta seu exercício. A lei autoriza ou proíbe, encoraja ou impede. Os créditos públicos suscitam, ajudam, favorecem. A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abrem um campo para todo tipo de atividade” (RÉMOND, 2003, p. 447).

Nesse contexto de disputas e contatos políticos, destacaram-se Roquette-Pinto, Heloísa Alberto Torres e Bertha Lutz. Os dois primeiros, além de dirigirem o Museu Nacional nos anos que cobrem a pesquisa, foram atuantes como formuladores de propostas nos órgãos governamentais que estavam sendo pensados e/ou organizados pelo Estado naquele momento, enquanto Bertha Lutz foi representante do Museu Nacional nas reuniões do conselho, onde atuou como conselheira de 1939 a 1955. De um modo geral, eles defenderam propostas que buscavam proteger o patrimônio histórico, cultural e natural brasileiro, enquanto tentavam aparelhar a instituição, dotando-a de estrutura capaz de fazê-lo exercer um papel de destaque dentro de um cenário político/cultural/científico de crescente centralização do poder e autoritarismo por parte do grupo político dominante.

A relação entre o Museu Nacional e o Estado brasileiro, através da atuação do CFEACB, esteve inserida nessa gestão da sociedade (REMOND, 2003), já que a instituição ocupou papel central na discussão sobre a proteção do patrimônio cultural e natural brasileiro e teve forte influência sobre outros órgãos similares de proteção. No entanto, sua estrutura administrativa e patrimonial sempre esteve aquém das suas necessidades, fator que levou o Museu Nacional a diversificar a sua atuação, utilizando sua parcela de poder para buscar parcerias internas e externas para cumprir o seu papel de protagonista na política de proteção do patrimônio e se legitimar frente ao regime político.

Por outro lado, levando em conta que a prática científica é intrinsecamente ligada aos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos de uma nação, embasei meu trabalho em obras clássicas nacionais da historiografia das ciências, que possibilitaram resgatar o processo de desenvolvimento e institucionalização das ciências no país a partir, pelo menos, da chegada da família real portuguesa no Brasil. Os trabalhos acadêmicos de Maria Margareth Lopes (LOPES, 1997) e Silvia Figuerôa (FIGUERÔA, 1997), ao abordarem a trajetória do Museu Nacional e analisar os trabalhos das comissões geológicas, responsáveis pelo mapeamento do território, respectivamente, reforçam a tese de que a produção científica brasileira teve início ainda no começo do século XIX, mesmo sendo desenvolvida, aos trancos e barrancos, ao

longo desse século. Nesse contexto, o Museu Nacional estaria entre as primeiras instituições a produzirem conhecimentos científicos através das coletas de espécies da fauna e da flora, além de exemplares de minerais, classificando-os conforme os ditames da ciência moderna de Lineu. Posteriormente, já em meados do século XIX, outras instituições foram criadas, algumas sob a influência do Museu, se destacando pesquisas nas faculdades de medicina e academias militares, além do começo do funcionamento de instituições como o Observatório Nacional, criado em 1827 e com as atividades de observação do céu, marcação da hora e registros meteorológicos, iniciadas efetivamente em 1846. A partir do último quarto do século, a produção estava mais diversificada, com destaque para os estudos antropológicos do Museu Nacional e de trabalhos similares dos recém-criados, Museu Paulista e Museu Paraense, e dos trabalhos das comissões geológicas de São Paulo e do Brasil, além da proliferação de cursos de medicina e engenharia, cursos formadores da maior parte dos cientistas brasileiros até a década de 1940.

Minhas reflexões, em torno da criação e institucionalização dos estudos antropológicos do Museu, foram baseadas em boa parte na pesquisa realizada por Adriana Keuller (KEULLER, 2012), que ao esquadrihar a trajetória destes estudos no Brasil, reforçou a sua importância no processo de consolidação do Museu, campo que proporcionou à ciência brasileira alcançar reconhecimento internacional nas primeiras datas do século XX, através de João Batista Lacerda e Edgar Roquette-Pinto, junto com os pesquisadores em saúde pública e doenças tropicais, Vital Brazil, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Adolpho Lutz. Completei a minha pesquisa, em torno das teorias antropológicas, com a leitura de trabalhos clássicos da área, entre eles os autores internacionais Paul Broca, Franz Boas, Bronislaw Malinowski, Robert Lowie, e nacionais, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquette-Pinto, Heloísa Alberto Torres e Luiz de Castro Faria.

No campo metodológico, me deparei com algumas dificuldades estruturais no levantamento de fontes primárias, tais como a pandemia de Covid-19, com o fechamento das instituições de guarda de documentos entre 2020 e 2022, e o desaparecimento de 90% da documentação produzida pelo Museu Nacional, no incêndio de 2018. Parte destas dificuldades foi sanada com o crescimento exponencial dos repositórios digitais de documentos e textos, cuja tecnologia de reprodução e acesso foi aprimorada durante a pandemia. No entanto, algumas lacunas não foram preenchidas totalmente e a tese teve que ser elaborada dando ênfase aos registros contidos em arquivos pessoais de ex-diretores do Museu e o arquivo institucional do CFEACB, e a farta bibliografia produzida do século XIX ao XXI.

No capítulo 1, utilizei basicamente referências bibliográficas, utilizando obras de diversos períodos com a intenção de produzir uma síntese da trajetória do Museu Nacional no século XIX, destaque para artigos e livros sobre expedições científicas, organização interna do Museu, publicações da própria instituição ou de seus servidores, obras sobre teorias antropológicas etc. Destaque para as descrições das expedições científicas/culturais francesa, austríaca, russa e brasileira (do IHGB), além do importante trabalho de Cândido Mello-Leitão, *História das Expedições Científicas no Brasil*. Sobre as expedições estrangeiras e nacionais no território brasileiro existem poucas obras de referência, principalmente em relação ao século XX. Sobre a produção do Museu Nacional, obras de referência se perderam no incêndio, tais como os *Archivos do Museu Nacional* e o *Boletim do Museu Nacional*, restando alguns poucos exemplares em outros arquivos públicos e privados.

No capítulo 2, ao elaborar o perfil dos cientistas utilizei fontes primárias e secundárias. Em relação às fontes primárias, para discutir a atuação da Academia Brasileira de Ciências (ABC), fundada em 1916, busquei nos arquivos pessoais de Henrique Morize, Amoroso Costa e Lélío Gama documentos que pontuassem questões sobre a fundação e a atuação da entidade. No que tange à formação teórica dos cientistas, realizarei um estudo sobre a biblioteca da ABC e sobre as bibliotecas pessoais dos cientistas acima citados, que fazem parte dos seus respectivos arquivos pessoais, sob a guarda do MAST, para perceber as referências que eles utilizaram na realização das suas pesquisas. Nesta parte da tese, utilizei o método de trabalho da prosopografia para analisar a trajetória de 72 cientistas, formados e atuantes na Primeira República (1889-1930), para buscar informações sobre formação, mercado de trabalho e especialização, com o intuito de caracterizar a comunidade científica nascente, retirando dados de diversas publicações institucionais, dicionários e *sites* de instituições de pesquisa, além do banco de dados de instituições de guarda, tais como a Biblioteca Nacional e o MAST, para elaborar de forma mais precisa o processo de politização deste grupo social.

Como fontes secundárias, utilizamos publicações (artigos e livros) de obras que discutem a existência ou não de uma institucionalização da pesquisa científica antes da criação do Conselho Nacional de Pesquisa (atual CNPq) em 1951, produzidos entre as décadas de 1950 e 1980, e trabalhos revisionistas mais contemporâneos, elaborados, sobretudo, por historiadores da ciência no âmbito das pós-graduações de instituições como a FIOCRUZ, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, entre outras, que geralmente são críticos aos trabalhos que condicionam a gênese da produção científica brasileira à criação do CNPq. Também utilizei trabalhos sobre as reformas urbanas, exposições, combate às endemias, entre outros

assuntos, necessários para elaborar um quadro mais preciso da atuação dos cientistas entre 1900 e 1930.

No capítulo 4, realizei uma análise comparativa entre a documentação oficial do CFEACB e de arquivos pessoais de figuras-chaves da administração do Museu Nacional, entre eles Edgar Roquette-Pinto, Heloísa Alberto Torres e Luiz de Castro Faria, e de expedicionários como Helmut Sick, além de dossiês documentais de viajantes<sup>11</sup>, tais como Willy Aureli, Curt Nimundajú, Charles Wagley e Claude Lévi-Strauss, registros ricos para o entendimento da dinâmica das relações entre o museu e os cientistas estrangeiros e do museu com o Estado brasileiro.

Na documentação do CFEACB foi possível realizar levantamentos sobre a criação do Conselho, identificar as origens dos expedicionários, seus destinos no Brasil, entre outras informações contidas na tese, destaque para a coleção de atas das reuniões, onde se discutia também os processos de pedido de licenças, a distribuição de material científico apreendido e as discussões entre os conselheiros sobre variados assuntos. Destaquei ainda as deliberações do Conselho sobre algumas das expedições ocorridas entre 1934 e 1945, com o objetivo de mostrar, com exemplos concretos, os limites da autoridade do CFEACB ao ser confrontado pelo Estado, por expedicionários e pelas instituições de pesquisa/embaixadas estrangeiras. Através do arquivo do Conselho também acompanhamos as viagens, vislumbrando os percalços e sucessos relativos às expedições.

Os acervos pessoais, acima citados, mesmo vistos com ressalvas por parte dos historiadores<sup>12</sup>, foram importantes por permitir um olhar mais peculiar, muitas vezes pessoal, acerca das discussões e propostas engendradas dentro dos dois órgãos, além de possibilitar o vislumbre da relação da cientista/profissional de museu/dirigente com outros personagens ligados ao meio científico e da burocracia do Estado, principalmente através da sua correspondência. Nesse capítulo, cotejei os dados levantados nas fontes primárias com a grande produção bibliográfica, sobretudo sobre o governo Vargas, para elaboração das reflexões sobre a política nacional e institucional brasileira.

---

<sup>11</sup> Os dossiês aqui mencionados fazem parte da documentação produzida pelo CFEACB, sendo compostos por documentos relacionados ao processo burocrático que o expedicionário tinha que se submeter. Para cada viajante era organizado um dossiê com informações sobre o começo, meio e fim das viagens, alguns trazendo relatórios, relação do material coletado, fotografias, mapas e recortes de jornais (MAST, 2012).

<sup>12</sup> Bourdieu alerta que o indivíduo, ao contar sua vida ou expor suas memórias, atua como ideólogo de sua própria história, selecionando certos acontecimentos significativos em função de uma intenção global e estabelecendo entre eles conexões adequadas a dar-lhes coerência, gerando sentidos a partir de uma retórica ordenadora da descontinuidade do real; trata-se de um esforço de representação, ou melhor, de produção de si mesmo (BOURDIEU, 1989). Essa perspectiva também pode ser relacionada aos arquivos pessoais, já que a ação de incluir ou excluir documentos é de inteira responsabilidade dos produtores/acumuladores dos documentos pessoais.

A narrativa e as discussões apresentadas na tese procuraram mostrar como o Museu Nacional foi consolidando sua posição de instituição de pesquisa, destacando a sua importância para a construção da nação, seja prospectando e identificando potenciais produtos econômicos, mapeando territórios ou produzindo reflexões a respeito do povo brasileiro. Identificamos ao longo das pesquisas dois momentos-chave na sua trajetória: o primeiro na gestão de Ladislau Netto (1876-1893), considerado o apogeu da instituição, e o segundo durante a gestão de Heloísa Alberto Torres (1939-1945), ressaltado na tese como o momento de amadurecimento político e de consolidação da posição da instituição como o principal *locus* de pesquisa em ciências naturais no Brasil. Coincidentemente, em ambos os momentos, o carro-chefe foram os estudos antropológicos, na primeira fase, relacionados ao estudo das etnias brasileiras, com forte teor eugenista, e no século XX ligados à proteção da cultura indígena, ameaçada de extinção pelas políticas governamentais de ocupação territorial do centro do país.

O Museu Nacional, em 1945, tinha se tornado referência internacional, situação comprovada pelos inúmeros intercâmbios que assinou e pela diversidade de atividades que desenvolvia, sobretudo em relação aos estudos antropológicos e, no âmbito interno, nas atividades típicas de museu, com exposições e ações pedagógicas, atraindo um amplo público para suas dependências. Paradoxalmente, no auge de seu prestígio, o Museu perdeu de parte da sua autonomia administrativa, já que em 1946 passou de instituição autônoma a um departamento da Universidade do Brasil, recém-criada. Heloísa Alberto Torres conseguiu manter-se no cargo de diretora até 1955 e as atividades da instituição, sobretudo a pesquisa e ensino em Antropologia foram mantidas, além das atividades museológicas. Contudo, a autonomia financeira e administrativa anterior foi perdida e a disputa por verbas e reposição de servidores passou a ser disputada com outras áreas da Universidade.

## **1 O MUSEU NACIONAL: CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E FORMAÇÃO DO ACERVO EM CIÊNCIAS NATURAIS (1818-1930)**

Nesse capítulo buscarei fazer um breve histórico da criação e desenvolvimento do Museu Nacional, destacando algumas das atividades ligadas à formação das coleções de produtos naturais e a realização de estudos antropológicos, relacionando estas atividades ao crescimento das atividades dos museus de ciências no Brasil e no mundo. A minha intenção é comprovar que o auge do Museu Nacional, enquanto museu de ciências naturais e instituição de pesquisa, coincidiu com o desenvolvimento das pesquisas antropológicas no mundo, num contexto marcado pelo imperialismo europeu e a consolidação do Estado brasileiro entre décadas de 1870 e 1930.

O surgimento dos museus, associados ao hábito do colecionismo, tomou impulso na segunda metade do século XIV através da expansão do conhecimento do mundo proporcionado pelas viagens marítimas empreendidas por navegantes europeus. Esse movimento, ao proporcionar uma nova visão sobre partes desconhecidas do mundo, incentivou a coleta e acumulação de peças de naturezas e procedências variadas que não se restringiram a objetos de valor, cobrindo também curiosidades diversas, espécies da flora e da fauna e peças exóticas de lugares distantes. Nos séculos seguintes foram formados na Europa espaços para a guarda destas coleções, denominados de “gabinetes de curiosidades”, associados a príncipes e sábios, que iriam ter um papel importante para o desenvolvimento da história natural ao longo do século XVII, fortalecido pelo pensamento enciclopédico iluminista. A associação entre o conhecimento e a razão favoreceria a formação de acervos e instituições melhor estruturadas e com objetivos educativos e de pesquisa (MCALLISTER, 2005, p. 38).

A predominância dos objetos da História Natural sobre o heterogêneo acervo dos “gabinetes”, no entanto, só aconteceria no século XVIII, momento em que os estudiosos passaram a visar a história da natureza, fazendo distinção entre a fábula e a realidade. Associado a isso, surgem novos espaços em que objetos são colocados, guardando relação com outros de natureza semelhante, analisados e catalogados para se estabelecer uma ordem (LOPES, 1997, p. 13). Estas características são encontradas na constituição do Museu Britânico, aberto em Londres em 1759, e do Museu do Louvre, em Paris, em 1793, criados por força do colonialismo inglês e francês, respectivamente, voltados para as artes e as ciências, visando o fomento do conhecimento de espaços a serem explorados (MCALLISTER, 2005, p. 39).

Segundo Peter Burke,

a ascensão aparentemente irresistível dos museus nesse período tenha sido explicada não só como um indicador da expansão da curiosidade, mas como uma tentativa de administrar uma “crise do conhecimento” que se seguiu à inundação da Europa pelos novos objetos provenientes do Novo Mundo e de outros lugares – crocodilos, tatus, cocares de penas, múmias egípcias recentemente descobertas, porcelana chinesa – objetos que resistiam a se adaptar às categorias tradicionais (BURKE, 2003, p. 102).

O debate acerca da ordem da natureza, da classificação e do estatuto das coleções de história natural marcou o panorama intelectual europeu das últimas décadas do século XVIII e do início do século XIX. Nesse período, a curiosidade tradicional foi substituída pela ciência, que se apresentava como um conhecimento pragmático, utilitário e especializado, em que a natureza se tornava modelo e fonte de riquezas. Os principais museus europeus desse período reuniam importantes coleções de história natural de várias partes do mundo: o inventário do mundo era complementado com o armazenamento, nos museus, das informações e objetos coletados em diversas expedições (PODGORNY & LOPES, 2009, p.27).

O crescimento e uma melhor estruturação dos museus naturais e instituições congêneres a partir do século XVIII, são tributários dos trabalhos desenvolvidos pelo médico e naturalista sueco Carl Von Linné<sup>13</sup>, geralmente conhecido como Lineu, responsável por popularizar a nomenclatura binomial criada pelo naturalista Gaspard Bauhin<sup>14</sup> e a classificação científica, sendo assim considerado o “pai da taxonomia moderna”. Diferente de outros pesquisadores da época, Lineu não compreendia a natureza e os organismos como sendo algo caótico, segundo ele, era possível organizar os seres vivos em sistemas de identificação, estabelecendo alguma correlação entre eles. A obra de Lineu foi fundamental para museus, jardins botânicos e zoológicos na organização dos seus acervos e coleções, por sistematizar a classificação e a nomenclatura a ser utilizada para identificar os seres vivos. O sistema criado/aperfeiçoado por Lineu caracteriza-se por classificar as coisas vivas em uma

---

<sup>13</sup> O médico sueco Carl Von Linné (1707-1778) escreveu mais de setenta livros e trezentos artigos científicos. Algumas das suas obras científicas mais relevantes são: *Systema naturae* (1735); *Fundamenta botanica* (1736); *Flora lapponica* (1737); *Genera plantarum* (1735-1737); *Hortus Cliffortianus* (1737); *Flora Suecica* (1745); *Fauna Suecica* (1746); *Philosophia botanica* (1751); *Species plantarum* (1753); *Clavis medicinae duplex* (1766); *Mundus invisibilis* (1767) (ISELY, 2002).

<sup>14</sup> Gaspard Bauhin ou Caspar Bauhin (1560 - 1624) foi um naturalista e médico suíço que se destacou pelo seu trabalho como botânico. Foi um dos primeiros naturalistas a tentar conceber um sistema de classificação natural das plantas com base na sua morfologia. Publicou diversos tratados sobre botânica e anatomia humana, nos quais classificou várias espécies de plantas nativas da Suíça, atribuindo a cada espécie um nome científico, consistindo de um nome genérico e outro específico. Foi um dos primeiros naturalistas que se sabe ter utilizado uma forma de nomenclatura binomial (ISELY, 2002).

hierarquia, começando com os reinos. Reinos são divididos em filos. Filos são divididos em classes, então em ordens, famílias, gêneros e espécies e, dentro de cada um em subdivisões (ISELY, 2002).

No caso brasileiro, no período colonial (1500-1808), a criação de espaços de guarda de produtos e objetos seguiu evidentemente as diretivas dadas por Portugal, cujo objetivo era conhecer as potencialidades existentes no território brasileiro e ao mesmo tempo resguardá-las dos olhares de outras nações mais desenvolvidas. No período colonial, os 'gabinetes ibero-americanos de história natural' estavam inseridos em uma rede hierárquica em relação aos 'gabinetes metropolitanos'. Eles desempenhavam o papel de centros de recompilação de informações e objetos, para uma primeira classificação nas colônias, antes do envio parcial ou total para Madri, Ajuda ou Coimbra (PODGORNY & LOPES, 2009, p. 36).

No século XVIII, a partir do período pombalino<sup>15</sup>, diante da grande defasagem industrial em relação a outros países europeus, o reino português buscou formular uma política reformista que promovesse o avanço do desenvolvimento econômico como um todo. Desta forma, procurou associar o poder da ciência à melhoria econômica, buscando aplicá-la em atividades importantes para Portugal, tais como a mineração e a agricultura, sobretudo nas colônias. Neste sentido, a Coroa buscou investir na formação de técnicos, na publicação de obras de divulgação de formas de cultivo e de aclimatação, em estudos geofísicos e tecnologia de exploração de minérios, nas viagens de pesquisa e levantamentos, além da criação de instituições voltadas para pesquisas em ciências naturais (FIGUERÔA, 1997, p. 36).

A maior parte das ações de Portugal no sentido de incrementar a produção/exploração de mercadorias foi direcionada à colônia brasileira. Entre as colônias o peso do Brasil na economia portuguesa era substancial, baseada, de um lado, na exportação de produtos primários e, por outro, na importação de manufaturas da metrópole. A produção científica brasileira, portanto, se inseriu no contexto da produção científica portuguesa que estava sendo reformulada, voltada para a exploração das colônias, visando estudar produtos que pudessem vir a ter importância econômica para a Metrópole.

---

<sup>15</sup>Período Pombalino (1750-1777) refere-se ao período em que Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, exerceu o cargo de Primeiro-Ministro português, sob nomeação do rei de Portugal, Dom José I. Sob o governo de pombal foram feitas algumas reformas na metrópole e na colônia portuguesa. No campo político o objetivo era o de fortalecer a figura do rei, inspirado no absolutismo esclarecido de Luís XIV, e para isso procurou: fortalecer o mercantilismo e, por outro lado, enfraquecer a nobreza e o clero (regalismo). Entre as principais medidas tomadas neste período, que impactaram todos os aspectos da vida portuguesa, destacaram-se o estabelecimento do primeiro sistema educacional financiado pelo Estado, a redução do poder da Inquisição, a abolição da escravidão em Portugal (excetuando as colônias) e a modernização do Exército (MAXWELL, 1996).

Neste contexto, por exemplo, foi criada a Casa dos Pássaros<sup>16</sup>, nome popular da Casa de História Natural, criada em 1784, estabelecimento mais próximo da concepção de um museu no Brasil durante a Colônia. Esta teria uma lógica pragmática de funcionamento, ao servir de entreposto de produtos, recolhidos em várias partes do território brasileiro e mandados a Portugal para serem estudados. A instituição cumpriu seu papel de fornecedora de produtos à Metrópole, alimentando durante a sua existência os museus do Império luso-brasileiro com diversos produtos naturais (LOPES, 1997, p. 38). Segundo Lacerda, “esse começo de museu, construído sob as vistas do próprio Luiz de Vasconcellos pelos sentenciados das prisões do Rio de Janeiro, chegou a ter vivos nos cubículos que lhe fizeram: um urubú-rei, dois jacarés e algumas capivaras que foram remetidas depois para Lisboa” (LACERDA, 1905, p. 41).

Do ponto de vista político, o Museu Nacional teve sua origem associada à crise do Antigo Sistema Colonial, cujo evento principal foi a transferência da família real portuguesa para o Brasil em 1808. Neste contexto, a política, os museus e as ciências naturais estavam profundamente imbricadas e mesmo interdependentes. A criação do Museu Nacional sintetizou essa relação ao se conformar como um espaço de produção de conhecimentos e guarda de material científico, essenciais para descortinar recursos naturais para o governo imperial brasileiro que se instalou com o *status* de Reino Unido (1808), e que se manteve no poder após a Independência (1822) (LOPES, 1997).

A origem do Museu Nacional gerou e gera controvérsias, relacionadas a uma suposta ligação com a extinta Casa dos Pássaros. A continuidade, sugerida por alguns autores, foi defendida por conta da proximidade no tempo (1784-1813) e no espaço (cidade do Rio de Janeiro), e pelo fato de que parte do acervo inicial do Museu Nacional teria vindo deste estabelecimento, além do aproveitamento de alguns trabalhadores da Casa, responsáveis por preservar o que ainda existia de acervo, ainda referentes ao período entre 1808 a 1813, e que passaram a fazer parte do Museu Real (1818-1822)<sup>17</sup>.

Nas justificativas contidas no documento de criação do Museu Real, assinado por D. João VI no dia 6 de junho de 1818, ficaram evidenciadas as funções que deveriam ser

---

<sup>16</sup> A Casa de História Natural foi criada pelo Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Souza em 1784, conhecida pela população como “Casa dos Pássaros”. O Vice-Rei convidou para administrar a instituição o artista catarinense Francisco Xavier Cardoso Caldeiras, conhecido como Xavier dos Pássaros. Na Casa dos Pássaros, Xavier dos Pássaros preparava exemplares da fauna brasileira para serem enviados para Portugal (FIGUERÔA, 1997).

<sup>17</sup> O corpo funcional do nascente museu contava com um diretor, um ajudante de preparador de coleções zoológicas, um escriturário, um escrivão e um porteiro. Os dois mais conhecidos desses servidores foram o Frei José da Costa Azevedo, primeiro diretor e João de Deus Moura, este seria o segundo diretor do Museu, ambos egressos da Casa dos Pássaros (LACERDA, 1905).

desempenhadas pelo Museu e a sua composição. No trecho do documento de criação, transcrito abaixo, destaca-se como função o estudo dos produtos que poderiam ser aproveitados como bem econômico, além de salientar que o acervo do nascente museu seria alimentado pelo que já estivesse reunido em outros locais dentro do território brasileiro. Ao propor que o Museu tivesse seu acervo composto por produtos e objetos de diversos lugares, o documento endossa a defesa da Casa dos Pássaros como uma das suas instituições antecessoras:

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do Comercio, da Indústria e das Artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real para onde passem quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares, ficando tudo a cargo das pessoas que eu no futuro nomear<sup>18</sup> (Brasil, 1889).

Se a relação de continuidade entre as duas instituições se delineia a partir do acervo acumulado e de técnicas museológicas, herdadas através dos trabalhadores que aturam nas duas casas, por outro lado as suas funções apresentam diferenças. A criação do Museu Nacional foi pensada com uma lógica radicalmente oposta do anterior entreposto, e passou a ser voltada para os estudos científicos do meio natural brasileiro, feitos no Brasil, primeiramente buscando prospectar produtos com potencial econômico que contribuíssem para a melhoria da balança comercial. As pesquisas sobre nossa fauna, flora e minerais, seria complementada pelo ensino das ciências naturais e a formação de coleções, a serem estudadas na própria instituição e também para serem trocadas com outras nações.

A nascente instituição assumiu o papel de museu metropolitano, na sua fase de Museu Real (1818-1822), pensado como centro acumulador de material científico vindo das possessões portuguesas na Ásia e na África, e do Reino Unido. Posteriormente o Museu Imperial (1822-1889) assumiu a função de concentrar coleções e estudos oriundos basicamente das províncias brasileiras, tornando-se um museu de caráter nacional (LOPES, 1997, p. 40/41).

Nessa fase, o Museu Nacional também se tornou referência para os museus estrangeiros para estudos sobre o Brasil e para as permutas de coleções e intercâmbios científicos, captando acervo de outras nações através de trocas e doações advindas de contato

---

<sup>18</sup> BRASIL. Decreto de 06 de junho de 1818. Cria um Museu nesta Corte, e manda que ele seja estabelecido em um prédio do Campo de Santa'Anna que mande comprar e incorporar aos próprios da Coroa. In: Collecção das Leis do Brazil de 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

com instituições congêneres, com viajantes e autoridades estrangeiras. Como museu metropolitano, detentor do acervo mais completo sobre o Brasil, o Museu Nacional ocupou uma posição de destaque para atuar como fornecedor de produtos para os museus europeus, tornando-se referência para instituições e viajantes que escolhiam o país para suas pesquisas e coletas. Este ideal de estabelecimento de intercâmbios também funcionaria para incentivar a criação de museus nas províncias, através da remessa de duplicatas pertencentes ao Museu Nacional (LOPES, 1997, p. 47).

Desde a sua criação o Museu teve atribuições que demandavam enormes esforços e gastos para serem devidamente alcançadas, necessitando de uma estrutura condizente para o seu funcionamento adequado. Apesar disso, ao longo do século XIX, a instituição sofreu com enormes dificuldades estruturais, orçamentárias e de pessoal, mitigadas por ações pessoais do imperador D. Pedro II ou pela melhoria nas contas públicas do país em alguns momentos do II Reinado, sendo as mais prementes a questão da sede e do número de servidores especializados. Neste cenário, os diretores da instituição<sup>19</sup> continuamente cobraram melhorias das condições do Museu junto ao governo imperial e, posteriormente, republicano, ao longo de todo o século XIX.

De 1818 até 1850, o Museu conviveu com a inconstância do financiamento público. Alternando bons e maus momentos em relação a sua missão precípua que era conservar as coleções. Mesmo os primeiros diretores tiveram que assumir tarefas práticas para não deixar que os produtos coletados se deteriorassem antes mesmo do seu estudo e classificação. Apesar das dificuldades, o Museu Nacional produziu um bom volume de conhecimento científico sobre a natureza brasileira e seu território, empreendendo ações para aumentar e catalogar seu acervo, estruturar laboratórios e espaços de ensino das ciências naturais, utilizados pela instituição e por outros estabelecimentos localizados na Corte para ministrar cursos, tornando-se um referencial da produção científica no Brasil a partir da sua criação (FIGUERÔA, 1997; LOPES, 1997).

Somente a partir da década de 1850 a situação começou a melhorar, a economia nacional deu sinais positivos, alavancada pelo fim do tráfico escravista internacional e pelo aumento das exportações de café, a melhoria nas contas públicas possibilitou novos investimentos feitos na infraestrutura do país e em suas instituições. O Museu também foi

---

<sup>19</sup> Entre 1818 e 1899, dez diretores passaram pelo Museu, foram eles: Frei José da Costa Azevedo (1818-1822), João de Deus e Mattos (1822-1823), João da Silva Caldeira (1823-1827), Frei Custódio Alves Serrão (1828-1847), Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui (1847-1866), Francisco Freire Alemão (1866-1870), Ladislau de Souza Mello e Netto (1874-1893), Amaro Ferreira das Neves-Armond (1892-1893), Domingos José Freire Junior (1893-1895), João Batista de Lacerda (1895-1915). IN Os Diretores do Museu Nacional / UFRJ» (PDF). *webcache.googleusercontent.com*. Consultado em 21 de janeiro de 2023.

beneficiado, conseguindo então fazer algumas melhorias na sua estrutura, sem, contudo, conseguir sanar as dificuldades que enfrentava desde a sua criação em 1818. O museu concluiu a reforma do prédio sede em 1855, adaptado para abrigá-lo a partir de 1818, conseguiu a melhoria dos salários dos diretores e o aumento no número de funcionários, além do aumento nas verbas de custeio, apesar destas continuarem insuficientes, tanto para contratação de funcionários em número adequado, quanto para financiar os demais custos de manutenção da instituição (LOPES, 1997, p.143). Porém, o período de relativa estabilidade da economia se seguiria, na década de 1860, a outro período de crise, este marcado pela participação brasileira na Guerra do Paraguai (1865-1870).

Esse foi o cenário encontrado por Ladislau Netto quando da sua entrada no Museu Nacional em 1866. Embora só tenha se tornado diretor efetivo em 1875, Netto imprimiu outra dinâmica na atuação da instituição desde a sua entrada na instituição. O seu ideal de museu, referendado no Museu de Paris, onde frequentara alguns cursos, compreendia a formação de coleções de todas as riquezas do Brasil, sua constituição geológica e o estudo dos seus povos aborígenes, com a finalidade de educar o povo, principalmente no gosto pelas pesquisas científicas e guiar a indústria nacional, tornando-se o árbitro nas questões ligadas aos tesouros existentes no território nacional (NETTO, 1870, p. 5).

### **1.1 A Idade de Ouro do Museu Nacional**

É, pois, que ao povo nos dirigimos, ao povo em quem de todo se não extingue a centelha da imaginação e o balsamo da esperança; ao povo, finalmente, que as flores classifica pelo perfume e as aves pelas suas melodias, bem era que num singelo discorrer o tratássemos sobre assuntos que a ciência, de ordinário, não cuidadosa de instruí-lo, costuma revestir de formas e caracteres para ele indecifráveis (LADISLAU NETTO, 1870).

Durante todo o século XIX e no século XX, o Museu Nacional cumpriu o seu papel político, fazendo ciência engajada no processo de consolidação da base econômica, agrícola e industrial do país. No século XIX, esteve integrado ao movimento das explorações colonialistas, que, fornecendo matéria-prima, deram base ao movimento de industrialização no mundo (MacLeod, 2000). Para o Brasil, este movimento de explorações foi importante, pois significou a abertura de caminhos e o conhecimento do interior, desconhecido até mesmo por sua própria sociedade (Domingues, 1995). As pesquisas que sobrevieram, como se sabe, serviram para desvendar conhecimentos sobre a natureza, cujas riquezas foram cantadas e decantadas em prosa e verso, consideradas símbolo da nação. O Brasil era representado pela

opulência das suas riquezas naturais, cuja exploração científica resultou no colecionismo de objetos da natureza que fizeram a grandeza dos museus de história natural no século XIX, entre eles o Museu Nacional do Rio de Janeiro, que logo foi inserido na rede internacional das ciências naturais, estabelecendo relações de troca sistemática de material e de bibliografia com congêneres do mundo inteiro (Domingues, 1995; Lopes, 1997).

Na segunda metade do século XIX o Brasil buscou se afirmar como nação soberana e independente, o que levou o Estado Nacional a investir na construção de uma identidade própria. Isso passaria pela necessidade de autoconhecimento da sua história, dos seus habitantes, das suas potencialidades e do seu meio ambiente, estudos que seriam conduzidos, via de regra, pelas poucas instituições científicas e institutos históricos existentes no país. Em relação às pesquisas em história natural, o Museu Nacional assumiria papel preponderante nessa tarefa, sobretudo a partir da gestão de Ladislau Netto (1870-1894).

No ano de 1868, o Museu Nacional passou a se subordinar ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, nutrindo expectativas ao papel que poderia desempenhar em determinadas atividades econômicas. O principal seria a produção de conhecimento científico. O Museu tinha como tarefa coletar, classificar e colecionar as riquezas do Brasil – fauna, flora, minerais e traçar a história dos povos indígenas. Algumas dessas funções estariam ligadas diretamente ao fomento de determinadas atividades econômicas, como por exemplo, a produção fabril e artesanal, a mineração de ferro, cal, mármore, xisto luminoso; o preparo de gás e óleos minerais; a produção de artefatos cerâmicos; oficinas e fundições para artefatos de ferro; o preparo de madeira para construções e outros fins, além da fabricação de mobiliário (GUALTIERI, 2003).

Ladislau Netto, considerado o principal diretor da história do Museu Nacional por ex-diretores e diversos autores (LACERDA, 1905; FARIA, 1949; FIGUERÔA, 1997; LOPES, 1997; KEULLER, 2012), vislumbrava para a instituição um papel de destaque no desenvolvimento e popularização da pesquisa científica. Neste intuito, buscou imprimir uma nova dinâmica, através de reformas nos regimentos e de luta pela melhoria da sua estrutura física e laboral, que fizesse com que o museu se tornasse uma referência nacional e internacional nas áreas de pesquisa ligadas às ciências naturais. As estratégias utilizadas a partir de 1870 foram o incremento das atividades de pesquisa e de formação das coleções museológicas, o estímulo ao intercâmbio internacional, a contratação de naturalistas nacionais e estrangeiros, a implementação de cursos livres e de exposições abertas ao público. Estas ações, consideradas no conjunto como uma ruptura do modelo que vinha sendo adotado pela

instituição, elevaram o Museu à posição de prestígio iguais às suas congêneres existentes em outros países da Europa e da América (LACERDA, 1905, p. 37).

Outro ponto de destaque na gestão de Ladislau Netto foi a contratação de naturalistas-viajantes. Incluída na mudança de regulamento ocorrida em 1876, a contratação de naturalistas estrangeiros foi um grande impulso para o desenvolvimento das atividades do Museu, contribuindo para a formação e catalogação de coleções. Passaram pelo Museu neste período nomes como Louis Couty, Orville Derby, Guilherme Schwacke, Fritz Muller, Hermann von Ihering, os irmãos Gustav e Ernest Rumbelperger, Roberto Ave-Lallemant e Emil August Goeldi (LOPES, 1997, p. 191-195).

A utilização de pesquisadores estrangeiros, associados ao Museu, gerou controvérsias a respeito da sua efetividade. Segundo Margaret Lopes (1997, p. 199), apesar dos serviços prestados à instituição, poucos deles se dedicaram totalmente às suas atividades e nunca se integraram à vida do museu. A preocupação principal destes cientistas ao aportarem aqui era a construção de suas carreiras científicas, já que não possuíam vínculos com instituições dos seus países de origem, tentando articulá-las com instituições no exterior, para onde enviavam material científico e publicações. Aqui passaram a concorrer com cientistas brasileiros, sendo constantemente criticados por ocuparem espaços, muitas vezes através de relações de amizade, de pesquisadores nativos. Outra característica deste grupo foi a posição de superioridade que assumiam diante da produção científica nacional, pouco referendada e divulgada pelos naturalistas estrangeiros que passaram pelo país. Se a relação custo-benefício da utilização dos naturalistas estrangeiros pelo Museu é discutível, por outro lado o prestígio adquirido por eles, trabalhando no Museu, rendeu frutos, no caso a oportunidade de dirigir instituições brasileiras. Foram os casos de Guilherme Schwacke (dirigiu a Escola de Farmácia de Ouro Preto/MG – 1891/1904), Orville Derby (Comissão Geológica de São Paulo (1886-1904) Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907/1915), Hermann Von Ihering (Museu Paulista) e Emílio Goeldi (Museu Paraense).

A nova postura do Museu, inseridas nos estatutos de 1876, 1880 e 1890, representou uma ruptura no processo de institucionalização das ciências naturais no país. A intenção de Netto era que as instituições europeias atentassem para o papel que o Museu poderia ocupar no âmbito das pesquisas em ciências naturais, estabelecendo parcerias e trocas de experiências, essenciais para os cientistas que buscavam o território brasileiro para as suas pesquisas. Outra dificuldade a ser suplantada esteve relacionada com a persistente dependência teórica que as pesquisas aqui realizadas tinham em relação ao continente europeu. O robustecimento do Museu Nacional também tinha como objetivo mudar esta

posição, sintetizada na frase aplicada ao Museu, nas suas primeiras décadas de existência, “com os pés no Brasil e a cabeça na Europa”, mostrando que as ciências naturais e os seus cientistas no Brasil queriam ser vistos e respeitados no cenário científico mundial (FIGUERÔA, 1997; LOPES, 1997; KEULLER, 2012).

No entanto, mesmo constatando a imensa contribuição de Netto para o desenvolvimento das ciências naturais no país, é necessário lembrar que vários dos componentes da sua reforma já tinham sido tentados em gestões anteriores. O Museu Nacional já se destacava no cenário científico brasileiro e como museu, nacional e internacional, através da formação de um acervo importante relacionado ao estudo do meio natural, expedições de coleta e intercâmbios com outros museus, além da organização de atividades de pesquisa, ações educativas e exposições, ocupando ainda um papel cultural e social importante na Corte (LOPES, 1997).

O diferencial da gestão de Ladislau Netto pode ser atribuído a uma conjuntura econômica, política, cultural e científica favorável, diferente das enfrentadas pelos seus antecessores. A crise constante que viveu o Museu desde a sua criação, relacionada às diversas crises econômicas vivenciadas pelo país, sobretudo no período de Reino Unido (1808-1822) e primeiras décadas do Império, impossibilitou a construção de uma estrutura adequada para a guarda das suas coleções e objetos, além de ocasionar um número deficitário de funcionários. Apesar de importância das atribuições que tinha a seu cargo, quer seja no plano institucional ou no cenário político/econômico nacional, paradoxalmente, a instituição em poucos momentos recebeu as devidas atenções por parte do poder estatal, impossibilitando ao Museu alcançar uma posição de mais destaque e de maior estruturação interna (FIGUERÔA, 1997).

A gestão de Ladislau Netto (1875-1893) frente ao Museu coincidiu com um processo de recuperação econômica, com o crescimento da crença na ciência e na tecnologia, observados no Brasil e no mundo e, no plano interno, o crescente nacionalismo pós-guerra do Paraguai. A instituição estava em posição privilegiada para assumir, ou dar continuidade, à tarefa de estudar nossos recursos naturais e contribuir para a construção da identidade nacional, demanda que sobreviveria à mudança de regime político em 1889, sobretudo, mas não só, através dos estudos antropológicos. Nesta conjuntura favorável, Ladislau Netto colocou sua capacidade administrativa e prestígio adquirido como cientista e intelectual a serviço do Museu Nacional, fazendo com que este alcançasse a sua Idade de Ouro como instituição científica, segundo Figuerôa (1997), Lopes (1997) e Keuller (2012).

Mesmo João Baptista de Lacerda, crítico de Netto, que se tornou diretor em 1895, considerou este o período mais fecundo, de maior atividade e de mais intenso brilho na história do Museu Nacional. Ele aponta como parâmetros para a sua opinião o crescimento quantitativo e qualitativo do acervo e a reputação científica adquirida pela instituição, nivelando-a com as melhores instituições congêneres existentes em outros países da Europa e da América. Ele arremata dizendo que “seu brilho atual ainda é, por assim dizer, um reflexo da luz intensa projetada por aquela reforma (a de 1876), a qual veio o que se poderia com razão chamar a idade de ouro do Museu Nacional” (LACERDA, 1905, p. 37). Nota-se que Lacerda atribui mais à reforma do estatuto<sup>20</sup> e não ao reformador o bom momento vivido pelo Museu na gestão de Ladislau Netto.

Embora tenham convivido por muitos anos no Museu, os desentendimentos entre Netto e Lacerda seriam constantes ao longo da gestão do primeiro (1875-1892), em torno principalmente da autonomia do Laboratório de Fisiologia Experimental, expandido por Lacerda na década de 1870 e reinaugurado em 1880. Deixemos por conta das palavras do próprio Lacerda o detalhamento do perfil administrativo de Ladislau Netto:

Ele tinha, às vezes, severidades que magoavam e levava as suas exigências ambiciosas ao ponto de sujeitar todo o movimento científico e administrativo do Museu ao domínio exclusivo de sua vontade. Não é ofender a sua memória, aliás por muitos títulos digna de respeito, dizer que no íntimo da sua consciência, ele parafraseou o dito célebre de Luiz XIV “**o Museu sou eu**”(grifos meus). Estas tendências do seu caráter para o governo autocrático, que podiam ter um lado útil e favorável aos interesses da instituição, não deixaram, todavia, de levantar surdos clamores e de acirrar antipatias e desconfianças entre os seus subordinados e os seus colaboradores. Foi daí que nasceram e foram, pouco a pouco, aumentando os

---

<sup>20</sup> Com a reforma do estatuto do Museu Nacional em 1876, várias alterações foram feitas na sua estrutura funcional, buscando aumentar as suas atividades de ensino e pesquisa, introduzindo a Antropologia como área de pesquisa, além de mudança na principal instância decisória, com a criação do Conselho Diretor. Seguem abaixo algumas das modificações:

**DO MUSEU NACIONAL, SEUS FINS E ORGANIZAÇÃO**

Art. 1. O Museu Nacional é destinado ao estudo da História Natural, particularmente do Brasil, e ao ensino das ciências físicas e naturais, sobretudo em suas aplicações à agricultura, indústria e artes. Para esse efeito coligirá e conservará sob sua guarda, devidamente classificados, os produtos naturais e industriais que interessem aquele fim.

Art. 2. Dividir-se-ão em três seções:

1. De antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal;
2. De botânica geral e aplicada e paleontologia vegetal;
3. De ciências físicas: mineralogia, geologia e paleontologia geral.

Art. 3. Enquanto se não realizar a criação de estabelecimento especial para o estudo de arqueologia, etnografia e numismática, constituirão estas matérias uma seção anexa ao Museu Nacional.

Art. 4. A direção e fiscalização de todos os ramos de serviço serão exercidas pelo Diretor Geral com o concurso de um Conselho Diretor, na forma adiante estabelecida.

Art. 5. Além do Diretor Geral, haverá três diretores de seção e outros tantos subdiretores, um secretário, um amanuense, um bibliotecário, um porteiro, um contínuo, seis praticantes, três preparadores e naturalistas viajantes, cujo número será fixado pelo Ministro da Agricultura, Comercio e Obras Públicas sobre proposta do Diretor Geral.

pequenos conflitos de atribuições e de preponderância, por virtude dos quais se viu o Museu, alguns anos depois, em situação anárquica (LACERDA, 1905, p. 46).

Além de Lacerda, o diretor Ladislau Netto angariaria outras antipatias, principalmente nos anos finais da sua gestão, relacionadas às modificações no regimento no ano de 1890, quando os naturalistas-viajantes vinculados ao Museu Nacional passaram a ser obrigados a assinar o ponto diariamente quando não estavam viajando à serviço do Museu. Essa exigência fez com que vários dos colaboradores da instituição saíssem, apesar da boa relação existente desde a década anterior, entre eles Hermann Von Ihering, Fritz Muller e Emil August Goeldi (FIGUERÔA, 1997).

Até a década de 1870 o Museu Nacional não teve concorrência de outros estabelecimentos do gênero no país, apesar dos esforços de diversos diretores que incentivavam a criação de museus provinciais, pensados, de certa forma, como auxiliares da instituição na tarefa de colher objetos e produtos da fauna e da flora, remetendo-os para a Corte do Rio de Janeiro. Entretanto, iniciativas de formação de acervos e criação de “gabinetes” despontaram aqui e ali desde o início do século XIX, ligadas às instituições privadas, como apêndices de instituições de ensino ou colecionadores. Na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, antes Escola Central, o Gabinete de Mineralogia e Geologia tinha sob sua guarda, para fins de ensino e pesquisa, milhares de amostras de minerais de diversas procedências, com destaque para as provenientes das minas de ouro de Minas Gerais, acumuladas desde 1810. Na área das ciências naturais, podemos apontar o Gabinete de História Natural do Maranhão (1844), o Gabinete de História Natural da Bahia (1871), o Gabinete de História Natural do IHGB (1854) e a Sociedade Filomática do Pará, antecessora do Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) (FIGUERÔA, 1997, p. 112).

A partir da década de 1870 surgiriam instituições de guarda e pesquisa de acervos mais robustas, existentes até os dias de hoje, tais como o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866)<sup>21</sup>, o Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1895), que passaram a colaborar e concorrer com o Museu Nacional na formação de coleções e na produção de pesquisas em ciências naturais (LOPES, 1997, p. 160).

No plano local, o Museu intensificou a sua participação na vida cultural da metrópole, através de conferências públicas e exposições, frequentadas pelo Imperador e a família real,

---

<sup>21</sup> Antecessora do Museu Emílio Goeldi, a Sociedade Filomática do Pará foi fundada em 1866 pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Pena. O objetivo inicial era estudar o homem indígena amazônico. Posteriormente passou a estudar a fauna e a flora, além da geografia e a geologia da região amazônica. O nome atual – Museu Paraense Emílio Goeldi – foi dado na década de 1930. Museu Paraense Emílio Goeldi. *Brasiliiana*. Centros e museus. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Consultado em 17 de dezembro de 2022.

autoridades ligadas à diplomacia, as elites econômicas e políticas, das letras e das ciências. Esses eventos geravam farta cobertura pelos jornais, dando ao Museu uma posição que o tornava uma instituição indispensável para o arbítrio de diversas questões, notadamente as de caráter científico, sobre as novidades da época fixando a sua presença no cotidiano da Corte. (FARIA, 1949, p. 8).

Neste contexto de redefinição do papel do Museu, destacou-se também a criação da revista *Arquivos do Museu Nacional* (1876), uma das mais antigas revistas científicas brasileira, editada até os dias de hoje<sup>22</sup>, considerada a primeira especializada em Ciências Naturais do Brasil, importante ferramenta para divulgar a produção dos cientistas do museu. A revista projetou a imagem do Museu Nacional no mundo científico da época ao alcançar os países europeus e os adjacentes, servindo de veículo de difusão e de repositório dos trabalhos dessa instituição (AGOSTINHO, 2014).

Bem afeito ao seu perfil administrativo “autocrático”, nas palavras de Lacerda, coube a Ladislau Netto o papel central na produção da revista, presidindo a comissão de redação, prefaciando, avaliando e validando os artigos a serem publicados. Vale ressaltar que, durante a gestão de Ladislau Netto, foram publicados apenas oito volumes, porém, na leitura de Agostinho (2014, p. 63): “o brilhante jubileu científico” foi o volume 6 da revista *Arquivos*, no qual foi publicado artigo especialmente sobre a *Exposição Antropológica Brasileira* de 1882. Esse volume contou com 112 artigos, os quais faziam relação com a Antropologia, com a Arqueologia e com a Etnologia; sua linguagem era mais acessível ao público em geral, um dos pontos que a diferenciava das anteriores.

Esse bom momento do Museu atraiu D. Pedro II, figura marcante no cenário científico brasileiro, que passou a acompanhar com atenção as atividades desenvolvidas na instituição. Em 18 de julho de 1879, por exemplo, esteve presente no Museu Nacional em uma demonstração experimental sobre os efeitos do *curare*, planta tóxica do gênero *Strychnos*, no humilde laboratório de João Batista de Lacerda<sup>23</sup> e Louis Couty<sup>24</sup>. Estudado por Lacerda em

---

<sup>22</sup> Criado em 1839, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é a mais antiga publicação especializada brasileira em circulação e uma das mais longevas do mundo ocidental. Destina-se a divulgar a produção do corpo social do Instituto, bem como contribuições de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etnólogos, arqueólogos, museólogos e documentalistas de um modo geral. Possui periodicidade trimestral, sendo o último número de cada ano reservado ao registro da vida acadêmica do IHGB e demais atividades institucionais. <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>

<sup>23</sup> João Baptista de Lacerda (1846-1915), médico e fisiologista brasileiro, atuou e foi diretor do Laboratório de Fisiologia Experimental do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que ajudou a organizar em conjunto com Louis Couty. Entre 1895 e 1915 foi diretor do Museu Nacional (DIAS, 1949, p. 50).

<sup>24</sup> Louis Couty foi um médico e fisiologista francês (1854-1884). Couty trabalhou no Laboratório de Fisiologia Experimental do Museu Nacional do Rio de Janeiro, o primeiro do gênero no Brasil (DIAS, 1949, p. 50).

grupos indígenas brasileiros que utilizavam a substância como veneno, o *curare* foi aplicado em um cão. A experiência causou boa impressão no monarca, animando os dois cientistas, que, aproveitando a ocasião, fizeram um apelo pela instalação de um laboratório de fisiologia. Este se concretizaria alguns anos depois com investimentos na compra de equipamentos e estruturação do espaço, financiado em parte por D. Pedro II (DIAS, 1949, p. 50).

A solicitação de apoio, feita diretamente ao imperador pelos cientistas, não era algo incomum e evidenciava a falta de verbas regulares para o pleno funcionamento das atividades científicas no Brasil. O Imperador cumpriu em diversas ocasiões o papel de mecenas das ciências, utilizando verbas próprias ou do Estado para garantir a continuidade de pesquisas. Esse expediente foi utilizado diversas vezes pelo Museu Nacional e ajudou a instituição a alcançar o que muitos historiadores chamaram de sua Idade de Ouro, entre os anos de 1870 a 1889 (LOPES, 1997). Segundo Lacerda, o interesse do imperador em relação ao Museu e à ciência, de um modo geral, foi uma ferramenta importante utilizada em momentos de necessidade e de reforma das instituições científicas brasileiras:

Era uma espécie de privilegio que ele se arrogava a si mesmo, fundado talvez na sua especial competência e no largo conhecimento que havia adquirido desses assuntos durante as suas demoradas viagens pela Europa. Com isto não queremos dizer que na execução dessas reformas o plano e a regulamentação fossem obra do Imperador: ele sugeria apenas a necessidade e a ocasião de fazê-las, emitia o seu juízo e ouvia a opinião de pessoas estranhas ao governo, que ele considerava competentes para traçar normas nesses assuntos (LACERDA, 1905, p. 33).

A expansão do Laboratório de Fisiologia Experimental<sup>25</sup> fez parte do esforço do governo brasileiro em desenvolver pesquisas científicas de ponta, atendendo demandas voltadas para o saneamento de problemas nacionais, tais como a procura de antídotos contra mordidas de cobras. Os estudos pioneiros com o *curare*, venenos de ofídios e anfíbios, desenvolvidos no Laboratório produziram resultados significativos para o combate a um mal que afligia a população brasileira à época, principalmente no meio rural, que foi o envenenamento através de picadas de animais peçonhentos. O Laboratório foi reconhecido por isso no Brasil e no exterior pela qualidade das pesquisas ali desenvolvidas. No entanto, devido a autonomia que usufruía em relação ao Museu, esse destaque provocou uma crise no relacionamento entre Lacerda e Ladislau Netto, ocasionando a diminuição da autonomia que o

---

<sup>25</sup> O Laboratório de Fisiologia Experimental foi criado em 14 de dezembro de 1880, a partir de atividades científicas já desenvolvidas no Museu Nacional. Entre 1880 e 1884 esteve sob a direção de Louis Couty e depois de João Baptista Lacerda (1884-1892), instalado nas dependências do Museu, mas com orçamento separado. Em 1889 teve sua administração separada do Museu, sendo subordinado diretamente à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sendo transformado em Laboratório de Biologia em 1892 e extinto em 1894 (GOMES, 2013).

Laboratório tinha em relação ao Museu e mesmo a saída, essa temporária, de Lacerda da instituição (GOMES, 2013).

A virada do regime político de Monarquia para República (1889) não representou, aparentemente, mudanças na trajetória do Museu e este continuou desenvolvendo suas atividades normalmente. O único senão, com o exílio da família real, foi a perda de apoio do imperador deposto. No entanto, esta foi compensada com a mudança de sede da instituição que, em 1892, passou a ocupar o antigo palácio imperial, concretizando uma reivindicação antiga, arduamente batalhada por Ladislau Netto, que era a instalação do Museu num espaço mais adequado para abrigar seu acervo e seus pesquisadores. Embora fosse apoiador da Monarquia e amigo pessoal do Imperador Ladislau Netto passou a negociar com os novos mandatários do poder, e em 1892, o Museu Nacional passou a ocupar o prédio histórico como sede (DANTAS, 2007, p. 60)

Com a mudança de sede em 1892, já no final da gestão de Ladislau Netto, a instituição passou a ocupar um espaço extremamente significativo para o imaginário da cidade e do país que foi a Quinta da Boa Vista, ex-residência da família real portuguesa e brasileira desde 1808. O governo republicano, instalado pela Proclamação da República, por sua vez não se interessou em ocupar a Quinta da Boa Vista, bastante identificada com o regime que fora derrubado, temendo associar a imagem do novo governo com o anterior, caso se instalasse no mesmo local de tomadas de decisão. Por outro lado, ao concordar em transferir o museu, agora Museu Nacional, para um espaço caracterizado pela manutenção de privilégios e relações pessoais que excluía a maior parte da população, o regime sinalizava, ao instalar uma instituição científica e não política, a sua intenção de promover mudanças na sociedade brasileira, apostando na ciência como fomentadora das transformações que estariam por vir.

O regime republicano, iniciado com o golpe de estado dado em 15 de novembro, fortemente influenciado pelo positivismo nos seus primeiros anos, procurou implementar um ideário, oposto ao da monarquia, em relação à coisa pública, à ciência e a educação. A República seria para todos e o conhecimento científico seria a única forma de conhecimento verdadeiro. A crença na filosofia positivista, observada entre os militares, principalmente, fez com que parte dos integrantes do novo governo voltasse as suas críticas ao ensino vigente, identificando vícios e defeitos que não promoveriam o progresso da nação brasileira. As principais críticas eram sobre o bacharelismo, que caracterizou o ensino na Monarquia, e o sistema de acesso a cargos e funções públicas a partir das relações pessoais no interior das elites. Os republicanos positivistas defendiam a valorização de uma educação baseada no ensino científico, capaz de formar uma nova geração de cidadãos, que por sua vez estaria

comprometida com o progresso material e moral, a modernização das instituições e o aperfeiçoamento da sociedade em seus vários aspectos (CARVALHO, 1995).

Ao confirmar a transferência do Museu, Ladislau Netto tratou logo de solicitar os móveis deixados pela família real, medida que, segundo ele, “traria economia para os cofres públicos, diminuindo o número de aquisições de móveis a fazer, como também melhor conservação dos referidos objetos”. Dessa forma, o Museu herdou um bom número de objetos outrora pertencentes à família real. No entanto, o mobiliário passou a ser utilizado como elemento decorativo ou como móveis de escritório onde permanecerem embelezando algumas salas e o gabinete do Diretor por muitas décadas, até serem incorporados como acervo museológico (DANTAS, 2007, p. 62).

Apesar da mudança de endereço ter sido feita durante a gestão de Netto, quem ficou incumbido da reestruturação foi o diretor João Batista de Lacerda (1895-1915) e este, logo nos primeiros anos de convívio no prédio, constatou a necessidade de obras para transformar a residência em um museu científico. Nos anos seguintes, com sucesso, buscou fazer as adaptações necessárias para adequar seu crescente acervo, os laboratórios e espaços de exposição no novo prédio. No começo do século XX, o palácio deixou de ser reconhecido como Paço de São Cristóvão, passando a ser identificado como prédio do Museu Nacional e/ou parque da Quinta da Boa Vista.

A direção do Museu Nacional herdou também os artefatos do “Museu do Imperador”, localizado em uma das salas do Palácio e aberto apenas para convidados especiais. O museu do monarca era constituído de acervo numismático e um conjunto de objetos que poderiam representar as ciências naturais e antropológicas. As peças foram distribuídas pelas diversas seções do Museu e passaram a fazer parte das suas respectivas coleções (DANTAS, 2007, p. 67).

Responsável pela estruturação física do Museu Nacional após a mudança em 1892, João Batista de Lacerda dirigiu a instituição por 20 anos. Já afamado como fisiologista e considerado um dos principais cientistas do Museu ao longo de quase 50 anos de atuação, Lacerda contribuiu para a posição de destaque alcançada pela instituição na gestão de Ladislau Netto. Durante sua gestão como diretor reintroduziu os cursos públicos no regulamento do Museu Nacional, em 1911. Os cursos foram primeiramente instituídos pelo Regulamento de 1876 e extintos em 1888. Lacerda defendia que o Museu deveria instruir o público através de conferências gratuitas, utilizando para este aprendizado suas coleções e deveria ser baseado no conhecimento prático dos objetos expostos. Dedicou-se também aos estudos antropológicos, tornando-se um nome conhecido internacionalmente ao defender a

tese do branqueamento racial, no caso brasileiro, onde os traços da raça branca se sobreporiam às raças negra e indígena, num ensaio defendido no *Congresso Mundial das Raças* (Londres/1911) (FARIA, 1959, p.40)<sup>26</sup>.

Outro nome de destaque na história do Museu Nacional foi o de Edgar Roquette-Pinto, médico, antropólogo, etnólogo, escritor e ensaísta brasileiro, que ingressou no Museu em 1906, passando a lecionar na cadeira de Antropologia. Em 1926 tornou-se diretor da instituição, permanecendo no cargo até 1936. No campo intelectual se dedicou à Antropologia Física e à Etnologia, dedicando mais de 30 anos aos estudos da população brasileira. Intelectual irrequieto, angariou respeito tanto pelas atividades de campo em que participou, quanto pelas ideias que defendeu. A principal delas foi, sem dúvidas, a defesa da miscigenação racial e da população mestiça brasileira, além da forte crítica ao determinismo racial e biológico (SOUZA, 2008). No campo da educação também defendeu ideias avançadas para a época, tais como um ensino livre e aberto a todos – sem exames e sem diplomas – pois via no Museu uma espécie de Universidade Popular. Para ele o Museu Nacional podia, através do seu acervo, proporcionar um ensino bem mais atraente, utilizando as coleções expostas ao grande público. Como quase todos os ex-diretores, Roquette-Pinto efetuou algumas reformas no regimento da instituição, buscando conservar as coleções de História Natural, tanto as expostas ao público quanto as de estudo; realizar pesquisas científicas nos laboratórios e nas excursões de campo e ensinar e dar assistência ao ensino.

## **1.2 A formação do acervo do Museu Nacional (1818-1930)**

Os museus de ciência natural, desde a sua gênese nos séculos XVIII e XIX, configuraram-se como espaços fundamentais de preservação, produção científica e divulgação do conhecimento científico. Os processos de construção de memória empreendidos por tais instituições, basearam-se fundamentalmente em saberes e técnicas museológicas específicas, tais como guarda, pesquisa, documentação e exposição dos objetos representantes do patrimônio científico. Estes procedimentos representam a constituição de canais de comunicação, diretos ou indiretos, entre a produção de saberes e conhecimentos de cunho científicos e a sociedade.

Uma das atividades de maior relevância em museus de qualquer natureza é a formação do seu acervo, sendo o mesmo consolidado, de acordo com a especificidade de cada um, ao

---

<sup>26</sup>Os estudos antropológicos realizados no âmbito do Museu serão objeto de discussão ainda neste capítulo.

longo de anos, décadas ou séculos. As formas de acúmulo de registros sobre a história da humanidade e da natureza são variadas, podendo ser feitas através de permutas, doações, compras e coletas. No caso dos museus de ciência natural a formação de coleções é imprescindível para as pesquisas ali desenvolvidas, pois é através do estudo de exemplares da fauna, flora, minerais, entre outros, colhidos nos seus locais de origem e analisados nos laboratórios, são estabelecidas relações entre as espécies, famílias e gêneros, procedimentos necessários para a confirmação de teorias científicas.

As coleções dão identidade aos museus e a sua história (da forma como foram constituídas) está diretamente relacionada à trajetória de vida dos indivíduos e dos grupos dedicados à sua constituição, conservação e divulgação, aos contextos políticos-institucionais nos quais se inseriam, às concepções científicas, entre outras questões (INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2001, p. 11). Em relação aos museus de ciências naturais, que, via de regra, são espaços de pesquisas, tornou-se essencial a constante formação ou renovação de coleções ligadas às diversas áreas de estudo do meio ambiente. Nestes museus, a formação do acervo geralmente está relacionada com grandes grupos de pesquisa do mundo natural, divididas em zoológicas, botânicas, mineralógicas e arqueológicas, ou seus subgrupos, variando de acordo com o caráter de cada museu e seus objetos de pesquisa.

A formação do acervo do Museu Nacional foi heterogênea desde a sua fundação em 1818. As coleções iniciais foram constituídas a partir do acervo da Casa dos Pássaros, antiga Casa de História Natural<sup>27</sup>, da coleção do mineralogista alemão Abraham Gottlob Werner (1749-1817) adquirida para a Academia Real Militar; dos diamantes do Distrito Diamantino enviados pelo intendente Ferreira da Câmara à Academia Real Militar; de espécimes geológicos, mineralógicos e zoológicos coletados pelos naturalistas estrangeiros no Brasil como Langsdorff, Natterer e Saint-Hilaire; algumas antiguidades gregas e romanas doadas por D. João VI; de peças etnográficas vindas das Ilhas Sandwich para o Imperador Pedro I, que as doou ao Museu; da coleção de objetos mineralógicos doadas pelo Príncipe da Dinamarca; de produtos mineralógicos e geognósticos do vulcão Vesúvio; da coleção ornitológica doada pelo Museu de Berlim (NETTO, 1870).

Para o acúmulo de itens relacionados ao mundo natural brasileiro, seriam essenciais as contribuições dos viajantes estrangeiros, das expedições científicas brasileiras e da contribuição das autoridades provinciais. No primeiro caso, com a vinda da família real ao

---

<sup>27</sup> Entre os objetos que passaram a fazer parte do acervo do Museu Real, destacam-se cerca de trezentas aves e alguns insetos, coletados por João de Deus Mattos nos distritos de Macaé e Cabo Frio, e um grou real e um pavão, doados, respectivamente, pelo Marquês de Inhabupe e pelo Frei Leandro, primeiros produtos a fazerem parte da coleção zoológica da instituição (LOPES, 1997, p. 52).

Brasil (1808), intensificou-se a realização de expedições científicas e artísticas estrangeiras. Eles percorriam o país com ampla liberdade, com fins de aprimorar seus estudos, em missões científicas e artísticas de caráter oficial ou privado, ou ainda em busca de diversão. Embora tenham contribuído para a formação das coleções do Museu, os naturalistas estrangeiros remeteram para o exterior a maior parte ou o total do que coletavam, revelando traços do Brasil, principalmente nos seus países de origem, desconhecidos até dos brasileiros.

As viagens variavam conforme os objetivos, duração e financiamento. Nos primeiros anos de funcionamento do Museu, entre as expedições e viagens individuais<sup>28</sup>, destacaram-se a Missão Austríaca<sup>29</sup> de 1817, que trouxe os bávaros Carl Martius e Johann-Baptist Spix, do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, do florentino Giuseppe Raddi, do príncipe Maximilian de Wied-Neuwied, do barão de Langsdorff e de Charles Darwin (MELLO-LEITÃO, 1941). Uma contribuição importante para o arrolamento das viagens científicas no Brasil foi a obra *A História das Expedições Científicas*, produzida por Cândido de Mello-Leitão (MELLO-LEITÃO, 1941). Na sua obra ele lista dezenas de expedições nacionais e estrangeiras que percorreram o território brasileiro a partir de 1500 até a década de 1930, fazendo breves comentários de cada uma, assim como assinalando as suas rotas, as nacionalidades dos viajantes, suas filiações, classificando-as em três áreas gerais que são a botânica, a zoológica e a etnográfica. No seu trabalho, por conta da sua filiação ao Museu, ele também identificou as contribuições feitas pelas expedições à instituição, de diferentes origens e objetivos, para o acervo em formação.

Os museus, jardins botânicos e zoológicos europeus foram os principais beneficiários das coletas de caráter oficial, estrangeira, feitas no território brasileiro, enriquecendo as suas coleções através da captação de artefatos e exemplares de plantas, animais e minerais. Alguns viajantes, inclusive, apesar de também suprirem instituições de pesquisa, entraram no circuito do mercado de animais, plantas e minerais considerados “exóticos”, aos olhos dos europeus, abastecendo um mercado de luxo, tais como cactos e orquídeas e animais vistosos, principalmente insetos, ou plantas de valor comercial, para serem reproduzidas em estufas.

---

<sup>28</sup> No prefácio de seu livro, publicado em 1941, Mello-Leitão define expedição científica como “as viagens que percorreram um território com o mandato expresso de reconhecê-lo e estudá-lo. [...] realizada com determinado fim e executada por um grupo, sob a orientação de um chefe, e obedecendo um plano de trabalho definido” (MELLO-LEITÃO, 1941, p.7) diferenciando-a das viagens individuais com fins científicos ou pessoais.

<sup>29</sup> A Missão Artística Austríaca ou Austro-Alemã foi um grupo de artistas e cientistas que acompanhou a princesa Leopoldina em sua viagem para o Brasil, a fim de se casar em 1817 com o futuro imperador Dom Pedro I. Entre os integrantes da Missão estavam o médico e botânico Von Martius e o zoólogo Von Spix, além do pintor Thomas Ender. Eles estudaram a natureza do Rio de Janeiro até 1818, quando partiram em uma longa expedição que passou por São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas (LISBOA, 1995).

Por outro lado, a maior parte do fornecimento de produtos para as coleções do Museu foi a contribuição das viagens nacionais. Realizadas geralmente por militares nas suas missões de trabalho ou por naturalistas em expedições oficiais, demandadas pelas instituições científicas, que percorreram o país em busca de produtos da fauna e da flora para serem estudados, exemplares de minerais, grupos indígenas etc., contribuindo de maneira bem significativa para o crescimento do acervo da instituição e também para o conhecimento de vastas extensões do nosso território (MELLO-LEITÃO, 1941).

### **1.3 Expedições nacionais: conhecimento científico e prospecção de recursos (1859-1930)**

As viagens com fins de estudos da natureza, desde os princípios do século XIX, passaram a ser consideradas pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em conhecimento científico e em produto para o mercado. Neste sentido, as expedições nacionais cumpriram um papel importante por proporcionar o conhecimento do território, de seus habitantes e das riquezas naturais, iniciativas que interessavam ao Estado imperial e, posteriormente, ao republicano, no processo de construção da identidade nacional e prospecção de produtos com potencial valor econômico.

Podemos estabelecer um padrão para a captação de artefatos indígenas no Brasil da metade do século XIX até os anos 1930. Neste período, a principal contribuição para as coleções do Museu passou a vir das suas próprias expedições ou de outros órgãos estatais brasileiros, sendo uma pequena parte do acervo suprida pelas expedições estrangeiras ou de viajantes particulares. As expedições científicas contavam com objetivos claros de observação, estudo e coleta e roteiros bem definidos. Visavam, sobretudo, vasculhar o território brasileiro com o intuito de conhecer suas gentes e as potencialidades econômicas a serem exploradas, utilizando-se da coleta de material científico para embasar suas classificações e estudos de espécimes botânicas e zoológicas, exemplares de minerais e artefatos indígenas, a serem feitos, na maior parte das vezes, a *posteriori* das viagens, nas dependências das instituições científicas.

A primeira referência de contratação de uma viagem para coleta de “produtos naturais e etnográficos do vale do Amazonas”, foi feita pelo diretor Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui (1847-1866), na década de 1840, ao incumbir o tenente-coronel Francisco Raimundo de Farias para trazer espécimes e objetos para abastecer os mostruários do Museu (FARIA, 1949, p. 7). A partir daí diversos naturalistas, brasileiros e estrangeiros, percorreram o território brasileiro coletando toda sorte de produtos naturais e artefatos indígenas. Entre a

segunda metade do século XIX e a década de 1930, o Museu viu suas coleções serem incrementadas por estas expedições, possibilitando um aumento substancial do seu acervo de ciências naturais.

Com o objetivo de estabelecer a relação entre o fortalecimento do Museu Nacional, enquanto museu natural e instituição de pesquisa, e as expedições científicas nacionais como fornecedoras de itens para o acervo, analisaremos brevemente três momentos específicos relacionados à exploração científica do território brasileiro: 1) a organização da Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte (1859-1861); 2) as expedições comandadas por Ladislau de Souza e Mello Netto e a sua gestão à frente do Museu entre 1874 a 1893; e, por fim, 3) o conjunto de expedições sob a direção do Marechal Rondon entre 1906 e 1930, sobretudo as que contaram com a presença de cientistas do Museu Nacional, com destaque para a viagem de Edgar Roquette-Pinto em 1912.

Com exceção da primeira expedição aqui listada, voltada para pesquisas com o objetivo de mapear e explorar riquezas naturais, culturais e históricas do interior do Brasil próximas do litoral, as demais expedições citadas visaram o estudo das populações originais com viés antropológico, estudos introduzidos no Museu por Ladislau Netto e que se tornaria o campo de pesquisa e de práticas museológicas mais destacado da instituição nas décadas seguintes.

A primeira expedição oficial de pesquisa formada exclusivamente por brasileiros foi a Comissão Científica de Exploração (1859-1861), concebida, elaborada e executada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) com o apoio do Museu Nacional, percorreu cidades do Ceará, principalmente, além da Paraíba e Rio Grande do Norte. Tinha como objetivos conhecer as potencialidades geográficas e naturais de seu território, sobretudo a existência de jazidas de ouro no Ceará, e coletar amostras da fauna, da flora e de minerais, para o incremento das coleções museológicas e estudos de história natural, buscando inserir o país no prestigioso âmbito da comunidade científica internacional.

A Comissão começou a ser organizada a partir de 1857, contando com aporte de verbas garantido pelo governo imperial para compra de equipamentos, transporte e manutenção dos expedicionários, enquanto o IHGB ficava responsável pela direção técnica e científica da viagem. A escolha da Província do Ceará como destino esteve ligada a suposta existência de metais preciosos, rumores que circulavam desde o século XVIII. Apesar do entusiasmo inicial dos envolvidos na organização e na viagem e o apoio governamental, logo as dificuldades apareceram. Na viagem, iniciada no começo do ano de 1859, os primeiros empecilhos estiveram relacionados aos meios de transporte, terrestre e marítimo, precários,

morosos e sem conforto. Já em solo cearense foi o tempo que retardou o deslocamento dos cientistas, por cinco meses (março a agosto) as chuvas impediram a saída para o interior, dificultando também a compra de animais de transporte e alimentos. Na segunda quinzena de agosto a Comissão, dividida em três grupos, partiu da cidade de Fortaleza percorrendo as cidades de Baturité, Quixeramobim e Crato (TEIXEIRA, 2013).

No começo de 1860, diante da demora na liberação de verbas e das críticas recebidas na Corte, parte da Comissão retornou. Sem ter sucesso na sua principal missão, a descoberta de minerais preciosos, e desgastados por diversos motivos, que iam desde o clima áspero do sertão, as doenças (foram registrados dois óbitos entre os viajantes), problemas de relacionamento interno e com a população dos locais onde passou a expedição, inicialmente planejada para durar até 1862, voltou para a Corte no começo de 1861, encerrando a etapa de observação e prospecção.

Mesmo não tendo alcançado o êxito esperado na sua tarefa principal, motivo que levou ao seu descrédito junto ao governo imperial, a expedição obteve bastante sucesso na coleta de material científico. O Museu Nacional recebeu da Comissão cerca de 14 mil amostras de plantas, a maior recebida até aquele momento pela instituição, além de centenas de esboços, desenhos e descrições da flora cearense, 17 mil exemplares de insetos, répteis, peixes e aves, entre animais vivos e mortos, instrumentos científicos modernos comprados na Europa para a expedição e uma coleção de dois mil livros. Esse aporte variado, além de enriquecer as coleções museológicas da instituição, foi importante por fornecer subsídios para os estudos dos seus naturalistas, sobretudo nas áreas de zoologia, botânica e mineralogia. Além disso, alguns dos participantes da Comissão Científica deram continuidade aos seus estudos nas dependências do Museu.

Por outro lado, o volume de material recebido deixou evidente a falta de estrutura do Museu Nacional. Diante do pequeno número de servidores incumbidos de classificar, preparar e fazer a divulgação do acervo captado, mesmo contando com a ajuda de parte dos integrantes da Comissão, e da dificuldade para abrigar tamanha quantidade de amostras orgânicas de plantas e animais, acabou por ser perdida boa parte do que foi coletado. Em relação aos animais vivos, a falta de locais apropriados fez com que o diretor Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui solicitasse a particulares a sua guarda e manutenção.

Os produtos trazidos do Ceará suscitaram algum interesse por parte do público e se tornaram objeto de várias exposições do Museu Nacional<sup>30</sup>, sendo também incluídos na

---

<sup>30</sup>Com os produtos recebidos pelo Museu Nacional da Comissão Científica de Exploração (1859-1861), acrescidos aos que já existiam no Museu, foram organizadas várias exposições: a Exposição de Indústria (1861),

mostra de produtos nacionais levada para a Exposição Universal de 1862, em Londres. Já em termos de estudos não houve uma publicação relevante que mostrasse os resultados da expedição, além de alguns relatórios, estes acabaram diluídos em artigos esparsos em publicações do IHGB, do Museu, entre outras. Nos anos seguintes à expedição, alguns fatores contribuíram para a escassez dos resultados acadêmicos da expedição, tais como problemas de saúde de alguns dos naturalistas, a morte de outros e mesmo o retorno às lides políticas e à ocupação de cargos estatais. Como fator externo, a Guerra do Paraguai (1865-1870) piorou o cenário, drenando verbas e salários dos membros assalariados pelo governo para o esforço de guerra. O Museu Nacional também sofreu as consequências do conflito e teve suas atividades praticamente paralisadas.

#### **1.4 As expedições científicas estrangeiras no Brasil: ciência e imperialismo nos trópicos (1808-1912)**

A ocorrência de expedições estrangeiras no território brasileiro na sua maior parte, alternou entre as tentativas das potências europeias, posteriormente, também os Estados Unidos, em aumentar a sua presença e influência junto aos governos brasileiros, imperiais ou republicanos, do ponto de vista econômico, cultural e científico, a prospecção científica da fauna, flora e minerais e os estudos antropológicos. Com o acesso impedido por Portugal poucos naturalistas europeus puderam percorrer a Colônia brasileira entre 1500 e 1808 e a permissão só viria com a chegada da família real portuguesa<sup>31</sup> e a abertura dos portos às nações amigas, ambos os eventos ocorridos em 1808<sup>32</sup>.

---

a I Exposição Nacional (1862), preparatória para a Exposição Universal de Londres (1862) e a II Exposição Nacional (1866), preparatória para a Exposição Universal de Paris (1866) (LOPES, 1997, p. 127/128).

<sup>31</sup> O príncipe regente Dom João desde sua chegada ao Brasil havia procurado dinamizar a vida da então colônia para tornar o território competitivo diante da comunidade das nações. Do ponto de vista administrativo, não seria produtora, para uma corte instalada no exílio, manter uma terra enorme sob o antigo perfil extrativista e agrário, isolada e pouco não explorada sob o ponto de vista científico, quando a ciência estava em alta. Entre outras medidas, abriu os portos brasileiros para as nações amigas, fundou o Banco do Brasil, fomentou uma indústria incipiente e estimulou a vida cultural especialmente na capital, e, no contexto das negociações do Congresso de Viena, em 1815 alçou o Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (NETO, Manoel S. "A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil"). *Jornal Opinião e Notícia*, 24/03/2008.

<sup>32</sup> O Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas foi uma carta régia promulgada pelo Príncipe-regente de Portugal Dom João de Bragança, no dia 28 de janeiro de 1808, em Salvador, na Capitania da Baía de Todos os Santos, no contexto da Guerra Peninsular. Foi a primeira Carta Régia promulgada pelo Príncipe-regente no Brasil, o que se deu apenas seis dias após sua chegada, com a família real e a nobreza portuguesa, em 22 de janeiro de 1808. Esse foi o primeiro passo do processo de Independência do Brasil, concluído em 1822. IN «*Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808, Página, Vol. 1 (Publicação Original)*». Câmara dos Deputados. Consultado em 20 de março de 2023.

O interesse pelo Brasil por parte de nações e cientistas estrangeiros entre 1808 e 1840 teve dois sentidos principais de atuação. O primeiro ligado ao interesse científico que o território apresentava, diante da singularidade da fauna e da flora sul-americana, atraindo dezenas de naturalistas entre a primeira metade do século XIX e a metade do século XX. Com o acesso impedido por Portugal poucos naturalistas europeus puderam percorrer a Colônia brasileira entre 1500 e 1808 e a permissão só viria com a chegada da família real portuguesa<sup>33</sup> e a abertura dos portos às nações amigas<sup>34</sup>, ambos os eventos ocorridos em 1808.

Entre 1808 e 1840, de forma bem mais acentuada do que em outros períodos, o fluxo de cientistas foi claramente acompanhado de intenções políticas por parte das nações europeias, que, aproveitando a instabilidade da relação Brasil/Portugal e também do contexto político europeu conturbado, financiaram ou estimularam expedições científicas e culturais, procurando aumentar suas áreas de influência no campo político e econômico primeiro sobre o Reino de Portugal e depois da nascente nação brasileira, e também prospectar potenciais produtos a serem explorados economicamente. Neste período pelo menos três expedições se destacaram evidenciando o avanço imperialista, ou a sua tentativa, de nações europeias sobre o território brasileiro: a Missão Artística Francesa (1816), a Missão Artística Austro-Alemã (1817) e a Missão Russa do Barão de Langsdorff (1821-1829).

A Missão Artística Francesa<sup>35</sup>, idealizada por Antônio de Araújo de Azevedo (1754-1817), Conde da Barca, tinha como finalidade implementar as artes úteis no Brasil, por meio

---

<sup>33</sup>O príncipe regente Dom João desde sua chegada ao Brasil havia procurado dinamizar a vida da então colônia para tornar o território competitivo diante da comunidade das nações. Do ponto de vista administrativo, não seria produtor, para uma corte instalada no exílio, manter uma terra enorme sob o antigo perfil extrativista e agrário, isolada e pouco não explorada sob o ponto de vista científico, quando a ciência estava em alta. Entre outras medidas, abriu os portos brasileiros para as nações amigas, fundou o Banco do Brasil, fomentou uma indústria incipiente e estimulou a vida cultural especialmente na capital, e, no contexto das negociações do Congresso de Viena, em 1815 alçou o Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (NETO, Manoel S. "A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil"). *Jornal Opinião e Notícia*, 24/03/2008.

<sup>34</sup> O Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas foi uma carta régia promulgada pelo Príncipe-regente de Portugal Dom João de Bragança, no dia 28 de janeiro de 1808, em Salvador, na Capitania da Baía de Todos os Santos, no contexto da Guerra Peninsular. Foi a primeira Carta Régia promulgada pelo Príncipe-regente no Brasil, o que se deu apenas seis dias após sua chegada, com a família real e a nobreza portuguesa, em 22 de janeiro de 1808. Esse foi o primeiro passo do processo de Independência do Brasil, concluído em 1822. IN «*Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808, Página, Vol. 1 (Publicação Original)*». Câmara dos Deputados. Consultado em 20 de março de 2023.

<sup>35</sup>A Missão Artística Francesa chegou no Brasil em 1816, a bordo do navio *Calpe*, escoltado por navios ingleses, sendo liderada por Joachim Lebreton, contou com os artistas Jean-Baptiste Debret, pintor histórico; Nicolas-Antoine Taunay, pintor de paisagens e cenas históricas, seu filho Félix Taunay, aprendiz; Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny, arquiteto; Auguste Marie Taunay, escultor; Charles-Simon Pradier, gravador; François Ovide, engenheiro e mecânico; Jean Baptiste Leve, ferreiro; Nicolas Maglioti Enout, serralheiro; Pelite e Fabre, peleteiros; Louis-Joseph Roy e seu filho Hyppolite Roy, carpinteiros. Muitos deles trouxeram suas famílias, criados e outros auxiliares. Seis meses mais tarde, uniram-se ao grupo Marc Ferrez, escultor, e Zéphyrin Ferrez, gravador de medalhas (SCHWARCZ, 2008).

da criação de uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, aportou no Rio de Janeiro a 26 de março de 1816. Embora com um perfil mais artístico do que científico, o grupo de artistas e artífices que participaram da missão fizeram parte de um movimento que buscou melhorar a relação entre Portugal e França, recém-saídos de um litígio que levou a família real portuguesa a vir para o Brasil, através da cultura, seja retratando cenas urbanas e naturais do país, projetando edificações e criando instituições voltadas para a formação de trabalhadores para a produção industrial.

A representação pictórica de paisagens urbanas e naturais, circunscrita basicamente ao Rio de Janeiro, produzida por artistas da Missão como Debret e Taunay, deixaram indiretamente um legado importante no campo científico, abrindo a possibilidade para vários estudos posteriores sobre a natureza e a composição da população (SCHWARCZ, 2008). Segundo Lúcia Bastos Neves<sup>36</sup>, a produção dos artistas franceses da Missão criou uma memória da monarquia brasileira, contribuindo para o ingresso do Império nascente numa certa senda de civilização, em que o país real, o dos escravos e misérias, era redesenhado sob a aparência de um país ideal, de acordo com o modelo da civilização francesa. Embora a Missão Artística Francesa tenha sido cercada de controvérsias, ligadas à sua criação e resultados, seu objetivo de criar o ensino das artes plásticas e o desenvolvimento do ensino acadêmico, alcançou êxito, fazendo com que a influência francesa no cenário artístico permanecesse por muito tempo. Entretanto, na relação política/econômica não suplantaria a Inglaterra, principal parceira econômica de Portugal e depois do Brasil.

A primeira expedição científica estrangeira de vulto a percorrer o Brasil foi a Missão Artística Austro-Alemã (1817-1820), organizada na Áustria e patrocinada pela Coroa Austríaca, que veio com o séquito de Leopoldina de Habsburgo (1797-1826), futura imperatriz do Brasil. No grupo de artistas e cientistas, figuravam entre outros os zoólogos Johan Baptiste Von Spix (1781-1826) e Johann Natterer; os botânicos Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), Johann Sebastian Mikan (1769 – 1844), e Johann Emanuel Pohl. Além do pintor Thomas Ender (1793 – 1875).

Após três meses de preparativos, tendo sido contratada toda uma equipe de apoio, composta de guias, tropeiros, escravos, índios, que viabilizariam a parte operacional da expedição. A Missão iniciou sua grande expedição em 1818 percorrendo as vizinhanças da Corte, a partir daí, dirigiu-se a São Paulo, de onde seguiu viagem para Minas Gerais. Esteve em Ouro Preto e Diamantina, alcançando o rio São Francisco e, pelas suas margens chegou à

---

<sup>36</sup>NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. A missão artística francesa. Rede da Memória Virtual Brasileira. Consultado em 27 de março de 2023.

Bahia, onde embrenhou-se pelo sertão baiano, indo de lá para a zona das secas de Pernambuco, Piauí e Maranhão. Os expedicionários pegaram um navio em São Luís e foram para Belém do Pará, chegando lá em meados de 1819. De Belém subiram o rio Amazonas até o Solimões, onde se separaram. Spix seguiu viagem pelo Amazonas até os limites do Peru, enquanto Martius seguia o rio Japurá, até a fronteira com a Colômbia. Reencontraram-se em Santarém, de onde seguiram para Belém e depois Rio de Janeiro, de onde partiram para a Europa, alguns deles<sup>37</sup>, em 1820.

A Missão, após três anos de abundantes pesquisas e muitos riscos, durante os quais percorreram uma extensão de cerca de 10 mil km., reuniu 6.500 variedades de flora, 85 espécies de mamíferos, 350 aves, 130 anfíbios, 146 de peixes e 2.700 insetos<sup>38</sup>. Indubitavelmente, foi um feito na história da ciência, ao percorrer mais de dez mil quilômetros de regiões inóspitas, onde havia carência de tudo, e ao reunir milhares de espécimes de nossa fauna e flora, além de um vasto material etnográfico dos povos com que manteve contato, a expedição granjeou seu lugar entre as grandes expedições científicas da era moderna.

Na Missão Artística Austro-Alemã dois pesquisadores se destacaram por realizar a mais completa exploração da fauna e da flora brasileiras até os dias de hoje, dando origem a uma série de produções responsáveis por revelar detalhes fascinantes e profundos do Brasil ao Velho Mundo: Spix e Martius lançaram as bases para a divisão dos biomas brasileiros além de catalogar quase metade de todas as espécies de plantas brasileiras até hoje conhecidas. Em apenas 3 anos — de 1817 a 1820 — os naturalistas percorreram mais de 10 mil km, passando por diversos estados, entre os quais São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, legando uma vasta produção científica publicada em diversos volumes e, ainda, um relato da viagem, intitulado *Viagem pelo Brasil*, publicado em 1823 (LIMA, 2019)<sup>39</sup>.

A expedição austríaca foi uma façanha espetacular em termos científicos por compilar um sem número de informações e exemplares animais, vegetais e minerais que, junto com os

---

<sup>37</sup>A viagem do zoólogo Johann Natterer, que tinha se dirigido para Goiás e Mato Grosso, durou 18 anos. O cientista tinha sido dado como morto pelo governo austríaco, mas reapareceu em Belém do Pará em 1836, embarcando de lá para a Europa levando copiosa coleção de artefatos indígenas que se encontra hoje no Museu de Viena. LAHUERTA, Flora Medeiros. Viajantes e a Construção de uma ideia De Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). Scripta Nova, Universidad de Barcelona, v. 10. 01 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-64.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

<sup>38</sup>ANTUNES, Cristina. A Viagem pelo Brasil de Spix e Martius. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/node/326>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

<sup>39</sup>LIMA, Alice Santana. *Spix, Martius e o legado-histórico-científico-ficcional das viagens*. Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2019/spix-martius-e-o-legado-historico-cientifico-ficcional-das-viagens/>.

relatos produzidos pelos seus integrantes, produziu um conjunto de conhecimentos sobre o Brasil, desconhecido dos brasileiros e portugueses. Em relação às coleções sobre a fauna, a flora, minerais e povos brasileiros, nada ficou no Museu Real, em funcionamento desde 1818. Em relação a possíveis interesses políticos da Áustria no Brasil, apesar de termos uma imperatriz de origem austríaca, o conjunto de informações sobre o país produzido pela Missão não teve maiores desdobramentos. A imperatriz morreria ainda jovem, em 1826, diminuindo ainda mais qualquer interesse por parte da Áustria. Por outro lado, a Inglaterra continuaria atenta aos movimentos de outras nações europeias que ameaçassem o controle que tinham sobre a jovem nação, mantendo intacta a influência que exercia em relação aos negócios brasileiros<sup>40</sup>.

Em 1821 outra expedição científica estrangeira, patrocinada pelo imperador russo Alexandre I e apoiada pelo governo brasileiro, foi organizada com o objetivo de percorrer o território brasileiro, sendo liderada pelo naturalista alemão Georg Henrich von Langsdorff, então embaixador da Rússia no Brasil<sup>41</sup> e composta por artistas, naturalistas, botânicos, a expedição percorreu milhares de quilômetros entre o Rio de Janeiro e Belém do Pará, gerando quase duas mil páginas de registros manuscritos, diários, aquarelas e documentos cartográficos, além de vasto acervo científico sobre a fauna, flora e minerais, além de artefatos etnográficos coletados no contato com tribos indígenas dos territórios percorridos.

Entre os participantes da expedição Langsdorff figuraram o ornitólogo francês Édouard Ménétriès<sup>42</sup>, o zoólogo alemão Christian Friedrich Hasse (1771-1831), o botânico alemão Ludwig Riedel (1790-1861)<sup>43</sup>, os pintores franceses Aymé-Adrien Taunay (1803-

---

<sup>40</sup>Com as finanças em baixa com a Guerra da Independência (1821-1824), somado à retirada dos recursos do tesouro com o retorno de D. João VI e da corte portuguesa para Portugal (1821), D. Pedro I teve que recorrer à Inglaterra para financiar a dívida do reconhecimento de Portugal e de toda a Europa. O “empréstimo português” no valor de 3,7 milhões de libras esterlinas marcou a origem da dívida pública externa do Brasil e para muitos a dependência financeira do Brasil com a Inglaterra ao longo do século XIX (GUIMARÃES, 2012).

<sup>41</sup>Georg Henrich von Langsdorff, nascido em Wollstein, na Alemanha, e naturalizado russo, formou-se em Medicina pela Universidade de Gottingen/ALE. Entre 1803 e 1804 esteve no Brasil participando da viagem de circum-navegação do globo organizada pelo império russo, permanecendo na Ilha de Santa Catarina, hoje Florianópolis, onde coletou espécies e estudou a natureza. De 1812 até 1821, Langsdorff ocupou o cargo de cônsul-geral da Rússia no Brasil e, paralelamente, fez pesquisas sobre a fauna e a flora brasileira. Em 1821 foi nomeado barão, retornando ao Brasil no posto de embaixador da Rússia no Rio de Janeiro. A expedição Langsdorff, como ficou mais conhecida, durou de 1821 a 1836, com intervalos e interrupções. Acometido por uma febre tropical durante a uma viagem para a região amazônica, Langsdorff perdeu parte da memória em 1836 e voltou à Europa, onde faleceu em Bresgau, na Alemanha, em 1852 (BECHER, 1990).

<sup>42</sup>Édouard Ménétriès, nascido em Paris em 1802, foi um entomólogo e ornitólogo francês, fundador da Sociedade Entomológica Russa e curador do Museu Zoológico russo. Além da expedição Langsdorff participou de outras similares organizadas pelo império russo, tais como a Expedição ao Cáucaso na década de 1830. Faleceu em 1861 em São Petesburgo, na Rússia.

<sup>43</sup>Ludwig Riedel foi o botânico da expedição Langsdorff. De 1831 e 1836, Riedel deu continuidade à expedição após a doença de Langsdorff. Posteriormente ocupou o cargo de chefe do Departamento de Botânica, Agricultura

1828)<sup>44</sup> e Hercules Florence (1804-1879)<sup>45</sup> e até um astrônomo, o russo Nestor Rubtsov (1799-1874)<sup>46</sup>, oficial da marinha russa. A expedição percorreu o Brasil em duas etapas: a primeira, em 1824, percorreu os arredores do Rio de Janeiro e a província de Minas Gerais, onde contou com a colaboração do pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858)<sup>47</sup>, a segunda, saindo em 22 de junho de 1826, partiu do interior de São Paulo, de onde seguiria por via fluvial de Porto Feliz, no rio Tietê, em direção ao Mato Grosso e posteriormente à região amazônica. O caminho escolhido pelos expedicionários não era mapeado e nunca tinha sido percorrido por cientistas brasileiros. A expedição chegou a Cuiabá em 30 de janeiro de 1827, cerca de seis meses após a partida (BECHER, 1990, p. 76).

A partir de Cuiabá a expedição dividiu-se em duas frentes, um grupo com Riedel e Taunay viajou para o oeste, percorrendo os rios Guaporé, Mamoré e Madeira. O segundo grupo, composto pelos outros participantes da expedição foram para a Vila de Diamantino pelos rios Preto, Arinos, Juruena, Tapajós e Amazonas. O reencontro seria em Manaus, mas as dificuldades encontradas naquele ambiente inóspito lograram o sucesso da viagem: o pintor Taunay morreu afogado no rio Guaporé, enquanto boa parte do segundo grupo sofreu com um feroz surto de febre que ocorria na Vila de diamantino. A expedição foi interrompida em maio de 1828 diante da condição mental de Langsdorff, também acometido pela febre,

---

e Artesanato do Museu Nacional, onde atuou também como diretor interino. Administrou também os jardins da Quinta da Boa Vista e o Jardim Botânico, ambos no Rio de Janeiro (Centro Cultural Banco do Brasil, p. 53).

<sup>44</sup> Taunay, nascido em Paris em 1803, chegou ao Brasil com 15 anos acompanhando o pai, Nicolas Antoine Taunay, membro da Expedição Artística Francesa. Após a desistência de Rugendas em prosseguir na expedição, Aymé-Adrien foi contratado por já possuir experiência em expedição. Tinha participado da expedição francesa à Oceania, denominada de expedição Freycinet. Durante a expedição de Langsdorff registrou cenas do cotidiano da aldeia dos indígenas Bororos, um dos conjuntos de aquarelas mais significativos. Aymé-Adrien seguiu com Riedel de Cuiabá para o rio Amazonas, afogando-se na travessia do rio Guaporé em 1828 (Centro Cultural do Banco do Brasil, 2010, p. 49).

<sup>45</sup> Hercule Florence, chegou ao Brasil em 1824 e passou a fazer parte da expedição em 1825 como segundo-desenhista. Florence executou um grande número de desenhos no período, além de catalogar os trabalhos produzidos por Rugendas e Taunay. Durante a expedição chegou a utilizar uma câmara escura para captar imagens e aperfeiçoar seus desenhos. Estes experimentos de fixação de imagem foram anteriores aos produzidos por Daguerre. Após a expedição se estabeleceu no Brasil, trabalhando como jornalista em São Paulo. (Centro Cultural do Banco do Brasil, 2010, p. 50).

<sup>46</sup> Nestor Rubtsov graduou-se pela Escola de Navegação da Frota do Báltico e veio para o Brasil em 1822 para participar da Expedição Langsdorff como responsável por fazer observações astronômicas e magnéticas, além da confecção de mapas e plantas das regiões percorridas. Rubtsov tornou-se o principal colaborador de Langsdorff e seus trabalhos foram importantes por serem pioneiros no mapeamento do território brasileiro (Centro Cultural do Banco do Brasil, 2010, p. 51).

<sup>47</sup> Rugendas nasceu em Augsburg, na Baviera, em 1802, e cursou a Academia de Belas-Artes de Munique. Proveniente de uma família de artistas assinou contrato para participar da expedição em 1821. Após viagens nos arredores do Rio de Janeiro e a Minas Gerais, acabou se desentendendo com Langsdorff, abandonando o trabalho em 1825, levando cerca de 500 desenhos produzidos até então. Suas viagens pelo Brasil continuaram e em 1825 ele voltou para a Europa onde em 1835 publicou seus trabalhos (Centro Cultural do Banco do Brasil, 2010, p. 48).

possivelmente malária. Já sob o comando de Riedel, os expedicionários partiram para Belém em setembro de 1828 e em março de 1829 viajaram para o Rio de Janeiro (BRECHER, 1990).

Um levantamento acerca do acervo da expedição Langsdorff, produzido pelo professor russo Boris Komissarov nos anos 1980, identificou mais de 1.000 desenhos e aquarelas confeccionados durante a expedição, 36 mapas e plantas, 100 objetos etnográficos, 100 mil exemplares de plantas, 5.000 objetos relativos a sementes, frutos e tipos de madeira lenhosas, 1.000 aves empalhadas, além de mamíferos, peixes, répteis e insetos. Junto com os objetos e exemplares da fauna, flora e minerais, a expedição legou às instituições russas 4.000 páginas de manuscritos com informações valiosas nas áreas de botânica, zoologia, geografia, economia, história, etnografia e linguística. Este valioso conjunto de informações científicas encontra-se espalhado por diversas instituições russas<sup>48</sup>.

A expedição científica russa foi organizada num contexto político internacional de ascensão da influência e poderio militar russo, marcado pela vitória sobre Napoleão e pelos acordos assinados no *Congresso de Viena*<sup>49</sup>, onde, ao lado da Prússia e da Áustria, fundou uma nova ordem internacional. Neste sentido as viagens, além de recolherem informações científicas, também serviam para acumular informações econômicas, políticas e mesmo estatísticas sobre os espaços que percorriam. Logo, não seria desprezível a hipótese de que as expedições científicas também tivessem um viés imperialista em alguns casos. As relações políticas entre o Brasil e a Rússia não se alteraram com a expedição, no entanto, coincidentemente ou não, a expedição russa foi imediatamente posterior às expedições francesa (1816) e austro-alemã (1817), que poderia demonstrar interesse pelo Brasil, num momento de estruturação do jovem Estado brasileiro, vinda das potências econômicas da época, excetuando a Inglaterra já hegemônica nessa relação.

A expedição de Langsdorff, considerada por Sevckenko (1996, p. 117) como a mais ampla e arriscada expedição científica feita no século XIX no Brasil, foi um dos principais projetos de expansão do império russo sobre a costa ocidental da América, na tentativa de unir

---

<sup>48</sup> Entre as instituições que receberam material científico e escritos produzidos pela Expedição Langsdorff, encontram-se o Arquivo, o Instituto de Botânica, o Instituto de Zoologia e o Museu de Antropologia e Etnografia, todos pertencentes a Academia de Ciências da Rússia, e o Arquivo Naval Russo (Centro Cultural do Banco do Brasil. Expedição Langsdorff. São Paulo, 2010)

<sup>49</sup> O Congresso de Viena foi uma conferência entre embaixadores das grandes potências europeias que aconteceu na capital austríaca, entre setembro de 1814 e junho de **1815**, cuja intenção era a de redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota da França napoleônica na primavera anterior. O objetivo foi reorganizar as fronteiras europeias a fim de resgatar os limites territoriais e geográficos anteriores à Revolução Francesa, sistematicamente alterados pelas conquistas de Napoleão, e restaurar a ordem absolutista do Antigo Regime. Após o fim da época napoleônica, que provocou mudanças políticas e econômicas em toda a Europa, os países vencedores (Áustria, RússiaPrússia e Reino Unido) sentiram a necessidade de selar um tratado para restabelecer a paz e a estabilidade política na Europa (VICK, 2014).

os dois oceanos, além de realizar o mais completo e documentado levantamento da natureza brasileira jamais feito então por qualquer cientista ou explorador. Foi a junção da espionagem científica, a espionagem econômica e a espionagem política, mas redundou num verdadeiro fracasso, sobretudo sob os pontos de vista econômico e político.

O interesse científico pelo território brasileiro continuou atraindo diversos naturalistas, embora a organização de grandes expedições tenha diminuído por conta da instabilidade política e as revoltas que grassaram em todo o país após a abdicação de D. Pedro I e no período da Regência. Diversos naturalistas realizaram pesquisas de forma individual, sem envolver abertamente os governos de seus países de origem. Com a coroação de D. Pedro II e a estabilidade política que se seguiu, o Brasil passou novamente a ser destino das expedições estrangeiras. No entanto, a forma de financiamento mudou e as instituições científicas passam a substituir os governos no sentido de viabilizar as pesquisas, deixando de enfatizar as questões geopolíticas e colocando no lugar a preocupação com a produção de conhecimentos sobre os territórios percorridos.

Contando com o apoio do governo brasileiro, na figura de D. Pedro II, várias expedições coletaram exemplares da fauna, da flora e de minerais, além de artefatos indígenas, ao longo da segunda metade do século XIX, sem precisarem dar nenhuma contrapartida ao Brasil e as suas instituições científicas, a não ser produzir conhecimentos sobre o território brasileiro, que muitas vezes ficaram inacessíveis aos brasileiros ao ser publicados na Europa ou Estados Unidos. A tentativa de atrair pesquisadores estrangeiros geralmente era feita através de remessas de coleções, doadas pelo imperador, desfalcando o acervo do Museu Nacional. Segundo Mello-Leitão, até o material coletado para o Museu Nacional era remetido para os museus estrangeiros, apesar do amplo auxílio dado pelo governo brasileiro às expedições (MELLO-LEITÃO, 1941). A seguir destaco algumas expedições que, mesmo não alcançando a notoriedade das expedições das décadas de 1810 e 1820, produziram importantes estudos sobre o meio ambiente e as populações autóctones brasileiras.

O estímulo para a realização de pesquisas no Brasil viria também do desenvolvimento dos estudos antropológicos a partir dos anos 1850 na Europa e no Brasil a partir da década de 1870. Seguindo as teorias vigentes na França e Alemanha, respectivamente, a primeira atração era a busca pelo homem primitivo, “elo perdido” entre o homem moderno e seus ascendentes pré-históricos, presente na teoria evolucionista de Darwin, e, posteriormente, a explicação sobre a origem do homem americano, a miscigenação e as teorias eugenistas, trariam diversos antropólogos estrangeiros ao país em busca de exemplares de homens sem contato com a

civilização ou miscigenados para reforçar as teses racistas e imperialistas brancas/europeias que, via de regra, defendiam.

Entre os anos de 1848 e 1850, a expedição científica liderada pelo Conde de Castelnau<sup>50</sup> percorreu o Rio de Janeiro junto com dois botânicos, Alfred Russel Wallace<sup>51</sup>, em missão que tinha por objetivo estudar as possibilidades de comunicação através das águas da bacia do Rio Amazonas. A expedição saiu do Rio de Janeiro, onde passou quatro meses fazendo observações meteorológicas e pesquisando sobre o magnetismo terrestre. Dali a expedição partiu para Minas Gerais, depois Cuiabá e sul do Mato Grosso de onde seguiu para solo paraguaio, passando por Assunção, subindo pela Bolívia e Peru até Lima. Os estudos produzidos pelos botânicos ingleses a partir de coletas e observações feitas no Brasil serviram de base para reforçar teorias biológicas, tais como o *transformismo*<sup>52</sup>, criada pelo biólogo Jean-Baptiste Lamarck, e o *mimetismo*<sup>53</sup>, termo criado pelos pesquisadores ingleses (BATES, 1862).

Entre 1865 e 1866, o Brasil foi percorrido pela Expedição Thayer, organizada e patrocinada pela Universidade de Cambridge, e liderada pelo zoólogo suíço Louis Agassiz<sup>54</sup>, que recebeu o apoio incondicional do governo brasileiro. Composta pelos zoólogos John Antony e John Allen, o taxidermista Georg Sceva, o desenhista James Burckhardt, do geólogo Charles Frederick Hart e da esposa de Agassiz, Elizabeth Cary, contou também com a colaboração do naturalista brasileiro João Martins da Silva Coutinho. A expedição percorreu

---

<sup>50</sup> François Louis Nompar de Caumont Laporte nasceu em 25 de dezembro de 1810, em Londres. Estudou história natural em Paris e aos 27 anos embarcou em sua primeira expedição científica em terras canadenses que durou 4 anos. Além de estudar a fauna dos lagos canadenses, também compôs um perfil dos sistemas políticos do Canadá e Estados Unidos.

<sup>51</sup> Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates, nascidos na Inglaterra em 1823 e 1825, respectivamente, partiram para o Brasil em 1848. Sua intenção era coletar insetos e outros espécimes animais na Floresta Amazônica para o Museu de História Natural de Londres também vendê-los a colecionadores na Inglaterra para custear as expedições (BATES, 1862).

<sup>52</sup> Teoria explicativa da sucessão de faunas e floras no decurso dos tempos geológicos, fundada na ideia de transformação progressiva das populações e estirpes, seja sob a influência do meio (Lamarck), seja pela mutação seguida de seleção natural (Darwin, De Vries). *Oxford Essential Portuguese Dictionary*. USA: Ed. Oxford University Press, 2013.

<sup>53</sup> O mimetismo é uma característica adaptativa de animais ou plantas de imitar outro organismo para obter vantagens. Entre os maiores objetivos do mimetismo está a proteção contra predadores. Há, também, outras funções, como obter vantagem no acasalamento, alimentação ou confundir a presa. *Oxford Essential Portuguese Dictionary*. USA: Ed. Oxford University Press, 2013.

<sup>54</sup> Jean Louis Rodolphe Agassiz (Môtier/Suíça - 1807 - Cambridge/EUA, 1873) zoólogo e geólogo suíço, notório por sua Expedição Thayer, era um dos principais críticos das teorias de Charles Darwin, se tornando o principal expoente do pensamento criacionista cristão e um dos promotores e principais defensores do racismo científico e do criacionismo no século XIX (MACHADO, 2007).

as cidades de Petrópolis/RJ e Juiz de Fora/MG, parte do Nordeste e a região amazônica com o objetivo de registrar os tipos raciais brasileiros, além de estudar a fauna e a flora.

A expedição contou também com a presença dos fotógrafos Augusto Stahl e Walter Hunnwell, que produziram um dos principais registros fotográficos do Brasil de meados do século XIX. Os registros fotográficos de dezenas de pessoas nuas em cidades como Rio de Janeiro e Manaus, didaticamente arranjadas, foram utilizados pelo cientista para tentar representar a veracidade das suas teorias racistas. A teoria racista de Agassiz baseava-se no criacionismo e defendia que os homens foram criados desiguais, ocupando uma posição hierárquica definida onde os seres supostamente menos evoluídos estariam condenados eternamente à inferioridade. Nesse sentido, ele não só rejeitava as teorias sobre a origem e evolução de Darwin, como abraçava a teoria da degeneração, matriz do racismo científico, que via na miscigenação o principal fator da degeneração das raças humanas. O naturalista pretendia comprovar, observando escravos e seus descendentes, que negros e brancos, pertencentes a raças diferentes, não podiam habitar o mesmo espaço, defendendo ainda que os negros deveriam ser mantidos apartados da civilização por causa da sua incapacidade de se civilizar (MACHADO, 2007).

A teoria de Agassiz foi muito difundida e aceita no Brasil pela elite escravocrata e também por parte da comunidade científica que acreditava na inferioridade de negros e índios e na impossibilidade de integrá-los à sociedade. Tal posição reforçava tanto o *apartheid* a que os negros estiveram submetidos durante a escravidão e após a emancipação, quanto a tutela do índio pelo Estado, considerado um obstáculo para a expansão agrícola e o progresso. Esse debate estaria presente na implementação dos estudos antropológicos no Museu Nacional na década de 1870 e a questão da miscigenação seria objeto de extensas discussões dentro e fora da instituição até as primeiras décadas do século XX e também nos projetos de governo monarquista e republicano.

Entre o final do século XIX e início do XX, expedições alemãs também vieram ao Brasil para estudar sua população autóctone, visitando, as regiões Norte e Centro Oeste. Estas regiões foram os locais prediletos de diversos cientistas alemães para pesquisas antropológicas e etnográficas pela grande diversidade de comunidades indígenas ali existentes, algumas pouco contatadas ou praticamente desconhecidas dos naturalistas brasileiros e estrangeiros. Em 1884, Karl von den Steinen<sup>55</sup>, com alguns auxiliares técnicos,

---

<sup>55</sup> Karl Von Steinen nasceu em Mühlheim-na-Ruhr, em 7 de março de 1855 e morreu em Cromberg, Alemanha em 4 de novembro de 1929. Pesquisador da Universidade de Berlim, em 1884, com alguns auxiliares, partiu de Cuiabá, desceu pelo Rio Xingu da nascente até a foz, indo até o Pará. Estudou os índios, fixou a origem

partiu de Cuiabá, Mato Grosso, alcançando Belém do Pará, descendo o rio Xingu de sua nascente até a foz. No seu livro *Durch Central Brasilien*, fixou a filiação dos índios Bacairis aos Caraíbas e não aos Tupi-Guaranis, como se pretendia. Voltou ao Brasil em 1887, para estudar os afluentes do rio Xingu, fazendo um estudo etnográfico dos Bacairis. (GASPAR, sd.). Ainda em 1888, viajou para a região do rio Araguaia, e, em 1889, explorou a região do rio Purus. Seu trabalho científico concentrou-se em pesquisas na área da mitologia comparada e trabalhos na área da linguística.

Em 1903, o antropólogo Koch-Gruenberg<sup>56</sup>, patrocinado pelo Museu Real de Etnologia, chegou a Manaus e de lá subiu o Rio Negro, passando em São Gabriel e o Rio Içana. Depois, por terra, visitou o território entre os rios Curicuraí e o Japurá, retornando a Manaus em 1905. Neste período estudou diversas comunidades indígenas localizadas na região, entre os quais os Suisí, Cururucuará, Tucanos, Macú e Pianacotô-Umauá. Em 1911, patrocinado pelo Instituto Baessler de Berlim, Gruenberg subiu o Rio Negro, seguindo em direção à Guiana Inglesa, de onde voltou para a Alemanha em 1913. Nas duas viagens, além de recolher farto material etnográfico, plantas e uma coleção de borboletas, estudou a língua de mais de 40 povos indígenas. Produzindo diversos trabalhos de antropologia e etnografia (MELLO-LEITÃO, 1941, p. 330).

Koch-Grünberg foi personagem marcante na etnologia brasileira com seus trabalhos de campo. Mesmo sem formação acadêmica, tornou-se etnógrafo e indigenista, cuja profícua produção até hoje rende frutos. Koch-Grünberg, por sua vez, foi influenciado pelo evolucionismo, teoria em voga na tradição alemã dos viajantes naturalistas interessados na América do Sul – seu trabalho nos museus etnográficos evidenciou seu esforço colecionista e classificatório, característico do evolucionismo (MOSTARDO, 2005).

---

dos Bacairis como sendo os Caribes e não os Tupi-Guaranis, como se achava até então. Publicou os resultados da expedição em 1886, no livro intitulado *Durch Central-Brasilien* (Através do Brasil Central). Retornou ao Brasil em 1887, para estudar os afluentes do rio Xingu. Para esta expedição contratou os rio-grandenses Carlos Dhein e o seu irmão Pedro Dhein para integrar a expedição, como guias. Como resultado de seus estudos, publicou *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens* (Entre os Povos Nativos do Brasil Central) (NEUMANN, 2009).

<sup>56</sup>Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) foi um etnologista e explorador alemão que contribuiu relevantemente para o conhecimento dos povos indígenas da América do Sul, em particular dos *Pemon* da Venezuela e dos povos indígenas brasileiros da região Amazônica, estudando sua mitologia, as lendas, a etnologia, a antropologia e história. Foi um pioneiro da fotografia antropológica e suas descrições das origens brasileiras continuam de interesse etnológico. Koch-Grünberg morreu inesperadamente em 1924, de malária, na vila de Vista Alegre, no município roraimense de Caracará, durante uma expedição com o pesquisador norte-americano A. Hamilton Rice e o luso-brasileiro Silvino Santos, que procuravam cartografar o Rio Branco. (MONTARDO, 2005).

Em 1910, atraído pelo planalto central e o extremo oeste do Mato Grosso e com o apoio do Museu Nacional foi a vez de Max Schmidt<sup>57</sup> adentrar o território percorrido pela Missão Rondon e por outras expedições de origem alemã, estudando os Parecí-Kabisí por um ano. Schmidt já tinha estado na região do Mato Grosso entre 1900 e 1901, sem, contudo, participar de expedições. De 1926 a 1928 esteve novamente em Mato Grosso, trabalhando com os Bakairí, Waurá, Kaiabi, Pareci, Iranche, Tamainde-Nombikuara, Umutina e Guotó, e realizando, além disso, em diversos lugares, pesquisas pré-históricas.

Como quase todos os etnólogos de sua geração e da anterior, Max Schmidt tinha seu trabalho orientado pela ideia de que o contato dos povos autóctones com o homem branco causaria a extinção dos indígenas, por conta disso acreditava na necessidade urgente de reunir tudo quanto poderia servir para documentar suas culturas e preservar sua memória. O objetivo principal das suas pesquisas de campo etnográficas era a obtenção de material influenciado o menos possível pela cultura europeia. Em 1905 publicou um livro sobre sua primeira viagem ao Brasil Central, onde há um capítulo intitulado "Penetração de cultura europeia na região das cabeceiras do Xingú", além disso, sua monografia sobre os Bakairi, publicada em 1947 na Revista do Museu Paulista, teve à época importância especial para o estudo da aculturação (BALDUS, 1954, p. 253).

Por fim, fechando as citações sobre as expedições estrangeiras, destacamos a Expedição Científica Rondon-Roosevelt que ocorreu entre 1913-1914. Apesar de não ter pretensões de realizar estudos científicos, ela tornou-se bastante conhecida por desbravar um território praticamente desconhecido, mapeando um grande território e coletando espécimes da fauna e flora desconhecidas em pleno século XX. O plano inicial de Theodore Roosevelt era viajar para a Argentina e Brasil, além de fazer um cruzeiro pelo Rio Amazonas, onde pretendia se dedicar à caça e à pesca, a expedição teve seus objetivos alterados após sugestão do governo brasileiro, feita por Lauro Muller<sup>58</sup>, que acabou convencendo Roosevelt a acompanhar o Marechal Cândido Rondon em uma viagem pela região amazônica. Meio a contragosto, Rondon, envolvido na hercúlea tarefa de construção das linhas telegráficas na Amazônia, propôs que a aventura turística se transformasse em algo útil, na sua concepção, e

---

<sup>57</sup> Max Schmidt nasceu em Altona, em 1874 e faleceu em 1950 em Assunção. Estudou nas universidades de Tübingen, Berlim e Kiel, recebendo em 1889 o grau de *Doctor juris utriusque* pela faculdade de Direito da Universidade de Erlangen. Permaneceu, porém, apenas alguns meses no exercício de profissão jurídica, mudando-se ainda no mesmo ano para a capital da Alemanha, a fim de assistir a preleções de Etnologia e trabalhar no Museu Etnológico. Dedicou a vida a estudos dos povos indígenas sul-americanos, tornando-se importante nome da etnografia (BALDUS, 1954).

<sup>58</sup> Lauro Severiano Muller (1863-1926), militar, engenheiro, político e diplomata brasileiro, foi secretário de Estado de Assuntos Exteriores do presidente Hermes da Fonseca (1907-15). Muller havia convidado Roosevelt para vir ao Brasil como uma tentativa do governo de aproximar-se dos EUA.

condicionou sua tarefa de guia de Roosevelt à mudança de itinerário e função. Assim, Rondon sugeriu que a viagem tivesse também um caráter científico e aproveitasse a oportunidade para mapear um rio amazônico, o rio da Dúvida, de curso ainda pouco conhecido e que poderia seguir tanto para o sul quanto para o norte do país, percurso também desconhecido pelo militar.

A Expedição Científica Rondon-Roosevelt foi a primeira de um grupo não-indígena a explorar o longo curso do rio, localizado em áreas remotas da Bacia Amazônica. A viagem, cheia de contratemplos<sup>59</sup> durou 5 meses e foi patrocinada pelo Museu Americano de História Natural, tendo como objetivos, além da demarcação geográfica do Rio da Dúvida, a expedição, iniciada em Cáceres, margem do Rio Paraguai em Mato Grosso, com 15 pessoas, também coletou várias espécies de animais e insetos (ROOSEVELT, 2010). Segundo Roosevelt, os naturalistas George K. Cherrie<sup>60</sup> e Leo E. Miller<sup>61</sup> coletaram e classificaram mais de 2.500 aves, cerca de 500 mamíferos, alguns répteis, batráquios e peixes, muitos dos quais novos para a ciência, pois que grande parte da região ainda não havia sido visitada por colecionadores científicos. Contudo, o principal trabalho da expedição, como tinha proposto Rondon, foi de ordem geográfica, representado pela exploração de um rio desconhecido, feito sob os auspícios do governo brasileiro e em colaboração com seus representantes (ROOSEVELT, 2010, p. 331).

As expedições científicas estrangeiras no Brasil, de um modo geral, foram marcadas por um viés imperialista desde a transferência da corte portuguesa (1808), não avançando em termos de riscos de ocupação territorial por conta da hegemonia econômica mantida pela Inglaterra por todo o século XIX, fator que inibia as pretensões de outras potências europeias,

---

<sup>59</sup> O trecho entre os rios Juína e o encontro do rio da Dúvida com o Aripuanã – uma região entre os estados de Mato Grosso, Rondônia e Amazonas – foi descrito por Rondon e Roosevelt como um sinistro esforço de sobrevivência. Após cruzarem as áreas abundantes de caça dos acampamentos da Comissão das Linhas Telegráficas, entre os biomas Pantanal e Cerrado, a entrada nas matas da Amazônia revelou-se mais hostil do que previram. Enxames de mosquitos, falta de alimentos, decisões erradas sobre uso de mantimentos e embarcações, a presença de indígenas isolados belicosos e uma interminável sequência de cachoeiras mortais foram alguns dos obstáculos. Roosevelt ainda foi picado de cobra, sem maior gravidade, e contraiu uma doença tropical que o fez perder peso e sofrer com surtos de febre, provavelmente a malária, quase o levando à morte (ROOSEVELT, 2010).

<sup>60</sup>George Kruck Cherrie (1865-1948) foi um naturalista e explorador estadunidense. Colecionou diversos espécimes de aproximadamente quarenta expedições que participou para museus, principalmente pela América Central e América do Sul, incluindo a Expedição Científica Rondon-Roosevelt de 1913 a 1914, quando Cherrie estava coletando espécimes para o Museu Americano de História Natural. Pelo seu trabalho, diversas espécies foram denominadas com seu nome. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/George\\_Kruck\\_Cherrie](https://pt.wikipedia.org/wiki/George_Kruck_Cherrie). Consultado em 12 de abril de 2023.

<sup>61</sup>Leo Eduard Miller (1887-1952) foi um naturalista que percorreu a América do Sul no apogeu das explorações científicas impulsionadas pelos grandes museus americanos e europeus de meados do século XIX ao início do XX. Acompanhou Theodore Roosevelt num safári na África (1909) e ao Brasil (1913-1914), nesse último coletando espécimes para o Museu Americano de História Natural. (NARANJO; NARANJO, 2013, p. 2).

em franco crescimento industrial, sobre o Brasil. A ciência e a política irão andar de mãos dadas, já que foi através da ciência que as nações europeias conseguiram acumular conhecimentos sobre a economia, geografia, recursos naturais e humanos aqui existentes. Lembramos que o controle do governo imperial sobre a entrada de expedições estrangeiras foi bem liberal, não excluindo nenhuma nacionalidade de adentrar o território brasileiro.

No período que vai de 1875 até 1914, uma nova fase da competição por mercados de consumo, entre os países desenvolvidos, acirrou a busca incessante por recursos naturais, cada vez mais exóticos, facilitada pela migração (o avanço dos meios de transporte derrubou os custos logísticos a níveis nunca presenciados pela humanidade, possibilitando o crescimento do deslocamento de cargas e pessoas) e pelos meios de comunicação. A produção industrial em larga escala e o desenvolvimento científico acelerado levou a Europa a uma nova onda de ocupação territorial fora das suas fronteiras, através da adoção de barreiras comerciais e a constituição de impérios que pudessem competir com mais vigor e assegurar mercados consumidores cativos. A ocupação europeia de grande parte dos continentes africano e asiático esteve inserida neste contexto e uma nova onda colonialista, misto de ocupação militar e controle econômico de países pouco desenvolvidos, denominada por Eric Hobsbawm (2007) como a Era dos Impérios, levaria o mundo ao conflito de contornos mundiais entre 1914 e 1918. A nova onda capitalista, caracterizada pela busca de mercados consumidores e produtos primários a serem explorados, impactaria o Brasil, aumentando o fluxo de expedições dentro do seu território.

Por outro lado, não podemos descartar os interesses puramente científicos que motivaram os naturalistas a partir do final do século XX, cada vez mais financiados por instituições de pesquisa e de guarda de acervos. Entre estes pesquisadores, seriam os antropólogos, aparentemente, os que viriam com o intuito de desenvolver trabalhos sem fins políticos, já que os estudos sobre os homens, sobretudo os povos indígenas, não estariam ligados à busca de produtos com potencial valor econômico e também pouco ofereciam acerca da formação de um mercado consumidor.

## 2 ASPECTOS GERAIS DA IMPLEMENTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS NO MUSEU NACIONAL (1870-1930)

### 2.1 O surgimento da Antropologia enquanto campo de estudo(1850-1870)

O surgimento dos estudos antropológicos mais sistematizados, a partir do final do século XVIII, na Europa, está relacionado ao processo de reconhecimento de povos e culturas diferentes dos existentes no continente europeu, que se encontravam em regiões cobiçadas pelo avanço do imperialismo de nações europeias, sobretudo em áreas dos territórios africano, asiático e americano. Estes estudos incluíram entre seus interesses as diferenças raciais do gênero humano, a origem e migração dos povos, as características físicas e morais que os diferenciavam, o modo de vida, a religião e as estruturas sociais, além de suas culturas materiais. Esse conhecimento foi utilizado pelos europeus para a produção de teorias raciais baseadas na superioridade de homens brancos, justificando assim a subjugação de outras etnias e a ocupação das suas terras, com base no conceito de civilização. As nações civilizadas teriam a missão de civilizar os habitantes nativos, considerados atrasados na hierarquia das raças, apresentando a eles, por via da religião cristã e o progresso material, os benefícios que poderiam alcançar a partir do contato com os europeus (KEULLER, 2012).

A conjunção entre a ciência e a política, produto da herança do pensamento iluminista por um lado (ciência) e pelo outro do movimento expansionista de algumas nações europeias nos séculos XVIII e XIX (imperialismo), no entanto, foi amplamente desfavorável às populações autóctones, relegando estas ao extermínio, à escravidão e a perda da sua identidade cultural. Exemplo desta relação estreita entre ciência e política foi a fundação e atuação da Sociedade dos Observadores dos Homens<sup>62</sup>, criada na França em 1799, sob os auspícios de Napoleão Bonaparte. Seus integrantes, tributários do pensamento iluminista francês, entendiam a história humana como uma sucessão de estágios em direção a uma sociedade futura ideal, reforçando a ideia de que a civilização, no caso a europeia, seria o destino de toda a humanidade e estaria ao alcance de todos os homens. De acordo com tal noção, civilização era a mais alta posição da hierarquia deste estágio e progresso era a palavra

---

<sup>62</sup> A *Société des Observateurs de l'homme* (Sociedade dos Observadores do Homem) foi uma sociedade científica criada em 1799 em Paris e extinta em 1804. Embora de vida curta, a instituição durante muito tempo foi considerada como o berço da antropologia francesa. Inclusive o termo Antropologia foi cunhado e apresentado inicialmente nas discussões ocorridas no âmbito da Sociedade. A composição da Sociedade foi formada por um grupo de cientistas-filósofos, entre eles médicos, naturalistas, historiadores, e teria tido como sócios os cientistas P.S. Laplace (1749-1827) e J. B. Lamarck (1744-1829). (CHAPPEY, 2002, p. 293-294).

usada para qualificar avanços em direção a uma sociedade científica e moral (KEULLER, 2012). Este pensamento, de certa forma, marcaria as teorias antropológicas desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX.

Os primeiros estudos antropológicos eram extremamente etnocêntricos, ou seja, analisavam as culturas diferentes com base no ponto de vista de uma pessoa imersa na cultura europeia. Com isso, os europeus visavam mostrar que sua cultura e seu desenvolvimento eram superiores aos das demais sociedades, colocando a colonização como um movimento necessário de civilização para aquelas sociedades que, neste ponto de vista, eram atrasadas. Durante o século XIX, as nações europeias mantiveram ou ampliaram a sua posição de domínio sobre outros povos e no contato com culturas diferentes. No entanto, no século XIX, após ter vivenciado a revolução científica do século XVIII, a justificativa para a ocupação ou exploração imperialista necessitava de explicações científicas (e não religiosas) para justificar o domínio de povos. Era, novamente, necessário justificar-se o movimento colonizador, porém com certas diferenças epistemológicas. Além da simples partilha das terras, os europeus precisavam de matéria-prima para suprir a necessidade imposta pela expansão industrial do século XIX.

As teorias antropológicas divergiram na defesa de alguns pressupostos, apesar da força das ideias com teor eurocêntrico que circulava entre os cientistas, gerando controvérsias e a necessidade de realização de estudos das populações indígenas, negras e/ou miscigenadas, consideradas inferiores, para corroborar a defesa de um ou outro ponto de vista. Ao longo dos séculos XIX e XX, tais ideias necessitaram de comprovação empírica para reforçá-las, levando os antropólogos a organizarem suas pesquisas de campo, onde destacaram as características físicas e os aspectos culturais dos povos autóctones e das populações miscigenadas para comprovar seu “atraso” em relação às populações brancas europeias. As pesquisas de campo, facilitadas pela melhoria do transporte e das comunicações, levaram naturalistas, militares, religiosos e agentes de governo a entrar em contato com povos indígenas de diversas partes do globo, aproximação que veio a provocar mudanças profundas na concepção de natureza humana, na ideia de civilização e ciência e a importância da interpretação racial. Visões ligadas à origem do homem ganharam contornos específicos, gerando debates extremamente antagônicos, por exemplo, entre os defensores das teorias monogenistas e poligenistas. A primeira acreditava que a origem humana provinha de uma só espécie de homens, filhos de Adão e Eva, baseada na narrativa da Bíblia, a outra defendia origens diversas, centrando suas análises e argumentos na diversidade e no isolamento dos povos autóctones das diversas regiões do globo.

Este foi o contexto do surgimento da Sociedade de Antropologia de Paris, fundada, em 1859, pelo médico e anatomista francês Paul Broca (1824-1880). Esta sociedade, que contava com 20 participantes no ano de 1860, em sua maioria médicos, cresceu exponencialmente desde a sua fundação, subindo para um total de 500 associados vinte e cinco anos depois, atestando a importância acadêmica e política que adquiriu os estudos antropológicos (CASTRO FARIA, 1973). A nova ciência que emergia, doravante denominada antropologia (mais tarde subdividida em física e cultural), estava relacionada ao conhecimento da história natural do homem, ganhando atribuições específicas a partir da prática de pesquisa desenvolvida por Broca e seus discípulos. Os estudos de Broca se fundamentaram “nas induções e deduções científicas estabelecidas pela observação e experimentação”, ou seja, no conhecimento anatômico e fisiológico do ponto de vista da história natural do homem. O termo antropológico agora era utilizado como estudo da história natural da humanidade entendida como uma ou mais espécies físicas no mundo animal. Broca definiu este domínio fazendo uma distinção entre a antropologia zoológica, que podia ser entendida como o estudo dos grupos humanos considerados dentro de seu relacionamento com o resto da natureza; a antropologia descritiva, estudo do grupo humano considerado dentro de seus detalhes; e a antropologia geral, sendo o estudo do grupo humano considerado dentro de seus caracteres gerais (CASTRO FARIA, 1973).

A divisão entre homens civilizados e homens primitivos, pautada na superioridade do homem branco e no modelo civilizatório europeu, segundo reflexões produzidas por cientistas e antropólogos, alimentou e foi alimentada pelos novos avanços imperialistas na África e Ásia, principalmente. Estas posições também se baseariam em diversas dicotomias, tais como ciência moderna universal e conhecimento local, sociedades históricas e pré-históricas e sociedades progressivas e estáticas. Em todos os casos amplamente favoráveis ao domínio europeu sobre regiões ou povos considerados atrasados.

A Antropologia também recebeu a influência de estudos de outras ciências, entre elas a Sociologia e a Psicologia, mas a mais importante no seu momento de estruturação foram as que estavam relacionadas com a Biologia. A Teoria da Evolução, formulada por Charles Darwin, em alta na sociedade intelectual europeia do século XIX, foi aproveitada pelo antropólogo e biólogo inglês Edward Burnett Tylor e pelo geógrafo e biólogo Herbert Spencer para a elaboração da antropologia evolucionista, também chamada de darwinismo social.

Segundo Spencer, assim como os animais desenvolveram-se biologicamente, evoluindo e se tornando mais aptos ao meio, a cultura também tinha evoluído porque alguns seres humanos, supostamente, teriam evoluído mais. Surge aí a noção etnocêntrica de raça,

que alegava que algumas “raças humanas” eram superiores a outras. Também surgem as noções de cultura superior e cultura inferior, sendo que o padrão de medida de tais era o da própria cultura europeia. Com isso, não causou espanto a ideia de que a cultura europeia desenvolvida pelo homem branco era superior e que as culturas desenvolvidas por povos de outras etnias eram inferiores. Para os evolucionistas ou darwinistas sociais, o fato de haver diferentes níveis hierárquicos de desenvolvimento cultural evidenciava a justificação da dominação dos povos “inferiores” pelos povos “superiores”. Ao extrapolar essas ideias para o campo social, surgiu o darwinismo social. Spencer apoiava-se na ideia de competição individual e pensando na ideia de evolução por seleção natural, aplicou-a a tempos históricos. Assim, ele associava evolução e desenvolvimento, hierarquizando as raças numa escala em que o homem branco era superior, sob o aspecto biológico, aos demais. Somado aos estudos desenvolvidos sobre o cérebro humano, passou a considerar que este podia ser visto como sendo gradualmente aumentado pela experiência acumulativa do processo civilizatório e levando a posicionar as raças do mundo em uma escala de cor e cultura (KEULLER, 2012, P. 45-46).

A concepção clássica de antropologia, estabelecida a partir dos estudos europeus do século XIX e XX, gerou duas vertentes: a antropologia física e a antropologia cultural. A antropologia biológica ou física é um estudo da formação do ser humano em seus aspectos físicos. Os antropólogos dessa vertente buscaram, junto à Biologia, determinar quais fatores levaram os seres humanos a desenvolver determinados atributos físicos em sociedades específicas. Dessa maneira, se um antropólogo está estudando uma aldeia indígena que tem características próprias, ele vai procurar saber quais fatores geográficos e biológicos levaram aquele grupo a desenvolver as suas características peculiares.

A Antropologia cultural é uma vertente mais ampla e busca compreender como se formaram as culturas dos diferentes grupos humanos, tomando a cultura, conjunto de hábitos, costumes, valores, religião, arte, culinária etc., como parâmetro para comparar grupos desiguais em termos de desenvolvimento mental e material. Essa corrente destaca e valoriza a diversidade cultural, observando os comportamentos dos indivíduos dentro do ambiente em que vive e da cultura da sociedade em que está inserido. Há a observação das personalidades dos seres humanos frente às imposições culturais e sociais, além daquilo que o indivíduo pode e tem a capacidade de produzir a partir das circunstâncias em que se encontra. Além disso, a antropologia cultural buscou, como objeto de pesquisa, analisar a capacidade das culturas em se misturar e interagir, de acordo com a miscigenação entre etnias e entre nacionalidades, avaliando a positividade ou negatividade destes movimentos.

Predominantes no fim do século XIX, as ideias etnocentristas ou evolucionistas, baseadas na antropologia física, começaram a modificar-se dentro da antropologia com os trabalhos desenvolvidos pelo geógrafo e antropólogo alemão, naturalizado estadunidense, Franz Boas<sup>63</sup> no começo do século XX. Boas desenvolveu a ideia de que cada cultura tem uma história particular e considerava que a difusão de traços culturais acontecia em toda parte, em várias direções. A antropologia estende a investigação ao trabalho de campo, por meio da qual estuda-se a cultura em seus próprios termos. Surgia o culturalismo, também conhecido como relativismo cultural, rejeitando, de maneira marcante, o evolucionismo que dominou a Antropologia na segunda metade do século XIX.

Também no começo do século XX, o antropólogo polonês Bronislaw Malinowski<sup>64</sup> revolucionou os estudos antropológicos ao fundar um método funcionalista para a antropologia, que entende a sociedade com base no papel e na função dos seus vários elementos. Malinowski concentrou os seus estudos nas funções sociais e psicológicas de vários fatos e processos culturais que são fundamentais para a reprodução tanto da sociedade como dos indivíduos, procurando mostrar que a cada tipo de civilização, a cada costume, a cada objeto material, a cada ideia ou crença, está associada uma necessidade, uma tarefa indispensável no todo funcional.

## **2.2. A implementação e estruturação dos estudos antropológicos no Museu Nacional**

Os estudos antropológicos no Museu Nacional tiveram início na década de 1870, desenvolvendo-se em dois sentidos: o ensino e a pesquisa. Em ambos os casos, estiveram diretamente ligados a paradigmas teóricos e metodológicos elaborados na Europa e Estados Unidos ao longo dos séculos XIX e XX. Entretanto, os pesquisadores ligados ao Museu não estiveram vinculados a um único conceito antropológico, alternando suas posições de acordo

---

<sup>63</sup> Franz Boas (1858-1942) foi um antropólogo teuto-americano, um dos pioneiros da antropologia moderna que tem sido chamado de "Pai da Antropologia Americana". Suas teorias antropológicas foram elaboradas a partir do contato com povos nativos que viviam no norte do Alasca quando foi contratado como cartógrafo para mapear um conjunto de ilhas da região. Passando um bom tempo no local, ele percebeu que era necessário aprofundar-se na cultura de um povo, fazer o que eles faziam e conhecer a sua língua para realmente entendê-lo sem preconceitos (MOURA, 2004).

<sup>64</sup> Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942), antropólogo polaco, doutorou-se aos 24 anos com altas honras na Universidade Jaguelônica em filosofia, física e matemática. Foi considerado um dos fundadores da antropologia social. Atuando na London School of Economics (LSE), foi um dos pioneiros do funcionalismo etnográfico. Em pleno início da I Guerra Mundial iniciou sua pesquisa de campo na Nova Guiné, permanecendo a maior parte do tempo nas Ilhas Trobriand, onde observou os povos indígenas locais, intercalando suas expedições com estadias na Austrália (DURHAM, 1986).

com o avançar de novos estudos e das suas relações com a conjuntura política dominante no período.

Os primeiros estudos antropológicos no Brasil foram elaborados no âmbito dos cursos de Medicina, proporcionados pelas disciplinas de anatomia, relacionados às discussões dos problemas fundamentais da origem do homem, em voga na Europa, e pelas técnicas de pesquisa empreendidas por Paul Broca, fundamentalmente a craniometria (CASTRO FARIA, 1973, p. 8-9). Entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, foi nas faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro<sup>65</sup>, principalmente, que os principais expoentes desta nascente, pelo menos no Brasil, área do conhecimento deram os seus primeiros passos. Nomes como Ladislau Netto, João Baptista Lacerda, Rodrigues Peixoto, Sá Oliveira, Edgar Roquette-Pinto, Raimundo Lopes, Raimundo Nina Rodrigues, Álvaro Fróes da Fonseca, entre outros, a partir dos estudos do corpo humano, ocuparam espaços de pesquisa e desenvolveram teorias a partir das suas observações na cidade e no campo, sempre atentos às correntes antropológicas em voga na Europa, sobretudo na França, Inglaterra e Alemanha, e nos Estados Unidos.

Do interesse particular, e muitas vezes isolado, dos médicos e estudantes, os estudos antropológicos se institucionalizariam no Brasil a partir da criação de cursos específicos, tais como o criado pelo Museu Nacional<sup>66</sup> em 1876 e, posteriormente, nas nascentes universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em outra direção, estes estudos cresceram com o interesse que o Brasil suscitou na Europa e nos Estados Unidos por conta do seu potencial de contato com indígenas considerados “selvagens”, fator que transformava o país num laboratório a céu aberto para estudos da origem do homem primitivo americano.

A seguir abordaremos brevemente o desenvolvimento dos “estudos da natureza do ser humano”, definição da antropologia que se tornou corrente entre os pesquisadores e pesquisadoras que se interessaram pelo assunto, para em seguida apresentar e discutir a participação de pesquisadores ligados ao Museu em pesquisas relacionadas aos povos originários, negros e mestiços que habitavam o território brasileiro. A intenção é mostrar que as pesquisas antropológicas desenvolvidas na instituição foram fortemente marcadas por teorias exógenas e pelo contato com pesquisadores estrangeiros que escolheram o Brasil como

---

<sup>65</sup>Segundo Castro Faria (1952, p. 7) as Faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro incluíam entre os assuntos para teses de Doutorado, as seguintes questões antropológicas: *as raças, os sexos e as idades imprimem caracteres reais na cabeça óssea? As raças humanas provêm de uma só origem?*

<sup>66</sup>A cadeira de Antropologia foi inserida regulamento da instituição pelo seu diretor Ladislau Netto através do Decreto nº 6116 de 9 de fevereiro de 1876. Fonte: MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.) In KEULLER (2012, p. 73).

laboratório. Por outro lado, elas também estiveram vinculadas a projetos de estado que buscavam construir uma identidade nacional protagonizada por homens brancos, reforçando a exclusão de negros, indígenas e indivíduos miscigenados.

Apresentado o contexto geral dos estudos antropológicos, nos seus primeiros passos até a década de 1930, passo a destacar o desenvolvimento desta área do saber no Brasil, a partir da institucionalização feita no Museu Nacional em 1870, abordando alguns dos principais pesquisadores e suas linhas de pensamento. Como já apontado neste capítulo, os trabalhos produzidos no Brasil foram tributários das teorias originalmente elaboradas na Europa. Por outro lado, as pesquisas desenvolvidas aqui focaram nas populações indígenas e nos grupos humanos residentes nas cidades litorâneas, sobretudo negra e miscigenada. Em outra vertente, a vinda de diversos pesquisadores estrangeiros, a partir da década de 1870, com o objetivo de estudar os povos originários desta parte do mundo em busca do indígena em seu estado natural, ou seja, isolado ou quase sem contato. Esse interesse pelo homem brasileiro, ao longo do tempo, proporcionou ao Museu o acúmulo do seu riquíssimo acervo de material científico etnográfico, além de contatos essenciais para o desenvolvimento de suas pesquisas.

A Antropologia ganhou espaço no Museu Nacional com a reforma administrativa<sup>67</sup> colocada em prática pelo diretor Ladislau Netto. A partir da sua iniciativa como diretor, incentivado por João Baptista Lacerda, foi empreendida a reforma que instituiu os estudos antropológicos no Museu, ao lado dos das chamadas ciências naturais, predominantes até então. Acompanhando as concepções promovidas pela Antropologia no continente europeu, esta prática científica foi colocada junto à zoologia, anatomia e paleontologia, tal como fundamentava a Sociedade de Antropologia de Paris, que entendia esta atividade como a história natural do homem com uma ou mais espécies no mundo animal. Este mesmo decreto também instituía os cursos públicos regidos semanalmente, à noite, entre março e outubro. O curso de Antropologia<sup>68</sup>, desenvolvido em 14 lições, foi ministrado por João Baptista Lacerda, sub-diretor da 1ª seção e futuro diretor do Museu. Ainda no ano de 1876 foi lecionada a primeira lição e o restante no ano seguinte. Em 1888, nova reformulação do

---

<sup>67</sup> Decreto nº 6116 de 9 de fevereiro de 1876. Fonte: MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.) In KEULLER (2012, p. 73).

<sup>68</sup> O curso de Antropologia do Museu Nacional, ministrado por João Baptista Lacerda, teve a duração de aproximadamente dois anos, sendo composto por estudos de anatomia, fisiologia, raças humanas (principalmente as americanas), herança, mestiçagem, aclimação e as questões gerais de monogenismo e poligenismo (FARIA, 1952, p. 8).

estatuto<sup>69</sup>, realocou a Antropologia para a 4ª seção, composta ainda pela Etnologia e Arqueologia, seção esta que permaneceu ligada aos estudos antropológicos até a década de 30 do séc. XX (KELLER, 2012).

A inclusão dos estudos antropológicos no Museu não foi algo extemporâneo, visto que o período foi marcado por iniciar uma série de debates onde se destacava a política de substituição da mão-de-obra escrava, a escravidão estava sob pressão da Grã-Bretanha, que se estenderia até o período republicano. A partir do fim da Guerra do Paraguai (1865-1870), houve um esforço no sentido da modernização da nação, não só do ponto de vista material/estrutural, mas também em relação à sua composição social, baseada no regime servil e na superioridade numérica de negros, indígenas e mestiços, que somados ultrapassava o número de brancos. Inclusive, o grande número de negros compondo o Exército e a Marinha, nas patentes mais baixas, que lutou na referida guerra, reforçou a necessidade da abolição da escravidão, inexistente nos países vizinhos.

Embora não tenha se descuidado das coleções e dos estudos voltados para as outras áreas das ciências naturais, aos poucos as pesquisas relacionadas aos estudos antropológicos e etnográficos foram predominando. Com a mudança nos estatutos do Museu, os estudos relacionados à Antropologia, Etnografia e a Arqueologia foram introduzidos, demandando às instituições já existentes e as nascentes “[...] empenho em recolher aos museus a cultura material das populações [indígenas] que estavam sendo dizimadas” (LOPES, 1997, p. 170). Os estudos antropológicos no Museu, a partir da década de 1870, espelhavam as discussões internacionais, sobretudo na Europa, sobre a pretensa “superioridade” do homem branco europeu sobre as populações autóctones das colônias e sobre indivíduos afrodescendentes.

Esta tarefa de superar o atraso e apontar o caminho das nações civilizadas caberia aos cientistas. A instituição passou a catalisar esses debates através das suas pesquisas e aulas públicas, influenciando vários seguimentos da sociedade brasileira, incluindo D. Pedro II e a classe política imperial, inicialmente, e, posteriormente, membros do regime republicano. No entanto, as soluções apontadas, via de regra, não contemplavam a inserção dos negros na sociedade e nem a incorporação dos indígenas, num cenário pós-abolição. Ambos os grupos eram vistos como incapazes de se civilizar por diversos cientistas, intelectuais e políticos. Outra questão candente foi a discussão sobre a miscigenação da população urbana brasileira,

---

<sup>69</sup>Decreto nº 9942 de 25 de março de 1888. Fonte: MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional. (mimeo.) In KEULLER (2012, p. 74).

que gerou, ora vista como degenerativa, ora vista como positiva, dilemas que constaram nos projetos de inserção dos negros ou de importação de mão-de-obra europeia.

Os estudos antropológicos foram fortemente influenciados pelo darwinismo social, num contexto onde o Brasil foi marcado pela escravidão até 1888 e pelo abandono da população negra nos anos seguintes, já no governo republicano. Diversos pensadores, dentro e fora do Museu Nacional, adotaram a ideia da existência de uma raça superior e defendiam que o branqueamento da população seria uma maneira de superação à mistura de “cores” que caracterizava o povo brasileiro (BOLSANELLO, 1996). Entre eles se sobressaíram Nina Rodrigues<sup>70</sup> e Sílvio Romero<sup>71</sup>. O desdobramento do darwinismo social no Brasil aprofundou o racismo e incentivou a imigração maciça de trabalhadores europeus, que, teoricamente, ao longo do tempo, iriam branquear a sociedade do país.

No final do séc. XIX a questão do ‘outro’ trazia à Antropologia uma temática mais abrangente: nação, cidadania e raça estavam na pauta de discussão. A exploração, a colonização e o extermínio foram então justificados pelas diferenças entre raças e povos. Pensando as ‘raças humanas’ como ‘espécies diversas’, o pensamento antropológico se voltava para a questão da miscigenação, pois percebia que a hibridação das espécies ou a mistura das raças era um fenômeno que deveria ser evitado, para não causar degeneração à sociedade e à nação. Vários cientistas se posicionaram a respeito da desigualdade e da diferença entre as raças humanas, pressupondo que a cultura é biologicamente determinada. Muitos teóricos davam respaldo científico para as doutrinas raciais. Este foi o caso de C. Gobineau (1816-1882), H. Chamberlain (1825-1927), G. V. Lapouge (1854- 1936), E. Haeckel (1834-1919) etc. (KELLER, 2012, p. 71).

O antropólogo Luiz de Castro Faria, analisando o desenvolvimento da antropologia física no Brasil, identificou três períodos: o primeiro de 1876 a 1885, onde predominaram os

---

<sup>70</sup> Raimundo Nina Rodrigues (1862 -1906), foi considerado o fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no país. Médico legista formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, psiquiatra, escritor, antropólogo e etnólogo brasileiro, realizou diversas pesquisas na Bahia, principalmente na cidade de Salvador, seja clinicando junto às comunidades pobres ou visitando as festas e os locais de culto das religiões de matriz africana. Apesar de adotar uma perspectiva racista, nacionalista e cientificista em seu livro *Os Africanos no Brasil* (1890-1905), foi um dos primeiros estudiosos brasileiros a abordar a temática do negro como questão social relevante para a compreensão da formação racial da população brasileira (SCHWARCZ, 1993).

<sup>71</sup> Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1912), formou-se pela Faculdade de Direito de Recife, foi advogado, escritor, político e crítico literário. Membro da elite intelectual brasileira, de temperamento polêmico, tinha uma postura racista influenciada pelo pensamento “evolucionismo spenceriano”, no qual os fatores biológicos caracterizariam a “inferioridade” dos negros, indígenas e miscigenados que viviam no Brasil. Embora crítico à miscigenação, acreditava que a mestiçagem que abriria caminho para a preponderância do homem branco na população brasileira (SCHWARCZ, 1993).

estudos baseados na craniometria; o segundo, onde predominou a antropologia morfológica, de 1910 a 1930, caracterizada pelo estudo do índio no seu *habitat* baseado em pesquisas de campo e o terceiro; de 1930 a 1950, houve uma estabilização da chamada antropologia física, onde se buscou explicar a diversidade biológica da população humana em geral ou de grupos particulares, através das variações genéticas e outros traços secundários (CASTRO FARIA, 1952).

Embora Ladislau Netto tenha dado impulso aos estudos antropológicos no Museu Nacional e tenha sido um dos seus principais gestores, sua produção não foi muito extensa na área. Seus principais estudos, direcionados para a origem do homem primitivo brasileiro, utilizou técnicas ligadas à arqueologia. Suas teses foram defendidas no *VII Congresso Internacional de Americanistas*, realizado em Berlim, em 1888, sem grande destaque. Em 1882 percorreu a região Norte, em viagem de coleta de artefatos indígenas para serem expostos durante a *Exposição de Antropologia* de 1882, evento que produziu e que se tornou referência de exposição museológica no Brasil. Entretanto, as suas atribuições à frente da gestão do Museu e suas condições de saúde não permitiram um aprofundamento na área. Sobre o esforço de elevar o Museu a um outro patamar científico, não só na Antropologia, feito por Ladislau Netto, com suas linhas dedicadas à instrução pública e à formação de coleções (com destaque às coleções indígenas e arqueológicas), foi sobreposta a dimensão prática de ciência delimitada por Batista de Lacerda. Os primeiros anos do Museu Nacional no século XX combinavam, portanto, uma dupla ênfase, a dimensão etnográfica e a busca por uma ciência prática herdeira da história natural (SANTOS, 2019).

O primeiro nome de destaque na antropologia brasileira foi o de João Baptista de Lacerda, médico fisiologista e antropólogo, um dos fomentadores da inclusão da Antropologia como área de estudo e ensino do Museu Nacional. Seu trabalho inicial tinha como principal centro de interesse o estudo do homem primitivo, utilizando como técnica de pesquisa a craniometria. Em 1875, publicou nas *Memórias da Sociedade de Antropologia de Paris*, o primeiro estudo de um brasileiro na área com o título *Documentos para servir à história do homem fóssil do Brasil*, já evidenciando a qualidade do seu trabalho. Dando continuidade ao seu trabalho, sozinho ou em colaboração de outros pesquisadores do Museu, tais como Rodrigues Peixoto, Lacerda deu notáveis contribuições ao estudo antropológico das raças indígenas do Brasil, utilizando como referencial diversos autores estrangeiros e estudos de crânios e sambaquis achados no Brasil, utilizando a antropologia física (CASTRO FARIA, 1949A, p.10). Lacerda participou intensamente da *Exposição Antropológica Brasileira* de 1882, inclusive publicando alguns trabalhos na *Revista da Exposição*. Em 1911, participou do

primeiro *Congresso Universal das Raças*, realizado em Londres, onde se envolveu nos agitados debates sobre a mestiçagem, após apresentar uma comunicação sobre a mistura de raças no Brasil. Segundo Castro Faria (1949A, p. 16), Lacerda, o primeiro antropólogo brasileiro, foi um cientista “entusiasmado pelo que fazia, mais um pouco ingênuo”, fatores que faziam com que ele às vezes, “avançasse sem segurança no terreno especulativo”.

Os discursos sobre a identidade racial brasileira motivaram uma série de polêmicas na imprensa e nas instituições científicas e literárias, desde o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) até a Academia Brasileira de Letras, o Museu Nacional do Rio de Janeiro e as Faculdades de Medicina e de Direito do país. Devido à relativa estabilidade política construída após a implantação da República de 1889, os brasileiros voltaram suas atenções para o tema da identidade nacional, colocando o 'problema da raça' como elemento central para projetar o futuro do país no chamado 'concerto das nações'. Neste processo, a questão da imigração, da miscigenação, da herança europeia, indígena e africana, bem como a influência do clima e do meio na constituição das raças, foram alguns dos assuntos que mais atraíram a atenção. Deste debate, uma série de classificações e terminologias foi produzida com o objetivo de nomear as diferenças de raça e cor, distinguindo e aproximando os diversos grupos raciais do país, sobretudo a partir de suas conformações físicas e psicológicas (SOUZA, 2008).

Com a criação da seção de Antropologia, em 1876 foram intensificadas a realização de expedições de campo, necessárias, segundo as práticas antropológicas vigentes, para embasar estudos teóricos e para reunir artefatos etnográficos. As viagens eram feitas pelos titulares da seção de Antropologia ou por naturalistas-viajantes colaboradores do Museu, no entanto, por conta da falta de recursos humanos e financeiros, situação comum na instituição, optou-se por encomendá-las também às expedições de naturalistas do Museu Nacional de especialidades diversas, auxiliadas pelos praticantes que coletavam os objetos de interesse de várias seções do Museu de acordo, aproveitando os deslocamentos para recolher também artefatos indígenas. Este último tipo de expedição era denominado, pelos antropólogos, de “expedições de gabinete”, pela ausência do pesquisador responsável em campo (KEULLER, 2012).

A coleta de artefatos e informações antropológicas em campo seguia rígidas instruções, utilizadas pelos antropólogos da casa e pelos naturalistas que iam a campo, estas por sua vez espelhavam-se em práticas elaboradas e utilizadas pelos pesquisadores europeus. Em 1875, Paul Broca redigiu as *Instruções Craniológicas e Craniométricas da Sociedade de Antropologia de Paris*, publicação que passou a ser principal guia para os trabalhos de campo. As orientações visavam dotar as técnicas de mensuração de um refinamento adequado

e passível de reconhecimento por qualquer pesquisador da área. Junto a estas normativas, Broca desenhou diversos aparelhos, específicos para medições de corpos humanos, tais como o cefalômetro, o goniômetro e o dinamômetro, que tornaram-se instrumentos quase que obrigatórios para uma pesquisa antropológica confiável. Por outro lado, para efeito de confirmação das informações coletadas, Broca elaborou também análises matemático-estatísticas, difundidas por seus seguidores e utilizadas até a metade do século XX. A coleta de dados morfológicos por meio de medidas anatômicas era enriquecida com análises antropométricas que faziam o uso de determinados conceitos como, por exemplo: as médias, o índice cefálico, a série representativa, os valores máximos e mínimos (CASTRO FARIA, 1973).

Neste contexto ingressou no Museu, em 1905, Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), cientista que foi considerado um dos principais antropólogos brasileiros e o mais produtivo nas três primeiras décadas do século XX. Como cientista ligado ao Museu Nacional, Roquette-Pinto, se destacou por realizar um extenso levantamento de dados sobre a constituição anatômica, fisiológica e psicológica da população brasileira, estabelecendo uma classificação racial, que refletia o diálogo com a tradição científica e intelectual brasileira, mas também com a antropologia física produzida em países como Alemanha e Estados Unidos. Roquette-Pinto buscou, através da elaboração de um amplo retrato antropológico do país, revelar as características raciais formadoras do Brasil e, ao mesmo tempo, avaliar a viabilidade biológica da população, especialmente dos 'tipos mestiços'.

Oriundo do curso de Medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) especializou-se no campo da antropologia física. Apesar de seguir a tradição científica e o pensamento social brasileiro em variados aspectos, sobretudo da antropologia produzida na capital da República, fortemente influenciada pelas teorias francesas, alemãs e norte-americanas, procurou empregar métodos que destoavam dos que aqui eram utilizados, conciliando as técnicas da antropologia física e da biometria com estudos de caráter psicológicos da população brasileira. Sua trajetória no Museu teve início pelos estudos dos sambaquis, material científico bastante utilizado nas pesquisas da instituição, em 1906, onde deu contribuições para o entendimento da origem do material encontrado no litoral do Rio Grande do Sul<sup>72</sup>. Em 1911 participou, junto com João Baptista

---

<sup>72</sup> Em 1884 o naturalista Von Koseritz alertou o Museu Nacional sobre a existência e o risco que corria os sambaquis de Cidreira, no litoral do Rio Grande do Sul, sendo este, segundo Castro Faria (1959), o motivo para a viagem de Roquette-Pinto à região. A viagem não produziu material científico importante, visto que o sambaqui já estava bastante destruído, segundo o relatório produzido pelo pesquisador.

Lacerda, do polêmico 1º Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, contribuindo com os dados da sua pesquisa para o texto apresentado por Lacerda, alvo de diversas críticas por parte de pesquisadores europeus. Na sua tese *Sur les métis au Brésil*, Lacerda defendeu que o negro desapareceria da população brasileira a partir de um processo de embranquecimento da população, num prazo de cem anos<sup>73</sup>.

Em 1912, Roquette-Pinto remeteu um trabalho para o XVIII Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Londres, sobre os índios Nhambiquaras, produzido a partir de informações e artefatos etnográficos colhidos por Cândido Mariano Rondon. O trabalho antecedeu a sua famosa viagem à Serra do Norte/MT, acompanhando a expedição de Rondon, onde fez contato com diversos povos indígenas, trazendo consigo vasto material etnográfico e dados antropológicos que fariam parte do seu livro *Rondônia*, publicado em 1917, onde ele tece considerações importantes em torno das pesquisas de campo que efetuou e que marcaria seu pensamento e a história da Antropologia brasileira (CASTRO FARIA, 1959, p. 5).

Roquette-Pinto reuniu ao longo dos anos 1910 e 1920, a partir de investigações realizadas, sobretudo, no Rio de Janeiro, dados que o levaram a propor uma classificação ampla dos 'tipos raciais' brasileiros. No entanto, ultrapassando os pressupostos de uma antropologia física arraigada no pensamento brasileiro, Roquette-Pinto deu especial atenção ao estudo sobre o caráter psicológico da população nacional, dando especial atenção à relação entre raça e temperamento. Seu interesse era produzir um retrato antropológico capaz de revelar as características formadoras da identidade nacional, bem como avaliar a viabilidade biológica da população. Seu comprometimento nacionalista o levaria a buscar a elaboração, através dos seus trabalhos, do retrato da nação, capaz de auxiliar o governo na reestruturação da organização social brasileira, capaz de dar conta de discussões acerca de políticas de povoamento e imigração, ou mesmo em relação às políticas de educação, saúde e eugenia (SOUZA, 2004). A incorporação dos debates de raça no discurso científico ao longo do século XIX e sua inserção no Brasil foi uma tônica. No entanto, os pesquisadores brasileiros, ao invés de transplantar diretamente o conceito de raça tal qual formulado pelos centros europeus para a América, procuraram promover a sua adaptação ao contexto social brasileiro (SCHWARCZ, 1993).

---

<sup>73</sup> Em 1911 Roquette-Pinto concluiu o primeiro *Diagrama da constituição antropológica da população do Brasil, organizado segundo estatísticas oficiais de 1872 e 1890*, documento utilizado por João Batista Lacerda para prever o embranquecimento paulatino da população brasileira, tese não corroborada por Roquette-Pinto (CASTRO FARIA, 1959, p. 5).

Em 1924, Roquette-Pinto participou do *XXI Congresso Internacional de Americanistas*, realizado em Haia e Gotemburgo, representando o Museu Nacional e o Brasil. Neste evento já era reconhecido como um dos principais estudiosos sobre raças e miscigenação, sendo reconhecido por seus trabalhos. No mesmo ano tornou-se professor-chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu e dois anos depois, em 1926, tornou-se diretor da instituição. Em 1928 publicou os resultados da sua pesquisa sobre os tipos antropológicos do Brasil, impondo, segundo Castro Faria, uma nova orientação sobre os estudos de antropologia física.

Apesar da maior notoriedade alcançada por Ladislau Netto, João Baptista Lacerda e Roquette-Pinto, vários outros nomes passaram pela Seção de Antropologia do Museu, contribuindo de diversas formas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e ensino, entre eles podemos assinalar, a partir das pesquisas na bibliografia consultada para esta tese, Emilio Goeldi, Antônio Souza de Mello e Netto, Rodrigues Peixoto, Júlio Trajano de Moura, Domingos Sérgio de Carvalho, Domingos J. Freire, Públio de Mello, Álvaro da Fonseca Fróes, Bruno Lobo, Raimundo Lopes e José Bastos de Ávila. Além dos nomes citados, outro nome que aparece é o de Heloísa Alberto Torres, ingressa em 1922, em 1925 prestou concurso para a cadeira de Antropologia e Etnografia, tornando-se a primeira mulher a ocupá-la. A importância de Heloísa Alberto Torres para a institucionalização da Antropologia no Brasil, para além da sua atuação em pesquisas, será destacada em outra parte desta tese.

As explorações científicas a partir do século XIX, segundo Luiz de Castro Faria, não visavam apenas descobrir, ou revelar, mas, sobretudo, em muitos casos, colecionar. Os museus de história natural e de etnografia são instituições do século XIX, e não teria sido possível criá-los e engrandecê-los sem as viagens de exploração científica. Criados com o intuito de organizar coleções ou incrementá-las, as instituições se tornam depois os grandes empresários do colecionismo (MAST, 2012, p. 12). São desse período importantes instituições brasileiras, tais como o Museu Nacional (1818)<sup>74</sup>, o Museu Emilio Goeldi (1866) e o Museu Paulista (1895), órgãos responsáveis por explorações em diversas áreas do conhecimento e pela coleta de artefatos indígenas, objetos arqueológicos e espécimes botânico, zoológico, mineralógico e paleontológico.

Na Primeira República o regime liberal não opôs muitas restrições à entrada de estrangeiros, pelo contrário, buscou auxiliar e facilitar as expedições, como assinala o texto

---

<sup>74</sup> Fundado em 1818 por D. João VI, com o nome de Museu Real, depois renomeado como Museu Imperial, a instituição foi inicialmente instalada no Campo de Santana/RJ, reunindo o acervo legado da antiga Casa de História Natural, popularmente chamada "Casa dos Pássaros", criada em 1784 pelo Vice-Rei Dom Luís de Vasconcelos e Sousa, além de outras coleções de mineralogia e zoologia (DANTAS, 2007).

acima de Theodore Roosevelt em relação a importância de Lauro Muller, ministro das Relações Exteriores, na consecução da sua viagem. A postura de Muller evidenciou a dificuldade que o governo tinha de ocupar os vastos territórios do interior do Brasil e mesmo produzir conhecimento sobre ele buscando atrair com a sua postura o interesse de outros viajantes estrangeiros.

No campo científico, a antropologia física passou a ser questionada e uma nova vertente, que valorizava os aspectos culturais dos grupos humanos, foi crescendo, surgindo a antropologia cultural, a partir de estudos feitos por Bronislaw Malinowski e Franz Boas. A antropologia cultural, a partir da compreensão da variedade de procedimentos culturais dentro dos contextos em que foram produzidos, contribuiu para combater preconceitos derivados do etnocentrismo, fomentar o relativismo cultural e o respeito à diversidade. No campo das pesquisas, a nova corrente antropológica pregava a necessidade dos trabalhos de campo, para, a partir de uma imersão junto aos grupos a serem estudados, conhecer a sua realidade cultural. Boas demonstrou, a partir da sua observação direta feitas com os esquimós do norte canadense ou com o povo *Inuit*, a importância de um resgate histórico de cada povo. Ele procurou demonstrar que o contexto de cada povo e que as suas “produções [precisam ser estudadas] como um todo” (BOAS, 2004, p. 87). Isso se contrapõe aos antropólogos e etnógrafos que faziam conclusões a partir de comparações e analogias de objetos tirados de seus contextos particulares, e por pessoas que conheciam a realidade cultural dos povos apenas de longe, não sobrando outro caminho a não ser a vaga dedução (BOAS, 2004).

Essa nova abordagem antropológica vai ter um impacto no Brasil, pela presença de dezenas de grupos indígenas, muitos deles sem ou com pouco contato com o homem branco. Entre as décadas de 1920 e 1940, diversas expedições foram montadas, geralmente contando com poucos pesquisadores, para realizar imersões nas comunidades indígenas brasileiras. Outro fator, de natureza interna do desenvolvimento social brasileiro, tornou essas pesquisas em algo urgente, pois a ameaça que pairava sobre as comunidades indígenas, frente ao avanço da ocupação do território central do país para atividades agropastoris e minerais, podia fazê-las desaparecer. Dessa forma, houve um aumento significativo nas expedições científicas antropológicas no Brasil, que vinham já cientes da inevitabilidade da transformação cultural com o contato entre os indígenas e os homens brancos. Essa premissa da aculturação forçada, incentivaria ainda uma corrida à produção material das comunidades, ainda muito apreciada nos museus nacionais e internacionais, movimento denominado de “etnografia de resgate”, apoiado nos Estados Unidos por Robert Lowie e pelo próprio Franz Boas, e no Brasil por Heloísa Alberto Torres.

Embora contestadas e criticadas pelas correntes de estudos antropológicos adeptas do relativismo cultural, no Brasil e no mundo, as teorias racistas oriundas da antropologia física continuaram arraigadas no mundo, sendo utilizadas por políticos e pela elite econômica, das nações mais industrializadas, para justificar perseguições, exploração e extermínio de grupos considerados “inferiores” ou que se encontram no caminho do “progresso” e/ou do lucro. Exemplos disso não faltam, sendo os mais atuais o desprezo pelas populações indígenas no Brasil, sobretudo em relação ao povo Ianomâni, cuja ocupação das suas terras para fins de mineração, incentivada pelo (des)governo Jair Bolsonaro (2019-2022) e a violência sistemática sobre o povo palestino, perpetrada pelo Estado de Israel desde a sua instalação na década de 1940.

### **2.3 A formação das coleções etnográficas no Brasil (1870-1930)**

A partir da década de 1870, com a implementação dos estudos em Antropologia na gestão de Ladislau Netto, houve a necessidade de se aumentar as coleções etnográficas. Os objetivos eram embasar as pesquisas que passaram a ser desenvolvidas no Museu e também a realização de exposições, o próprio diretor organizou viagens para coletar artefatos e objetos indígenas nas regiões norte e sul do país. A primeira expedição de Ladislau Netto foi para o Nordeste, em 1877, objetivando um estudo científico da natureza do baixo São Francisco, Netto atravessou o estado de Alagoas pesquisando a existência de cemitérios indígenas às margens do rio. Porém, a mais importante destas viagens foi feita em fevereiro de 1882, onde ele percorreu a Amazônia, explorando a ilha de Marajó, realizando exumações de esqueletos indígenas na região do Pacoval. Depois, seguiu para o Pará, onde recolheu esqueletos de indígenas Temembés e de outras tribos, no vale do rio Capim. No mesmo ano continuou a expedição para a região Sul, ocupando-se em pesquisar sambaquis. Netto trouxe grande quantidade de objetos arqueológicos e etnográficos, ricamente antropológico, recolhidos junto às tribos indígenas visitadas.

No Museu Nacional a formação das coleções seguiu *pari passu* com as pesquisas antropológicas, principalmente após a década de 1870, alterando o material científico coletado de acordo com as mudanças nos conceitos e metodologias sobre o homem primitivo desenvolvidas na Europa. Vale ressaltar que os artefatos etnográficos sempre foram valorizados como um componente “exótico”, porém pouco estudado, pelos naturalistas brasileiros. No entanto, com a especialização ocorrida no campo dos estudos antropológicos, na Europa a partir da década de 1850, passou-se no Brasil a serem coletados e estudados

esqueletos e sambaquis, depois foram coletadas informações sobre o homem primitivo *in loco* no seu local de vivência, destacando as suas características biológicas e culturais e, por fim, os estudos do homem brasileiro, onde os elementos indígenas, mestiços, negros e brancos passaram a ser objeto de pesquisa, chamando a atenção dos pesquisadores a diversidade racial existente no país.

As viagens de Ladislau Netto visaram principalmente o recolhimento de esqueletos indígenas, utilizados em medições craniométricas, seguindo os estudos antropológicos sob a influência do francês Paul Broca<sup>75</sup>. Segundo Castro Faria, o Museu era no Brasil a única instituição científica que tinha “o homem primitivo como principal centro de interesse e a craniometria como processo” (FARIA, 1949, p. 10). A segunda metade do século XIX marcou o apogeu da craniologia e da frenologia como práticas científicas que, entre outros pontos, pretendiam explicar diferenças étnicas e de gênero em termos de grau de inteligência; além de aptidão para atividades específicas, saúde física e mental e até mesmo a personalidade dos indivíduos (Gould, 1991; Spencer, 1997). A craniometria seria utilizada para medir as dimensões de partes da cabeça de indivíduos buscando tirar daí generalizações a respeito do comportamento humano de determinados grupos. Os antropólogos físicos acreditavam que determinadas características de alguns indivíduos e grupos, tais como a indolência, a falta de disciplina, a dificuldade na aprendizagem, a ferocidade, estavam relacionadas às suas características cranianas, reforçando assim o racismo contra negros e aborígenes, justificando a dominação por parte dos colonizadores europeus, ou ainda a repressão a pessoas com comportamento tido como desviante, tais quais as prostitutas, assassinos, homossexuais etc. (SÁ et al, 2008, p.199).

Além dos artefatos colhidos pelo diretor especificamente para a Exposição, esta foi composta também por peças já existentes na instituição. No levantamento feito no acervo por Ladislau Netto em 1881, por ocasião da organização da Expedição Antropológica de 1882, ele constatou a existência de material etnográfico de grande parte das tribos amazônicas e das vizinhanças das grandes vias fluviais, atestando a importância do acervo relacionado aos indígenas da região. As coleções continham registros de índios Munducuru, Apiacás, Maués, Uaupés, Tucunas, Muras e muitos outros. Parte deste material, segundo Castro Faria, teria

---

<sup>75</sup> O médico e antropólogo francês Paul Broca (1824-1880), fundador da Sociedade de Antropologia de Paris, em 1859, da *Revue d'Anthropologie*, em 1872, e da Escola de Antropologia, em 1876, se notabilizou por estudar a população francesa utilizando a metodologia da craniometria, relacionando a anatomia do crânio e do cérebro e as habilidades mentais e inteligência dos indivíduos. Esta metodologia foi sistematizada por ele na obra *Instructions craniologiques et craniométriques de La Société d'Anthropologie de Paris*, publicada em 1875 (FARIA, 1973).

sido coletado pelo poeta Gonçalves Dias, membro da Comissão Científica de Exploração das Províncias, realizada entre 1859 e 1861 (FARIA, 1949, p. 10).

O material coletado por Ladislau Netto serviu para compor o acervo da *Exposição Antropológica Brasileira* de 1882 e da mostra brasileira à *Exposição Universal de Paris* de 1889. A Exposição Antropológica Brasileira no Museu Nacional, um dos eventos científicos mais importantes do Brasil no século XIX, foi inaugurada em 29 de julho de 1882, teve a visita ilustre de D. Pedro II em 31 de julho, sendo encerrada em 29 de outubro de 1882. Os mais proeminentes representantes da sociedade carioca estavam presentes à inauguração da mostra. O ponto alto da exposição foi a participação de um pequeno grupo de índios Botocudos do Espírito Santo e Xerentes de Minas Gerais, como parte da exposição. Eles haviam sido trazidos para o Rio de Janeiro a pedido do diretor Ladislau Netto e permaneceram no museu durante todo o período da exibição. Essa espécie de zoológico humano<sup>76</sup>, que nos dias de hoje seria impossível de ser admitido, causou enorme curiosidade no público, atraindo cerca de 50 mil visitantes ao longo do evento. A presença dos Botocudos<sup>77</sup> suscitou enorme interesse pelo lugar ocupado por eles no imaginário do homem urbano, considerados como selvagens, bárbaros e grotescos, bravios e indóceis, além de muitas vezes citados como antropófagos (VIEIRA, 2019, p. 323/324).

Novidade no Brasil, a exposição de pessoas vivas era comum desde a Antiguidade. No entanto, o auge desse tipo de desumanização aconteceria no século XIX quando as sociedades ocidentais desenvolveram um apetite por exibir "espécimes" humanos exóticos que eram enviados para Paris, Nova York, Londres ou Berlim para o interesse e deleite do público. O que começou como uma curiosidade por parte dos observadores se transformou em ciência, quando pesquisadores buscavam evidências físicas para teorias raciais, legitimando a dominação colonial por parte das nações europeias. O "zoológico humano" entrou na moda, como expressão da expansão imperialista e das concepções racistas da época. Diversos espaços serviram de palco para o espetáculo hediondo, entre eles os zoológicos, circos e teatros. No entanto, o espaço mais comum para tais exposições seriam as grandes feiras

---

<sup>76</sup>A literatura sobre o tema dos zoológicos humanos se desenvolveu a partir de uma revisão histórica dentro do quadro dos estudos pós-coloniais. O referido termo foi cunhado por um grupo de historiadores franceses no ano de 2002, com a publicação de *Zoos humains: de La Vénus hottentoteaux reality shows*, livro organizado por Pascal Blanchard (VIEIRA, 2019).

<sup>77</sup>Em setembro de 1881, o presidente da província do Espírito Santo, Herculano Marcos Inglez de Souza, endereçado a Ladislau Netto, ofereceu o envio de uma "família" de sete pessoas "indígenas do Rio Dôce", acompanhados de intérprete, que darão "aos visitantes da exposição uma ideia exata de que são os índios do Rio Dôce". A "família" é "composta por um velho, casado com duas raparigas, uma velha, um rapaz e dois meninos de diversas idades". Acrescenta ainda que as duas mulheres têm "o tradicional botoque" e que eles "cantam e dançam de modo muito curioso e tocam gaita pelo nariz". Documento citado por Vieira (2019, p. 322).

internacionais, locais onde eram expostos os mais modernos produtos da pesquisa científica e tecnológica das nações avançadas e, ao mesmo tempo, seu lado mais grotesco e obscuro que foi a exposição de serem humanos mostrados como primitivos e inferiores em relação ao homem branco europeu e norte-americano.

A França, país onde foi elaborada a Declaração dos Direitos Universais do Homem, se notabilizou por organizar este tipo infame de espetáculo. Entre 1877 e 1912 foram organizadas 30 exposições etnológicas no *Jardim Zoologique d'Acclimatation* em Paris, além de apresentações deste tipo na Exposição Universal de 1878 e na Feira Mundial de 1889. Nestes espaços eram apresentadas reproduções de aldeias povoadas por africanos, polinésios e javaneses, além de indivíduos nativos das Américas que se apresentavam cantando e dançando<sup>78</sup>. Em 1904, durante a Exposição Universal de St. Louis, milhares de nativos de diversas procedências foram colocados em exposição diante de um público imenso de pessoas brancas. Destacou-se nesta exposição a presença de 1.300 filipinos de diferentes tribos, apresentados em réplicas de aldeia, espaços cercados e circos. A ocorrência dos zoológicos humanos teve uma última aparição em 1958, na Exposição Mundial ocorrida na Bélgica, onde centenas de africanos da região do Congo foram expostos para uma grande plateia de homens e mulheres brancas. Criticadas por antropólogos, cientistas e políticos de várias tendências e já sem respaldo das teorias racistas em decadência, passou a ser proibida a prática ignóbil.

A *Exposição Antropológica Brasileira* de 1882 teve repercussão internacional por causa das discussões sobre a origem humana em voga na Europa a partir da metade do século XIX. Neste período pesquisadores de várias partes do mundo buscavam o “elo perdido” entre o homem e macaco e tendiam a afirmar que os pigmeus seriam esse elo perdido. Do ponto de vista dos estudos da antropologia física praticada no Museu Nacional, nas últimas décadas do século XIX, os pesquisadores defendiam que os Botocudos seriam o grupo primitivo mais inferior na escala evolutiva, logo, seriam os mais próximos dos nossos ancestrais primatas. No século XX, a questão das origens balizaria parte dos estudos antropológicos por décadas, principalmente após o contato com tribos isoladas da região amazônica como os Nhambiquaras (década de 1910), que veremos a seguir, e os Yanomamis (década de 1940).

Outra importante expedição, esta dedicada a ocupar uma parte ainda desconhecida do território brasileiro, defender as fronteiras nacionais, assim como implantar linhas e postos telegráficos pelo interior do país, foi comandada por Cândido Mariano da Silva Rondon. Entre

---

<sup>78</sup>Em 1889, a Feira Mundial de Paris, visitada por 28 milhões de pessoas, expôs 400 nativos javaneses e esse mesmo ano, com a permissão do governo chileno, 11 nativos do povo *selknam* ou *ona*, incluindo um menino de oito anos, foram enviados para a Europa para serem exibidos em zoológicos humanos.

1900 e 1930, Rondon estabeleceu, nas diversas viagens que fez, contato com dezenas de grupos indígenas que se encontravam nas rotas que percorreu, produzindo grande volume de material etnográfico e iconográfico. Segundo Roquette-Pinto, a Comissão Rondon teve estreita relação com a ciência, sendo composta por vários naturalistas vinculados ao Museu Nacional. Embora o contexto das suas viagens estivesse relacionado à extensão de vias de comunicação telegráficas entre o Centro-Sul do país e às regiões Norte e Centro-Oeste, Rondon manteve uma relação uma extensa colaboração com o Museu Nacional, contribuindo com este na formação de coleções botânicas, zoológicas e etnográficas, coletadas por militares da sua Comissão ou naturalistas do próprio Museu que ele não se furtava de levar nas expedições, além de levantar informações sobre populações indígenas pelos locais onde passou.

Nas palavras de Roquette-Pinto, ficou comprovada a importância das viagens de Rondon para o conhecimento científico brasileiro:

Quando recebi, no Museu Nacional, o primeiro material procedente dos índios da Serra do Norte, fiquei surpreso. Tudo aquilo, atestando cultura elementar, apresentava numerosos detalhes originais. As primeiras informações indicavam índios de costumes e usos diferentes de quantos haviam sido descritos naquelas paragens. Era gente estranha, envolta em lendas misteriosas. Trabalhei alguns meses, em 1910, junto a Candido Rondon; a poesia daquelas terras remotas infiltrou-se no meu pensamento. Ouvir o mestre era escutar a voz chamadora do sertão; sentir o rumorejo das florestas distantes (ROQUETTE-PINTO, 1938, p.62).

Entre 1900 e 1906, por exemplo, como encarregado de instalar a rede telegráfica entre o Brasil, Bolívia e Peru, Rondon fez contato com os índios Bororos, estabelecendo uma relação de amizade que auxiliou muito no sucesso da empreitada. O contato pacífico seria a sua principal forma de ação na relação com os índios, mesmo quando ele e suas equipes corresse perigo nestes encontros. O período compreendido entre 1907 e 1915 marca os trabalhos da Comissão Rondon, responsável por estender as linhas telegráficas entre o Mato Grosso e o Amazonas. As diversas viagens feitas no período renderam para Rondon uma grande notoriedade, fruto das várias descobertas geográficas que fez ao percorrer territórios quase desconhecidos, do contato com índios pouco contatados ou isolados e mesmo da aura de aventureiro que obteve ao enfrentar diversos obstáculos para cumprir suas missões (FREIRE, 2009).

Na expedição de 1908, ele observou os Nhambiquara, grupo de índios isolados, praticamente desconhecidos, que embasariam diversos estudos do Museu Nacional, tais como

o de Edgar Roquette-Pinto em 1912<sup>79</sup>, e de pesquisadores estrangeiros, caso de Paul Rivet e Claude Lèvi-Strauss em 1935 e 1938. Os encontros entre a Comissão Rondon e os Nhambiquaras se alternaram ao longo dos anos entre a cordialidade e a hostilidade. Com muito custo Rondon conseguiu colher palavras para formar um pequeno vocabulário que seria de grande valia nos encontros futuros. O contato com tribos indígenas isoladas causou um verdadeiro *frisson* no meio acadêmico brasileiro e internacional dos estudos antropológicos, já que os estudiosos do tema achavam que não mais existiam no Brasil e em outras partes do mundo grupos não contatados com a “civilização”, vivendo na idade do neolítico. O estudo desses grupos, no estado em que se encontravam, poderia elucidar diversas dúvidas a respeito da chegada dos humanos na América ou mesmo da evolução humana.

Ao longo dos anos em que percorreu o Brasil, a Comissão direcionou todo o material de coleta para as coleções da instituição, em destaque espécies da fauna e da flora, coligidos pelos botânicos Fred e Carlo Hoeine e os irmãos Kuhdiakk, Arnaldo Blake Santana, tenente Pirineus de Sousa, Emil Stole, entre outros. Como exemplo, nos indica Mello-Leitão que ao todo foram coletados, 5.667 animais, divididos pelas seguintes expedições: Expedição de Rondon ao rio Madeira, 3.600 espécimes, Expedição Rondon 1910-1912, 200 espécimes, Expedição Rondon-Roosevelt, 408 espécimes e Expedição Rondon 1914-1915, 1.459 espécimes. O material científico recolhido por Rondon e os naturalistas geraram diversos trabalhos científicos, tais como Miranda Ribeiro, sobre mamíferos e peixes, Carlos Moreira sobre crustáceos, Adolfo Lutz sobre mutucas e Hermann Von Ihering sobre moluscos (MELLO-LEITÃO, 1941).

A importância da contribuição da Comissão Rondon para o Museu Nacional é imensurável, em volume e conhecimento, gerando para a instituição fontes para diversas pesquisas, publicações e exposições. A entrada de viajantes estrangeiros no Brasil para a realização de pesquisas sobre seus recursos naturais, contato com seus povos originários e mesmo em busca de aventuras, foi uma atividade comum desde a chegada dos europeus. A legislação, modificada ao longo do tempo, foi da rigidez, no sentido da proibição da entrada a qualquer viajante estrangeiro, na Colônia, período em que as incursões ao território brasileiro eram consideradas prejudiciais aos interesses da Coroa Portuguesa, à liberalidade do Império e da República. Durante o governo imperial a entrada foi estimulada e muitas vezes

---

<sup>79</sup> Em 1912 Roquette-Pinto fez parte da Missão Rondon e passou várias semanas em contato com os índios nhambiquaras que até pouco tempo antes não tinham contato com a civilização. Na volta, trouxe vasto material etnográfico e, como resultado dessa viagem, publicou em 1917 o livro *Rondônia - Antropologia etnográfica*, considerado um clássico da antropologia brasileira.

subvencionada, essa postura foi mantida durante as primeiras décadas do regime republicano, fazendo com que as incursões de viajantes estrangeiros se tornassem mais frequentes.

Por fim, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), as expedições foram objeto de legislação específica que buscou estabelecer uma maior vigilância sobre as mesmas, a partir de uma postura nacionalista assumida pelo governo e da conjuntura de crescente polarização internacional (FARIA, In MAST, 2012).

### **3 CIÊNCIA E CIENTISTAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ANOS DE AFIRMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E LUTAS (1889-1930)**

#### **3.1 A atividade científica na Primeira República (1889-1930)**

O céu amanheceu nublado sobre a cidade cearense de Sobral, distante 240 quilômetros da capital Fortaleza, no dia 29 de maio de 1919. Tivesse o Sol permanecido encoberto, todo o esforço da comitiva de astrônomos teria sido em vão. Perderiam o eclipse total e a chance de provar, pela primeira vez, se as ideias revolucionárias de Albert Einstein eram corretas. [...]. Mas, pouco antes das 9 da manhã, uma oportuna brecha entre as nuvens revelou a todos o glorioso momento em que o disco solar foi obscurecido pela Lua. Cinco minutos e treze segundos mais tarde, o Sol voltou a brilhar no Ceará.[...]. Aquele eclipse solar total não tinha nada de tão especial, mas acabou eternizado nos anais da história da ciência como um dos mais importantes de todos os tempos. Foi uma espécie de rito de passagem. Marcou o ocaso do mecanicismo clássico de Isaac Newton como melhor explicação do Universo e a aurora das arrojadas ideias relativísticas de Albert Einstein. (OLIVEIRA, 2018).

As observações feitas durante os breves minutos que durou o eclipse de Sobral representaram um enorme passo para a ciência brasileira em termos de reconhecimento internacional. Os astrônomos brasileiros, liderados por Henrique Morize, então diretor do Observatório Nacional e presidente da Academia Brasileira de Ciências, foram responsáveis pela montagem de toda a estrutura que proporcionou a plena consecução dos experimentos e cálculos que buscavam confirmar a teoria da relatividade de Einstein.

Todo o processo de estruturação da expedição, incluindo a escolha do local de observação, a montagem da logística e o transporte dos cientistas, foi preparado desde o ano anterior no Observatório Nacional<sup>80</sup>, envolvendo boa parte dos astrônomos da instituição. O sucesso da empreitada e seus resultados, amplamente divulgados nos meios de comunicação da época, nacionais e internacionais, demonstrou a competência dos cientistas brasileiros, colocando no mapa mundial a própria ciência brasileira. Ao todo três expedições de cientistas dirigiram-se para Sobral, a brasileira buscava determinar a presença de elementos químicos no Sol a partir de fotografias do espectro da coroa solar (BARBOZA, 2019, p. 158); a norte-americana, ligada ao Carnegie Institute – Washington, intentava medir possíveis variações do magnetismo terrestre e da eletricidade atmosférica durante o eclipse; e a britânica, vinculada ao Royal Greenwich Observatory, pretendia comprovar o desvio da luz na presença do Sol,

---

<sup>80</sup> A documentação sobre os preparativos da expedição a Sobral/CE, os relatórios e as imagens da observação do eclipse fazem parte do Arquivo do Observatório Nacional que está sob a guarda do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST.

dado importante para a comprovação da Relatividade Geral de Einstein (MATSUURA, 2019, p. 66).

Embora as expedições tenham logrado êxito nas suas pesquisas, foram os cientistas ingleses que obtiveram maior reconhecimento internacional pelo feito, por conta da relação que estabeleceram entre a teoria elaborada por Einstein e as observações da deflexão da luz nas vizinhanças do Sol. As pesquisas dos cientistas ingleses, feitas durante o eclipse de Sobral, tiveram enorme impacto na ciência, elevando Albert Einstein à condição de cientista mais conhecido de todos os tempos (MOREIRA, 2019, p. 8). Esse bom momento para a ciência brasileira fez parte de uma série de eventos que ajudaram a reafirmar o papel da ciência e dos cientistas no sentido de incrementar o desenvolvimento no país, possibilitando também a ampliação do diálogo entre esses e as elites políticas e econômicas buscando a mobilização dessas no sentido de promover mudanças econômicas e culturais, utilizando-se de teorias e técnicas científicas para alavancar o progresso e a modernização do país, ao mesmo tempo em que buscavam reforçar o papel das instituições científicas em que atuavam.

O objetivo desse capítulo é analisar brevemente o período que vai da virada do século XIX até a década de 1930, buscando apresentar aspectos da atividade científica praticada no Brasil, através da análise dos seus pressupostos, tais como as áreas de pesquisa, locais de produção, circulação de publicações científicas e perfil dos cientistas, este visto através da análise da formação intelectual e suas atuações e/ou reflexões deles no campo científico brasileiro. Pretendo comprovar a existência de um campo de produção científica diversificado durante a Primeira República (1889/1930), pequeno, porém em crescimento, influenciado pelo que era produzido nos países mais desenvolvidos, mas voltado para a resolução de problemas brasileiros. Buscarei também demonstrar a existência de uma comunidade científica militante que se consolidou ao longo dos anos 1920, atuando no sentido de promover modificações na formação dos cientistas e angariar maiores investimentos nas atividades científicas,

A produção científica brasileira, tal qual o país, localizado na periferia do sistema econômico mundial, esteve relacionada à resolução de demandas internas, principalmente ligadas ao autoconhecimento do território, à saúde pública e a aplicabilidade de tecnologias importadas. Assim, as atividades científicas abrangiam aspectos variados, tais como estudos geofísicos, pesquisas sobre a fauna e a flora, levantamentos antropológicos e sociológicos sobre a sua população, além do combate às doenças, pesquisas agrícolas e veterinárias, saúde pública, construção da infraestrutura de transportes, produção de energia e construção civil, entre outras.

O Brasil, dependente economicamente da exportação de produtos agrícolas, principalmente o café, importava quase tudo que fosse industrializado. O crescimento da economia nacional, verificado em parte da Primeira República, sofria com os obstáculos herdados do período imperial, tais como as pragas agrícolas e doenças do gado; moléstias endêmicas que reduziam a capacidade produtiva da mão de obra e fechavam portos do País à navegação internacional; falta de uma rede eficiente de estradas, portos e estradas de ferro; a deficiência energética; a peste bubônica nos portos do Rio de Janeiro e Santos; os ataques da broca do café; a malária que atingia os trabalhadores empenhados em abrir estradas. A saída encontrada pelo poder público para suprir essas deficiências foi a utilização da ciência produzida nas instituições públicas e escolas superiores, na sua grande maioria federais e estaduais, criadas ou instadas a responder desafios que se apresentavam ao país. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 100).

A historiografia da ciência nos mostra que os trabalhos sobre a atividade científica desenvolvida na Primeira República divergem sobre a sua importância. Um grupo de pesquisadores, incluindo obras clássicas dos anos 1950 a 1980<sup>81</sup>, aponta que a ciência no Brasil era pouca significativa no período e esteve restrita a “manifestações esporádicas do pensamento científico” (AZEVEDO, 1955, p. 43), restrita ao interior dos institutos de pesquisa e nas faculdades, sobretudo de Medicina e Engenharia, onde “o ambiente científico [...] acanhado e pouco dinâmico (com raras exceções); era constituído por poucas instituições que executavam ou patrocinavam pesquisas teóricas ou práticas” (PAULINYI, 1981, p. 11). Em consequência, “o trabalho científico raramente contava com o clima e com o espaço favoráveis ao estímulo intelectual e à iniciativa que normalmente predomina em situações dotadas de forte componente acadêmico” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 92).

O parâmetro utilizado para avaliar o desenvolvimento científico brasileiro era o dos países europeus, sobretudo França, Alemanha e Inglaterra, e os Estados Unidos, onde a ciência e a tecnologia alavancavam a produção industrial. As características desse padrão eram a existência de centros formadores de cientistas, instituições de pesquisa públicas e privadas em diversas áreas, registro de um grande número de patentes industriais, fluxo constante de recursos, robustas redes de circulação de publicações especializadas, associações, academias e comunidades científicas, entre outros aspectos. Segundo esse grupo de autores, a atividade científica profissional no Brasil só seria de fato iniciada a partir da

---

<sup>81</sup> Sobre esse posicionamento, ver: Azevedo (1955); Schwartzman (2001); Ferri & Motoyama (1979); Paulinyi (1981).

criação das universidades na década de 1930<sup>82</sup>. Esse isolamento da produção científica dificultaria a institucionalização da ciência e a criação de um ambiente propício para seu desenvolvimento no país. O processo de institucionalização da política científica no Brasil, organizado a partir de iniciativas do poder estatal de dotar o país de uma via contínua de recursos, formação de mão de obra e de criação de instituições voltadas para a pesquisa, só seria desenvolvido a partir dos anos 1950, com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (1951). A fundação dessa agência de fomento é considerada por muitos como o marco institucional da ciência e tecnologia brasileira (MOREL, 1979, p. 45-47).

Por outro lado, pesquisas posteriores à década de 1980, criticam esse posicionamento<sup>83</sup>, considerando que a ciência também era feita em outros ambientes, além das instituições estritamente de pesquisa. Segundo DOMINICHI (2006, p. 15), estudos que contemplam temas variados, tais como os periódicos médicos, jardins botânicos, escolas médico-cirúrgicas, institutos agrícolas, museus naturais, comissões de exploração, expedições e associações de caráter científico existentes no país desde o período colonial, evidenciam uma atividade científica para além do laboratório. O estudo desses espaços de ciência aumentaria o escopo da produção científica, assim como a sua diversidade em termos de áreas de interesse. Vale ressaltar que o parâmetro de ciência para esse segundo grupo de autores também vem do estrangeiro, visível através da influência de cientistas, literatura, conceitos, metodologias e técnicas.

A dificuldade de se fazer ciência no Brasil também é apontada por cientistas da época como fator desestimulante, conforme podemos ver pelo discurso proferido por ocasião da inauguração do Horto Oswaldo Cruz, no Instituto Butantan, em 20 de fevereiro de 1918, quando Arthur Neiva, diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, apontou as dificuldades enfrentadas pelas instituições de pesquisa em relação aos recursos orçamentários. Apesar da importância e notoriedade do Instituto Butantan, suas iniciativas quase sempre esbarravam na falta de recursos adequados, ficando ela dependente da boa vontade dos homens de governo.

É uma homenagem particularmente sincera rendida por um grupo de homens de ciências, a quem, em época tão anormal, tem fornecido os meios que são solicitados e necessários à ação científica que o Instituto Butantan pretende desenvolver em nosso país. Não se trata de um convencional preito sugerido pela lisonja; ao contrário, é uma manifestação espontânea que une modestos cientistas, cheios de contentamento, que querem demonstrar a um ilustre colega e homem de Governo, que tanto se tem esforçado em prestigiar as coisas de ciências via de regra tão pouco

---

<sup>82</sup>Idem.

<sup>83</sup>Sobre a visão revisionista, ver: Alves (1989); Domingues (1995); Ferreira (1996); Lopes (1997); Edler (1999); Benchimol (1999); Fernandes (2000).

protegidas em nossa Pátria. (Extraído do Jornal do Commercio de São Paulo de 21 de fevereiro de 1918).

Segundo o astrônomo Lélío Gama<sup>84</sup>, durante anos o trabalho científico no Brasil, em alguns setores, foi feito de forma individual ou contou com ajuda oficial, de forma intermitente, sob a alçada de alguns poucos ministérios. A situação da pesquisa, segundo o cientista, diante das circunstâncias era “angustiosa e desalentadora”. No entanto, ele ressalta também que a partir de estímulos das realizações técnicas, verificados a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu uma “brilhante eclosão” do espírito técnico, alavancada por “investigações geológicas em larga escala, lances ousados de engenharia ferroviária e memoráveis campanhas de saneamento”, estimulando a atividade científica no Brasil<sup>85</sup>.

Mesmo não havendo consenso entre os historiadores da ciência, o cenário científico brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, pode ser caracterizado por um crescente dinamismo, principalmente no eixo Rio - São Paulo, perceptível pelo aumento do número de instituições de pesquisa e educativas, fator indicativo de um maior fluxo de investimentos e crescimento da produção científica aplicada e teórica, da especialização das ciências e da adoção de métodos e teorias discutidas, aceitas ou combatidas, pela comunidade científica da época. O progresso científico no Brasil da Primeira República foi constante e diversificado, alcançando vários campos do saber<sup>86</sup> e contribuindo para o desenvolvimento do país, mesmo que de forma lenta.

A atividade científica no Brasil, apesar das dificuldades enfrentadas em várias frentes, teve um papel importante por empreender pesquisas que ajudaram revelar as potencialidades do território e produzir conhecimento sobre suas gentes, principalmente sobre regiões pouco habitadas como o Centro-Oeste e o Norte, contribuindo para futuras expansões das fronteiras agrícolas e para a exploração de recursos minerais. Nas cidades litorâneas, o combate às doenças foi foco de atenção dos pesquisadores em saúde pública, fazendo com que os progressos observados nas pesquisas sobre medicina tropical, por exemplo, além de salvar milhares de vidas, trouxessem notoriedade internacional aos cientistas brasileiros.

---

<sup>84</sup>Lélío Itapuambyra Gama nasceu no Rio de Janeiro em 29 de agosto de 1892. Diplomou-se em Engenharia Geográfica (1914) e Engenharia Civil (1918), ambas as formações pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1917 foi contratado pelo Observatório Nacional, onde participou da expedição para observação do Eclipse do Sol em Sobral/CE e também dirigiu a instituição (1951-1967). Foi professor de Matemática da Escola Politécnica, a partir de 1925, e diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (1952-1965). IN Inventário do Arquivo Lélío Gama. Acervo do Arquivo da História da Ciência/Museu de Astronomia e Ciências Afins.

<sup>85</sup>Texto extraído dos discursos de Lélío Gama feitos na Academia Brasileira de Ciência em [1952] e 1970. IN Arquivo pessoal Lélío Gama. Acervo do Arquivo da História da Ciência/Museu de Astronomia e Ciências Afins.

<sup>86</sup>Sobre a diversidade de áreas de pesquisa, ver Anexo I no final da tese.

O período que vai do final do século XIX até o começo da década de 1930, viu a criação de diversas instituições científicas, tais como o Instituto Agrônomo de Campinas (1887); o Museu Paulista (1893); o Museu Paraense (1894); o Instituto Manguinhos (1900); o Instituto Butantan (1901); o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907); o Instituto Vital Brazil (1919); e o Gabinete de Resistência de Materiais da Politécnica de São Paulo (1926). A estes acrescentamos o Museu Nacional, o Museu Goeldi, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Observatório Nacional, fundados no período imperial, entre outros, como *locus* da ciência “pura” e da pesquisa científica aplicada.

Entre as atividades científicas que receberam maior investimento estatal estavam voltadas para a área da saúde pública. Criadas com o intuito de combater as diversas endemias e pandemias que atingiam o território brasileiro, elas tornaram-se importantes centros de pesquisa, contribuindo para a erradicação de males que obstaculizavam o desenvolvimento do país, alcançando enorme prestígio na virada do século XIX para o XX. Segundo Dantes, estas instituições de pesquisa biomédica dedicavam-se às seguintes atividades: estudos sobre as principais doenças encontráveis no país, diagnóstico de doenças em evidência e produção de soros e vacinas para seu combate. E aí, os médicos brasileiros foram bastante pioneiros, acompanhando de perto o que acontecia em centros europeus. Além do combate às doenças, os institutos biomédicos ganharam prestígio no meio científico brasileiro, como introdutores de uma nova maneira de fazer ciência: a ciência de laboratório, vista como um contraponto à tradição naturalista, considerada mais tradicional (DANTES, 2001).

As pesquisas e ações das instituições científicas possibilitaram o desenvolvimento de uma ciência ao mesmo tempo autônoma e integrada ao que era desenvolvido nos grandes centros estrangeiros. Tomemos como exemplo a atuação dos médicos sanitaristas Vital Brazil, Adolpho Lutz e Oswaldo Cruz, os dois últimos formados ou portadores de cursos na Europa, cientistas bastante familiarizados com a ciência desenvolvida nas instituições de lá, mas que desenvolveram pesquisas originais voltadas para o combate de doenças tropicais, endêmicas do nosso país. As pesquisas, e suas aplicações, realizadas por esses três cientistas, entre outros, ainda na virada do século XIX para o XX, lhes deram grande notoriedade, atraindo investimentos estatais para as instituições onde atuavam. Sobre as instituições e cientistas ligadas à ciência médica, ver entre outros: Stepan (1976); Sá (2006).

Um espaço importante de divulgação do que era produzido no Brasil eram os congressos internacionais. Desde as duas últimas décadas do século XIX, as instituições de pesquisa brasileiras incentivavam a participação dos seus membros. Nesse período ocorreram diversos eventos científicos internacionais, entre eles o *I Congresso Médico Pan-Americano*

de Washington, em 1891, o *II Congresso Científico Latino-Americano de Montevideu*, em 1901, o *II Congresso Médico Latino-americano de Buenos Aires*, em 1904, e o *XV Congresso Internacional de Medicina de Lisboa*, em 1906. Nesses espaços, os cientistas brasileiros discutiam com seus pares a adoção de novos critérios de cientificidade, atentando para a urbanização, modernização e intercâmbio entre indústria e ciência nos países europeus que visitavam, como, sobretudo, a França, a Inglaterra e a Alemanha (DOMINICHI, 2006, p.112). A participação nos congressos internacionais também podia resultar em convites para associação em sociedades científicas, como membros correspondentes.

As iniciativas voltadas para a valorização da ciência e de seu papel, no que se refere ao processo civilizatório e de construção da nação, entendidas aqui como uma militância política, foram empreendidas, ao longo de boa parte da Primeira República, por diversos cientistas, de variadas áreas, em que se destacaram personagens como Edgard Roquette-Pinto, Henrique Morize, Amoroso Costa, os irmãos Miguel e Álvaro Ozório de Almeida, Alberto Betim Paes Leme, Adolpho Lutz, Vital Brazil, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Cardoso Fontes e Juliano Moreira, entre outros - todos vinculados a importantes movimentos intelectuais e políticos e/ou relacionados a instituições científicas cujas trajetórias fazem parte da história do desenvolvimento científico do Brasil até os dias de hoje<sup>87</sup>.

Outro fator importante para aferir a importância e diversidade da produção acadêmica do período foi a circulação de ideias através da mídia impressa. Além das revistas científicas das escolas superiores e das instituições científicas, a imprensa em geral também repercutia as informações científicas mais importantes, relacionadas aos cientistas e às novas tecnologias. A presença dos temas científicos era bastante intensa nos jornais diários e nos semanários que circulavam no Rio de Janeiro. Figuravam nas chamadas de primeira página, em artigos, editoriais, seções e números especiais. A imprensa noticiava as novas descobertas científicas, as viagens dos cientistas ao exterior, a presença de cientistas estrangeiros no país, suas biografias, perfis e obituários, e ainda costumavam realizar entrevistas e reproduzir as palestras, as aulas e os discursos proferidos nas mais prestigiadas instituições da época. E tudo isto graças à importância então conotada à ciência no processo de modernização e civilização do país (DOMINICHI, 2006, p. 18).

A divergência entre as duas correntes de historiadores, em relação à existência ou não de uma produção científica, põe em xeque também a existência de uma comunidade científica

---

<sup>87</sup>As referências aos cientistas citados acima aparecem em diversas obras que abordam o desenvolvimento da ciência no Brasil. Entre as quais citamos: Azevedo (1955); Paulinyi (1981); Schwartzman (2001); Dantes (2005); Sá (2006); Carvalho & Moreira (2017).

na Primeira República. Na abordagem inicial fica claro que não há um ambiente e nem estímulo intelectual para o desenvolvimento científico, e que isso prejudicaria as trocas entre os cientistas e, conseqüentemente, a formação de comunidades, vistos que os pesquisadores estariam mais ou menos isolados nas suas instituições. Na segunda impressão, as condições estão dadas, já que os cientistas e suas ideias estariam circulando por um espaço mais amplo e desenvolvendo atividades também multidisciplinares. Somando-se a isso, também havia o progresso dos transportes e da comunicação, fatores que favoreciam o contato e a troca de informações entre os cientistas.

Embora não seja objetivo desse trabalho fazer um aprofundamento sobre o conceito de comunidade científica, é importante apresentar aqui algumas definições, elaboradas por autores ligados a sociologia da ciência. Elas possuem divergências e semelhanças e suas interpretações estão relacionadas ao momento histórico (e científico) que os autores se debruçaram e o tipo de ambiente científico que descrevem. Segundo Schwartzman (2001, p. 16), a comunidade científica pode ser entendida como um grupo de indivíduos que compartilha valores e atitudes científicas e que se inter-relacionam por meio das instituições científicas a que pertencem. Diz-se que uma comunidade científica é formada por indivíduos que têm em comum, habilitações, conhecimento e premissas tácitas sobre um campo específico do saber.

Analisando a ação dos cientistas e instituições científicas brasileiras nas primeiras décadas do século XX, à luz da definição sobre comunidades científicas reproduzidas acima, sobretudo as duas últimas, percebe-se que existe uma comunidade de cientistas brasileiros começando a se desenvolver e a se fortalecer. Destacando-se as ligadas a pesquisas sobre medicina tropical, amplamente divulgada e discutida entre o corpo científico, e também os estudos produzidos no âmbito das escolas politécnicas nas áreas de transporte e produção de energia, além da elaboração teórica sobre preceitos da matemática, física e astronomia.

No primeiro caso, as instituições contribuía ainda para a formação de cientistas, organizando cursos e estágios. Esse contato entre as instituições, estudantes e/ou recém-formados das escolas superiores de medicina, era importante também por servir de ponte para a contratação de cientistas ou para a cooptação de profissionais de instituições similares do eixo Rio – São Paulo. Por sua vez, havia uma boa circulação de informações sobre os principais avanços na medicina publicados em revistas e periódicos, tais como a *Revista Brasil-Médico* e a *Revista do Instituto de Manguinhos*, além das sessões da Academia Nacional de Medicina.

Um exemplo dessa circulação de saberes e pessoas pode ser percebida pela análise da trajetória do médico sanitarista Carlos Chagas. Após fazer cursos básicos em São Paulo, necessários para a entrada no curso médico, ele entrou para a Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, se formando em 1902. Na faculdade teve contato com as teses do francês Louis Pasteur, a chamada “revolução pasteuriana”, que se utilizava da microbiologia para estudar a causa das doenças. Ainda no curso teve contato com dois médicos que teriam grande influência sobre ele: Miguel Couto, que apresentou a ele noções de clínica moderna, e Francisco Fajardo, que o influenciou ao estudo das doenças tropicais. De posse de uma carta de apresentação dada por Miguel Couto passou a estagiar no Instituto Soroterápico de Manguinhos, sendo orientado pelo próprio Oswaldo Cruz. Convidado a continuar na instituição, Carlos Chagas preferiu, após formado, trabalhar no Hospital de Jurujuba/RJ.

Paralelamente à sua atuação institucional, Chagas construiu um laboratório privado para suas pesquisas sobre a malária, assunto da sua tese de doutorado. Retornou ao Instituto Soroterápico de Manguinhos, sendo escalado para combater uma epidemia de malária na localidade de Lassange/MG, onde também passou a estudar os insetos barbeiros (*Trypanosoma cruzi*), descobrindo o mal que ficaria conhecido como doença de Chagas. Logo após o falecimento de Oswaldo Cruz, em 1917, Chagas ocupou a direção do Instituto de Manguinhos, ficando no cargo até a sua morte em 1934 (KROFT; LACERDA, 2009). Chagas valeu-se da comunidade científica para a orientação dos seus estudos, para as indicações aos espaços de ciência e também para circular suas teorias e descobertas, tornando-se respeitado entre os seus pares, além de adquirir notoriedade internacional, mesmo pesquisando uma doença endêmica brasileira.

Um grupo de cientistas que também apresentou coesão foi o dos engenheiros. Oriundos das escolas politécnicas, eles também circulavam suas teorias através de publicações da área, entre elas a *Revista Didática da Escola Politécnica*, além das revistas científicas com temáticas mais genéricas, tais como a *Revista de Sciencia*, publicada pela ABC. Na Primeira República esses profissionais atuaram em diversas áreas, tais como a expansão da rede ferroviária, obras de combate à seca, nas reformas urbanas de diversas cidades, na elaboração de estudos topográficos para delimitação de divisas e fronteiras, no ensino e pesquisa da Matemática e Física, na área de Astronomia, com a observação dos astros e etc.

Os engenheiros tiveram forte presença na criação da Sociedade Brasileira de Ciências, nascida dentro da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, ocupando a sua presidência, na figura de Henrique Morize, nos dez primeiros anos de existência. Outro

espaço de reunião dos engenheiros foi o Clube de Engenharia, fundado em 1880. Exponentes dessa geração de cientistas cuja origem era a Engenharia, dois nomes se destacaram: Henrique Morize e Manuel Amoroso Costa.

Morize, considerado como um dos principais cientistas brasileiros, embora fosse francês de nascimento, desenvolveu pesquisas como astrônomo, cujo ponto alto foi a observação do eclipse de Sobral/CE, no campo da sismologia e meteorologia, além de ser um introdutor da física experimental no Brasil. Foi ainda professor da Politécnica do Rio de Janeiro, diretor do Observatório Nacional e esteve relacionado às transmissões via rádio, fundando junto com Roquette-Pinto e outros a Rádio Sociedade (1923) (MAST b, 1995, p. 8-9).

Amoroso Costa trabalhou em estradas de ferro e também foi professor da Politécnica do Rio de Janeiro, lecionando em cadeiras teóricas e práticas, tais como astronomia, matemática, física e geodésia. Também se apresentou em conferências e escreveu artigos sobre a Teoria da Relatividade de Einstein (1922) e sobre a relação entre Kant e as ciências exatas (1924). Em 1928, foi convidado pelo Instituto Franco Brasileiro de Alta Cultura para ministrar curso na Universidade de Paris. Foi um dos fundadores da ABC, ocupando a presidência da seção de Ciências Matemáticas (1923) e a presidência da Sociedade Brasileira de Educação (1928) (MAST a, 1995, p. 8).

No interior das instituições, o trabalho de pesquisa ia sendo realizado por técnicos e cientistas, às vezes alcançando êxito, outras vezes não, realidade comum para quem pesquisa. Ainda assim a ciência continuava avançando no Brasil. Nos laboratórios dos institutos biomédicos, as observações proporcionaram a identificação de microrganismos causadores de doenças e o desenvolvimento de antídotos às mesmas, colocando em evidência internacional nomes como Vital Brasil, Adolpho Lutz, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas.

Através dos telescópios e instrumentos do Observatório Nacional, diversos corpos celestes foram observados, alguns desconhecidos, além de fenômenos como os eclipses. O Observatório figurou como uma das principais instituições de pesquisa desde a metade do século XIX, contribuindo com suas pesquisas e observações para a marcação da hora legal, da previsão do tempo e da demarcação de fronteiras, entre outras atividades. Entre os astrônomos destacaram-se nomes Domingos Costa, Allyrio Mattos, Lélío Gama e, sobretudo, Henrique Morize.

Nas dependências do Museu Nacional, além do acervo museológico ímpar ali depositado, diversas espécies foram dissecadas e estudadas, possibilitando o aprofundamento no conhecimento da fauna e flora brasileira, de seus minerais e dos seus povos originários.

Nele atuaram especialistas em várias áreas, entre os quais Mello-Leitão, Berta Lutz, Heloísa Alberto Torres e o eclético Roquette-Pinto, que participou de diversas iniciativas para desenvolver a ciência e a educação no país.

Com essas três descrições procuro exemplificar a diversidade e a qualidade da ciência produzida nos laboratórios das instituições brasileiras nas primeiras décadas do século XX. Neste contexto, destaca-se a importância do Instituto de Manguinhos (posteriormente denominado de Instituto Oswaldo Cruz) para o desenvolvimento científico brasileiro. O órgão passou a ser modelo de instituição de pesquisa, capaz de realizar o recrutamento de pessoal nas escolas superiores, de discutir a relação de cliente com o Estado e realizar a produção de ciência experimental. Num país de base industrial atrasada e de sistema educacional precário apenas a aliança do Instituto de Manguinhos com o Estado pode permitir a integração de ciência pura e aplicada, produzindo resultados palpáveis e rápidos capazes de transformar condições de vida das populações e de produzir produtos úteis e rentáveis (STEPAN, 1976).

Criado por Oswaldo Cruz em 1900, o Instituto Manguinhos já nos primeiros anos de funcionamento transformou-se num importante centro de pesquisas e diagnóstico de doenças infecciosas e de produção de novos soros e vacinas. As atividades eram diversificadas, abrangendo a fabricação de produtos biológicos, a pesquisa e o ensino. Seus pesquisadores investigaram diversas doenças, tais como as febres tifóides e paratífóides, a febre amarela, a varíola, a tuberculose, impaludismo, filariose, beribéri, ancilostomose, disenteria, além de doenças animais como a “manqueira”, mal que atacava bezerros (BENCHIMOL In CRUZ, 2014, p. 34).

A ciência produzida na instituição já era de ponta e isso foi reconhecido em 1907, com a medalha de ouro recebida no *XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia/Berlim-ALE*. O prêmio foi de grande repercussão e possibilitou a melhoria nas condições de funcionamento do órgão, já que ele passou a estar vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Exteriores, além de ser autorizado a vender serviços e produtos. Desta forma a instituição alcançou uma relativa autonomia, diferenciando-a das suas congêneres nacionais nesse período. Em 1910 começou a transferência do corpo técnico para as novas edificações ainda em construção (a totalidade das instalações só ficaria pronta em 1922, já na gestão de Carlos Chagas), às margens da baía da Guanabara e do rio Faria Timbó, ocupando as terras e algumas edificações da antiga fazenda Inhaúma. O Castelo Mourisco ainda hoje se destaca na paisagem da cidade do Rio de Janeiro e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) se mantém como a principal instituição de pesquisa brasileira e produção de insumos na área biomédica (BENCHIMOL In CRUZ, 2014, p. 35).

Apesar da distinção de alguns cientistas e a importância de algumas instituições científicas, o Instituto Manguinhos é uma exceção, a ciência brasileira em termos de produtividade não conseguiu alcançar um patamar significativo para impulsionar o desenvolvimento do país e sanar os males que o afligiam de norte a sul do nosso território. No entanto, em algumas ações, a ciência, associada ao poder público, se fez presente contribuindo de forma importante para o sucesso de empreitadas no campo da saúde pública e da construção da infraestrutura urbana.

Controvérsias à parte, a comunidade científica brasileira esteve atuante nas décadas de 1910 e 1920, participando de diversos empreendimentos associativos, tais como a criação de associações e academias, participando de eventos comemorativos, contribuindo com a sua teoria e prática para justificar ações governamentais, escrevendo em jornais e revistas, além da atividade científica que continuou a ser produzida.

Os cientistas que fizeram parte dessa geração (formados entre 1889-1930) foram responsáveis por incrementar a atividade científica no Brasil, atuando a partir das instituições científicas e escolas superiores às quais estavam vinculados, e empreender e/ou projetar mudanças consideráveis em vários campos do saber. Boa parte desses profissionais participaria de ações e projetos no governo de Getúlio Vargas, sobretudo em órgãos de regulamentação de atividades científicas, na criação de instituições científicas e educativas, além de continuarem formando novos cientistas. Interessante notar que o corpo docente das novas universidades foi composto basicamente por essa geração.

Vistos desse ângulo, da participação político/administrativa/docente, esse grupo de profissionais pode ser considerado de extrema importância na implementação de um contexto científico moderno, que seria complementado pela criação das universidades a partir da década de 1930, e sua consequente especialização das carreiras, e a criação do Conselho Nacional de Pesquisa em 1951, cujo primeiro presidente, o almirante Álvaro Alberto, foi um dos cientistas representantes dessa geração.

A mais notória das associações entre a ciência e o poder público foram as reformas feitas na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Dentro do quadro de crescimento urbano acelerado de algumas capitais brasileiras, a capital do país, por razões óbvias, destacou-se por atrair milhares de pessoas, oriundas do crescente êxodo rural – pós-emancipação dos escravos (1888) – e pela chegada de grandes contingentes de imigrantes. Estes fatores, somados ao natural crescimento vegetativo da população, aprofundaram os problemas de infraestrutura urbana, relacionados ao abastecimento de água, saneamento

básico e higiene, aumentando a periculosidade para quem habitava, sobretudo, na área urbana da cidade (CARVALHO, 1997. p. 16-17).

A cidade do Rio de Janeiro teve um aumento significativo de população a partir da segunda metade do século XIX, crescendo de 266 mil para 520 mil o número de habitantes entre 1872 e 1890. No início do regime republicano, segundo estatísticas, a entrada de pelo menos 166.321 estrangeiros pelo porto do Rio, em 1891. A maior parte desse contingente humano passou a viver na área urbana, agravando as condições de moradia já deterioradas desde o período colonial (CARVALHO, 1997. p. 16-17).

As condições insalubres do centro da cidade, agravadas com o vertiginoso aumento populacional nessa região, causavam milhares de mortes anualmente, reforçando na virada do século XIX para XX um discurso, político e científico, sobre a readequação do espaço urbano envolvendo um grande número de intelectuais, médicos, políticos, jornalistas e cientistas, “refletindo um certo consenso das elites intelectuais, e de parte das elites políticas, quanto à necessidade de uma ação mais vigorosa no combate às endemias” (SANTOS, 2010, p. 7).

Por outro lado, o crescimento da cidade exigia melhoramentos de setores estratégicos, tais como a melhoria do porto e a da estrutura viária da cidade, fatores que, ao lado do saneamento da cidade, seriam capazes de atrair capitais, imigrantes, técnicos e equipamentos estrangeiros. Nesse sentido, a capital passaria por intensas reformulações e seria alvo de campanhas profiláticas contra a malária, a febre amarela e a peste bubônica, por exemplos, culminando com as reformas urbanas na Primeira República (SEVCENKO, 1999, p. 32).

A cidade passou por mudanças urbanísticas profundas na primeira década do século XX. Segundo Azevedo (2003, p. 41), durante o processo de reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, houve duas intervenções urbanísticas orientadas por sentidos distintos: uma conduzida pelo Governo Federal e projetada pelo ministro Lauro Müller e o engenheiro Francisco Bicalho; outra levada a cabo pela prefeitura do Rio de Janeiro por meio de Francisco Pereira Passos. Ambos os projetos de intervenção urbana resultaram da iniciativa do presidente Rodrigues Alves que anunciara uma grande ação de reformulação urbana sob o pretexto de melhorar a imagem, a sanidade e a economia da capital federal, a fim de facilitar a imigração de estrangeiros ao Brasil, causa momentosa da lavoura cafeeicultora paulista, em crise de mão-de-obra desde a abolição da escravidão (AZEVEDO, 2003).

Na reforma urbana produzida pelo prefeito Pereira Passos e pelo ministro Lauro Muller entre 1903 e 1906, parte inspirada na reforma feita em Paris no século XIX, entre 1853 e 1870, foi modernizada a Zona Portuária, criou-se a Avenida Central, hoje Rio Branco, a Avenida Beira-Mar e a Avenida Maracanã. Além disso, a parte central da cidade foi aberta para a circulação de

automóveis, foi feita a instalação de luz elétrica e ficou proibida a atuação de vendedores ambulantes<sup>88</sup>. No entanto, as reformas, somadas à imposição da vacinação, acabou gerando o mais famoso episódio de oposição às transformações urbanas no período foi a Revolta da Vacina (1904)<sup>89</sup>.

Já a reforma de 1921-22, comandada pelo prefeito Carlos Sampaio, pôs abaixo o morro do Castelo, marco inicial da ocupação do espaço urbano carioca pelos portugueses. A demolição tinha como imperativos a salubridade do espaço urbano (tema de intenso debate contra e a favor) e a abertura de um espaço para a Exposição do Centenário da Independência - 1922 (PAIXÃO, 2008). Para consecução dessa obra espetacular, do ponto de vista do volume de terra e entulhos retirados do local, foram utilizadas técnicas modernas de engenharia, além de maquinário de ponta, responsáveis pela destruição de parte significativa da memória carioca. Além de igrejas seculares, também veio abaixo a antiga sede do Observatório Nacional, transferida para o morro de São Januário no bairro de São Cristóvão em 1921.

A reforma de 1921-22 gerou intensos debates através dos jornais gerando muitas controvérsias sobre o desmonte do Morro do Castelo. Alguns se valiam dos argumentos da falta de higiene e do atraso que representava, e que devia acabar porque desfigurava a cidade carioca. Um dos críticos de seu desmonte foi o escritor Lima Barreto, que escreveu um artigo, intitulado *Megalomania*<sup>90</sup>, no qual chamava atenção para o descaso com a precariedade das habitações da população mais pobre, considerando que, por consequência, deixaria milhões de desabrigados. Apesar dos transtornos representados pela expulsão da população pobre da região central da cidade, não houve manifestações tão violentas quanto às ocorridas nas reformas de 1903-06.

As transformações efetuadas no espaço urbano da capital federal, entre os anos 1903 e 1922, mudaram radicalmente a cidade antiga, transformando-a numa capital que se

---

<sup>88</sup>Sobre essa reforma, ver: BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: Um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, 1990; Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 2003; Benchimol, Jaime (2003). «Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro». In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucila de Almeida Neves. Brasil Republicano, vol. 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; Carvalho, José Murilo (2005). Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; Sevckenko, Nicolau. A Revolta da Vacina. Porto Alegre: Scipione, 1999.

<sup>89</sup>Sobre a Revolta da Vacina, ver: Benchimol, Jaime (2003). «Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro». In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucila de Almeida Neves. Brasil Republicano, vol. 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; Carvalho, José Murilo (2005). Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; Sevckenko, Nicolau. A Revolta da Vacina. Porto Alegre: Scipione, 1999.

<sup>90</sup>Revista Careta, 28 de agosto de 1920. Biblioteca Nacional.

assemelhava com algumas capitais europeias – o modelo foi a cidade de Paris recém remodelada (BENCHIMOL, 1992). Nesse período o movimento dos automóveis, as luzes e a construção de novos espaços de consumo, lazer e cultura atraíram um grande número de pessoas ao centro e ela passou a ser referência para grandes e pequenas obras em outras cidades do país.

O papel da ciência na transformação da cidade é notório. No campo discursivo o combate à insalubridade foi utilizado intensamente pelo poder público para justificar a derrubada de edificações populares e de morros da capital, considerados obstáculos nos projetos de profilaxia elaborados pela ciência médica. Os engenheiros, por sua vez, defendiam que a abertura de novas vias e a construção de novas edificações eram essenciais para a modernização da cidade, equiparando-a com algumas cidades europeias. No campo prático, as campanhas de profilaxia e de combate direto às doenças, encabeçadas por Oswaldo Cruz nas reformas de 1903-1906 e pelo Instituto Oswaldo Cruz nos anos seguintes, mostraram-se eficazes ao erradicar vários dos males que afligiam a população carioca. A engenharia contribuiria com a elaboração de cálculos e técnicas para aterramento e desmonte dos morros, além da contribuição nos projetos arquitetônicos.

### **3.2 Os cientistas em movimento: ciência e política**

Em seus cem anos de vida, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) foi testemunha e partícipe do grande progresso da ciência no Brasil. Em um período marcado por uma guerra mundial que inaugurou a era das armas nucleares, por instabilidades políticas que afetaram a democracia no país e por crises econômicas que prejudicaram o desenvolvimento nacional, a ciência brasileira avançou, multiplicou suas áreas de atuação, afirmou-se internacionalmente e espalhou-se nas diversas regiões do país, beneficiando a sociedade brasileira. (Discurso do presidente da ABC, Luiz Davidovich no centenário de sua fundação em 2016. IN CARVALHO & MOREIRA, 2017, p. 12).

Inspirada na Academia Francesa de Ciências, a ABC inicialmente foi formada por professores renomados da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e da Faculdade Nacional de Medicina, além de pesquisadores de diversas instituições científicas da capital, tais como o Observatório Nacional, o Museu Nacional e o Instituto Soropédico do Rio de Janeiro (futuro Instituto Manguinhos e depois Fundação Oswaldo Cruz), sendo a terceira academia de ciências das Américas, após a dos Estados Unidos (1863) e da Argentina (1874).

Nascida nas dependências da Escola Politécnica do Rio de Janeiro como Sociedade Brasileira de Ciências (1916)<sup>91</sup>, a instituição que congregaria cientistas de várias especialidades visando o desenvolvimento científico do país, mudaria de nome para Academia Brasileira de Ciências (ABC) em 1921, se tornando, num breve tempo, um espaço de trocas acadêmicas (uma das deficiências enfrentadas pelos pesquisadores brasileiros) e de formulação de diretrizes para o desenvolvimento da produção científica no Brasil.

Embora não pretenda esmiuçar a história da ABC, pretendo destacar alguns aspectos da sua atuação que ajudem a entender a postura política dos cientistas entre 1916 e 1937, período quando ela se transformou no principal interlocutor entre a classe política e os cientistas, no intuito de incrementar a produção científica brasileira.

Segundo o físico Joaquim da Costa Ribeiro, a fundação da ABC teve a mais benéfica influência sobre o desenvolvimento das pesquisas científicas no Brasil, reunindo os pesquisadores e estudiosos para debate das comunicações apresentadas, estabelecendo maior contato entre os cientistas brasileiros e estrangeiros, organizando simpósios para a discussão de temas de interesse atual e agindo junto aos poderes públicos no sentido de dar maior amparo e estímulo aos pesquisadores brasileiros (COSTA RIBEIRO In AZEVEDO, 1994, p. 200).

A ABC, nos seus primeiros anos de funcionamento, era considerada elitista por sua composição, formas de acesso, valores cobrados e pelo fato de agregar apenas cientistas que moravam no Rio de Janeiro. A primeira formação foi composta através de convite, agregando os cientistas vinculados às principais instituições de pesquisa, e de ensino da capital federal, sobretudo a Escola Politécnica e a Escola de Medicina. Aí figuraram nomes de ponta da ciência da época, tais como Henrique Morize, Oswaldo Cruz, Adolpho Lutz e Carlos Chagas. No entanto, por ter um difícil trâmite de ingresso, onde o interessado tinha que solicitar sua admissão através de carta ou da indicação de três associados, além de apresentar sua produção científica e ser escrutinado por uma comissão, sendo necessária a maioria absoluta dos votos do plenário geral da SBC para ser aceito, poucos candidatos se prontificaram a passar por tal exame. Soma-se a isso a cobrança de uma alta soma, fator que contribuía negativamente para o estabelecimento da academia (CARVALHO; MOREIRA, 2017, p. 14).

As condições impostas geraram diversas críticas à sociedade. Uma delas era sobre a presença apenas de cientistas que moravam no Rio de Janeiro, cidade onde se sediava a

---

<sup>91</sup> Em 1917, nas dependências da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tomou posse a primeira diretoria eleita da SBC, composta por Henrique Morize (presidente), Joaquim Candido da Costa Senna e Juliano Moreira (vice-presidentes), Alfredo Loefgren (secretário), Betim Paes Leme (tesoureiro) e Edgard Roquette-Pinto (segundo tesoureiro). (PAULINYI, 1981, p.35); (CARVALHO& MOREIRA, 2017, p. 9)

Academia. Uma das obrigações dos associados era assistir certo número de sessões, sob pena de serem desligados, impedindo o ingresso de cientistas de outros estados num período de deslocamento caro e difícil. Por outro lado, por auferir um aumento no prestígio dos acadêmicos, a atração por fazer parte da ABC acabou prevalecendo e, após diversas reformas do estatuto, o quadro, fixado em 100 cientistas e vacância por morte ou desligamento, manteve-se ocupado ano a ano. As reuniões, abertas apenas aos associados, buscavam delinear as principais diretrizes da Academia: incentivar a pesquisa científica “pura”, desvinculada dos objetivos práticos, comerciais e industriais, num primeiro momento; organização de atividades formativas e de trocas acadêmicas, tais como cursos e conferências; além da produção de uma revista especializada em ciências. (CARVALHO; MOREIRA, 2017, p. 16).

A ABC tinha como objetivos recomendar assuntos de pesquisa aos estudiosos brasileiros, orientando seus estudos para problemas relacionados à realidade do país, ao invés de abarcar linhas de pesquisas oriundas dos grandes centros de produção de ciência; auxiliar e divulgar as pesquisas científicas dos sócios; organizar e manter cursos de ciência e realizar conferências de especialização e divulgação científica (PAULINYI, 1981, p.13). O intuito era afirmar a ciência como o motor do desenvolvimento do país.

Na gestão de Henrique Morize (1916 a 1926) foram criadas as três primeiras revistas da Sociedade<sup>92</sup>, entre 1917 e 1926, voltadas para a divulgação das pesquisas de seus membros e de pesquisadores externos, foram realizadas as primeiras conferências<sup>93</sup> e as visitas internacionais<sup>94</sup>.

No entanto, a característica marcante durante esses primeiros anos de funcionamento da ABC, foi o debate entre a "ciência pura e desinteressada" e a “ciência aplicada”. Segundo ALVES (2001), ao mesmo tempo em que vinculavam sua prática científica a um ideal que diziam ser maior que o simples utilitarismo, os associados consideravam que os fins utilitários promovidos pela ciência é que mobilizavam a sociedade em geral a valorizar a atividade científica.

---

<sup>92</sup>A Academia Brasileira de Ciências publicou quatro revistas ao todo: Revista da Sociedade Brasileira de Ciências (1917-1919), Revista de Ciências (1920 -1922), Revista da Academia Brasileira de Ciências (1926-1928) e Anais da Academia Brasileira de Ciências (1929-).

<sup>93</sup>A Sociedade realizou sua primeira conferência de divulgação científica, proferida pelo sócio e professor Mário Ramos. O encontro teve como tema “A radiotelegrafia ultrapotente e o desenvolvimento da ciência elétrica” e lotou o auditório da Biblioteca Nacional, obtendo repercussão na imprensa da época, que se apressou em anunciar a realização de palestras futuras sobre biologia, física e astronomia (CARVALHO; MOREIRA, 2017).

<sup>94</sup>O primeiro visitante foi o médico e psicólogo francês George Dumas, da Universidade de Paris-Sorbonne, que esteve no Brasil pela primeira vez em 1917. Ele retornaria em 1922, para presidir a instalação do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, ligado à Sociedade Brasileira de Ciências. (CARVALHO; MOREIRA, 2017).

Essa defesa da “ciência pura” causou controvérsias dentro das instituições de pesquisa e das escolas superiores e esteve relacionada a críticas sobre o sistema educacional vigente, marcado ainda pelo positivismo de Augusto Comte. A criação da ABC possibilitou a reunião de pesquisadores que defendiam a ciência “pura”, revitalizando a atividade científica no Brasil, a partir do incentivo a trabalhos científicos originais, baseados na dedução lógica a partir da experimentação e observação empírica. Ao contrário do pensamento comteano que defendia que na ciência nada mais tinha que ser desenvolvido e que bastava ser aplicada. Essa posição de defesa da ciência “desinteressada” foi favorecida pela renovação no campo das ciências no mundo europeu, principalmente na França, quando circulavam a "teoria da relatividade" e a "filosofia de Poincaré", em detrimento da física de Newton e do positivismo de Auguste Comte (ALVES, 2001).

No entanto, essa dicotomia entre a “ciência pura” e a “ciência aplicada” foi sendo pouco a pouco superada, já que se tratava de uma premissa falsa. A academia, que inicialmente defendia a liberdade de se produzir ciência sem fins comerciais, passou a aceitar que cientistas que defendiam a ciência aplicada também participassem da ABC e publicassem nas suas revistas. Isso ficaria patente com os discursos proferidos pelo seu primeiro presidente, Henrique Charles Morize<sup>95</sup>. Ele ressaltava que a demanda material e a prestação de serviços não eram desconsideradas, embora não deveriam determinar toda a atividade científica. Ao mesmo tempo, enfatizava que grandes conquistas da humanidade só teriam sido possíveis com a concorrência da chamada “ciência pura”, embora suas aplicações, em geral, não tivessem sido imediatas nem previsíveis (ALVES, 2001).

Ultrapassada essa discussão, ao longo da década de 1920, iniciativas saídas das reuniões da ABC agitaram o meio científico, tais como a criação da Sociedade Brasileira de Química (1922), a participação na *Exposição Comemorativa do Centenário da Independência* (1922), a criação da Radio Sociedade (1923) e da Sociedade Brasileira de Educação (1924). Todas essas ações tiveram o concurso de diversos de seus acadêmicos. A primeira agregava os cientistas que faziam pesquisas na área de química, mesmo antes da criação de um curso superior dessa especialidade, uma das lutas da entidade. Já a criação da Sociedade Brasileira de Educação, atual Associação Brasileira de Educação (ABE), teve como objetivo modernizar o ensino básico e superior do país e promover a institucionalização da pesquisa científica nas universidades. A bandeira de luta relativa às instituições de ensino superior seria concretizada

---

<sup>95</sup> Discurso de posse de Henrique Morize. 15 de junho de 1917. Arquivo pessoal de Henrique Morize, acervo do Arquivo de História da Ciência/MAST.

com a criação da Universidade de São Paulo (1934), a Universidade do Distrito Federal (1935) e Universidade do Brasil (1937), todas no governo Vargas.

A *Exposição do Centenário da Independência do Brasil*, realizada entre setembro de 1922 e julho de 1923, representou para as instituições científicas brasileiras uma oportunidade para exibir a sua produção científica para o país e o mundo. O evento foi importante também para inserir a ciência nas discussões sobre a construção da identidade nacional, buscando mostrar o Brasil como uma nação moderna (MOTTA, 1992). Do esforço para concretizar a premissa acima, participaram políticos, empresários, intelectuais e cientistas, além de instituições científicas, educacionais e culturais. Os cientistas, em particular os médicos sanitaristas e os engenheiros, participaram intensamente da preparação do espaço expositivo, com a reforma urbana que teve como ápice o desmonte do morro do Castelo, a continuidade do saneamento e a abertura de largas avenidas onde os *stands* foram montados.

A participação das instituições científicas sediadas no Rio de Janeiro, nos deixa vislumbrar a diversidade de atividades que estavam sendo desenvolvidas no âmbito da ciência. As mostras, conferências e publicações abertas tanto ao público leigo quanto ao especializado, tiveram como objetivo mostrar as potencialidades do Brasil, do ponto de vista dos seus recursos naturais, e a capacidade intelectual dos seus cientistas.

Entre as atividades e itens apresentados pelas instituições de pesquisa, tem destaque:

- As coleções de plantas vivas e secas representantes do valor econômico das nossas florestas; coleções de madeira de lei mais importantes de cada estado, acompanhadas de quadros demonstrativos; coleções de madeira de eucaliptos e quadros demonstrativos das principais moléstias e pragas da nossa silvicultura e os meios usados para combatê-las, relacionadas às pesquisas desenvolvidas pelo Jardim Botânico;
- Os instrumentos de observação do céu, previsão do tempo e marcação da hora, utilizados pelo Observatório Nacional, tais como a luneta meridiana, que serviu de 1849 a 1921 para a determinação cotidiana da hora, teodolitos, relógios e quartos de círculo. Além de fotografias do disco solar, tiradas durante a observação do eclipse de Sobral/CE em 1919, gráficos com marcações dos sismógrafos da instituição e a publicação Anuário do Observatório Nacional para 1923;
- O Serviço Mineralógico apresentou na Exposição mais de 500 amostras de substâncias minerais tais como: minérios de ouro e platina, minérios de ferro, minérios de manganês, minérios de chumbo, zinco, bismuto, alumínio, estanho,

mercúrio, urânio e rádio, materiais refratários e cerâmicos, carvão, rochas petrolíferas, substâncias não metálicas, pedras semipreciosas e cascalhos diamantinos, pedras polidas, produtos e subprodutos metalúrgicos;

- O Museu Nacional, que foi autorizado a utilizar a sua própria sede, no bairro vizinho de São Cristóvão, além de abrigar temporariamente o Museu da Independência, apresentou uma coleção de mapas murais abrangendo toda a História Natural referente ao país para que ela pudesse servir como material pedagógico para os estabelecimentos de Ensino. Além disso, organizou uma Coleção Didática para servir de modelo ao Ensino de História Natural nos cursos secundários. Todas as seções apresentaram mostras específicas das seções de Geologia, Mineralogia e Paleontologia, Botânica, Antropologia e Etnografia e Zoologia (SANTOS, 2010, p. 124-130).
- A ABC participou da Exposição com a mostra intitulada “Os 12 minerais descobertos por José Bonifácio”, onde homenageava José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), enviado pela coroa portuguesa a percorrer a Europa a fim de adquirir conhecimentos sobre mineralogia, filosofia e história natural. A Academia também contribuiu com a organização de conferências proferidas por cientistas, entre os quais se destacou o matemático francês Émile Borel (1871-1956), da Universidade de Paris, que falou sobre “A Teoria da Relatividade e a curvatura do universo” (CARVALHO; MOREIRA, 2017, p. 25).

A participação da entidade na Exposição foi tão expressiva que rendeu à ABC a doação do prédio expositivo da Tchecoslováquia, por parte do governo daquele país e do Brasil, passando o mesmo a ser a sede da entidade entre os anos de 1924-1928<sup>96</sup>.

Uma das principais novidades científicas apresentada na Exposição do Centenário, que teria uma grande influência sobre a sociedade, a cultura e a economia brasileira, nas décadas seguintes, foi a transmissão radiofônica. Em 7 de setembro, sob grande expectativa, o presidente Epitácio Pessoa discursaria, e teria sua voz reproduzida por aparelhos de rádio espalhadas pela exposição, inaugurando o evento (BARROS, 1999, p. 94).

Nos anos seguintes à histórica transmissão diversas rádios seriam criadas. A primeira delas teria a importante contribuição da ABC e congregaria cientistas, intelectuais e

---

<sup>96</sup>A nova sede abrigou também a Rádio Sociedade até 1928. Nesse ano a prefeitura do Distrito Federal, ocupada pelo prefeito Antônio da Silva Prado Junior, retomou o local alegando que o documento de doação era um título precário. (CARVALHO; MOREIRA, 2017, p. 30).

empresários do Rio de Janeiro. Idealizada e conduzida por Edgar Roquette-Pinto e Henrique Morize, a Rádio Sociedade, criada em 1923, buscava promover a educação e divulgar a ciência e a cultura. O funcionamento da rádio pode ser considerado resultado direto da pesquisa científica, já que sua constituição, feita sem aporte de recursos estatais ou comerciais, na forma de uma associação, reunindo um grupo de cientistas que se cotizaram para a sua manutenção, ajudou na implementação de uma nova tecnologia<sup>97</sup>.

Diante das dificuldades na regulamentação das transmissões radiofônicas, na década de 1920, os membros da ABC mobilizaram-se para defender a regulamentação da radiotelegrafia sem fio, como era chamado o rádio. Nesse contexto, a Academia publicou um manifesto que reivindicava a liberdade para aquisição de aparelhos receptores de rádio – na época, brasileiros que quisessem adquirir um rádio enfrentavam grande burocracia e aqueles flagrados com o aparelho sem permissão poderiam ser presos. Temia-se a utilização da tecnologia para fins políticos e comerciais (CARVALHO; MOREIRA, 2017, p. 24). Segundo Roquette-Pinto,

O rádio representa o papel preponderante de guia diretor, de grande fundador de almas, porque espalha a cultura, as informações, o ensino prático elementar, o civismo, abre campo para o progresso preparando os tabaréus, despertando em cada qual o desejo de aprender. Muita gente acredita que o papel educacional do radiofônico é simplesmente um conceito poético, coisa desejável, mas difícil ou irrealizável. Quem pensa desse modo não conhece o que se faz no Brasil (APUD CARVALHO; MOREIRA, 2017, p. 25).

O objetivo dos seus criadores era aproveitar o potencial das novas tecnologias de comunicação para a difusão da cultura. Tanto é que no estatuto social da Radio Sociedade continha uma cláusula proibindo a prática ou a propaganda de fatos políticos, religiosos e comerciais. Segundo Barros (1999, p. 98), a proposta defendida pelos seus idealizadores e produtores era elitista, à medida que propunha uma programação baseada no oferecimento de uma cultura ilustrada ao povo, composta por noticiários, palestras e música clássica. A opção pela difusão desse tipo de cultura, excluindo manifestações da cultura popular, pelo menos nos primórdios da instalação das rádios no Brasil, seria uma das causas do declínio da Rádio Sociedade.

---

<sup>97</sup>As transmissões radiofônicas se popularizaram no início do século 20, entretanto desde a metade do século 19 já existem registros de testes e experiências que levaram à criação e desenvolvimento do rádio com Guglielmo Marconi, na Itália, Nikola Tesla, nos EUA, e o padre Landell de Moura, no Brasil. No Brasil, o rádio está perto dos 100 anos de história, se adotarmos como marco a primeira transmissão, dita oficial, durante as comemorações do centenário da Independência, no Rio de Janeiro, em 1922. (ZUCULOTO, 2016, p. 26)

A emissora durante o período sob a direção de Roquette-Pinto (1923-1936)<sup>98</sup>, contou com a participação de muitos intelectuais famosos, entre os quais membros da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Ciências, professores do Museu Nacional e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, de artistas e cantores de renome, engajados em divulgar conteúdos educativos e culturais para a sociedade brasileira. Os programas transmitidos pela rádio incluíam, além de música e noticiário, uma série de cursos livres – como os de inglês, francês, história do Brasil, literatura portuguesa, literatura francesa, radiotelefonia e telegrafia – e dezenas de conferências de divulgação científica sobre temas diversos, incluindo física, química e saúde.

Os conteúdos abordados nos programas da Rádio Sociedade eram diversificados, destacando a imensa gama de assuntos relacionados a várias áreas da ciência. Entre os cursos e palestras, voltados à divulgação científica, podem-se citar, por exemplo, “Higiene”, de Sebastião Barroso; “Estados físicos da matéria” e “Como nascem os rios”, de Othon Leonardos; “Marés”, de Mauricio Joppert; “Química”, de Mário Saraiva; “Física”, de Francisco Venâncio Filho; “Fisiologia do sono” e “A função educadora dos museus”, de Roquette-Pinto; “Estudos sobre o metabolismo”, de Álvaro Ozório de Almeida; “A siderurgia”, de Ferdinand Laboriau; “A física e a vida moderna”, de Dulcídio Pereira; “Geologia do petróleo”, de Eusébio de Oliveira; “Teorias do acaso”, de Tobias Moscoso; “A regulação nervosa da respiração”, de Miguel Ozório de Almeida; “A indeterminação em matemática”, de Ignácio Azevedo do Amaral; “Elementos de filosofia médica”, de Fernando de Magalhães; “Geopolítica do Brasil”, de Everardo Backheuser; “A fisionomia”, de Fróes da Fonseca; “As populações asiáticas”, de Alberto Childe; e “Migração na América”, de Heloísa Alberto Torres (DOMINICHI, 2006, P. 176)

Apesar da mobilização dos cientistas e de outros intelectuais, a Rádio Sociedade se desestruturou com a conjuntura política e econômica do governo Vargas, quando o rádio passou a ser um empreendimento comercial por excelência, tornando impossível, sem apoio do governo, manter uma rádio apenas como instrumento de disseminação de cultura e educação, como queriam os precursores da Rádio Sociedade e seu principal incentivador Roquette-Pinto (CARVALHO; MOREIRA, 2017, p. 25). A Rádio Sociedade encerrou suas

---

<sup>98</sup>A Rádio Sociedade encerrou suas atividades, formalmente, com sua doação ao Ministério da Educação e Saúde, dirigido, na época, pelo ministro Gustavo Capanema, numa cerimônia realizada no dia 7 de setembro de 1936 (DUARTE, 2008, p. 182). A condição da doação era de que seus objetivos originais fossem mantidos. Passou a se chamar Rádio Ministério da Educação, mais conhecida como Rádio MEC (CARVALHO; MOREIRA, 2017, p. 30).

atividades, formalmente, com sua doação ao Ministério da Educação e Saúde, dirigido, na época, pelo ministro Gustavo Capanema, numa cerimônia realizada no dia 7 de setembro de 1936 (DUARTE, 2008, p. 182). A condição da doação era de que seus objetivos originais fossem mantidos. Ela, então, passou a se chamar Rádio Ministério da Educação, mais conhecida como Rádio MEC (CARVALHO; MOREIRA, 2017, p. 30).

Outra ação pensada e articulada sob a égide da ABC, de suma importância para o desenvolvimento científico e para a formação intelectual do país, foi a fundação da Sociedade Brasileira de Educação (1924). Essa entidade, integrada por diversos acadêmicos/cientistas, além de intelectuais ligados a vários campos do saber, tinha como objetivo transformar o sistema educacional básico e superior brasileiro, defendendo a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos. Os educadores que participaram da SBE entendiam a instrução pública como indispensável ao progresso dentro da ordem estabelecida; como meio de preparar as elites governantes, as quais deveriam retirar os analfabetos da situação de ignorância em que se encontravam para que se tornassem cidadãos produtivos e participativos (SOUZA, 2018, p.62).

Nos seus primeiros anos, a SBE realizou diversas atividades visando aglutinar seus membros e discutir diretrizes e ideias no sentido de imprimir mudanças no sistema educacional. A Sociedade, ao longo da segunda metade dos anos 1920 e início dos anos 1930, esteve no centro de debates das reformas que se faziam no campo educacional, tanto no âmbito estadual quanto no federal. A atuação da associação se deu por meio de encontros onde se discutiam temas de educação, de cursos, de publicações, de pesquisas, e, principalmente, por meio de conferências ou congressos nacionais de educação que abordavam temas específicos. Entre as reformas aprovadas nesse período, podemos listar: a reforma João Luís Alves/Rocha Vaz, do ensino secundário e superior, de 1925; a criação do Ministério da Educação, em 1930; o Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931; a Lei Orgânica do Ensino Secundário em 1931 e a autorização para o ensino religioso nas escolas públicas, também em 1931.

No campo científico a principal discussão era em torno da institucionalização da pesquisa científica nas universidades, ainda não criadas na década de 1920<sup>99</sup>. A atuação da SBE e da ABC foi importante desde os anos 1920, por proporcionar o debate em torno do problema universitário. Entre as questões relevantes destacavam-se a concepção de universidade, as funções que deveriam caber às universidades brasileiras, além da autonomia

---

<sup>99</sup>Na década de 1920 havia universidades, como a do Rio de Janeiro (1920) e a Universidade Federal de Minas Gerais (1927) que eram simples agregações de faculdades já existentes.

e modelo a ser adotado no Brasil (FÁVERO, 2006, p. 22). Na *1ª Conferência Nacional de Educação*, realizada em Curitiba, em 1927, Amoroso Costa, a partir da tese *As Universidades e a Pesquisa Científica*, defendeu, em consonância com o que pregava que a Sociedade Brasileira de Educação, que a pesquisa científica deveria ser o núcleo da instituição universitária (PAIM, 1982, p. 18). Essas discussões, em torno do papel das universidades, foram importantes também na concepção das universidades de São Paulo (1934) e do Brasil (1937), abrindo espaço para a implementação de diversos cursos cujas ementas previam a pesquisa científica.

O engajamento e ação dos cientistas, como vimos, foram potencializados com a fundação da Academia Brasileira de Ciências (ABC), em 1916, momento importante, no que se refere à tarefa de reunir cientistas e suas propostas, do ponto de vista de mudanças a serem feitas nas áreas econômica, cultural e social, projetos que seriam consumados, alguns, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). O papel da ABC e da comunidade científica foi fundamental pelas propostas apresentadas no campo do desenvolvimento científico e da educação, entre outros, contribuindo, posteriormente para a implantação do projeto sociopolítico de Vargas, no aspecto que tange a criação de um aparato de planejamento estatal visando o desenvolvimento nacional.

### **3.3 O perfil dos cientistas brasileiros**

Nesse trecho do trabalho pretendo dar algumas contribuições para compor o perfil dos cientistas que tiveram participação relevante no desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas, formados durante a Primeira República, e reconhecidos entre os seus pares como pesquisadores dedicados e originais. A seleção dos perfis analisados, de antemão, descarta os “cientistas” não profissionais, cujas reflexões não foram consideradas consistentes dentro das escolas superiores ou nas diversas publicações que circulavam nas grandes cidades, sobretudo no eixo Rio - São Paulo.

A peculiar e certa análise feita por Miguel Ozório de Almeida, diretor da seção de fisiologia do IOC e professor catedrático de fisiologia na Escola de Agricultura e Medicina Veterinária, compara os dois tipos de cientistas expostos acima, contrapondo o típico ‘homem de ciência’ ao leigo. O primeiro seria caracterizado como “um profissional simples, metucioso, rigoroso, austero, severo, cerebral e diligente”, enquanto seus opostos seriam marcados como “diletantes, principiantes, curiosos, eruditos ou leigos, que espreitariam a ciência e com ela flertariam por mero *hobby*”. O cientista profissional, nessa visão, é

possuidor de capacidades inatas ao *mister* científico, produzindo reflexões baseadas nos pressupostos da ciência moderna. Enquanto o outro, um mero curioso das ciências, “um ignorante da quase totalidade dos seus problemas e questões”, não poderia ter a esperança de produzir alguma nova teoria, dado o nível inédito do aprofundamento das pesquisas e reflexões científicas (ALMEIDA, 1918, p. 46).

A formação dos candidatos a cientistas era feita em cursos superiores de carreiras tradicionais desde o período imperial. Em vários dos perfis analisados subentende-se que estes entravam num determinado curso – na falta de cursos relacionados à carreira científica – geralmente ligado à área médica ou da engenharia, para só depois passarem a trabalhar com pesquisa aplicada ou reflexões científicas (pesquisa pura). Uns alegavam algum nível de vocação ao descreverem a sua opção pela carreira de pesquisador, descartando ou dividindo o seu tempo como profissional médico, atendendo os doentes, ou engenheiro, construindo ferrovias e edificações, com o tempo gasto em laboratórios e/ou debruçados em livros de teoria de diversos campos do saber.

Um problema para a formação de cientistas era a falta de cursos específicos nas áreas de Física, Química, Biologia e Matemática. Segundo MOURÃO (2013) eram as escolas superiores que formaram a maior parte dos intelectuais que auxiliariam na promoção científica nacional no começo do século XX. Esses centros formadores, embora estivessem longe de estarem estruturados para a pesquisa – segundo os especialistas no assunto, o ensino ainda era baseado na leitura dos clássicos das áreas –, forneciam aos candidatos a cientistas as poucas oportunidades para o aprendizado da ciência. Após a formação recebida nos cursos superiores, os cientistas, via de regra, davam continuidade aos seus estudos nas instituições científicas ou, em menor número, em laboratórios montados por conta própria.

O papel exercido pelos cursos superiores foi fundamental para a formação de cientistas no Brasil, já que foi nas suas salas de aula que boa parte dos candidatos a cientistas teve a sua vocação despertada, desenvolveu seus primeiros trabalhos teóricos e estabeleceu seus primeiros contatos visando a colocação nas instituições de pesquisa, após completarem seus estudos regulares. Inicialmente, os espaços formativos mais destacados foram a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1808); a Faculdade de Cirurgia da Bahia (1808); a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1792) e a Escola de Minas de Ouro Preto/MG (1876). Essas quatro escolas, duas de medicina e duas de engenharia, foram responsáveis pela formação de boa parte da elite dos cientistas entre 1889 e 1930 (ver Gráfico 2).

Na Primeira República surgem novas instituições que, ao lado das tradicionais escolas, também formarão cientistas até a criação das universidades na década de 1930: Entre elas: a

Escola Politécnica de São Paulo (1893); a Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896); a Escola Livre de Farmácia de São Paulo (1898); a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (1898); a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1901), em Piracicaba/SP; e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1912).

Como já dito, a vocação para a pesquisa era um fator que impulsionava os candidatos a cientista, segundo as biografias analisadas (ver Anexo I), levando-os a entrar nas faculdades que proporcionavam uma formação técnica/profissional próxima ao campo científico que escolhiam. Nos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, na virada do século XIX para XX, já se praticava nos seus laboratórios a microbiologia, influenciadas pelas descobertas de Louis Pasteur na França. Nas escolas agrícolas a busca do aperfeiçoamento da agricultura e da pecuária levava ao estudo da biologia, da medicina veterinária e a da agronomia. Nos institutos politécnicos de São Paulo e do Rio de Janeiro e na Escola de Minas de Ouro Preto/MG os campos de pesquisa, além da engenharia, eram a física, a matemática, a astronomia e as ciências da terra (geografia, geologia, geodésia etc.).

Do ponto de vista do reconhecimento profissional, segundo Schwartzman (2001, p. 22), a Medicina e a Engenharia, embora qualificadas como profissões “científicas”, conferiam ao formado maior *status* e melhores rendimentos que a Ciência, fazendo com que muitos dos cientistas mantivessem ligação com suas profissões originais. Na comparação entre exercer a carreira de médico ou de engenheiro e a carreira de cientista, ainda não considerada como atividade profissional independente, a primeira opção sempre seria mais atrativa para quem ingressava nos cursos superiores. Isso se acentua ao observarmos que o fazer científico, tanto prático quanto teórico, também demandava mais esforço e trabalho árduo, seja no laboratório ou nas salas de estudo, num ambiente intelectual ainda dominado pelo bacharelismo.

O mercado de trabalho também não era dos mais amplos para os futuros cientistas, apesar do crescimento no número de instituições públicas ao longo da Primeira República, o quantitativo de postos de trabalho continuava não encorajando os estudantes a se tornarem pesquisadores. Para quem conseguisse completar a formação nas escolas superiores, era mais promissor seguir a carreira escolhida. Médicos, engenheiros, professores, tinham mais chances de colocação nos crescentes centros urbanos.

Os engenheiros estiveram entre os principais teóricos da matemática, astronomia e física, enquanto os médicos ocuparam, por sua vez, os postos de pesquisa nos institutos e museus naturais e instituições biomédicas (ver perfil dos cientistas formados entre 1889 e 1930, no Anexo I), como biomédicos, naturalistas, zoólogos e botânicos.

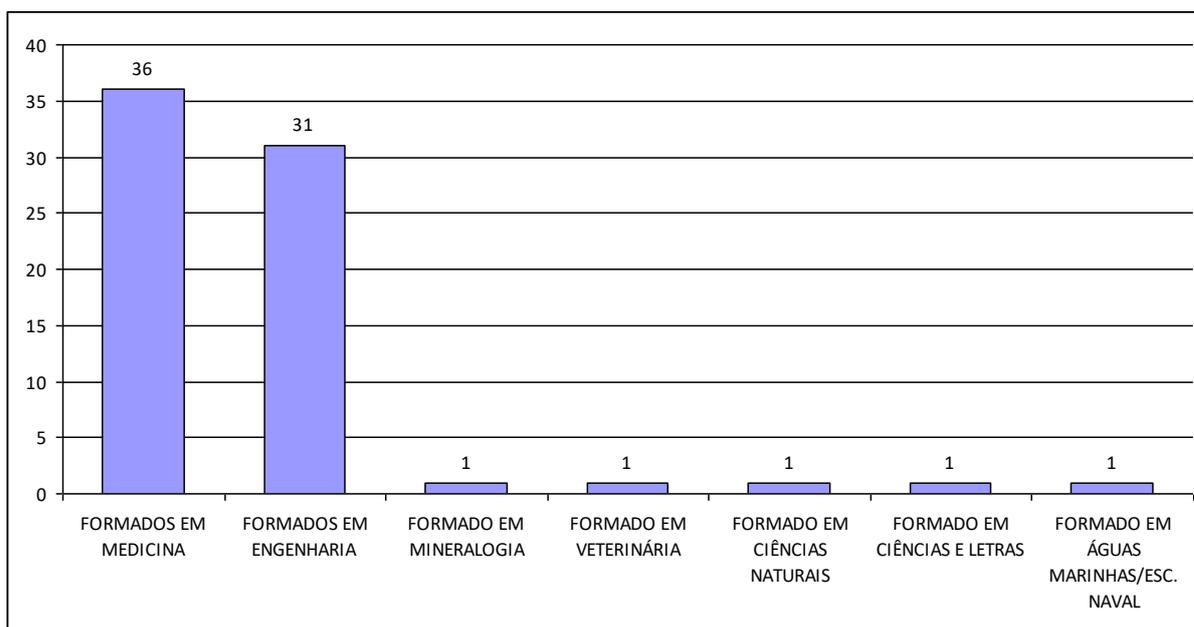
A partir da análise de 72 perfis de cientistas<sup>100</sup> (ver Anexo 1), cobrindo a trajetória dos pesquisadores que se formaram entre 1889 e 1930, onde destacamos a formação acadêmica, as áreas de pesquisa e as instituições as quais os cientistas estiveram vinculados (gráficos de 1 a 4), farei algumas reflexões sobre a formação da comunidade científica desse período. A lista, embora seja incompleta em vários sentidos, foi composta de cientistas que alcançaram algum êxito dentro das suas áreas e tiveram suas trajetórias destacadas pela bibliografia que aborda o tema do desenvolvimento científico no Brasil. Figuram nesta relação nomes como Oswaldo Cruz, Vital Brazil, Adolpho Lutz, Carlos Chagas, Henrique Morize, Edgar Roquette-Pinto, Manuel Amoroso Costa, Everaldo Backheuser, entre outros.

No Gráfico 1, seguindo uma tendência já apontada em diversos trabalhos sobre a formação da comunidade científica brasileira, predominam cientistas oriundos dos cursos de Medicina (36) e Engenharia (31). Os fatores apontados por essa predominância foram a falta de cursos superiores específicos para a formação de pesquisadores nas áreas de física, matemática, astronomia, química, biologia etc.; a existência de um bom número de instituições de pesquisa em saúde pública; e o grande campo de trabalho aberto à pesquisa aplicada nos trabalhos relacionados à Engenharia.

---

<sup>100</sup>A lista apresentada no texto foi formada através de pesquisa bibliográfica sobre a formação da comunidade científica, a trajetória das instituições de pesquisa e biografias de cientistas, além de levantamento de nomes nos sítios das instituições, associações e academias relacionadas à ciência na *internet*. As principais referências bibliográficas utilizadas foram: (AZEVEDO, 1994, v. 1 e 2); (SCHWARTZMAN, 2001); (FERRY & MOTOYAMA, 1979). A pesquisa também utilizou informações extraídas dos sítios na *internet* da Academia Brasileira de Ciências, do Clube de Engenharia, do Museu Nacional, da Fundação Oswaldo Cruz, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, entre outros. Além disso, foram levantados dados sobre cientistas no arquivo histórico do Observatório Nacional e nos arquivos pessoais de Manuel Amoroso Costa, Joaquim da Costa Ribeiro, Henrique Morize, Allyrio de Matos, Lélío Gama, todos sob a guarda do Arquivo de História da Ciência do MAST.

Gráfico 1 - Formação Acadêmica



Fonte: Tabela elaborada por Everaldo Pereira Frade, baseado em diversos documentos (Ver nota de rodapé nº100 – p.111).

A discrepância entre formados em Medicina e Engenharia (Gráfico 1) é imensa em relação a outras formações iniciais. Essa tendência começaria a se modificar no fim da década de 1930. A geração formada entre meados da década de 1930 e 1945 não foi composta por engenheiros e médicos que se tornaram pesquisadores, mas por matemáticos, físicos, químicos e biólogos cujo processo de formação acadêmica e de profissionalização foi orientado para a pesquisa científica e para o treinamento de novos cientistas. Eles eram egressos das primeiras turmas formadas especificamente por cientistas na Universidade de São Paulo (1934) e na Universidade do Brasil (1937).

Os cientistas oriundos da área médica atuaram em várias especialidades, que não eram ligadas diretamente à medicina ou que eram exercidas paralelamente, tais como pesquisas em biologia, zoologia, botânica ou atuavam como naturalistas (etnólogos, antropólogos etc.). Esses profissionais ocuparam espaços nos museus naturais, nos jardins botânicos, no ministério da agricultura, entre outros, desenvolvendo pesquisas importantes relacionadas ao conhecimento da fauna, flora e da população brasileira.

Por outro lado, a engenharia forneceu a maior parte dos especialistas em ciências exatas e da terra, tais como matemáticos, físicos, astrônomos, geógrafos, mineralogistas, que atuavam também como professores nas escolas politécnicas, no caso de quem era especializado em física e matemática, e em instituições de pesquisa, comissões de demarcação

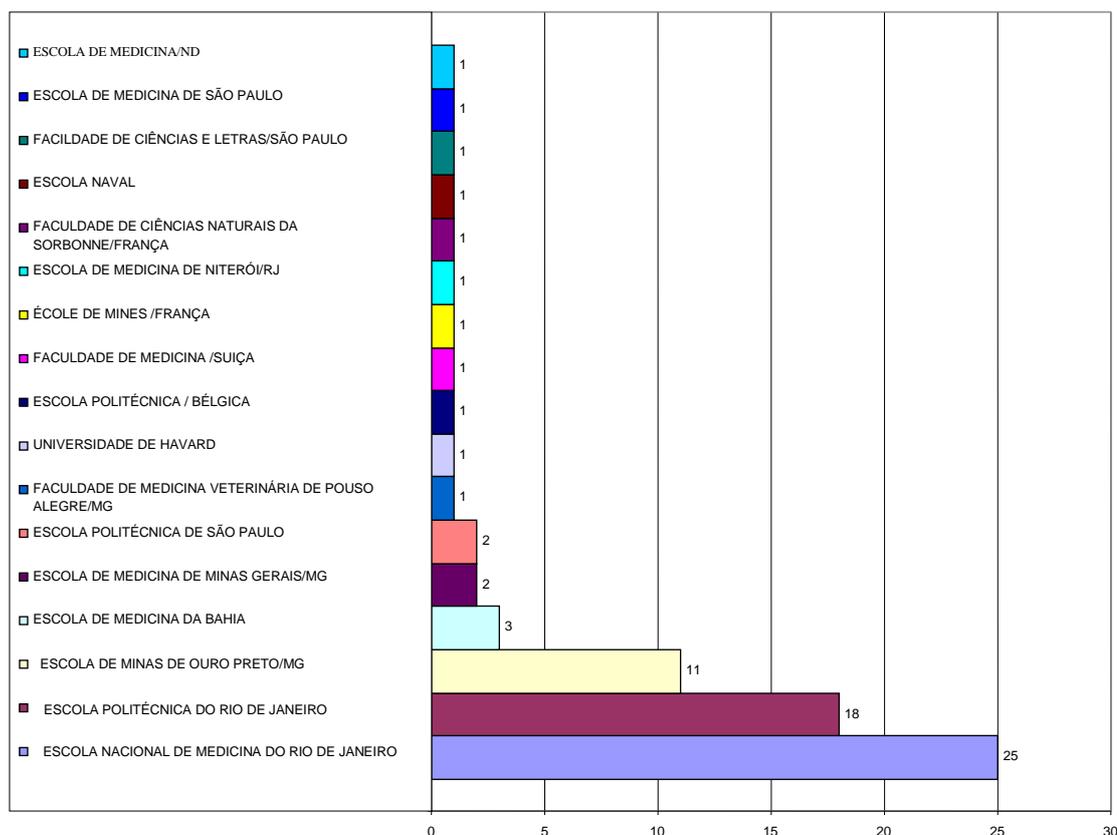
de fronteiras e expedições científicas. Entre elas podemos apontar o Observatório Nacional, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, a Comissão Exploradora do Planalto Central (1892-1894) e a Comissão Rondon (1907). Esses profissionais atuaram também na criação da infraestrutura em transportes e na produção de energia, além de pesquisas na área mineralógica, ajudando a estruturar o país e descobrir suas potencialidades.

Em relação ao local de formação (Gráfico 2) podemos ver que as instituições localizadas no Rio de Janeiro estão em maioria com 43/72 dos formados. Essa primazia pode ser explicada pela atração exercida pela Capital Federal sobre estudantes de vários estados brasileiros e pelo prestígio das suas escolas superiores e pela presença de várias instituições de pesquisa que proporcionam um mercado de trabalho mais diversificado para os futuros cientistas, além da condição da proximidade com o poder, fator que aumentava a possibilidade de emprego público, por meio da política, em áreas diversas.

Outro local de formação bem expressivo é Minas Gerais, deste estado 14/72 cientistas são egressos de lá. A instituição com números mais expressivos foi a Escola de Minas de Ouro Preto (11/72), tradicional escola superior de estudos em engenharia ligadas à prospecção mineral, à produção energética e à análise de solos e minerais.

O estado de São Paulo não apresentou um número destacado de formados, aparecendo apenas com 4/72 nomes em destaque na ciência para essa primeira geração. Os números só iriam se alterar na segunda geração, após a criação da USP e de outras universidades.

Gráfico 2 – Locais de Formação

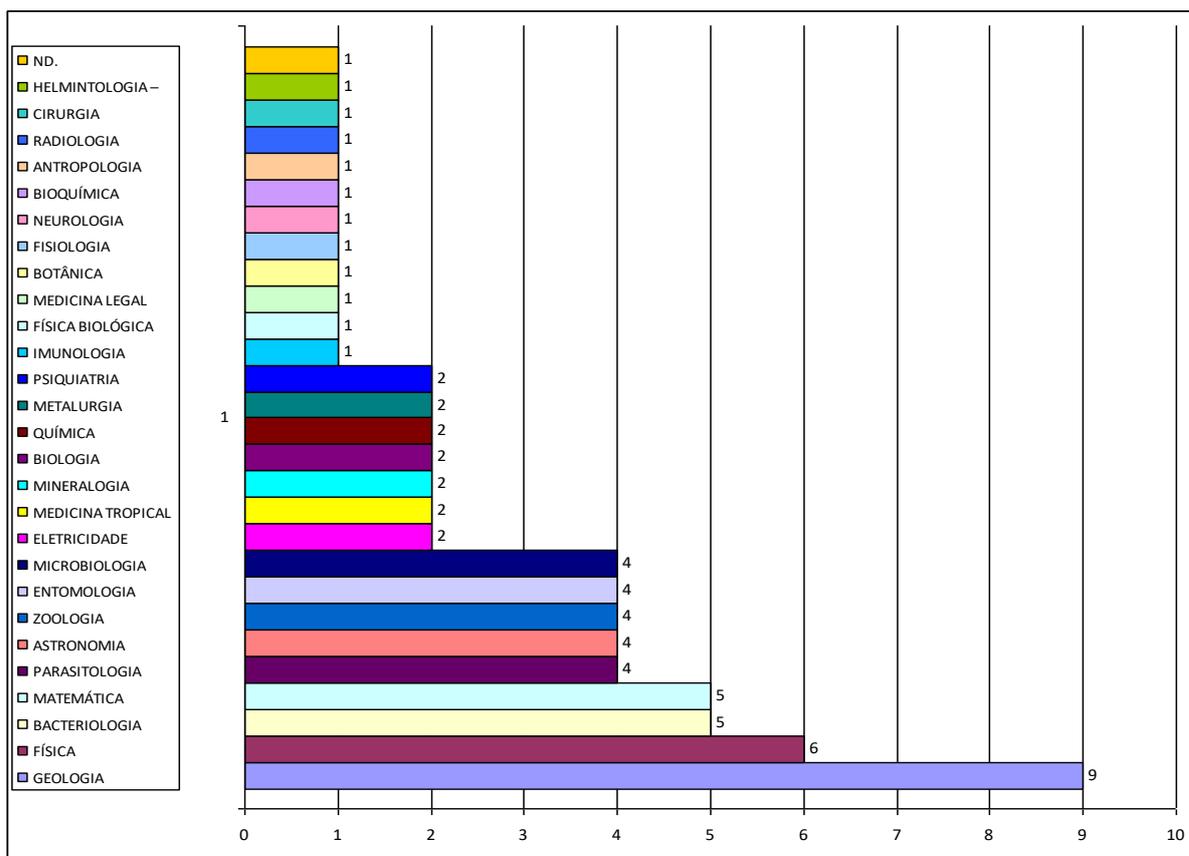


Fonte: Tabela elaborada por Everaldo Pereira Frade, baseado em diversos documentos (Ver nota de rodapé nº100 – p.111).

No gráfico 2 também está contemplada a formação em escolas superiores no exterior. Os cientistas que estudaram no exterior eram brasileiros em busca de um contato mais aprofundado com a ciência, pertencentes geralmente às famílias abastadas ou estrangeiros que vieram se fixar no Brasil. Representam 5/72 casos, sendo um na Universidade de Harvard/EUA e quatro na Europa (Bélgica, Suíça e França (2)).

No gráfico 3 podemos vislumbrar a diversificação das áreas de pesquisa abrangidas pelos cientistas. Se a predominância da formação inicial foi em engenharia e medicina, a especialização oriunda dessas duas matrizes foi bem diversificada. Encontramos 7 (sete) especializações ligadas à engenharia (geologia, física, matemática, astronomia, eletricidade, mineralogia e metalurgia) com 30/72 formados. As pesquisas feitas pelos cientistas oriundos da área médica mostram um número bem maior de áreas de pesquisa, totalizando 19 especializações (entre elas microbiologia, psiquiatria, física biológica, medicina legal, botânica, antropologia, radiologia).

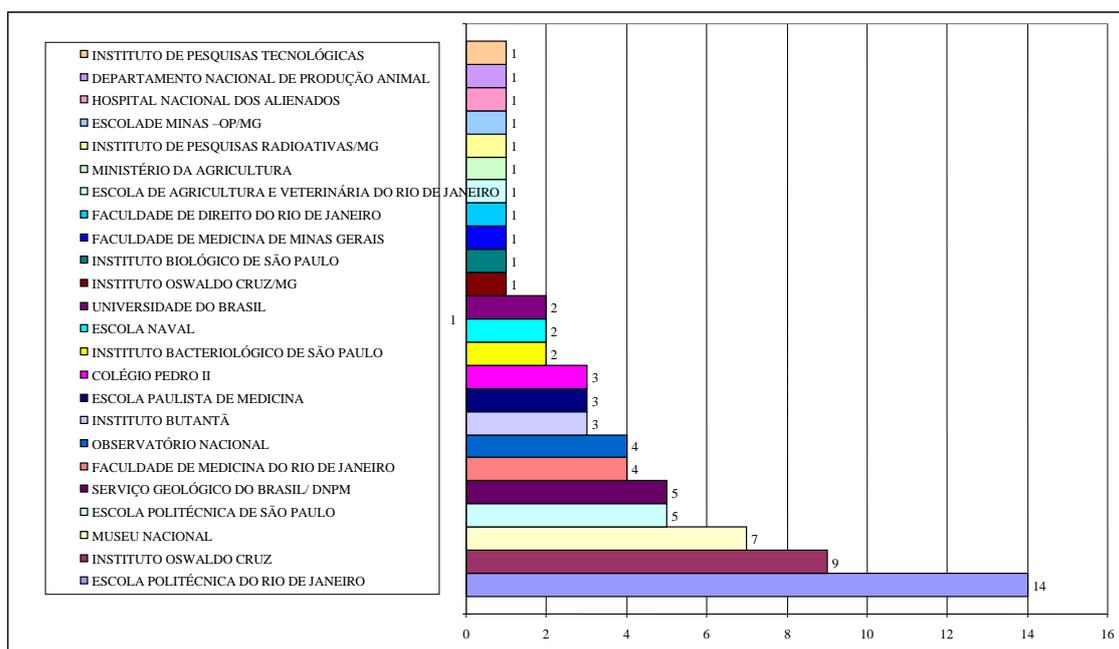
Gráfico 3 – Especialização Acadêmica



Fonte: Tabela elaborada por Everaldo Pereira Frade, baseado em diversos documentos (Ver nota de rodapé nº100 – p.111).

Finalizando essa pesquisa, destaco no Gráfico 4 a vinculação profissional dos cientistas dessa geração. O Rio de Janeiro continua predominante sendo sede de 14 instituições, onde 54/72 cientistas estão fixados. São Paulo vem a seguir com 6 instituições e 14/72 cientistas atuando. Minas Gerais apresenta 4 instituições, com 4/72 pesquisadores fixados. A análise desses números ajuda a explicar porque o Rio de Janeiro atraiu os estudantes – futuros cientistas –, já que mostra uma quantidade bem maior de instituições onde é possível fazer ciência pura ou aplicada, logo, um mercado de trabalho bem mais promissor do que em outras regiões do país, além de sediar a Capital Federal, como já destacado.

Gráfico 4 – Vinculação Institucional



Fonte: Tabela elaborada por Everaldo Pereira Frade, baseado em diversos documentos (Ver nota de rodapé nº100 – p.111).

A ciência brasileira, apesar dos entraves e da falta de incentivos privados e estatais, foi importante na resolução de diversos problemas brasileiros ao longo da Primeira República. Dos laboratórios das instituições de saúde pública saíram o diagnóstico de diversas doenças endêmicas e epidêmicas e também vacinas e outros tipos de medicamentos para erradicá-las. A partir das pranchetas dos engenheiros, várias soluções foram dadas para problemas de infraestrutura que atrasavam o desenvolvimento econômico do país e também novas e antigas teorias foram analisadas em nome da ciência “pura”, modernizando campos do saber das ciências exatas, áreas ainda não contempladas por cursos superiores. Em outros campos, nossas potencialidades naturais estavam sendo observadas e estudadas, através do incansável caminhar dos naturalistas, geógrafos e mineralogistas, nas expedições que cortaram o território brasileiro em todas as direções. Esses conhecimentos produzidos por instituições tradicionais como o Jardim Botânico, o Museu Goeldi e o Museu Nacional, entre outros, mostraram-se essenciais para o progresso da nação brasileira, mostrando o potencial natural que o país possuía.

Os cientistas formavam-se em escolas superiores voltadas para cursos profissionais, aprendendo a prática nas poucas instituições de pesquisa patrocinadas pelo governo. Entretanto, através do seu próprio esforço (e muitas das vezes recursos), os cientistas

continuaram adiante, buscando auxiliar as elites políticas e econômicas a desenvolver o Brasil, tirando-o da inércia e do atraso em que se encontrava. Eles formularam os seus conceitos, organizaram suas associações, divulgaram sua produção através de publicações e eventos, mostrando a sua importância para o aparato estatal, do qual eram servidores, agindo como intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1997) na proposição de projetos e iniciativas para contribuir com o desenvolvimento nas áreas de educação, cultura e ciência. Essa postura propositiva dos cientistas, na maior parte das vezes, esteve relacionada aos papéis de destaque que estes profissionais ocuparam na estrutura pública e também do aumento na crença da ciência como fator de melhoria da qualidade de vida e do progresso material da sociedade brasileira. Esse capital simbólico (BOURDIEU, 1998), oriundo da sua formação acadêmica, parcela ínfima da população brasileira, e ocupação de cargos públicos, inclusive de gestão, proporcionou a esse grupo social a possibilidade de interlocução com a classe política e a ocupação de cargos na administração pública em diversas áreas.

A atuação na esfera política também atraiu cientistas de várias áreas, embora fosse uma possibilidade menos comum de ocupação. Alguns exemplos de cientistas, vinculados a instituições de pesquisa, se destacaram nesse campo, tais como Artur Neiva e Bertha Lutz, servidores do Museu Nacional, além de Miguel Couto, médico, e Paulo de Frontin, engenheiro. No caso de Artur Neiva, ex-diretor do Museu Nacional de 1923-1927, especialista em profilaxia e entomologia médica, pesquisador do inseto barbeiro, elaborou o primeiro código do Brasil, sua carreira política teve início quando assumiu a Secretaria de Estado do Interior de São Paulo (1930/1931), durante a interventoria de João Alberto Lins de Barros, ocupando posteriormente o posto de interventor na Bahia (1931), onde ficaria por pouco tempo. Em 1933 foi eleito deputado federal, também pela Bahia, sendo reeleito em 1934, sendo cassado durante o Estado Novo (1937-1945)<sup>101</sup>.

Bertha Lutz, ex-secretária e ex-pesquisadora do Museu Nacional, era uma botânica especialista em anfíbios formada na França. Na sua curta carreira política ela assumiu o cargo de deputada federal<sup>102</sup> em 1936 e foi cassada em 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional. Embora defendesse questões voltadas ao desenvolvimento científico e

---

<sup>101</sup> Artur Neiva utilizou seus mandatos para desenvolver serviços sanitários. No entanto, simpatizante das teorias eugenistas em voga na Europa e América do Norte, usou os seus mandatos de deputado federal para defender propostas de branqueamento da população brasileira, criticando, inclusive, a interrupção da imigração japonesa (CPDOC. *Artur Neiva*. – verbete / cpdoc.fgv.br).

<sup>102</sup> As principais lutas de Bertha Lutz, além das causas feministas, concentraram-se na melhoria da formação científica, em projetos de combate às doenças e de regras para a proteção da natureza e conservação da fauna e da flora (MUSEU NACIONAL. Bertha Lutz, naturalista, bióloga, sufragista e feminista. [www.museunacional.ufrj.br](http://www.museunacional.ufrj.br) – Seção de Memória e Arquivo/Museu Nacional).

educacional, Bertha Lutz tinha como principal bandeira a defesa dos direitos das mulheres, causa que devotou a vida desde a sua volta ao Brasil, em 1919, quando fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (1919) e organizou o Congresso Feminista do Brasil (1922), eventos que tinham como principal objetivo a adoção do voto feminino. Em 1945 integrou a delegação brasileira à Conferência de São Francisco/EUA, onde seria discutido, entre outros, o documento que defendia os direitos das mulheres a ser apresentado à Organização das Nações Unidas (ONU).

Miguel de Oliveira Couto (1865-1934), médico formado pela Academia Imperial de Medicina (1883), teve extensa carreira como cientista na área de saúde pública, sendo membro titular da Academia Brasileira de Medicina (1886), membro eleito da Academia Brasileira de Letras (1916) e presidente-honorário da Associação Brasileira de Educação a partir de 1927. Sua carreira política propriamente dita se restringiu à sua eleição em 1934, para o cargo de deputado federal. O principal assunto que atraiu sua atenção foi a imigração, temática onde apresentou uma emenda constitucional que estabelecia uma cota por nacionalidade. A sua preocupação e de outros políticos, inclusive os da “bancada dos médicos”, era com o fluxo de imigrantes japoneses que estavam chegando ao Brasil. Miguel Couto faleceu no mesmo ano de 1934, mas sua proposta foi aprovada (SUZUKI JR., 2008).

Paulo de Frontin, engenheiro e político, teve importante atuação profissional nas áreas de abastecimento de água, fazendo obras para o abastecimento do Rio de Janeiro, de transportes, onde trabalhou e foi diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, e na reforma urbana do Rio de Janeiro, quando foi presidente da Comissão Construtora da Avenida Central, durante o governo municipal de Pereira Passos. Na política foi eleito senador pelo Distrito Federal (1917). Como prefeito (de fevereiro a julho de 1919) realizou obras importantes, como o alargamento da Avenida Atlântica, em Copacabana, e a construção das avenidas Niemeyer e Delfim Moreira, ambas na zona sul da então capital do Brasil. Como político foi senador (1917), prefeito (1919), deputado e novamente senador (1921), defendendo pautas variadas que iam da defesa do serviço público às reformas da cidade. Frontin tornou-se um dos principais nomes da política carioca até 1930, quando apoiou Júlio Prestes na eleição presidencial, com o golpe de 1930, aposentou-se da política (ALVES DE ABREU, 2015).

Estes quatro exemplos que citei acima não foram a regra e suas carreiras políticas não guardaram relação direta com as suas atividades de cientistas, exceto Miguel Couto, embora defendessem temas ligados às temáticas científicas. Vejamos: Artur Neiva foi alçado à condição de interventor na Bahia por sua relação de amizade com o interventor *João Alberto*

*Lins de Barros; Bertha Lutz* se elegeu no rastro da sua atividade política feminista, principalmente a defesa do voto das mulheres; Miguel Couto, angariou um capital simbólico na sua atuação na saúde pública, sendo um nome de referência nas esferas da educação e da medicina; e, por fim, Paulo de Frontin foi um representante da elite carioca, que atuou nas grandes obras do Distrito Federal, angariando prestígio, poder e dinheiro como gestor de corporações criadas para organizar a reforma e o novo espaço urbano que surgiu com ela.

Com a chegada de Getúlio Vargas à presidência em 1930, surgiram as condições para alcançar um protagonismo político por parte da comunidade científica, com os acenos de parte a parte. A ciência e a educação teriam um espaço importante dentro do novo governo, mas seriam espaços disputados por diversos grupos, seja na elaboração de políticas públicas ou na sua implantação. Nos próximos capítulos dessa tese pretendo aprofundar minhas pesquisas e reflexões sobre a participação dos cientistas e das instituições de pesquisa no novo governo, mostrando que a postura assumida pelos pesquisadores, individualmente ou através das suas entidades, ajudou na modernização das atividades científicas, educacionais, culturais e econômicas do país.

Os contatos entre os cientistas, vinculados ao Museu Nacional, o Estado brasileiro e instituições/expedicionários estrangeiros foram fortemente marcados por estas relações políticas, com aproximações com a França, Alemanha ou com os Estados Unidos, de acordo com a conjuntura do momento, fatores que influenciaram o estabelecimento de intercâmbios científicos e a rigidez ou brandura na liberação de licenças de entrada das expedições e as saídas de material científico coletado nas viagens. O Museu Nacional saiu-se muito bem neste contexto, conseguindo alcançar vários objetivos, estipulados ao longo da Primeira República e consolidados com a criação do Conselho de Fiscalização, tais como o aumento das suas coleções, através da fiscalização/confisco de artefatos e espécimes biológicos variados coletados pelas expedições científicas, a assinatura de inúmeros acordos de cooperação internacional, a consolidação do seu curso de Antropologia e a formação prática dos antropólogos brasileiros. Em contrapartida, a instituição tornou-se referência de informações sobre comunidades indígenas e sobre os meandros burocráticos que possibilitavam a realização das expedições, além de ponto de apoio para diversas viagens, sobretudo de antropólogos e etnólogos norte-americanos, ampliando e consolidando a sua posição de principal museu de ciências naturais da América Latina.

A referência inicial da mudança em relação à política protetiva e conservacionista brasileira foi a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, contando a crescente participação de cientistas de diversas áreas do saber. Nos primeiros anos do governo Vargas

esse grupo social buscou direcionar a sua atuação para o âmbito do Estado, ocupando posições no aparelho estatal que possibilitaram um poder de inserção nas questões político/ideológicas que influenciaram os rumos que o regime tomaria nos anos seguintes nas áreas da ciência e da cultura (BOURDIER, 1998). Nesse contexto foram criados novos órgãos ligados à administração pública, visando a constituição de um aparelho estatal, que, entre outros aspectos, controlassem o espaço territorial brasileiro e a saída de patrimônio natural para o exterior. O principal deles foi o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), que além de analisar as solicitações de expedições, nacionais e estrangeiras, e autorizar a entrada de cientistas no país, fiscalizava a saída de qualquer bem natural, histórico ou artístico sem autorização do governo, e de qualquer espécime botânico, zoológico, mineralógico e paleontológico, a menos que existissem similares nos institutos científicos ligados ao Ministério da Agricultura.

Neste contexto destacou-se o posicionamento dos cientistas vinculados ao Museu Nacional, peças importantes na política federal de proteção ao patrimônio natural brasileiro, ao atuar nos órgãos de fiscalização, e, ao mesmo tempo, serem defensores da cooperação científica com instituições estrangeiras. Essa posição estratégica dos pesquisadores/gestores do Museu fez com que a instituição se tornasse referência para instituições congêneres estrangeiras, não só em relação ao conhecimento sobre o mundo natural brasileiro, mas também pela influência que estes exerciam sobre diversos aparelhos estatais de fiscalização e ordenamento da circulação de estrangeiros dentro do território nacional. Na linha de frente da discussão teórica sobre a proteção do patrimônio natural se destacaram Edgar Roquette-Pinto, Alberto Campos e Cândido Mello-Leitão, enquanto Alberto Sampaio, Heloísa Alberto Torres, Bertha Lutz e Mello-Leitão ocuparam posições importantes dentro dos conselhos. Em ambos os casos, esses atores buscaram defender a instituição a qual se vinculavam, contribuindo para a sua consolidação como principal instituição científica brasileira<sup>103</sup> voltada às ciências naturais.

---

<sup>103</sup> A partir de 1808 diversas expedições de cunho científico e cultural percorreram o território brasileiro em busca de prospecção de produtos lucrativos, reconhecimento geográfico e contato com povos originários. As mais célebres foram a Missão Francesa (1816), a Missão Austríaca (1817) e a expedição do Barão de Langsdorff (1821-1828) (MELLO-LEITÃO, 1941).

#### **4 O MUSEU NACIONAL E AS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS ESTRANGEIRAS: FISCALIZAÇÃO, CONFISCO E COLABORAÇÃO (1930-1945)**

O presente capítulo buscará destacar a relação estabelecida entre o Museu Nacional e as expedições científicas estrangeiras voltadas para pesquisas científicas no período de 1930 a 1945, levando-se em conta o contexto político internacional, a política nacionalista do governo Vargas e o papel das instituições de pesquisa brasileiras no controle da entrada de estrangeiros no espaço interno. O objeto principal da pesquisa é discutir a atuação do Museu Nacional nas políticas de regulamentação de defesa dos recursos ambientais e a participação de servidores da instituição nos órgãos criados para esse fim. Com esse intuito, discutiremos a criação e atuação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), órgão criado em 1933, responsável por licenciar e acompanhar a incursão de cientistas estrangeiros e nacionais no território brasileiro.

A intenção é demonstrar que o Museu Nacional assumiu o protagonismo no controle da entrada de expedições científicas no Brasil, sobretudo às que tinham como objetivo o estudo de populações indígenas, posição que utilizou para incrementar o seu acervo museológico e aprofundar seus estudos antropológicos, através do recebimento de material científico, oriundo de confisco, e da participação em intercâmbios internacionais. A posição ocupada pelo Museu fez com que ele se tornasse a principal referência para instituições e cientistas de várias partes do mundo, colocando-o, sob o ponto de vista do conhecimento do território, das suas gentes e do controle da engrenagem dos órgãos de fiscalização, num patamar nunca antes ocupado enquanto instituição de pesquisa.

Nesse contexto, analisar a relação entre o Museu Nacional e as expedições científicas estrangeiras nos seus diversos aspectos políticos e científicos tornou-se fundamental para entender não só a dinâmica do posicionamento político do governo Vargas, no âmbito internacional, cujo cenário foi a eclosão da Segunda Guerra Mundial e um antagonismo crescente entre a Alemanha e os Estados Unidos, e no nacional, marcado pelo golpe de estado de 1930 e a instalação do Estado Novo em 1937, e como essa postura influenciou as ações da instituição, parte integrante do aparato estatal. Outro aspecto investigado, no campo científico, principalmente em relação aos estudos antropológicos, foi o aumento da procura do Brasil como destino das viagens por instituições estrangeiras, estas buscando preservar a cultura dos povos indígenas brasileiros em vias de extinção, com o avanço da ocupação territorial da região central do país, orientado, estimulado e propagandeado pelo governo brasileiro.

As expedições científicas dentro do território brasileiro foram recorrentes desde a chegada da família real portuguesa (1808), variando a sua frequência de acordo com as conjunturas internas e externas. Já no século XX, dezenas de cientistas e aventureiros escolheram o país para as suas viagens. Entre os anos da Primeira Grande Guerra (1914-1918) esse movimento arrefeceu, diante da periculosidade de travessia do Atlântico e da diminuição de verbas estatais e privadas para tal atividade. Com o fim do conflito, o Brasil passou novamente a atrair o interesse dos pesquisadores, virando uma espécie de laboratório a céu aberto, esquadrinhado tanto por pesquisadores nacionais quanto estrangeiros. Contribuíram para esse novo afluxo, o fim da guerra, as restrições às viagens no continente africano, impostas pelos países imperialistas sobre as suas colônias, e pela eclosão de diversas lutas anti-imperialistas na África e na Ásia. A França e a Inglaterra, embora vencedoras da Primeira Guerra Mundial, ficaram ocupadas com os conflitos anti-coloniais que se seguiram à guerra, e a Alemanha, que após perder seus territórios africanos teve que abandonar o continente com a derrota (CROWDER, 2010, p. 219). Soma-se a isso a violência contínua experimentada pelo continente africano, inibidora de expedições de cientistas para a região.

Outros fatores, ligados à expansão capitalista de determinados países europeus, fizeram aumentar o interesse pela América do Sul, especialmente pelo Brasil. Os mais importantes foram as disputas por mercados externos e a procura por *comodities*, necessários para alimentar a população europeia e também fontes de energia para manter a produção industrial. Nesse aspecto, os países que se destacaram foram a Alemanha, em processo de recuperação econômica do pós-guerra, e os Estados Unidos, com o seu vertiginoso crescimento industrial. No aspecto científico, o país era muito atraente pela existência de vastos espaços territoriais a serem explorados em seus potenciais recursos naturais, assim como diversos grupos autóctones pouco contatados, tornando-se imensas as possibilidades de pesquisas. O cenário estava pronto para atrair pesquisadores de várias áreas e também aventureiros de várias nacionalidades.

Os cientistas se tornaram assíduos visitantes do Brasil, trabalhando com liberdade de movimento e, muitas das vezes, com o apoio de instituições nacionais e do governo federal. Os governos liberais brasileiros e a comunidade científica, de um modo geral, buscaram atrair as atenções para o território brasileiro, em busca de investimentos internacionais e inserção no cenário científico internacional. Nesse contexto, as pesquisas, voltadas principalmente para as áreas de etnografia, antropologia, botânica, zoologia e mineralogia, foram importantes para o aumento do conhecimento sobre aspectos geográficos e naturais, cobrindo lacunas ainda não preenchidas pelas pesquisas nacionais e estrangeiras dos períodos anteriores. Cândido de

Mello-Leitão, no seu trabalho *História das Expedições Científicas no Brasil* (1941), identificou, ao longo dos anos 1900 e 1930, expedições de diversas nacionalidades que buscaram o território brasileiro como local de pesquisas. (MELLO-LEITÃO, 1941).

Entretanto, para além das expedições científicas chanceladas por instituições de pesquisa, o interior do Brasil também foi espaço aberto para a incursão de viajantes autônomos, indivíduos que coletavam plantas e minerais, além de artefatos indígenas, para vendê-los a colecionadores privados ou mesmo para instituições científicas do Brasil e do exterior, além de caçadores em busca de animais exóticos para os zoológicos europeus e norte-americanos ou apenas por aventura. Essas atividades, geralmente clandestinas ou pouco fiscalizadas, trouxeram prejuízos para as instituições brasileiras, por exportar legalmente e/ou contrabandear espécimes ou artefatos, pois impediam o acesso dos pesquisadores nacionais e a consequente produção de conhecimento sobre diversos aspectos naturais do país (GRUPIONI, 1998). Um relato de Heloísa Alberto Torres, em carta para a mãe<sup>104</sup>, remetida de Belém/PA em 1930, exemplifica a pouca fiscalização que os viajantes estavam sujeitos após suas pesquisas. Durante a sua famosa expedição à ilha de Marajó, visando estudar a cerâmica Marajoara, ela relatou ter encontrado em Belém/PA, num cargueiro inglês, com “um rapaz com uma boa coleção indígena para o museu de Brooklyn”. Embora ela tenha conversado com o viajante, sua correspondência nada esclarece sobre sua reação e opinião, naquele momento, sobre a saída de artefatos indígenas do país, só ressaltando que tivera uma conversa agradável com o rapaz.

A saída de material científico sem a devida fiscalização foi uma constante preocupação para as autoridades e a comunidade científica que se consolidava no período. No entanto, não foi consenso entre os pesquisadores brasileiros se a proibição desse tipo de atividade traria prejuízo ou não para as pesquisas realizadas por aqui. As instituições científicas temiam o fim dos intercâmbios com suas congêneres estrangeiras, canais de reconhecimento externo e de financiamento. Pelo lado dos governos liberais da Primeira República, a vinda de cientistas estrangeiros, e de outros tipos de visitantes, foi importante por aumentar a produção de conhecimento sobre o território e também para dar visibilidade ao país no exterior, aumentando a possibilidade de investimentos nessa parte do globo.

A mudança de postura por parte do Estado brasileiro só viria com a tomada do poder com Getúlio Vargas e o grupo político que o apoiou em 1930. No novo governo, foram

---

<sup>104</sup> Correspondência entre Heloísa Alberto Torres e sua mãe, Maria José. Belém/PA, 30 de outubro de 1930. Arquivo pessoal de Heloísa Alberto Torres/Acervo IPHAN.

elaboradas e concretizadas medidas protecionistas em vários sentidos, a partir de ideias que vinham sendo discutidas há décadas, mas que tomaram forma e passaram a ser defendidas pelo novo regime, reforçando o seu viés político nacionalista. As mudanças interessavam aos cientistas brasileiros, pois estes passaram a ter interlocução com Getúlio Vargas, que defendia um projeto capitalista com ênfase na valorização do papel da ciência, passando pela construção de um homem novo, mediante o domínio da técnica, orientando não só a modernização do espaço urbano, mas, sobretudo, o sertão, que apontavam uma relação direta com o progresso do país. Nessas tarefas, o novo governo procurou utilizar a *expertise* dos cientistas na elaboração das leis e regimentos que proporcionaram as bases para a eficácia da política de preservação/desenvolvimento colocada em prática no período. Além disso, vários conselhos e órgãos foram compostos e/ou dirigidos por cientistas, geralmente ligados a instituições de pesquisa já existentes, vinculadas ao poder público (CASAZZA, 2017).

#### **4.1 Cientistas e políticos em defesa do patrimônio natural brasileiro**

Na regulamentação das novas leis protecionistas e conservacionistas, se destacaram cientistas ligados às ciências biológicas e às ciências sociais, que participaram da elaboração da legislação e criação de órgãos de fiscalização, e orbitaram em torno do Museu Nacional e do Ministério da Agricultura. Entre os exemplos de pesquisadores das áreas de ciências naturais, em atuação entre 1910 e 1945, podemos citar: Edgar Roquette-Pinto, nome importante para a Antropologia brasileira, expedicionário com Rondon (1912), diretor do Museu Nacional e proponente de ideias e ações nos campos da pesquisa antropológica, comunicação e da educação; Alberto Sampaio, botânico com diversas obras publicadas, além de pesquisador do Museu Nacional e integrante das expedições de Rondon, foi vice-presidente do Conselho Florestal Federal; Heloisa Alberto Torres também nome de destaque na Antropologia, conselheira do CFEACB e diretora do Museu Nacional; Paulo Campos Porto, botânico, diretor do Jardim Botânico e presidente do Conselho (1933-1939), além de elaborador da legislação do órgão; Cândido de Mello-Leitão, zoólogo considerado o fundador da aracnologia na América do Sul, pesquisador do Museu Nacional e presidente do Conselho de Caça e Pesca, cuja legislação contribuiu na elaboração, assim como a do CFEACB; e a naturalista Bertha Lutz, técnica do Museu Nacional, deputada federal, conselheira entre 1939 e 1945. A trajetória dos cientistas citados, ao longo da primeira metade do século XX, mostra que eles acumularam um duplo capital simbólico, atuando tanto na esfera acadêmica quanto na administrativa. Esse duplo engajamento, por sua vez, fez com que angariassem respeito e

apoio por parte de outros cientistas e também dos políticos, sendo nomes requisitados pelos governos liberais da Primeira República e por Getúlio Vargas para diversas tarefas relacionadas a projetos que envolveram a ciência, a educação e a cultura.

A participação dos cientistas brasileiros na criação e gestão de organizações protetoras dos recursos naturais, foi facilitada pela organização e crescimento da comunidade científica durante a Primeira República, no sentido de propor soluções para o pouco desenvolvimento científico do país, principalmente através da Academia Brasileira de Ciências (1916), instituição representativa dos cientistas mais importante do período. Esses cientistas tiveram atuação destacada por exercerem um duplo e até triplo papel de cientistas, respeitados no seu campo de conhecimento, administradores de instituições científicas e legisladores. Segundo Bourdieu, as estratégias dos agentes, engajados no campo científico, comportam capitais simbólicos científicos e sociais, sendo estes elementos indissociáveis. O autor ressalta que um desses capitais, seria o de autoridade propriamente científica, oriundo do reconhecimento entre os pares nacionais e, sobretudo, internacionais; e o segundo seria o capital de poder simbólico sobre o campo científico, exercido nas instituições científicas, como administradores de ciência, na esfera nacional (BOURDIEU, 2001).

Esses cientistas, com poucas exceções, vislumbraram num governo forte e centralizado, o único capaz de proteger a natureza brasileira e o patrimônio nacional. A partir da participação na política de Estado, sobretudo por meio do Ministério da Agricultura, eles foram responsáveis por uma série de iniciativas para estabelecer medidas em prol da conservação do mundo natural no Brasil, incluindo a criação de leis referentes à regulamentação da exploração do meio-ambiente e o contato com os povos originários, por exemplo. Segundo Luiz de Castro Faria, no início da década de 1930 “o Estado assumiu o componente ideológico nacionalista e esse passou a permear todos os domínios do poder e da ação normativa” (FARIA, 2012, p. 13). No entanto, o nacionalismo brasileiro apresentou diversas faces, visto que foi formulado por vários atores políticos, incluindo intelectuais de vários campos do saber, militares e políticos. Entre os temas presentes na discussão do projeto nacionalista, destacaram-se a necessidade de manter a integridade nacional, a proteção do espaço interno e dos recursos naturais e culturais, a autonomia econômica e a integração das diversas regiões brasileiras, entre outras, que seriam colocadas em prática através da educação, dos meios de comunicação (em particular o rádio e o cinema), das mudanças na legislação e das reformas econômicas, ações essas controladas pelo Estado (FARIA, 2012).

Segundo Lauerhass,

A proximidade entre as esferas intelectual e a política-nacionalista, intensificou a produção de ensaios sobre o Brasil e seus problemas, a fim de se procurar caminhos para o seu fortalecimento, marcando o desenvolvimento do compromisso social dos intelectuais ao mesmo tempo que os atores mais inseridos no sistema político buscavam estes últimos para conseguirem apoio ideológico para a legitimação do novo regime que se inicia. (LAUERHASS, 1986, p. 83).

A participação de cientistas no governo de Vargas foi de certa forma facilitada pela composição heterogênea do grupo político que chegou ao poder em 1930, situação que gerou diversas disputas ideológicas e sobre projetos de governo e nação nos dois primeiros períodos do governo. Podemos considerar o Governo Provisório (1930-1934) e o Governo Constitucional (1934-1937) como espaços de embate político entre o grupo dominante, alinhados em torno de Getúlio Vargas e parte das forças armadas, e outros grupos menos influentes (representantes dos interesses das elites tradicionais, dos industriais, dos cientistas e dos trabalhadores etc.), tendo como cenário externo, com repercussões no Brasil, a ascensão de movimentos autoritários como o fascismo e o nazismo. Nesse contexto político, os cientistas, organizados em torno das suas agremiações ou agindo de forma individualizada, ocuparam um espaço importante no sentido de influenciar ações voltadas ao protecionismo e ao desenvolvimento científico e educacional. Estes intelectuais orgânicos, segundo o conceito gramsciano (GRAMSCI, 1997), atuaram para elevar o nível cultural brasileiro e o progresso científico do país. Para esses cientistas, organizados em torno da Academia Brasileira de Ciência e Sociedade Brasileira de Educação, por exemplo, a educação e a ciência eram indissociáveis no projeto de formação das novas gerações de brasileiros (DUARTE, 2010).

A partir desta perspectiva, sobretudo na década de 1930, é possível destacar uma série de decretos e iniciativas que buscaram regulamentar (e garantir) a exploração do território, incluindo seus recursos naturais, como o código florestal, de águas e de minas, em chave da coexistência harmônica de ideias conservacionistas, protecionistas e desenvolvimentistas no contexto nacional dos anos 30 e 40. Se junta a isso a ação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)<sup>105</sup>, fundado em 1910, o Conselho de Caça e Pesca (1933) e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>106</sup> em 1937. Neste contexto destacou-se o posicionamento dos cientistas vinculados ao Museu Nacional, peças importantes na política federal de proteção ao patrimônio natural brasileiro, atuantes nos órgãos de fiscalização, e, ao

---

<sup>105</sup> O Serviço de Proteção ao Índio foi um órgão público criado durante o governo do presidente Nilo Peçanha, em 1910, com o objetivo de prestar assistência à população indígena do Brasil.

<sup>106</sup> Criado em 1937 por determinação de Vargas, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Em 1946 virou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), até hoje em funcionamento.

mesmo tempo, defensores da cooperação científica com instituições estrangeiras e nacionais, agindo em prol do fortalecimento da instituição. Essa posição estratégica dos pesquisadores/gestores do Museu fez com que a instituição se tornasse referência para instituições congêneres estrangeiras, não só em relação ao conhecimento sobre o mundo natural brasileiro, mas também pela influência que estes exerciam sobre diversos aparelhos estatais de fiscalização e ordenamento da circulação de estrangeiros dentro do território nacional.

As ações orquestradas pelo governo Vargas para regulamentar a exploração científica do território brasileiro estiveram inseridas em inúmeros contextos políticos, internos e externos, que foram na maior parte acompanhadas pelo Conselho e pelo Museu Nacional. No plano interno, após uma certa hesitação, Vargas seguiu o caminho tomado por diversos países europeus e latino-americanos, instalando um regime ditatorial e violento, com viés nacionalista e populista. O fechamento do regime com a instalação do Estado Novo (1937) possibilitou a Vargas e seu grupo político a tomada de decisões quase sem contestações. No plano externo, diante da polarização que opôs os regimes liberais burgueses aos regimes fascistas, Vargas procurou manter a neutralidade nas suas relações diplomáticas. Esse quadro só mudou com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942, após pressões e benefícios recebidos dos Estados Unidos<sup>107</sup>.

Os contatos entre os cientistas, vinculados ao Museu Nacional, o Estado brasileiro e instituições/expedicionários estrangeiros foram fortemente marcados por estas relações políticas, com aproximações com a Alemanha ou com os Estados Unidos, de acordo com a conjuntura do momento, que influenciaram o estabelecimento de intercâmbios científicos e a rigidez ou brandura na liberação de licenças de entrada das expedições e as saídas de material científico coletado nas viagens. O Museu Nacional saiu-se muito bem neste contexto, conseguindo alcançar vários objetivos, estipulados ao longo da Primeira República e

---

<sup>107</sup>O Brasil, embora, na época, estivesse sendo comandado por um regime ditatorial simpático ao modelo fascista (o Estado Novo getulista) dos Países do Eixo, acabou participando da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) junto aos adversários destes, os Países Aliados. Em fevereiro de 1942, submarinos alemães e italianos iniciaram o torpedeamento de embarcações brasileiras no oceano Atlântico em represália à adesão do Brasil aos compromissos da Carta do Atlântico (que previa o alinhamento automático com qualquer nação do continente americano que fosse atacada por uma potência extracontinental), o que tornava sua neutralidade apenas teórica. Durante o ano de 1942, em meio a incentivos econômicos e pressão diplomática, os americanos instalaram bases aeronavais ao longo da costa Norte-Nordeste brasileira. Após meses de torpedeamento de navios mercantes brasileiros (21 submarinos alemães e dois italianos foram responsáveis pelo afundamento de 36 navios mercantes brasileiros, causando 1.691 naufragos e 1.074 mortes, o que foi o principal motivo que conduziu à declaração de guerra do Brasil à Alemanha e Itália) a população foi às ruas e o Governo Brasileiro declarou guerra à Alemanha nazista e à Itália fascista, em agosto de 1942 (SILVA, 1972; SANDER, 2007).

consolidados com a criação do Conselho de Fiscalização, tais como o aumento das suas coleções, através da fiscalização/confisco de artefatos e espécimes biológicos variados coletados pelas expedições científicas, a assinatura de inúmeros acordos de cooperação internacional, a consolidação do seu curso de Antropologia e a formação prática dos antropólogos brasileiros. Em contrapartida, a instituição tornou-se referência de informações sobre comunidades indígenas e sobre os meandros burocráticos que possibilitavam a realização das expedições, além de ponto de apoio para diversas viagens, sobretudo de antropólogos e etnólogos norte-americanos, ampliando e consolidando a sua posição de principal museu de ciências naturais da América Latina.

Nesse contexto destacou-se a atuação de Heloísa Alberto Torres, escolhida, já no governo Vargas, para ocupar a direção do Museu Nacional, primeira mulher a ocupar um cargo dessa relevância no Brasil, possivelmente foi encaminhada por Roquette-Pinto, embora o nome dela já fosse reconhecido no cenário científico nacional. Figura de destaque na trajetória do Museu Nacional nos anos 1930 e 1940, Heloísa Alberto Torres, antropóloga, museóloga, professora, gestora, diretora da instituição durante o Estado Novo, ocupou o primeiro escalão do serviço público varguista, influenciando diversas áreas e órgãos de defesa do patrimônio natural e cultural. Militante do campo indigenista estabeleceu acordos científicos com instituições nacionais e internacionais, esteve à frente de diversos projetos cujo objetivo foi a preservação da cultura indígena, em vias de se perder no contato com a “civilização” e fez parte também, como integrante ou conselheira, do CFEACB, do CNPI e do SPHAN, sendo uma voz bastante respeitada num universo majoritariamente masculino, por sua competência e pelos contatos políticos e científicos que amalhou desde a década de 1920, quando entrou no Museu. Embora Heloísa muitas vezes tenha assumido posições consideradas autoritárias e centralistas dentro da instituição, sua atuação ajudou a consolidar e até elevou o Museu Nacional a uma posição de destaque no cenário científico internacional (MIGLIEVICHE-RIBEIRO, 2015).

A relação entre Heloísa Alberto Torres com a política vinha de longo tempo, seu pai, Alberto Torres, fora presidente do Estado do Rio de Janeiro, pois conviveu desde os círculos familiares com políticos de diversas tendências, principalmente as vertentes conservadoras e nacionalistas, já que o pai foi um prócer entre os simpatizantes desses ideários políticos. Heloísa Alberto Torres tinha um ótimo trânsito nos círculos políticos da Primeira República, característica que manteve durante o governo Vargas, quando manteve relações bem próximas com os altos escalões do governo, utilizando isso muito bem para defender as demandas do Museu Nacional. Com contatos diretos com o presidente Getúlio Vargas e os ministros da

Educação, Gustavo Capanema, e da Agricultura, Juarez Távora, utilizou do seu prestígio para intervir em diversas questões relacionadas aos estudos antropológicos, à situação dos indígenas e aos intercâmbios científicos com instituições de pesquisa estrangeiras, além de demandas administrativas sobre mudanças de regulamento do Museu, orçamento e contratação de servidores.

No entanto, nem sempre os bons contatos proporcionavam o retorno desejado. Isso fica claro, por exemplo, com a implementação da lei de desacumulação de cargos<sup>108</sup>, de 29 de dezembro de 1937, que impedia os servidores municipais, estaduais e federais de atuarem em mais de um órgão público. Com isso, nomes como o zoólogo Cândido de Mello-Leitão, os arqueólogos Jorge Padberg-Drenkpol e Alberto Childe, o médico René Laclette, entre outros, que também atuavam em outros órgãos, foram obrigados abruptamente a deixar a instituição, desfalcando seriamente atividades ligadas à educação, pesquisa e funções técnicas. A saída desses profissionais foi um golpe forte nos primeiros anos da gestão de Heloísa frente ao Museu, somada ao desligamento de Edgar Roquette-Pinto, cedido ao Instituto Nacional de Cinema Educativo em 1936. Esta situação foi remediada pela contratação de estagiários nas carreiras de antropologia, botânica, geologia e zoologia, que foram mantidos no quadro até a realização de concurso em 1944 (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015).

A debandada de quadros experientes, embora impactasse seriamente diversas ações do Museu, possibilitou a ampliação do poder de Heloísa Alberto Torres, à medida que se afastavam também possíveis críticos ao seu estilo de gestão ou concorrentes ao cargo que ocupava. Isso ficou evidente nos conflitos com Bertha Lutz, no âmbito do CFEACB, e também nas críticas que recebeu em 1945, com questionamentos de diversos servidores acerca da forma que conduzia a instituição, considerada autoritária e centralista. Em ambos os casos, porém, suas relações políticas e seu prestígio, ainda em alta, lhe garantiram a manutenção no cargo, que manteria até 1955, e o seu domínio da administração da instituição.

A sua posição sólida frente ao mais importante museu de ciências naturais do Brasil, reconhecido internacionalmente, e sua *expertise* em relação aos estudos antropológicos, cujo ensino e os trabalhos de campo coordenava, valeram a indicação para outros órgãos estatais, onde teve voz ativa e participação relevante, exemplos do CNPI e SPHAN. No CNPI, órgão consultivo e formulador da política indigenista brasileira a ser executada pelo SPI, criado em 1939 e presidido por Cândido Rondon entre 1939 e 1955, foi nomeada pelo presidente da

---

<sup>108</sup> O Decreto-lei de 29 de dezembro de 1937, que regulamentou o artigo 159 da Constituição imposta pelo Estado Novo, proibia a acumulação de cargos públicos nos municípios, estados e União, levando um número grande de cientistas e técnicos a sair do Museu Nacional.

República, escolhida entre pessoas com comprovada dedicação à proteção indígena, se tornando presidente em 1955. Apesar de nomeada pelo governo, Heloísa manteve uma postura crítica ao projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas, em relação à ocupação da região central do Brasil, de orientação integracionista, onde o indígena praticamente era obrigado a tornar-se um trabalhador nacional, abrindo mão da sua cultura e das suas terras. Contra essa política integracionista, ela propunha ações preservacionistas que respeitassem o modo de vida das comunidades indígenas e os seus direitos (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015). Nesse aspecto ela não teve muito sucesso, visto que o próprio Rondon defendia a integração dos indígenas, assim como diversos integrantes do SPI.

No SPHAN, criado em 1937, Heloísa Alberto Torres ocupou cargo vitalício indicado também pelo presidente da República, atuando com sua característica energia para defender a proteção do patrimônio cultural brasileiro, ao lado de intelectuais importantes, tais como Rodrigo de Mello e Franco, diretor, ao qual prestou apoio e substituiu na gestão do Serviço, e ainda, até a década de 1960, com Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arino de Mello e Franco, Gilberto Freyre, Alceu Amoroso Lima, Sérgio Buarque de Hollanda, entre outros. Nesse período, teve um sério entreencontro com Mário de Andrade, figura importante da preservação do patrimônio cultural desde a década de 1920 e formulador do anteprojeto do órgão, em torno da vinculação dos museus brasileiros. Mário de Andrade defendia retirar do Museu Nacional as coleções etnográficas e arqueológicas, alocando-as em uma seção a ser criada no SPHAN. Apoiada pelos pesquisadores do Museu, Heloísa argumentava que retirar as coleções da responsabilidade do Museu seria temerário do ponto de vista da sua conservação, além de prejudicar as pesquisas arqueológicas e etnográficas do museu e de outras instituições congêneres, visto que, tanto a pesquisa quanto o treinamento e formação de pesquisadores na área estava estreitamente relacionado ao contato com as peças nos seus locais de guarda e laboratórios. Novamente Heloísa saiu-se bem no debate, conseguindo convencer Rodrigo Mello e Franco dos seus argumentos, e a proposta de Mário de Andrade não foi à frente (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015).

Apesar do *status* alcançado pelo Museu Nacional no campo científico nas décadas de 1930 e 1940, a instituição passaria por uma grande mudança estrutural após 1945, perdendo boa parte da sua autonomia administrativa ao ser vinculada à Universidade do Brasil em 1946, passando a concorrer com os diversos departamentos por verbas, além de ter que lutar para eleger seus gestores, numa estrutura administrativa bem mais complexa. No entanto, o esvaziamento das funções do Museu já vinha sendo posto em prática com a mudança de vinculação governamental, antes e durante a gestão de Heloísa Alberto Torres. Entre 1930 e

1941, a instituição esteve submetida à Universidade do Rio de Janeiro, de vida curta, passando em seguida, novamente, ao âmbito do Ministério de Educação e Saúde (Decreto-Lei nº. 29.974, de 23 de janeiro de 1941). Atribui-se essa última mudança ao prestígio da diretora junto a Getúlio Vargas. A perda de atribuições estratégicas desfez o forte vínculo que o Museu Nacional mantinha desde a sua criação com os setores da economia do país, uma vez que, teoricamente, limitava a instituição ao ensino e/ou à divulgação das ciências. Os vínculos que haviam caracterizado, até então, a pesquisa do Museu, como a prospecção de exemplares da fauna, flora e minerais, uma vez que a instituição sempre atuara como órgão consultor do governo para avaliar a viabilidade de exploração econômica de um dado produto (Domingues, 1995, 2008), passou a ser feita por outras instituições, tais como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPV), o Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV) e o Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA), criados pelo Ministério da Agricultura<sup>109</sup>.

A área forte de pesquisa e de educação continuou sendo a Antropologia, sustentando a autonomia do Museu Nacional entre o final da década de 1930 e 1945, quando os estudos antropológicos foram utilizados para identificar os grupos indígenas visando integrá-los à sociedade, no contexto da expansão das ocupações de terras que se acirraram com a *Marcha Para o Oeste*. Juntou-se a isso a atração que as populações indígenas brasileiras exerceram nos etnógrafos, etnólogos e antropólogos estrangeiros, interessados no estudo de comunidades recém contatadas. O Museu, devido aos conhecimentos sobre a população e o acúmulo de acervos indígenas que acumulara, sobretudo a partir de 1870, conseguiu manter sob a sua órbita o controle das pesquisas de campo, valendo-se disso para assinar diversos convênios, com destaque para as instituições estadunidenses.

Infelizmente a documentação institucional não pode ser consultada, perdida no incêndio de 2018, sinistro que privou os historiadores que se debruçam sobre a história do Museu, de informações fundamentais sobre a relação entre a instituição e as suas congêneres. As informações sobre os convênios, por exemplo, poderiam revelar os objetivos das parcerias, recursos, trocas acadêmicas, e no caso dos estudos antropológicos, o interesse de instituições

---

<sup>109</sup>Segundo Domingues, nos anos 1920 o governo brasileiro ampliou a pesquisa sobre processos industriais de aproveitamento de combustíveis e minérios, o que redundou na criação do Instituto Nacional de Tecnologia, em dezembro de 1921. O trabalho científico, de campo, que fizera a glória dos museus de ciências naturais, já não dependia apenas dos naturalistas viajantes. Na mesma época, o governo passou a fazer concessão de terras a empresas que visassem a exploração, como foi o caso de Fordlândia, no Pará. A legislação que facilitava a exploração da terra por estrangeiros foi extinta em 1933, no início do governo Vargas, quando foi criado o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas com o objetivo implícito de controlar o espaço físico do país e, conseqüentemente, a exploração dos recursos naturais (Castro Faria, 1999).

de ponta, tais como as universidades de Colúmbia e da Califórnia, fundações como Carnegie e Rockfeller, no estudo das populações indígenas brasileiras envolveram negociações com instituições brasileiras, tais como O Museu Paraense, o Museu Paulista e, principalmente, o Museu Nacional.

#### **4.2 A criação e atuação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (1933-1945)**

Em relação ao controle da entrada de estrangeiros no território brasileiro foi criado o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, em 1933, que revelou mais uma faceta do governo Vargas: a tentativa de controle de estrangeiros e nacionais envolvidos em pesquisa ou atividades culturais que tivessem como destino o Brasil. Criado através do Decreto 22.698, o CFACB foi um órgão do governo federal que funcionou ativamente ente 1933 e 1968, autorizando e supervisionando os trabalhos de campo de pesquisadores nacionais e estrangeiros, e controlando a saída de objetos, minerais, plantas e animais, recolhidos pelos viajantes<sup>110</sup>. Com a nova legislação, as viagens de cunho científico, individuais ou coletivas, passaram a ter o crivo de um órgão próprio, diferente, portanto, da liberalidade para a entrada no país, adotada pelo Estado durante a Primeira República. Essa nova postura diante das incursões de cientistas estrangeiros e nacionais, que passaram a obedecer a um trâmite burocrático específico, pelo qual os viajantes eram obrigados a prestarem contas dos seus passos e a dividirem os frutos das suas pesquisas e coletas, seria executada com muitas resistências internas e externas, levando o governo a fazer adaptações e concessões, de acordo com as pressões recebidas das embaixadas e instituições científicas, nacionais e estrangeiras, por exemplo. No entanto, a preocupação com a segurança interna e a produção de conhecimentos sobre parte do território e seus recursos, estratégicas para o novo governo, esbarrou na falta de recursos e de mentes, principalmente no segundo quesito, obstando restrições mais duras às expedições (LISBOA, 2004).

Por conta do contexto econômico mundial, onde a posição do Brasil era periférica, dependente da importação de produtos industrializados e exportação de matérias-primas, e da

---

<sup>110</sup>Além de analisar as solicitações e autorizar a entrada de cientistas no território brasileiro, entre as funções do Conselho estava a fiscalização da saída de qualquer bem natural, histórico ou artístico do país sem autorização do governo, e de qualquer espécime botânico, zoológico, mineralógico e paleontológico, a menos que existissem similares nos institutos científicos ligados ao Ministério da Agricultura ou ao Museu Nacional. O regulamento do CFEACB definia ainda que todo material científico colhido fosse dividido em partes iguais, entre o Estado e os viajantes, que estavam ainda, obrigados a fornecer cópias autênticas de relatórios, plantas e filmes ao Governo - art. 6º e 8º (MAST, 2012).

política liberal que norteou os governos da Primeira República, o país mantinha boas relações com quase todas as nações do mundo. Assim, a proposta de restringir a entrada de estrangeiros esbarrou nas dificuldades de fechamento das fronteiras, principalmente às expedições oriundas dos países mais industrializados, e as pressões diplomáticas pela liberação dos expedicionários, impedindo que o Estado exercesse o monopólio da pesquisa no território brasileiro.

A proposta de mudanças na legislação que regulamentava as expedições científicas causou inicialmente algumas inquietações dentro da comunidade científica brasileira, na medida em que poderia afetar os intercâmbios com instituições internacionais, afastando possíveis interessados em utilizar o Brasil como fonte de pesquisas. Instituições como o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Jardim Botânico e o Museu Emilio Goeldi, por exemplo, tinham parcerias com diversas instituições estrangeiras, que proporcionavam prestígio às instituições brasileiras e, eventualmente, recursos para o incremento de pesquisas e crescimento das coleções museológicas e/ou científicas (CASAZZA, 2017). Mesmo apoiando as legislações que estavam sendo implementadas, identificamos aqui um dilema entre os cientistas, presente nas discussões no início dos anos 30, em torno de uma legislação mais liberal ou mais restritiva às incursões estrangeiras. No primeiro caso, com entradas livres das amarras burocráticas, como era o padrão no período anterior, acreditava-se que ocorreriam mais expedições, ocasionando um maior conhecimento das potencialidades brasileiras através da troca de resultados de pesquisa entre brasileiros e estrangeiros. No caso de leis restritivas, o território seria deixado para pesquisas de instituições e pesquisadores brasileiros, com sérias restrições orçamentárias para desenvolver seus trabalhos. A saída tomada com a criação do CFEACB contemplou a quase todos que se propuseram a fazer, ou já desenvolviam, pesquisas no país. A legislação não opôs barreiras significativas à entrada dos viajantes ligados às instituições científicas, só atingindo os indivíduos sem vínculos, ao mesmo tempo reforçou os intercâmbios e as trocas de experiências e artefatos, favorecendo as instituições brasileiras. Ao governo também seria interessante a nova legislação, pois garantiria às forças de segurança o reforço da vigilância sobre o extenso território com menos gastos (GRUPIONI, 1998). Ao contrário do que se temia, a afluência de expedições aumentou bastante nos anos 1930 e 1940, como atesta a documentação existente no arquivo do CFEACB.

Em relação ao controle do espaço territorial brasileiro, Vargas procurou não obstar a entrada das expedições científicas, importantes colaboradoras no processo de prospecção de recursos naturais e reconhecimento geográfico e humano de regiões de interesse de expansão

econômica, tais como o Centro-Oeste e o Norte do país. No plano interno a guerra trouxe a possibilidade de aumentar as exportações de alimentos e essa chance seria aproveitada com a expansão das fronteiras agrícolas na direção do interior do país, trazendo impactos definitivos às comunidades indígenas que ocupavam os territórios cobiçados. O pragmatismo do governo Vargas, no sentido de manter um bom relacionamento com os parceiros comerciais e/ou vizinhos e, ao mesmo tempo, alimentar as instituições brasileiras de material científico, através da retenção de parte do material recolhido nas viagens, auxiliou o Estado no reconhecimento do território, no contato com os povos originários e na identificação de potenciais fontes de recursos. As instituições de pesquisa também se beneficiaram com o conhecimento advindo das pesquisas feitas nas viagens e da repartição dos artefatos recolhidos, fatores que possibilitaram o incremento das suas coleções e auxílio nas suas pesquisas.

O Conselho teve a sua gênese ligada a uma comissão constituída pelo Ministério da Agricultura no fim de 1932 e a elaboração do seu regulamento teve participação importante de Alberto José Sampaio (Museu Nacional) e Paulo Campos Porto (Instituto de Biologia Vegetal/Jardim Botânico), com contribuições de Cândido de Mello-Leitão<sup>111</sup>. A comissão deveria criar regras para regulamentar e fiscalizar os seguintes itens: comércio ilegal de produtos naturais da fauna e da flora, exportação de artigos indígenas para museus e instituições estrangeiras e a exploração de escavações arqueológicas. Em 1933, foi realizado um esboço de regulamento para o Serviço de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (nome provisório), as atribuições de fiscalização foram vinculadas ao Ministério da Agricultura, através do Decreto 22.698, de 11 de maio de 1933. Somente no Decreto 22.311, de 31 de outubro de 1933, é que foi criado, na Diretoria Geral de Pesquisas Científicas do Ministério da Agricultura, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (MAST, 2012).

Nas discussões preliminares para a elaboração do regulamento do Conselho, foi solicitada a Alfredo Sampaio uma pesquisa sobre a existência de legislações similares em

---

<sup>111</sup> A importância da participação de Cândido de Mello-Leitão na elaboração da legislação do CFEACB, apesar de não aparecer nos documentos preliminares da sua formação, foi ressaltada por Campos Porto na primeira reunião do Conselho em 11 de julho de 1934, onde ele agradece e enaltece a participação do cientista. No projeto preliminar, discutido em 1933, teriam duas vagas para o Museu Nacional, sendo que um dos nomes cotados era o de Mello-Leitão, porém esse número foi diminuído para uma vaga na versão final do documento, sendo posteriormente escolhido o nome de Heloísa Alberto Torres. Esta situação criou um mal-estar na primeira reunião, que não contou com a presença de Heloísa. Coleção de Atas do CFEACB. Dossiê CFE.T.1.011. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

outros países. Em carta<sup>112</sup> a Campos Porto, datada de 22 de março de 1933, Sampaio apresentou suas considerações, baseado nas leis que encontrou vigentes nas colônias francesa, inglesa e belga, entre os anos 1920 e 1930. As legislações sobre o controle de pesquisas estrangeiras não eram comuns na maioria dos países, cuja entrada de estrangeiros já era objeto de leis específicas. A proibição ou a liberação da entrada de cientistas basicamente esteve relacionada aos espaços coloniais ou às ex-colônias, visto que os países mais ricos não tinham nas suas metrópoles espaços a se explorar, do ponto de vista de espécies novas ou grupos humanos não contatados, por exemplo. A legislação relacionada à entrada de estrangeiros nas colônias variava pouco de uma para outra.

Nas colônias francesas, as expedições estrangeiras tinham que se submeter à autorização do Ministério das Colônias, mas antes tinham que fazer contato com o Museu Nacional de História Natural da França. No caso de expedições de caça, científicas ou esportivas, que segundo o relatório feito por Sampaio foram objetos mais frequentes de regulação, a captura de animais era livre para fins de pesquisa científica, devidamente comprovadas, sendo que a remessa de animais para os países originários, exceto a França, tinha que ser acompanhada de uma licença especial, onde constasse os tipos de animais e a forma de captura. Parte do que era coletado tinha que ser remetido para o Museu Nacional de História Natural ou, a partir deste para outros museus franceses interessados em adquiri-los. Isso valia para territórios africanos e asiáticos, tais como Camarões e Cochinchina (atual Vietnã). A permissão para captura científica ou *permis scientifique* era gratuita, porém sujeita a barreiras quanto à duração, às espécies, ao número de animais e meios empregados na caça. Para a caça esportiva as licenças eram mais restritas, devendo o interessado pagar taxas às autoridades que poderiam chegar a três mil francos. Nos territórios africanos sob o domínio da Bélgica, qualquer tipo de captura tinha que ser autorizada pelas autoridades do território, no caso de Ruanda-Burundi, ou pagava-se uma taxa de cinco mil francos no caso da região do Congo. Na colônia inglesa do Quênia não havia restrições para cidadãos ingleses, porém, pagava-se uma taxa por animal abatido, sendo cobrado por um elefante a quantia de quinze libras e para dois, quarenta e cinco libras. As licenças para captura de animais para estudos científicos tinham que ser requisitadas ao governador do território, as chamadas *Governor's Permits*.

As conclusões de Sampaio, com base nas leis levantadas, apontam que a tendência dos governos dos países imperialistas era colocar restrições para a entrada de estrangeiros em

---

<sup>112</sup> Dossiê CFE.T.1.01. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

territórios sob o seu controle, mesmo que os pedidos fossem relacionados a pesquisas científicas, tornando os bens naturais “monopólios do Estado” visando a sua proteção ou o seu estudo. Nesta parte do documento parece que ele tenderia à restrição de pesquisas estrangeiras. Em outro ponto do seu relatório, não há uma defesa enfática do controle monopolista do Estado sobre o meio natural, indicando a liberação de pesquisas estrangeiras, desde que sejam devidamente fiscalizadas. Segundo ele:

Essa é hoje a orientação universal (impedimento de entrada), não significando de nenhum modo o intuito egoístico de fechar-se cada país à cooperação, nos justos limites do conveniente, isto é, evitar os indesejáveis, assegurando por outro lado aos convenientes todas as garantias de êxito de seus estudos<sup>113</sup>.

Sampaio defendeu no seu relatório que a regulamentação sobre as expedições deveria visar o interesse dos institutos de pesquisas nacionais, sem proibir as missões estrangeiras que cumpram determinados requisitos, sendo o principal o de estarem relacionadas a institutos científicos nacionais; o acompanhamento das expedições por técnicos ou oficiais administrativos nacionais às custas da expedição; e a cobrança de taxas para o acesso ao território brasileiro. O arrazoado de propostas que Alberto Sampaio apresentou a Campos Porto parece um tanto contraditório, pois num momento predomina uma tendência ao fechamento do acesso ao território brasileiro e em outro ele admite a entrada das expedições estrangeiras. Devido à posição periférica do país, e de outros países em posição semelhante, como já comentei em outro ponto desse trabalho, dificilmente ocorreria o fechamento total e o estabelecimento de um monopólio do Estado sobre o meio natural brasileiro, posição que acarretaria intensas pressões dos países imperialistas, ávidos por prospectar recursos naturais de toda ordem. O monopólio do Estado foi uma tendência ligada ao controle que as metrópoles impunham em relação às suas colônias.

A regulamentação brasileira da entrada de expedições no seu território, fruto de diversos estudos e diálogos envolvendo seus legisladores e outros agentes do Estado, buscou conciliar diferentes posições e interesses do Estado e das instituições nacionais, visto que o regulamento: 1) conseguiu reforçar a fiscalização, se não alcançou o monopólio, atingiu um certo grau de controle do território; 2) ao realizar o recolhimento de parte da coleta e de informações produzidas pelos expedicionários, contribuiu para o crescimento de acervos e pesquisas das instituições nacionais; 3) e, ao permitir a realização de centenas de expedições, de um modo geral, ampliou do conhecimento sobre os recursos minerais do país, para o bem e para o mal. Vinculado ao poderoso Ministério da Agricultura, cujo titular era o tenente Juarez

---

<sup>113</sup> Dossiê CFE.T.1.01. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

Távora, o CFEACB (1933-1968) se transformou no mais importante mecanismo da política protecionista colocada em prática por Vargas. O Conselho, composto por especialistas em diversos ramos da ciência, tinha o poder de deferir ou indeferir as expedições, a partir de critérios prévios, buscando salvaguardar, à grosso modo, os recursos naturais existentes no Brasil. Os pontos mais importantes do primeiro regulamento foram:

- A obrigatoriedade da solicitação de uma licença para a viagem (formulário próprio), onde constasse o roteiro e os objetivos da expedição e, sobretudo, as credenciais do pesquisador, incluindo a chancela de uma instituição de pesquisa do país de origem;
- A obrigatoriedade, por parte dos expedicionários, de deixar no Brasil, no momento de saída, exemplares duplicados de espécimes vegetais ou animais, minerais e artefatos indígenas coletados durante a pesquisa, assim como cópias de fotos, filmes e relatórios de viagem;
- A colaboração de diversos órgãos públicos, como auxiliares do Conselho, sobretudo os de segurança pública, nos âmbitos municipal, estadual e federal, responsáveis por reportar ao órgão supostas irregularidades cometidas pelas expedições, tais como mudança de direção, contato com populações indígenas sem a autorização do SPI e o embarque com material coletado sem licença, além das incursões no território nacional de expedições e/ou viajantes sem licença;
- A indicação de um delegado nos estados, responsável por recolher/repassar informações para os expedicionários e agir em nome do Conselho quando necessário<sup>114</sup>.

A estruturação do Conselho e a definição do seu campo de atuação geraram conflitos com outros órgãos estatais que, de alguma forma, também eram responsáveis por algum tipo de fiscalização relacionada ao meio natural. Aqui podemos apontar o Serviço de Proteção ao Índio (expedidor de autorização para contato com as comunidades indígenas), o Conselho de Caça e Pesca (responsável pelo controle da caça e pesca no território nacional), as forças armadas ou as forças policiais estaduais, estas últimas responsáveis pela segurança nacional. Internamente, o CFEACB teve que enfrentar disputas entre seus conselheiros, representantes de instituições de pesquisa de diferentes áreas, mas também de outras esferas administrativas. Por outro lado, os indeferimentos dos pedidos de licença e a retenção do material coletado

---

<sup>114</sup> Sobre o regulamento do CFEACB, ver Dossiê CFE.T.1.02. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

provocaram animosidades entre o Conselho, pesquisadores e instituições, nacionais e estrangeiras (GRUPIONI, 1998, p. 72). Além de órgãos de fiscalização, também o Ministério das Relações Exteriores entrava na discussão, ocupando assento consultivo no Conselho, sobre a liberação de expedições, à medida que era demandado por outros setores do governo, das embaixadas e instituições de pesquisa estrangeiras.

Apesar da diversidade de órgãos e conselhos voltados para a fiscalização, a autoridade do Conselho se sobrepôs e, para vigiar as expedições, em todos os aspectos, no território nacional, recebeu o apoio das instituições militares e civis de fiscalização e controle federais e estaduais, comunicando ao governo todos os pedidos de licença aprovados para a realização de expedições e exportações de objetos. A ação do Conselho nos estados foi feita através da designação de delegados, responsáveis por colher informações sobre as expedições e reportá-las ao órgão. Eles também tinham autoridade para interromper viagens ou apreender o material coletado. Durante o Estado Novo (1937-1945), o Conselho utilizou-se também do aparelho repressivo, criado para a perseguição de inimigos políticos, para aumentar a vigilância sobre possíveis irregularidades cometidas pelos expedicionários. Nesse campo, destacaram-se a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESP)<sup>115</sup>, que apesar de criada para atuar exclusivamente na repressão política, cuidava de receber denúncias, investigar, deter e encarcerar qualquer pessoa cuja atividade fosse considerada suspeita e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura dos meios de comunicação.

O Conselho era presidido por um dos membros, designado pelo ministro entre representantes de órgãos do Ministério da Agricultura. Como elementos de ligação e consultivos, o Ministério das Relações Exteriores e o da Fazenda tiveram representantes junto ao Conselho. Aos membros ficava a incumbência de estudar e dar o parecer a todos os pedidos de licença. Para cada estado o Conselho indicava, ao governo, um delegado, com a missão de fiscalizar de perto as expedições e enviar relatórios e avisos sobre todo o acompanhamento individual. Embora a remuneração dos delegados não fosse compensatória, o cargo era muito disputado por proporcionar ao seu detentor certa autoridade frente aos expedicionários, outros agentes de segurança e da população sertaneja.

---

<sup>115</sup> Segundo Schawrcz & Starling, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESP) atuava exclusivamente na repressão política e cuidava de receber denúncias, investigar, deter e encarcerar qualquer pessoa cuja atividade fosse considerada suspeita – sem necessidade de comprovar prática efetiva de crime. No comando da Desp – e da Polícia Civil – Vargas entronizou o tristemente célebre Filinto Müller. (SCHAWRCZ & STARLING, 2015).

O regulamento do Conselho recebeu alguns ajustes ao longo da década de 1930, afim de equacionar algumas questões relacionadas à diferença entre a teoria e a prática. O Decreto 1.016, de 6 de agosto de 1936, subordinou o Conselho ao Gabinete do ministro da Agricultura e aprovou o regulamento. Esse Decreto alterou o regulamento no que diz respeito aos membros do Conselho, ficando composto por sete membros, designados pelo ministro da Agricultura, mediante indicação dos respectivos institutos. A partir desse Decreto, os membros não seriam mais chefes de departamento dos institutos e sim representantes, especialistas em botânica sistemática, geologia, mineralogia e paleontologia, zoologia sistemática, antropologia e etnografia, objetos históricos, arte antiga e tradicional, topografia e cinematografia. Esses representantes eram nomeados por decreto, mediante indicação das respectivas repartições, aprovada pelo Ministério da Agricultura. O Ministério das Relações Exteriores e o da Fazenda com representantes junto ao Conselho, como elementos de ligação e consultivos, passaram a ter direito a voto. As sessões do conselho se tornaram secretas.

Em 27 de junho de 1939, através do Decreto 4.450, o Conselho passou a ser presidido pelo diretor do Serviço Florestal e composto por seis membros, representantes dos institutos citados anteriormente, à exceção do Museu Histórico Nacional e do Departamento Nacional de Produção Vegetal, este substituído pelo Serviço Florestal, vinculado ao Ministério da Agricultura. As consequências da reforma do regulamento ocorrida em 1939, realizada sem consulta ao grupo que integrava o CFEACB inicial, foi a substituição do presidente Paulo Campos Porto, integrante da comissão que deu origem ao Conselho e seu primeiro presidente, pelo Diretor do Serviço Florestal Francisco Iglesias e a supressão do parágrafo do regulamento que determinava que os representantes dos institutos científicos oficiais escolhidos para integrar o CFEACB fossem especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, permitindo que qualquer técnico daqueles institutos pudesse se tornar conselheiro, o que preocupou muito os membros do órgão, que foram sendo paulatinamente substituídos nos anos seguintes (LOPES, 2008). Os conselheiros redigiram uma nova proposta de reforma do Conselho, compartilhando a opinião defendida pela conselheira Heloísa Alberto Torres de que o CFEACB se encontrava “desvirtuado de suas funções”. Os argumentos de Heloísa se baseavam na crítica à reforma realizada no Ministério da Agricultura, que procurava direcionar suas atividades não mais para o desenvolvimento da “ciência pura”, mas para atividades de “ciência aplicada”<sup>116</sup>. Para o Conselho “interessava

---

<sup>116</sup>A discussão entre o desenvolvimento da “ciência pura” ou utilização da “ciência aplicada” vinha desde as primeiras décadas do século XX e o seu principal palco foi a Academia Brasileira de Ciência (ABC), fundada em 1916.

mais a representação de técnicos do que de institutos” e essa era uma das questões que deveriam ser resolvidas com a reforma do regulamento (LOPES, 2008). Nesse embate entre o Ministério da Agricultura e a formação inicial do Conselho, prevaleceu a posição do primeiro e as mudanças previstas no Decreto 4.450 foram colocadas em prática.

O Conselho não tinha sede própria e nunca chegou a tê-la. As reuniões aconteciam numa sala do Ministério da Agricultura e, mais tarde, no Jardim Botânico. O presidente convocava e presidia as reuniões. A ele cabia distribuir os pedidos de licença aos membros, de acordo com as suas especialidades, e visar as guias de exportação e os certificados de livre saída dos objetos. Aos membros ficava a incumbência de estudar e dar o parecer a todos os pedidos de licença. Os conselheiros tinham que assinar um termo de confidencialidade, impedindo a divulgação das decisões que eram tomadas nas reuniões. Apesar da ação do CFEACB ter tido uma incidência bem maior sobre expedições científicas, ela também teve sob a sua jurisdição outras atividades, ocupando-se também com a fiscalização de exportação de quadros e bijuterias feitas de asa de borboleta, por exemplo, além da fiscalização de expedições artísticas. Entre 1934 e 1945, datas limite da presente pesquisa, ocorreram 450 reuniões, sendo analisados cerca de 200 processos, entre pedidos de licença, levantamento de informações sobre expedições sem licença e repartimento de material retido<sup>117</sup> junto ao Conselho (ver Tabela 1). Cada pedido tinha um relator e geralmente o processo era atribuído a um integrante do Conselho, de acordo com a sua familiaridade com a área de atuação do expedicionário e/ou dos objetivos da expedição. As pesquisas voltadas para as áreas de antropologia, etnografia, arqueologia, por exemplo, cabiam ao representante do Museu Nacional. As pesquisas sobre a flora, fauna e minerais eram distribuídas respectivamente aos representantes do Jardim Botânico, Departamento Nacional de Produção Animal e Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil<sup>118</sup>.

A solicitação de licença para expedições era feita através de um formulário padronizado, onde deveria constar a origem e idoneidade do expedicionário, a instituição e/ou empresa a qual estava vinculado, o objetivo e roteiro de viagem, número de integrantes e equipamentos que traziam (incluindo armas de fogo). Além disso, o Conselho exigia que, no fim da expedição, cada expedicionário deixasse no Brasil duplicatas do material coletado, relatórios sobre as pesquisas, cópias de filmes e fotografias. Apesar da simplicidade do

---

<sup>117</sup>As discussões internas do Conselho podem ser acompanhadas através das atas das reuniões. Coleção de Atas das reuniões do CFE –1934 a 1945. Dossiê CFE. T.1.11. Arquivo CFE/Acervo Arquivo de História das Ciências do MAST.

<sup>118</sup> Inventário do Arquivo CFE /Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST, 2012.

documento, o não preenchimento de alguns itens, seja por negligência ou desconhecimento da legislação, poderia acarretar atrasos ou cancelamento de viagens. Entre as principais causas de indeferimentos ou pedidos de informações estavam a ausência da instituição chanceladora, o roteiro da viagem e a falta de objetivos científicos claros (GRUPIONE, 1998). Esse formulário deveria ser enviado ao Conselho por intermédio do Ministério das Relações Exteriores no caso de pedidos estrangeiros.

Um aspecto importante da legislação do Conselho foi a obrigatoriedade da divisão do que fosse coletado. Se os espécimes e objetos indígenas recolhidos nas expedições não fossem conhecidos por nenhum museu ou instituição científica brasileira, não poderiam sair do Brasil e seriam retidos pelo CFEACB. As duplicatas e os espécimes raros seriam encaminhados para instituições científicas públicas, assim como o material apreendido por ter sido coletado ilegalmente. Isso gerou um grande interesse por parte das instituições brasileiras em adquirir esses itens, incorporando-as às suas coleções e pesquisas. Isso também gerou pressão interna e externa, influenciando as decisões sobre o destino do material retido (LOPES et al, 2008, p. 320). Um exemplo da atuação do Conselho, que trouxe benefícios para o Museu Nacional, pode ser percebido na sessão do CFEACB<sup>119</sup> de 26 de março de 1936, quando Heloísa Alberto Torres informou aos conselheiros a inauguração, no dia 5 de abril do mesmo ano, de uma exposição de artefatos indígenas a ser realizada no Museu Nacional, composta basicamente com artefatos etnográficos confiscados pelo Conselho nos anos de 1934 e 1935. A exposição, montada com objetos recolhidos por várias expedições científicas<sup>120</sup>, ressalta a importância da atuação do CFEACB para o incremento das coleções museológicas do Museu Nacional nos anos 1930 e 1940 e também para as suas pesquisas antropológicas.

O aporte de objetos, espécimes, fotografias, relatórios e mesmo a troca direta de informações entre pesquisadores do Museu e seus colegas estrangeiros, seria comum nas décadas de atuação do Conselho, fortalecendo a posição da instituição brasileira em várias áreas do conhecimento, sobretudo às voltadas para estudos do meio ambiente e dos povos originários brasileiros. No que tange à fiscalização do material coletado, apenas pequena parte do que era de fato retido ficava no Brasil, inclusive sendo comum a liberação de total

---

<sup>119</sup> Atas das reuniões de 1934 a 1945. Dossiê CFE.T.1.011. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

<sup>120</sup> Ao todo, três novas coleções foram incorporadas pelo Museu Nacional, mediante a ação do Conselho de Fiscalização. A primeira formada pelo material coletado por Basilly Sampieri, que visitara os indígenas Karajá do Araguaia em 1935; a segunda, formada por Emil Heinrich Snethlage em expedição à região do rio Guaporé, em 1934; por último, a terceira coleção foi reunida por Curt Nimuendajú, junto aos indígenas Canela, em 1935. Atas das reuniões de 1934 a 1935. Dossiê CFE.T.1.011. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

recolhido. Apesar da dificuldade para fiscalizar tão dispares atividades, a atuação do CFE e as expedições científicas proporcionaram um avanço significativo em relação ao conhecimento do território brasileiro e de seus recursos. Para as instituições científicas brasileiras, que catalisaram essas contribuições na forma de informações diretas, através de intercâmbios de pesquisas, e do aumento quantitativo e qualitativo das suas coleções, nos casos de museus de ciência, por exemplo, os ganhos foram excepcionais.

Nos primeiros anos de aplicação da legislação, várias expedições ignoraram as normas, sendo necessário o Conselho contatar os consulados para fazer a divulgação das novas regras de entrada, visando informar aos interessados na realização de viagens dentro do território brasileiro sobre a obrigatoriedade do preenchimento dos documentos solicitados, além de notificar outros órgãos para as devidas providências de impedimento da viagem quando não licenciada. Um exemplo do descompasso entre o que exigia o regulamento e a postura dos candidatos a expedicionário, pode ser visto na correspondência de Paulo Campos Porto, presidente do CFEACB, com o consulado francês, o Ministério da Agricultura e o Conselho de Caça e Pesca. Na troca de ofícios e telegramas<sup>121</sup>, o Conselho informou sobre a viagem planejada na França pelo marquês de Basily-Sampieri, grego radicado na França, e o conde francês Richard de La Falaise, em 1935, com o objetivo de “colher, ao mesmo tempo documentos cinematográficos da natureza brasileira, todos os espécimes que puder, sobretudo vivos, da rica fauna brasileira, destinados ao Museu de Paris e ao Museu de Londres”<sup>122</sup>, nas proximidades do rio Araguaia/GO. Sem mais informações sobre a expedição, além das que lera nos jornais, o Conselho solicitou às autoridades a interrupção da expedição.

Nesse ínterim, os expedicionários chegaram a Goiás, prosseguindo a viagem mesmo sem licença. Ao final da expedição foram capturados vários animais, cujos destinos seriam museus e zoológicos europeus. O Conselho novamente entrou em ação, solicitando ao Conselho de Caça e Pesca, presidido por Cândido de Mello Leitão, a apreensão da totalidade do que foi coletado, trâmite normal quando a expedição não era licenciada. Apesar das reclamações dos expedicionários e da embaixada da Grécia, no sentido de recuperar o que foi coletado, os animais foram encaminhados ao Museu Nacional. Essas ações, fartamente noticiadas na imprensa, denotam a autoridade do Conselho e a sua capilaridade dentro do

---

<sup>121</sup> Dossiê CFE.T.2.030. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

<sup>122</sup> Ofício remetido pelo CFEACB para o Consulado francês, de 28 de março de 1935. Dossiê CFE.T.2.030. Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

território brasileiro<sup>123</sup>, capaz de solicitar informações, interromper expedições, apreender material e reparti-los entre as instituições de pesquisa acionando outros órgãos estatais.

No entanto, algumas situações acabaram por expor as dificuldades do órgão em lidar com os pedidos de expedição e seus desdobramentos trazendo atritos entre os expedicionários e o Conselho. A divisão do material coletado nas expedições foi um ponto de divergência constante entre os expedicionários e o Conselho. A obrigatoriedade do envio de uma listagem a ser entregue ao Conselho, contendo os itens recolhidos, para que esse fizesse a recolha do que ficaria no Brasil, provocou extensas discussões e mesmo a intervenção de embaixadas. A saída de qualquer material só seria possível com a expedição da guia de exportação assinada pelo órgão fiscalizador, no caso o CFEACB, mesmo no caso das expedições legalizadas. Não foi incomum a intervenção das embaixadas para a liberação de itens.

Outra atribuição do Conselho também cercada de problemas foi a fiscalização sobre a exportação de asas de borboletas e de outros insetos. O comércio, bastante volumoso e lucrativo, era dominado por empresas estrangeiras que atuavam na coleta dos insetos no Brasil e na sua transformação em quadros, joias e outros adereços, ação realizada também no Brasil. Analisando um conjunto de guias de exportação<sup>124</sup> remetidos ao Conselho entre 1936 e 1945, podemos constatar que os principais destinos das exportações foram os Estados Unidos e o Panamá, o primeiro, potencialmente, seria o maior consumidor, e o segundo foi utilizado como escala para a exportação a outros países, incluindo os Estados Unidos. Outros países, assinalados nos documentos como destino, foram a Holanda, Uruguai, África do Sul e países do Caribe (Jamaica, Aruba e Curaçao). O comércio legal de objetos artísticos camuflava uma atividade extremamente nociva ao meio ambiente, a caça às borboletas e outros insetos para se transformarem em adorno. A saída de asas de borboletas não era enquadrada como exportação de animais, ação que também passava pelo Conselho quando a remessa tinha como solicitante zoológicos e instituições de pesquisa, visto que as asas eram processadas no Brasil, virando obra de arte ou um *souvenir* denominado “curiosidade brasileira”, burlando a legislação brasileira, bem mais rígida com os pedidos de exportação de animais vivos ou mortos para pesquisas científicas. A saída destes artefatos de adorno e o

---

<sup>123</sup> Dossiê CFE.T.2.030. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

<sup>124</sup> Entre 1936, data do primeiro registro solicitando licença para a exportação de asas de borboleta recebido pelo Conselho, e o ano de 1946, ano em que a atividade foi proibida, dezessete empresas se dirigiram ao CFEACB solicitando licença para remeter para ao exterior produtos enfeitados com partes de insetos, sobretudo as asas, produzindo centenas de guias de exportação, onde constam o nome da empresa, os produtos a serem exportados, os valores das transações em moeda nacional e dólar, além do país de destino. As empresas que movimentaram o maior volume de exportações foram a Zitrin Irmãos e Elizabeth Ebenérguyi (Dossiês CFE.T.2.076 e CFE.T.2.217. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST).

perigo que representavam para o meio ambiente causaram preocupação ao Conselho, constatada na leitura das Atas de Reunião, que recebia informações e reclamações de naturalistas e populares quanto ao desaparecimento das borboletas em determinadas regiões do país. Nas reuniões do Conselho foram vários posicionamentos criticando a atividade, no sentido de preservar os frágeis insetos e proibir o seu comércio. Mesmo diante da gravidade do assunto, o comércio de asas de borboleta só seria completamente proibido em 1946.

A análise dos pedidos de exportação de asas de borboleta por parte do Conselho, mais uma das tantas atribuições do órgão, é mais um indicativo da sua importância e responsabilidade, e demonstra como ele tinha que estar vigilante sobre questões que afetavam o meio ambiente e a biodiversidade brasileira<sup>125</sup>. Apesar das inúmeras atribuições que lhe foram dadas na legislação de 1933, o Conselho conseguiu alcançar êxito em parte das suas ações.

### **4.3 Relatos de viagens: política e ciência nos arquivos do CFEACB**

Com cerca de onze mil documentos, entre textuais, iconográficos e cartográficos, o arquivo do CFEACB possibilita ao pesquisador entrever a estrutura montada para analisar os diversos pedidos de expedições que chegavam às mãos do Conselho, além da vigilância às viagens até a conclusão dos trabalhos, se devidamente legalizada, a obtenção de informações esparsas sobre expedições não licenciadas e tomadas de decisão por parte do órgão para coibir abusos. Outro conjunto documental importante para entender o funcionamento do Conselho e a tomada de decisões são as atas de reunião. Através delas é possível identificar o posicionamento dos conselheiros sobre os pedidos de licença, providências a serem tomadas e a divisão dos artefatos retidos.

A documentação que compõe o Arquivo CFE, segundo Castro Faria “matéria-prima insubstituível”, para a construção da “história de um dos períodos mais obscurecidos do nosso passado recente” (FARIA, 2012: 11), foi organizada em duas séries: Série 1 formada por documentos administrativos relacionados ao funcionamento do órgão, traz informações sobre a sua estruturação e composição interna, as discussões feitas nas suas reuniões, correspondência com expedicionários brasileiros e estrangeiros, instituições científicas e

---

<sup>125</sup> Em 1946 o Ministério da Agricultura solicitou ao Conselho um parecer sobre o comércio de asas de borboleta e este, elaborado por Bertha Lutz, criticou duramente a atividade. No mesmo ano o Ministério da Agricultura proibiu definitivamente a venda do *souvenir*. Dossiê CFE.T.2.219. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

órgãos governamentais, colaboradores, etc. A Série 2, considerada como uma espécie de relatório das expedições, é composta por dossiês de documentos que informam sobre o seu desenvolvimento e conclusão, no caso das expedições licenciadas, ou no caso das viagens não licenciadas, iniciado por informações passadas pela imprensa, pelos delegados e órgão de fiscalização espalhados pelos estados, além de documentos do Conselho que mostram as providências tomadas para coibir as irregularidades. (MAST, 2012).

Para além da documentação administrativa, de cunho mais formal e sucinto, o acompanhamento das viagens nos proporciona em diversos dossiês o relato de verdadeiras epopeias vividas por alguns dos expedicionários, sobretudo os que se aventuravam pelas regiões Centro-Oeste e Norte, com histórias de superação, fracasso, descobertas e mesmo acidentes fatais. Alguns dos pedidos de licença destoaram totalmente do que descreveríamos como expedições científicas ou artísticas, suscitando por parte do Conselho e das autoridades enormes desconfianças. Foi o caso da tentativa de expedição comandada pelo espanhol Francisco Iglesias<sup>126</sup>, capitão do exército franquista, que entre 1933 e 1936 solicitou, sem sucesso, licença para percorrer a região amazônica com um barco, construído especialmente para a viagem, equipado com armamento pesado. A viagem, mal recebida até pelo governo espanhol, tinha como um dos objetivos estabelecer contato com alguns grupos indígenas; do pedido de licença para uma expedição de caça feita pelo marquês grego Basily-Sampieri e o conde francês Richard de La Falaise<sup>127</sup>, a ser realizada em Goiás. A empreitada incluía a entrada de diversas armas de caça e ao ser indeferida teve como reação a intervenção do consulado francês e grego; e o pedido de licença feito pelo brasileiro José Martiniano Barbosa, que buscava encontrar um tesouro escondido por piratas na ilha de Trindade/ES<sup>128</sup>.

Entre 1934 e 1945, 171 pedidos de entrada foram apresentados ao Conselho, destes 82 por cientistas ou empresas cinematográficas norte-americanas e 21 de cientistas e empresas alemãs. Somados estes números perfazem mais de 50% do total de pedidos, evidenciando a influência e interesses que os dois países tinham em relação ao Brasil. O Brasil aparece na tabela com 10 pedidos de licença. O pequeno número de solicitações, levando-se em conta as diversas instituições federais e estaduais que atuavam nas áreas de pesquisa mais procuradas pelos viajantes, explica-se pelo extenso número de convênios que estavam sendo estabelecidos com instituições congêneres estrangeiras, caso já citado aqui com os Estados

---

<sup>126</sup> Dossiê CFE.T.2.007. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>127</sup> Dossiê CFE.T.2.030. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>128</sup> Dossiê CFE.T.2.015. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

Unidos, por exemplo, ou a vinculação das pesquisas e dos cientistas a um órgão de pesquisa nacional. Nesses casos, onde as instituições brasileiras agiam havia a isenção de licença. A obrigatoriedade recaía sobre os candidatos a expedicionários privados, que passavam pelos mesmos trâmites que os estrangeiros.

Entre as expedições brasileiras, cujas informações e pedidos de licença chegaram ao Conselho, destacaram-se as “bandeiras” organizadas no estado de São Paulo. Constituídas por pessoas privadas, patrocinadas por empresas comerciais ou por entidades filantrópicas, tiveram como interesse percorrer o território brasileiro realizando filmagens, coleta de material zoológico e etnográfico, além de realizar levantamentos geográficos. Ao todo aparecem na documentação do CFEACB, entre 1934 e 1945, seis “bandeiras”: Anchieta, Anhanguera, Este-Brasil, General Couto de Magalhães, Ivahi e Piratininga. A mais importante e duradoura dessas “bandeiras” foi a Piratininga, organizada pelo jornalista Willy Aureli<sup>129</sup> entre os anos de 1937 e 1965. Essa expedição percorreu várias vezes as regiões da ilha do Bananal e a da serra do Roncador, ambos no estado do Mato Grosso, produzindo um grande número de documentos, tais como relatórios, fotografias, recortes de jornal e mapas. Essas viagens, embora licenciadas, não foram vistas com bons olhos pelo Conselho, por conta do seu caráter midiático e a falta de objetivos científicos claros<sup>130</sup>. Além disso, eram formadas por um número grande de integrantes fortemente armados, não respeitando as regras do SPI em relação aos contatos com os grupos indígenas que habitavam a região percorrida.

Por outro lado, as incursões de cientistas ingleses (12) e franceses (10), são pouco numerosas em se tratando de influentes parceiros dos brasileiros na cultura e na economia. No caso da França, excetuando-se a expedição do antropólogo Claude Lévi-Strauss, não encontramos nenhum registro importante no arquivo do CFEACB. Do lado inglês, dignos de referência são os documentos de exportação de animais para o Jardim Zoológico de Londres<sup>131</sup> e informações sobre uma expedição, não confirmada, patrocinada pelo British Museum<sup>132</sup>. O interesse dos vizinhos latino-americanos também é ínfimo, excetuando a Argentina (05) que foi o país da região com o maior número de pedidos.

Descrevo os pedidos de licença acima para ilustrar o *modus operandi* do Conselho. Os processos mostram as pressões que o CFEACB recebeu dos expedicionários e também que exerceu sobre as expedições, gerando debates acirrados entre os conselheiros em várias

---

<sup>129</sup> Dossiê CFE.T.2.129. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>130</sup> Dossiê CFE.T.2.004. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>131</sup> Dossiês CFE.T.2.099 e CFE.T.2.111. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>132</sup> Dossiê CFE.T.2.004. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

sessões nos primeiros anos de operação do Conselho. Entre 1934 e 1945 foram feitas 171 comunicações ao Conselho (ver Tabela 1), sendo 134 delas referentes ao período que vai de 1934 a 1938. Em quatro anos, o número de pedidos de licença foi três vezes maior que o do que os seis anos seguintes.

Tabela 1 – A origem dos expedicionários nas viagens entre 1934 e 1945

PAÍS DE ORIGEM	Nº DE PEDIDOS	PAÍS DE ORIGEM	Nº DE PEDIDOS	TOTAL
ESTADOS UNIDOS	82	SUÍÇA	02	171 PEDIDOS
ALEMANHA	21	ROMÊNIA	02	
GRÃ-BRETANHA	12	CANADÁ	02	
FRANÇA	10	SUÉCIA	02	
BRASIL	10	NORUEGA	02	
ARGENTINA	05	ESPANHA	01	
ITÁLIA	04	HUNGRIA	01	
BÉLGICA	03	GRÉCIA	01	
JAPÃO	03	TCHECOSLOVÁQUIA	01	
POLÔNIA	03	PERU	01	
ÁUSTRIA	02	HOLANDA	01	

Fonte: Tabela elaborada por Everaldo Pereira Frade, baseada em MAST (2012).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) houve um decréscimo abrupto no número de expedições e/ou solicitações ao Conselho para realizá-las, principalmente vindos do exterior. Dos 47 registros que encontramos na documentação do CFEACB, 31 tiveram como origem os Estados Unidos e 16 foram de outras nacionalidades, número bem inferior se comparamos com o total dos pedidos.

Tabela 2 – Pedidos de Licença – 1939/945

Ano	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
<b>Pedidos com origem nos Estados Unidos</b>	11	10	05	02	03	-	-
<b>Pedidos com origem em outros países</b>	08	02	03	01	-	01	01

Fonte: Tabela elaborada por Everaldo Pereira Frade, baseada em MAST (2012).

Em relação ao destino das viagens (Tabela 3), fica evidenciado que as regiões Centro Oeste (estado do Mato Grosso) e Norte (região da floresta amazônica) foram as que mais atraíram cientistas e outros tipos de expedicionários. Nessas regiões, concentravam-se as maiores extensões de florestas pouco tocadas e grupos indígenas não contatados. Esse laboratório a céu aberto proporcionou inúmeras possibilidades de pesquisas nos campos das ciências biológicas, minerais e sociais, condições não encontradas em outras partes do planeta no mesmo período. A rara presença humana (não indígena) e a falta de vigilância estatal também atraíram aventureiros em busca de civilizações perdidas, de animais exóticos para os zoológicos, da exuberância da flora e grandiosidade dos rios.

Na região Sudeste os destinos principais foram o Rio de Janeiro e São Paulo. O primeiro por suas belezas naturais e pelo fato de ser a capital atraía, sobretudo, as companhias de cinema com o intuito de filmar as suas paisagens, enquanto o segundo, por seu poder econômico e pujante agricultura, recebia visitantes voltados para pesquisas científicas na área agrícola, entre elas o café. A região Nordeste foi percorrida por pesquisadores interessados no estudo das suas populações, destacando-se os estudos sobre os negros. A região Sul foi procurada por cientistas para realização de pesquisas geológicas, agrícolas e sociais (em torno da sua população com forte proporção de imigrantes europeus). Em relação ao destino das expedições, destaca-se a indefinição do local a ser percorrido em 28 pedidos de informação ou licença. Tais tentativas de viagens aparecem em documentos de caráter genérico, não chegando à etapa de licença, visto que o destino era uma informação imprescindível a ser dada pelos expedicionários ao Conselho e a sua ausência era fator de indeferimento do pedido.

Tabela 3 – O destino das expedições por estado

Região	Estado	Total de expedições
REGIAO NORTE	AMAZONAS	34
	PARÁ	21
	RORAIMA	03
REGIÃO CENTRO OESTE	MATO GROSSO	27
	GOIÁS	08
REGIÃO NORDESTE	BAHIA	11
	PERNAMBUCO	10
	CEARÁ	03
	SERGIPE	03
	MARANHÃO	03
	ALAGOAS	02
	PARAÍBA	01
REGIÃO SUDESTE	SÃO PAULO	17
	RIO DE JANEIRO	14
	MINAS GERAIS	09
	ESPIRITO SANTO	05
REGIÃO SUL	PARANÁ	09
	SANTA CATARINA	03
	RIO GRANDE DO SUL	02
	NÃO DETERMINADO	28

Fonte: Tabela elaborada por Everaldo Pereira Frade, baseada em MAST (2012).

No tocante aos objetivos das expedições (ver Tabela 4), quatro áreas sobressaíram. São elas as pesquisas em zoologia (30), a realização de filmagens/fotos (29), as pesquisas em botânica (27) e pesquisas sociológicas e antropológicas (20). Muitos dos pedidos misturavam diversas áreas de conhecimento a serem pesquisadas, sendo comum os cientistas fazerem gravações e fotos ao longo do seu trabalho e as expedições voltadas para a realização de filmes, por exemplo, fazerem contatos com indígenas ou realizarem coleta de espécimes. As áreas assinaladas não apresentam variações se compararmos expedições feitas em períodos anteriores. As pesquisas estão relacionadas ao estudo do mundo natural e dos habitantes do Brasil, principais atrativos para os cientistas, instituições de pesquisa, museus e zoológicos estrangeiros.

Tabela 4 – Os objetivos das expedições

<b>OBJETIVO DA VIAGEM</b>	<b>Nº DE PEDIDOS</b>
ZOOLOGIA	30
FILMAGENS/FOTOS	29
BOTÂNICA	27
EXPORTAÇÃO DE BIJOUTERIAS COM ASAS DE BORBOLETA	21
ESTUDOS SOCIOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS	20
GEOLOGIA	09
CAÇADAS/AVENTURA/TURISMO	08
EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS	08
GEOGRAFIA	08
ARQUEOLOGIA	07
EXPORTAÇÃO DE QUADROS	07
ASTRONOMIA	06
EVANGELIZAÇÃO DE INDÍGENAS	02
ESTUDOS DE DOENÇAS HUMANAS	01
ESTUDO DE RAIOS CÔSMICOS	01
MAGNETISMO TERRESTRE	01
<b>NÃO DETERMINADO</b>	<b>10</b>

Fonte: Tabela elaborada por Everaldo Pereira Frade, baseada em MAST (2012).

Analisando o quadro de objetivos das expedições, verificamos como era extensa a lista de atribuições do CFEACB para além da fiscalização das atividades científicas. Era função do Conselho, por exemplo, analisar as solicitações de pedidos de expedições evangelizadoras junto aos indígenas, muito criticadas pelo SPI; a exportação de quadros artísticos e a licença para observação de eclipses, tal como ocorreu em 1940. Outro ponto de destaque no trabalho do Conselho foi a fiscalização das expedições artísticas que buscavam realizar filmagens e fotografar, entre outros temas, o ambiente natural; a população (silvícola, rural e urbana); manifestações culturais; e as cidades brasileiras. A preocupação dos conselheiros, reforçada pelo governo varguista, era a veiculação no exterior de imagens negativas do país. Os filmes e as fotografias passavam pelo crivo do Conselho e tinham que ser exibidos antes de receberem a licença de saída para o estrangeiro. Entre as empresas fiscalizadas pontuam a inglesa

BBC<sup>133</sup>, as suecas AB Kino<sup>134</sup> e Nordisk Tonefilm<sup>135</sup>, a japonesa Japan Broadcasting, a austríaca Kulturfilm<sup>136</sup>, a italiana OCI e as estadunidenses Fox Film<sup>137</sup>, MGM<sup>138</sup> e Walt Disney<sup>139</sup>.

Tais tarefas sobrecarregavam os conselheiros, obrigados a lidar com a burocracia, fazer a leitura do serviço de *clipping* de jornais com notícias sobre expedições e discutir questões voltadas à sua área de especialização científica. Diante da missão hercúlea de fiscalizar centenas de expedições dentro do extenso território brasileiro, lidando com meios de transporte e comunicação deficientes e com a falta crônica de recursos, o CFEACB só conseguiu alcançar parte dos seus objetivos. Além de expedir licenças o Conselho recebia notificações de expedições não autorizadas, precisando demandar as autoridades policiais para averiguação das irregularidades. Não existem estimativas sobre viagens não licenciadas entre 1933-1945, sejam elas legalizadas, a partir de intercâmbios estabelecidos entre as instituições de pesquisa, que não exigiam a licença, ou as ilegais. Segundo os vários registros presentes na documentação consultada, somado o número de referências sobre expedições legais e ilegais, o conjunto de viagens que não passaram diretamente pelo Conselho foi considerável.

A logística mais comum utilizada nas viagens era a formação de equipes com cientistas da mesma nacionalidade, completando as expedições com pessoal de apoio de nacionalidade brasileira nas regiões a serem percorridas. No entanto, não era incomum a formação de verdadeiros *pools* para o financiamento de indivíduos e expedições para a coleta de artefatos indígenas ou para pesquisas, com o produto das viagens sendo dividido de acordo com os interesses e aportes financeiros dados por cada parceiro. As instituições brasileiras também entravam nesta colaboração, aproveitando para enviar cientistas à campo em expedições de fora.

As pesquisas que prospectavam espécimes da fauna e da flora e exemplares de minerais com potencial valor econômico eram mais restritas na formação das equipes, pois envolviam, por razões óbvias, sigilo sobre o que era coletado. Em relação aos estudos antropológicos, geralmente não havia uma competição aberta entre as expedições que tinham

---

<sup>133</sup> Dossiê CFE.T.2.380. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>134</sup> Dossiê CFE.T.2.154. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>135</sup> Dossiê CFE.T.2.058. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>136</sup> Dossiê CFE.T.2.018. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>137</sup> Dossiê CFE.T.2.035. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>138</sup> Dossiê CFE.T.2.017. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>139</sup> Dossiê CFE.T.2.343. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

os indígenas como objeto de pesquisa, já que estas vinham estudar etnias previamente identificadas e com o contato autorizado pelo SPI, intermediado pelo Museu Nacional, além de existirem dezenas de povos que interessavam os pesquisadores, com a diferenciação entre os mais ou menos contatados ou aculturados. Como não envolviam ganhos econômicos diretos nesses estudos, a não ser no âmbito das carreiras individuais acadêmicas, na manutenção ou entrada de pesquisadores em instituições de ponta, os resultados das pesquisas geralmente eram publicados, circulando entre diferentes grupos de pesquisa. Os antropólogos de carreira, patrocinados por instituições de pesquisa, também eram coletores de artefatos indígenas, interessantes para seus estudos e para a formação de coleções etnográficas nas suas instituições de origem.

Outra categoria de expedicionário era o de especialista em coletar e vender produtos tropicais, que poderiam ser objetos indígenas, os mais comuns, animais vivos, plantas, minerais etc. Entre esses, a competição era mais acirrada, principalmente em torno da coleta etnográfica, considerando que os grupos indígenas eram mais instáveis e nem sempre propensos a aceitar as trocas propostas, preferindo ofertas de concorrentes. Ao adquirir os produtos o mais comum era dividir parte com a instituição patrocinadora e vender a outra para quem estivesse interessado. O Museu Nacional manteve sempre a prática de ter interesse em artefatos etnográficos, objetos muito apreciados pelo público desde a sua fundação.

#### **4.4 As representantes do Museu Nacional Heloísa Alberto Torres e Bertha Lutz em ação no Conselho de Fiscalização**

O Museu Nacional teve um papel importante dentro das ações do CFEACB por ser considerada uma das principais instituições científicas brasileiras, além de atuar diretamente sobre áreas científicas que constituíam o interesse da maior parte das expedições. Nesse contexto, a indicação de Heloísa Alberto Torres como a primeira conselheira estaria em harmonia com as suas áreas de atuação na instituição, a Antropologia e a Etnografia. As duas atividades representavam cerca de um terço de todos os pedidos de licença e, nesse caso, a relatoria dos processos recaía nos especialistas de cada área. Sua indicação concorreu com a de Cândido de Mello-Leitão, zoólogo, que acabou preterido, mesmo tendo contribuído para a elaboração do regulamento do Conselho. Posteriormente Mello-Leitão se tornaria o presidente do Conselho de Caça e Pesca.

Heloísa Alberto Torres, vice-diretora (1935-1937) e diretora (1937-1955) do Museu Nacional, ocupou a cadeira de conselheira no CFEACB entre 1934 e 1939, destacando-se,

entre outras ações, por dialogar com os diferentes atores que atuavam nesse cenário, tais como o governo, as embaixadas, os viajantes, as instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, buscando abrir espaço, por exemplo, para intercâmbios com instituições internacionais, a fim de estabelecer as bases para assumir a interlocução entre esses, o CFEACB e o governo federal. Nesse sentido, além de reforçar a posição do Museu Nacional como receptor de objetos e conhecimentos advindos das expedições, também atuou na seleção de objetos a serem repartidos entre expedicionários e outras instituições nacionais.

Outro fator importante para a sua relevância diante do Conselho vem dos seus numerosos contatos políticos, científicos e institucionais, esses últimos nacionais e internacionais. Analisando a documentação do CFEACB, percebemos que diversas instituições científicas internacionais, cientistas estrangeiros e embaixadas, procuraram a sua intercessão para conseguir as licenças necessárias ou mesmo a chancela para as expedições, além de auxílio para liberação de objetos para exportação. No entanto, o posicionamento da conselheira sempre se coadunava com os regulamentos do Conselho e os contatos que recebia eram frequentemente levados por ela ao conhecimento dos outros conselheiros<sup>140</sup>. Para exemplificar as relações políticas que Heloísa tinha no meio político, aparece em uma das atas de reunião do Conselho<sup>141</sup>, referência a uma carta dela para o tenente Juarez Távora, ministro da Agricultura, solicitando a ele, em nome do Conselho, alterações em artigos do regimento interno que dificultavam a fiscalização. O fator importante nesse caso é que Heloísa tinha acesso ao ministro, enquanto outros integrantes, inclusive o presidente do Conselho, Paulo de Campos Porto, não. Então coube a ela fazer o pedido, que foi atendido. Isso prova a importância da antropóloga e das suas ligações.

A trajetória intelectual de Heloísa Alberto Torres se localiza no período chamado por Daniel Pécault de geração de 1920-1940, cuja principal característica foi a disposição de auxiliar o Estado na construção da sociedade em bases racionais. Segundo o autor, essa geração, “ocupando ou não funções públicas, manteve uma linguagem que é a do poder”, ou, em outras palavras, a vocação de elite dirigente (PÉCAULT, 1990).

Figura feminina de destaque no cenário intelectual, científico e cultural, Heloísa Alberto Torres desenvolveu uma biografia extensa. Com uma formação sólida, falava francês e inglês. Conhecia literatura, arte, história e etnografia. Desde jovem conviveu com políticos,

---

<sup>140</sup> Atas das reuniões de 1934 a 1939. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

<sup>141</sup> Ata da 59ª reunião do CFEACB, realizada em 2 de julho de 1936. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

artistas e intelectuais que orbitavam em torno da sua família<sup>142</sup>. Seu pai, Alberto Torres, foi governador do Estado do Rio de Janeiro e ministro do Supremo Tribunal Federal e importante nome do pensamento conservador brasileiro. Heloísa foi a primeira mulher a dirigir o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, cargo que ocupou por quase 20 anos. Atuou ainda como museóloga, professora e pesquisadora, estas últimas nas áreas de antropologia, arqueologia e etnografia, onde recebeu influências de Edgar Roquette-Pinto e Marechal Rondon nos anos iniciais da sua atuação. Para além do Museu Nacional, foi conselheira do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), colaborou com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e presidiu a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Entre os trabalhos de campo que atestam a sua capacidade como pesquisadora, “capaz de levar adiante o conhecimento acumulado, de descobrir novos fatos, de colecionar peças, de propor explicações mais consistentes para as questões postas em dúvida”, destaco: em 1926 viajou para o litoral de São Paulo, a fim de verificarem que estado se encontravam os sambaquis de Iguape; em 1927 viajou para Minas Gerais e em Vespasiano examinou sítios arqueológicos; em 1928 iniciou uma série de visitas a sítios arqueológicos do rio Iriri, em Magé/RJ, ricos em cerâmica pintada, de tradição Tupi-Guarani; em 1930 realizou a que foi considerada a mais importante e polêmica viagem de pesquisa, quando passou seis meses no Pará, percorrendo diversas localidades para analisar a produção de cerâmica indígena. No seu trabalho interno no MN, ao mesmo tempo em que atuava em levantamento de fontes bibliográficas, organizava as coleções de arqueologia e etnografia, elaborava exposições, identificava e restaurava peças recebidas de diversas procedências (KEULLER, 2008).

A análise da atuação de Heloísa Alberto Torres nas primeiras reuniões do Conselho, entre os anos 1934 e 1939, período da elaboração e implantação do regulamento do CFE, busca entender o funcionamento e os limites da atuação do Conselho e da pesquisadora e a importância dessa relação para o Museu Nacional, uma das principais instituições científicas da América Latina. Consultando as atas das reuniões nestes primeiros anos de funcionamento

---

<sup>142</sup> Heloísa Alberto Torres era filha do político e jurista Alberto Torres. Alberto de Seixas Martins Torres (Itaboraí, 26 de novembro de 1865 - Rio de Janeiro, 29 de março de 1917), atuante como político, jornalista e bacharel em direito. Foi um pensador social brasileiro preocupado com questões da unidade nacional e da organização social brasileira. Teve importância substancial para a consolidação do nacionalismo brasileiro, com uma análise aprofundada do problema nacional e um programa pormenorizado de organização nacionalista do Brasil. Foi o inspirador de uma geração de nacionalistas da direita e da esquerda, influenciando decisivamente o pensamento de Plínio Salgado e Nelson Werneck Sodré. Além disso, foi o principal mentor de Oliveira Viana, seu sucessor. Entre 31 de dezembro de 1897 e 31 de dezembro de 1900 exerceu o mandato de presidente do estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte, por decreto de 30 de abril de 1901, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo do qual se afastou em 1907, por motivos de saúde (SOUZA, 2005).

do órgão, suas intervenções eram sempre consideradas e a demanda pela sua experiência e sapiência nas áreas de atuação do museu era alta.

A importância estava relacionada à posição que ocupava no Museu Nacional como gestora, sua *expertise* no campo científico, relacionada às áreas de antropologia, etnografia e arqueologia, e seus contatos pessoais no campo político. Ela tornou-se essencial às análises de pedidos de licença de expedições feitas ao CFEACB, visto que não menos de 70% dos pedidos eram para viagens direcionadas às regiões Centro-Oeste e Norte, para estudos de populações indígenas e pesquisas sobre a fauna e a flora, tornando-a, de longe, a conselheira mais demandada para relatar processos e emitir pareceres.

Analisando o conjunto das intervenções de Heloísa Alberto Torres nas reuniões do Conselho, percebe-se a sua inflexibilidade contra pedidos mal formulados, com expedicionários sem as devidas credenciais, como no caso do pedido do alemão Otto Schultz, apesar da intervenção da embaixada nazista, ou contra a não apresentação do material coletado pelos viajantes, como no caso da primeira expedição de Lévi-Strauss. Por outro lado, ficou patente a condescendência com os pedidos de nacionalidade estadunidense, considerados mantenedores da sua palavra e seus compromissos, como no caso da expedição Theodore White e Llewellyn Price<sup>143</sup>. A boa relação com os antropólogos norte-americanos, fruto dos diversos intercâmbios do Museu Nacional com instituições dos Estados Unidos, tenha contribuído para uma postura mais branda da conselheira. Entre 1934 e 1942, limites desta pesquisa, Heloísa produziu copiosa correspondência com estudiosos da Antropologia, tais como com o alemão, naturalizado norte-americano, Franz Boas, e expedicionários como Ralph Linton, Charles Wagley e Buell Quinn. Nas cartas e telegramas trocados, fica patente o suporte que o Museu Nacional deu para as expedições de cientistas norte-americanos, recebendo, em contrapartida, informações, objetos, fotografias de riquíssimo valor informacional sobre diversas etnias indígenas.

Na direção do Museu buscou estabelecer intercâmbios e parcerias que contribuíssem para o crescimento das coleções e, sobretudo, para colocar a instituição numa posição de destaque na produção de estudos antropológicos e etnográficos a nível mundial, tornando o Museu Nacional um polo de pesquisa frequentado por muitos cientistas de renome, como Ralph Linton, Alfred Métraux, Paul Rivet, Claude Lévi-Strauss, Charles Wagley, Curt Nimuendaju e Ruth Landes. A formação de novos quadros em pesquisa também foi objeto das preocupações de Heloísa, postura que a levou a criar e executar um programa

---

<sup>143</sup>Dossiê CFE.T.2.163. Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

institucional, voltado para o treinamento de jovens pesquisadores nas áreas de atuação do Museu Nacional, apoiando o trabalho de campo dos mesmos e indicando esses para fazerem parte de expedições internacionais, assim como o auxílio na busca de complemento na formação em universidades norte-americanas.

No Conselho, através de uma postura neutra e firme, buscou identificar, junto com outros conselheiros, pedidos de licença para expedições potencialmente perigosas para adentrar o território brasileiro, resistindo a diversas pressões externas e internas ao conceder ou negar permissões às viagens. Dessa forma contribuiu para o êxito dos trabalhos do Conselho e para a diminuição da saída de artefatos indígenas e exemplares da nossa flora e fauna. O capital simbólico acumulado por Heloísa Alberto Torres, oriundo da sua dupla posição de dirigente de uma instituição renomada e intelectual com vasta produção, contribuiu de forma incontestável para consolidar um conjunto de medidas de proteção aos diversos patrimônios brasileiros e também às populações indígenas, estando presente nas principais discussões a respeito dessas ações (BOURDIER, 1998).

Em dezembro de 1939 a naturalista Bertha Lutz ingressou no Conselho por indicação do Ministro da Agricultura, nomeada pelo presidente da República, substituindo a representante do Museu Nacional Heloísa Alberto Torres, sua companheira de trabalho, recém-nomeada diretora do Museu Nacional. Bertha Lutz<sup>144</sup> era bióloga, formada pela Universidade de Sorbonne/FRA em 1918, onde se especializou em anfíbios. De volta ao Brasil em 1919, tornou-se secretária e pesquisadora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, sendo a segunda mulher a fazer parte do serviço público do país. Mais tarde, foi promovida a chefe do departamento de Botânica do Museu, posição que ocupou até se aposentar, em 1964. No campo político, além de ser militante feminista, foi a segunda mulher a ocupar o cargo de deputada, em 1936, mandato foi interrompido pelo Estado Novo em 1937.

---

<sup>144</sup> Bertha Lutz era filha do reconhecido cientista Adolpho Lutz (1855 —1940), médico e cientista brasileiro, pai da medicina tropical e da zoologia médica no Brasil. Pioneiro na área de epidemiologia e na pesquisa de doenças infecciosas. Lutz foi o primeiro cientista latino-americano a estudar e confirmar os mecanismos de transmissão da febre amarela pelo *Aedes aegypti*, uma espécie de mosquito que é um reservatório natural e vetor dessa doença. Lutz foi o responsável pela identificação do blastomicose sul-americano. Sua dedicação à saúde pública fez com que lutasse e pesquisasse sobre várias epidemias de diversas regiões do Brasil, como a cólera, peste bubônica, febre tifóide, malária, ancilostomíase, esquistossomose e leishmaniose. Outras de suas maiores realizações foram seu pioneirismo sobre a Entomologia Médica e as propriedades terapêuticas das plantas brasileiras. Como zoologista, ele descreveu várias novas espécies de anfíbios e insetos, como o *Anopheles lutzii* (uma espécie de mosquito). Lutz trabalhou no exterior, pesquisando em Hamburgo, Havaí e na Califórnia. Em 1892, voltou ao Brasil, atendendo ao convite do governador de São Paulo para dirigir o Instituto de Bacteriologia (mais tarde, este instituto irá se chamar Instituto Adolfo Lutz em sua homenagem). Depois da aposentadoria em 1908, Dr. Adolfo Lutz mudou-se para a Cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhou por mais 32 anos, até a morte em 6 de outubro de 1940, no Instituto Oswaldo Cruz (BENCHIMOL, 2003).

Apesar da diminuição drástica de solicitações de expedições, por conta do acirramento da Segunda Guerra, Bertha Lutz não escapou de analisar processos complicados, além de herdar processos inconclusos, e nem de polêmicas durante a sua atuação como conselheira, inclusive envolvendo especialistas do Museu Nacional. Já em sua primeira reunião, em 28 de dezembro de 1939, Bertha foi nomeada para a análise de um caso bastante conturbado. O expedicionário em questão era Hans Krieg<sup>145</sup>, pesquisador alemão acusado de realizar expedições zoológicas no estado do Paraná, entre 1937 e 1940, sem a autorização do Conselho, e de coletar materiais científicos ilegalmente no Brasil. O parecer emitido seguia as orientações do Conselho, propondo a criação de uma comissão para inspecionar o material apreendido, sugestão aceita por todos os membros, segundo a indicação de Bertha Lutz, o material, já sob a guarda do Museu Nacional, seria inspecionado por um técnico do Museu Paulista. A decisão não foi bem aceita por Heloísa Alberto Torres, então diretora do Museu Nacional, expondo algumas divergências entre elas<sup>146</sup>.

Após várias discussões no Conselho e também no Museu Nacional, sobre o destino do material da expedição Krieg, a influência de Heloísa Alberto Torres prevaleceu e a maior parte do material ficou com o Museu Nacional, com uma pequena parte destinada a outras instituições, entre elas o Museu Paulista e o Museu Geológico. Essa situação demonstra como o trabalho do Conselho estava suscetível à influência de uma rede externa de poder e autoridade científica em que os objetivos e contatos políticos eram capazes de modificar decisões do órgão e objetivos pessoais ou interesses políticos se imiscuíram em discursos que se sobrepunham aos interesses puramente científicos (LOPES, 2008).

As atuações de Bertha Lutz e Heloísa Alberto Torres como representantes do Museu Nacional no CFEACB apresentam semelhanças e diferenças. Ambas estavam preocupadas com o rumo que o desenvolvimento científico brasileiro tomaria, importando-se em abrir caminho para a cooperação científica internacional entre as instituições brasileiras e os pesquisadores licenciados pelo Conselho. Ajudavam pessoalmente os expedicionários a conseguir as autorizações necessárias para excursionar no país, mas com claros interesses nas coleções e estudos feitos por eles. Além disso, buscavam reconhecimento pessoal como pesquisadores ao estabelecer redes de sociabilidade e cooperação com determinados cientistas, nas suas respectivas áreas de atuação.

---

<sup>145</sup>Dossiê CFE.T.2.100. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>146</sup>Ata da 156ª reunião do CFEACB, ocorrida no dia 22 de dezembro de 1939. Arquivo CFE/Acervo Arquivo de História das Ciências do MAST.

O controle das expedições contribuiu para o desenvolvimento das pesquisas realizadas pelas instituições brasileiras e constituía uma importante fonte de conhecimento sobre o mundo natural brasileiro. No entanto, é possível perceber o constante empenho de Heloísa Alberto Torres em beneficiar o Museu Nacional, sua relação com instituições norte-americanas evidenciam isso, enquanto Bertha Lutz defendia os interesses do Museu Nacional somente quando considerava que isso era o melhor para o que ela entendia como “ciência”, empenhando-se também em manter boas relações com outras instituições científicas brasileiras, como é possível perceber já nesse primeiro processo com o qual se envolveu (LOPES, 2008). Uma versão para as ações de Berta Lutz no sentido de defender também os interesses do Museu Paulista, interessado no material científico apreendido pelo Conselho estaria relacionado ao interesse da bióloga em desenvolver pesquisas com batráquios, sua especialidade, junto a essa instituição. Com a decisão do Conselho, favorável ao Museu Nacional, Bertha viu sua tentativa de cooperação científica com o Museu Paulista frustrar-se temporariamente<sup>147</sup>.

Ao assumir a função de conselheira, a autoridade de Bertha Lutz, por conta da sua posição no CFEACB, passou a ser maior do que a que possuía como funcionária do Museu Nacional, onde ocupava um posto técnico e não de pesquisadora, e ela acabou por delimitar um espaço próprio de atuação ao estabelecer contatos com outras instituições e cientistas (LOPES, 2008). Uma forte disputa institucional permeava este conflito entre Heloísa e Bertha. O Museu Nacional lutava para manter sua hegemonia como principal instituto científico oficial do país e, naquele momento, a diretora Heloísa Alberto Torres agia como sua interlocutora, enquanto Bertha Lutz agiu de acordo com outros interesses de pesquisa, buscando ampliar seus espaços de atuação e reconhecimento externos. No ano seguinte (1941), por exemplo, Bertha foi a São Paulo para trabalhar no Museu Paulista em função de sua pesquisa sobre batráquios e da organização das coleções de seu pai, portanto, tinha interesse em manter boas relações com esse museu também. Assim, ela preferiu manter uma rede própria de relações ao invés de trabalhar somente com o Museu Nacional. Desse modo,

---

<sup>147</sup> Apesar das disputas envolvendo as duas cientistas, dentro do Museu Nacional e no CFEACB, terem tido continuidade nos anos 1940, já que ambas eram figuras emblemáticas dentro dos dois órgãos, Bertha Lutz externou seu apoio a Heloísa Alberto Torres por ocasião da campanha difamatória que esta última sofreu por parte de um grupo de servidores da instituição em 1945, insatisfeitos com algumas ações administrativas e a centralização das atividades por parte desta, o que acabou gerando um processo administrativo, cuja comissão foi liderada por Pedro Calmon. O processo acabou não tendo grande consequência e Heloísa Alberto Torres manteve-se no cargo até 1955 (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015). Na documentação consultada, sobretudo no arquivo pessoal de Heloísa Alberto Torres, o episódio não foi tratado com muita importância pela diretora. Infelizmente, o arquivo pessoal de Bertha Lutz e o arquivo histórico do Museu Nacional foram destruídos no incêndio de 2018, nos privando de outras informações sobre este ocorrido.

buscava consolidar seu nome, sua carreira e espaços de atuação. No Conselho, Heloisa Alberto Torres e Bertha Lutz eram as mais demandadas para relatar processos, principalmente aos que envolviam estudos arqueológicos, etnográficos e antropológicos, assumindo uma porção de poder significativo, por conta da importância da instituição e mesmo por conta do poder simbólico (BOURDIER,1998) adquirido por elas como primeiras conselheiras do Museu junto ao Conselho.

#### **4.5 Getúlio Vargas, indígenas e a Marcha para o Oeste (1930-1945)**

Anuncia-se uma nova marcha. É o Brasil organizado que novamente caminha para oeste, realizando seu imperialismo interno, palmo a palmo. [...] estudam-se meios mais para o início mais vigoroso da nova arremetida. Fala-se nos traçados das ferrovias que possibilitem a avançada, mas os cursos dos nossos rios, como o Amazonas, o Araguaia, o São Francisco e o Tocantins não são deslembados no exame das possibilidades de transporte. Indaga-se do material humano mais conveniente para o povoamento das zonas limítrofes, chamadas “fronteiras guaranis”. Apontam-se as riquezas que o Brasil guarda, quase virgens, pelas terras que confinam com os países do oeste. [...] A grandeza do país exige espírito bandeirante para sua própria conquista. [...] não haverá mesmo surpresa em se dizer que o Estado Novo é várias vezes bandeirante (Cassiano Ricardo. REVISTA CULTURA POLÍTICA,1941).

No campo científico, os estudos antropológicos realizados no Brasil por pesquisadores estrangeiros e nacionais adquiriram uma nova dimensão nas décadas de 1930 e 1940 diante do avanço dos projetos de colonização das regiões Centro-Oeste e Norte. A preocupação com o desaparecimento de comunidades indígenas inteiras parece ter fomentado as pesquisas e incentivado a realização de dezenas de trabalhos de campo que visavam preservar a cultura indígena de várias etnias, cujo contato com homens brancos encontrava-se em estágios diferentes, algumas em ritmo acelerado de aculturação e outras ainda com pouco ou nenhum contato. Nesse contexto, com a chegada de Vargas ao poder e o fechamento do regime com a instalação do Estado Novo, foi elaborado e posto em prática o programa *Marcha para o Oeste* em 1938, resultando daí um deslocamento de todo tipo de pessoas em busca de terras “sem dono” para plantio, criação de gado e para a prática da mineração. Esse movimento, amplamente divulgado pelo governo, resultou no extermínio ou fuga de milhares de indígenas, vítimas da desestruturação dos seus modos de vida e da omissão do poder estatal em relação à sua proteção.

A política varguista em relação aos povos indígenas foi ambígua, concebendo os índios como elemento de origem para fins de seu projeto de construção da nação, o indígena como o brasileiro por excelência, ressaltando as suas qualidades físicas, de caráter e sua importância para a marcha do progresso da nação, ao mesmo tempo em que empreendeu

políticas que, na prática, serviram para acelerar o processo de expulsão das populações autóctones dos seus territórios de origem e do seu extermínio. As principais ações neste sentido foram o esvaziamento do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o incentivo à ocupação dos territórios indígenas e a tentativa de integrar estes grupos no processo civilizatório, processo elitista, que, diga-se de passagem, era bem anterior a Vargas.

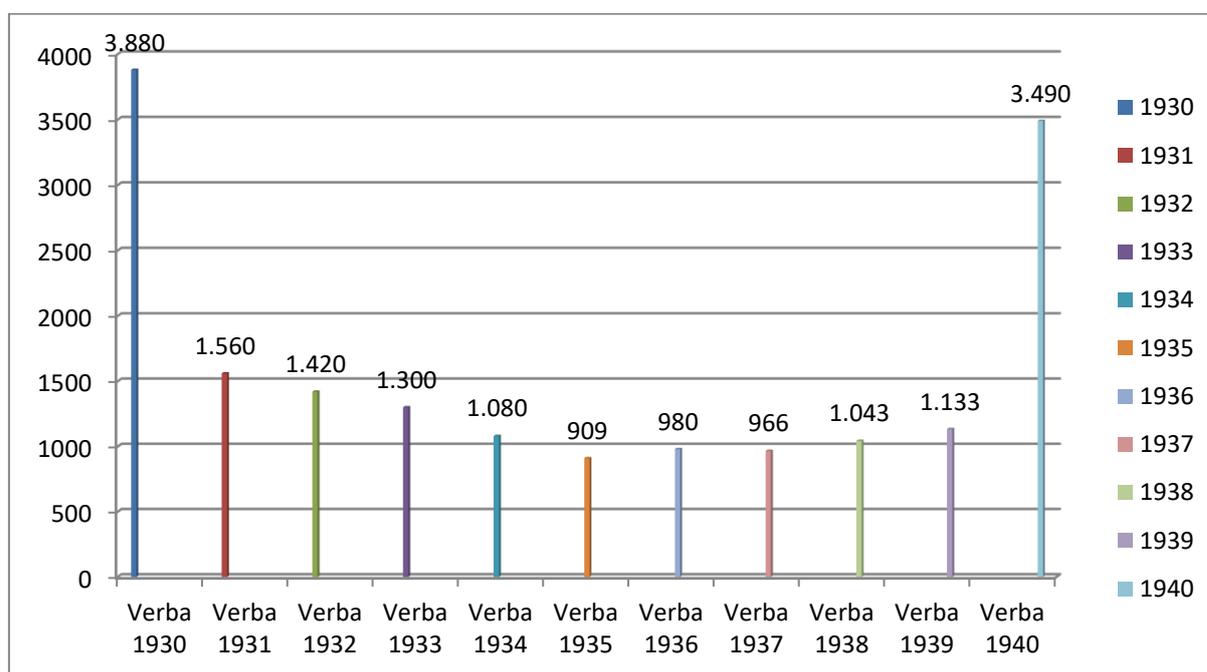
Nos primeiros anos do governo Vargas não houve avanços significativos na legislação de proteção aos indígenas e estes continuaram legalmente tutelados do Estado, estatuto que já possuíam desde o final do século XIX. A legislação não era favorável aos indígenas, pois como tutelados estes não participavam das discussões governamentais a respeito da preservação das suas terras e da sua cultura, mantendo-os como incapazes de determinar o seu próprio futuro. As instituições científicas brasileiras, por sua vez, seguiam as determinações do governo, defendendo a integração dos indígenas à civilização. Nesse sentido, nem a consolidação dos estudos antropológicos no Museu Nacional e nem a criação do CFEACB trouxeram alterações na relação entre o Estado e os povos indígenas, a primeira buscou estudar e preservar a cultura indígena, em vias de desaparecer, e a segunda apenas cuidou de regular a entrada de cientistas na região. Embora o Conselho se preocupasse com o contato entre indígenas e pesquisadores, resguardando a segurança dos dois, não aparece na documentação do órgão discussões sobre propostas alternativas que visassem a manutenção dos direitos das comunidades, em não aderir ao projeto do governo de inserção na sociedade. Na prática, o Conselho muitas vezes acabou fazendo pressão para que o SPI liberasse a entrada de cientistas em regiões consideradas perigosas. Isso gerou pontos de atrito entre os órgãos e também entre os expedicionários e o SPI no decorrer das expedições, devido a imprudências dos cientistas, do forte armamento levado por algumas expedições e o aliciamento de caboclos e indígenas da região para ultrapassar obstáculos ao contato. O Museu Nacional e o CFEACB pouco puderam fazer para defender os interesses dos grupos autóctones, por fazerem parte de um aparelho estatal autoritário, impossibilitando ações dos dois órgãos diante dos projetos de expansão da fronteira agrícola colocados em prática pelos governos federal e estadual na região.

O Serviço de Proteção ao Índio, primeiro órgão indigenista oficial do Brasil, criado através do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, para mediar a incorporação dos indígenas à sociedade nacional, de forma pacífica, voltada para a demarcação de terras e para a proteção ao índio em áreas de conflito (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015) teve, após a Revolução de 1930, as alocações do seu orçamento reduzidas à metade. Além disso, o órgão foi muito criticado por cientistas e religiosos por desmandos, corrupção e injustiças praticadas

pelos seus membros contra as populações indígenas, mesmo quando foi dirigido por Rondon. Por outro lado, fazendeiros e mineiros, criticavam o órgão por protegerem os indígenas.

No gráfico das dotações orçamentárias de 1910 a 1940 está apontada a queda de orçamento reservada para o Serviço durante boa parte do governo Vargas<sup>148</sup>, quando os aportes de verba para o funcionamento do SPI ficaram abaixo de 50%, em relação ao ano de 1930, no primeiro ano de governo, só recuperando níveis próximos no ano de 1940.

Gráfico 5 – Orçamento do SPI no Governo Getúlio Vargas -1930/1940



Fonte: Tabela elaborada por Everaldo Pereira Frade, baseada em documentos do arquivo pessoal de Heloisa Alberto Torres/Acervo IPHAN.

Desde o século XIX a elite brasileira defendeu que os povos indígenas eram um estorvo ao progresso e, a partir do início do século XX, um obstáculo à expansão das fronteiras agrícolas brasileiras, restando dois destinos a serem seguidos por eles, o extermínio ou sua incorporação à civilização. A instituição criada com o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), tinha como funções a pacificação e proteção dos grupos indígenas e o estabelecimento de núcleos de colonização com base na mão de obra sertaneja, ações que podem ser consideradas diametralmente

<sup>148</sup> Ofício-circular do chefe do SPI, Coronel Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos, para Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional. Nº 315 de 30 de dezembro de 1939. Arquivo pessoal de Heloísa Alberto Torres/Acervo IPHAN.

opostas, visto que a colonização através de ocupação de terras devolutas ou públicas, incentivou os atritos entre indígenas e colonos, trazendo, via de regra, prejuízos para os povos originários.

As regiões mais visadas pelo governo de Vargas para seus projetos de colonização foram as regiões Centro-Oeste e Norte, compostas por extenso território pouco povoado<sup>149</sup>, isolado do restante do país por conta de vários fatores, entre eles a lenta penetração da colonização, ocasionada pela falta de estradas e rios navegáveis; a presença de indígenas bravios; a política de ocupação populacional, desde a Colônia, quase exclusivamente voltada para as partes costeiras; e a falta de projetos de colonização destes espaços nos governos da Primeira República. No entanto, o isolamento vinha sendo quebrado, a região Centro-Oeste passou a ser ocupada por colonos vindos das regiões nordeste, sul e sudeste, desde o final do século XIX, situação acentuada com a Missão Rondon nas primeiras décadas do século XX ao instalar milhares de quilômetros de cabos telegráficos, mapear áreas com potencial de exploração econômica, seja ela de produção agropastoril ou mineral, e o contato e a pacificação de alguns povos indígenas.

Esse movimento em direção ao oeste do território brasileiro também atraiu dezenas de cientistas (ver cap. 1), interessados na descoberta de produtos da fauna, flora e minerais, além do contato com indígenas pouco contatados, em pleno século XX. A percepção dos antropólogos estrangeiros e brasileiros desde o final do século XIX, e também dos agentes do Estado que atuavam na região, já antevia que dificilmente os indígenas conseguiriam manter o homem branco longe dos seus territórios e que neste embate os primeiros ou seriam exterminados ou aculturados, desaparecendo da região ou perecendo em virtude da desorganização do seu *habitat*, com a crescente chegada de novos contingentes de colonos, as doenças, a violência, a instalação de fazendas e a criação de vilas e cidades. Mesmo Rondon achava inexorável a ocupação da região e apesar de buscar proteger os habitantes que ali viviam a milhares de anos acabou, com o sucesso da sua missão, colaborando para que o isolamento tivesse fim e a colonização fosse acelerada nos anos 1930 e 1940. Rondon

---

<sup>149</sup>Lévi-Strauss nos dá uma ideia da extensão da região onde ocorreu a *Marcha para o Oeste*, neste trecho do livro *Tristes Trópicos*: “Quem vive ao longo da linha Rondon facilmente se julgaria na lua. Imagine-se um território do tamanho da França, três quartos inexplorado; percorrido somente por pequenos bandos de indígenas nômades que estão entre os mais primitivos que se possam encontrar no mundo; e atravessado de ponta a ponta por uma linha telegráfica. A pista sumariamente aberta que a acompanha — a picada — fornece o único ponto de referência num percurso de 700 quilômetros, porque, se excetuam alguns reconhecimentos realizados pela Comissão Rondon ao norte e ao sul, o desconhecido começa nos dois lados da picada, admitindo-se que o seu próprio traçado não seja indiscernível no mato (LÉVI-STRAUSS, 1957: 288).

defendia a aculturação dos indígenas e sua inserção na sociedade e atuou para isso ao longo da sua carreira à frente do SPI<sup>150</sup>.

Em 1938, com a instalação do Estado Novo, já com plenos poderes de ditador, controlando a mídia e de posse de um aparelho repressivo que lhe garantiu implementar, quase sem obstáculos, diversos projetos populistas e de desenvolvimento econômico, Getúlio Vargas lançou a *Marcha para o Oeste*, projeto dirigido pelo governo para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Segundo Vargas, sob os cuidados do governo federal o potencial do sertão não mais seria desperdiçado e a extração dos preciosos recursos naturais e humanos do sertão asseguraria a prosperidade da nação. Neste cenário o indígena entraria como um capital humano importante para o desenvolvimento do Oeste, desde que se tornasse civilizado. Sem mesmo serem ouvidos, os índios receberam o papel de formadores da nação e de trabalhadores (GARFIELD, 2000). Para integrar os indígenas ao seu projeto e garantir a sua sobrevivência e colaboração, Vargas prometeu demarcar suas terras, tal como estabelecido pela Constituição Federal de 1937, conquanto os indígenas deixassem o seu nomadismo e se fixassem na terra. No entanto, a realidade foi diferente e as comunidades indígenas tiveram seus direitos, de ocupação da terra que ocupavam a milhares de anos, seguidamente ameaçados e desrespeitados tanto pelos colonos invasores, quanto pelo Estado.

No ponto alto da sua campanha de propaganda da *Marcha para o Oeste*, Getúlio Vargas visitou o território dos Xerente em 1940, sendo recebido com festas e rituais, devidamente aproveitadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda para exaltar a figura do ditador. Para o evento foi escolhida uma comunidade pacificada, onde foi construída uma pista de aviação, num cenário onde tudo foi devidamente preparado para a elaboração de uma peça publicitária de exaltação do “pai dos pobres” ou de “grande chefe”. O presidente assistiu ao hasteamento da bandeira e o toque do hino nacional, encerrando o passeio com um bebê indígena no colo, no seio da grande floresta. A propaganda foi divulgada em todo o país, alcançando grande repercussão por onde foi exibida (GARFIELD, 2000).

Além da visita aos indígenas, a campanha publicitária de Vargas também contou com um nome de peso que dispensava apresentação quando o assunto era o trato com os povos autóctones, Cândido Mariano Rondon, que se tornou um apoiador entusiasmado da ocupação

---

<sup>150</sup> O posicionamento de Rondon, fruto da sua formação positivista, defendia a inserção do indígena na sociedade por acreditar que o contato com a “civilização” traria o progresso para as comunidades e os auxiliaria a ultrapassar seu estado primitivo. A postura de Rondon era reconhecida pelos antropólogos, etnógrafos e autoridades desde o início da sua atuação na Missão Rondon na década de 1910. Em 30 de agosto de 1912, por exemplo, Edgar Roquette-Pinto, em pleno estudo de campo junto aos Nhambiquaras no Mato Grosso, recebeu carta do ministro da Agricultura, Pedro Manuel de Toledo, onde o mesmo elogiava Cândido Rondon, tratando-o como um herói no trato com os indígenas e infatigável na missão de trazer o índio para a “civilização”. Arquivo pessoal de Edgar Roquette-Pinto/Acervo ABL.

do interior. Positivista ortodoxo, junto com seus colegas ideólogos no SPI, Rondon acreditava no progresso inevitável das sociedades como evolução dos chamados estágios de primitivismo ao racionalismo científico ou “positivo”. Nesse pensamento, a cultura e identidade indígenas eram vistas como transitórias – um estágio evolutivo que teria como último degrau o desaparecimento do modo de vida, nômade e arraigado à natureza, do indígena, miscigenado ao homem branco e integrado à civilização (GARFIELD, 2000).

Primeiro diretor do SPI, estabelecido em 1910, Rondon entusiasmou-se com a atenção do Estado Novo para com os índios e seus "problemas". Após o golpe de 1930, quando as alocações do orçamento para o SPI foram reduzidas à metade, o órgão procurou cair nas boas graças do regime. No entanto, somente em 1944, já no fim da ditadura varguista, o orçamento anual do SPI iria aumentar, tornando-se o segundo mais alto dos 35 anos de sua história. Prezando os índios e o seu valor ideológico para o Estado Novo, Vargas nomeou Rondon diretor do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), um órgão criado em 1939 para promover a conscientização pública sobre a cultura indígena e a política estatal (GARFIELD, 2000).

Por outro lado, o viés ideológico da campanha de Vargas foi elaborado por vários intelectuais, através da imprensa, de publicações oficiais e da participação em órgãos de propaganda estatal. O principal nome desse grupo foi o de Cassiano Ricardo<sup>151</sup>. O escritor e jornalista paulista traçou umalinha para o avanço em direção ao oeste partindo da ação dos bandeirantes, apontados como responsáveis pela nossa formação social nos séculos XVII e XVIII, e pela industrialização de São Paulo. Nesse sentido, o Estado Novo assumiria o papel das bandeiras, e, através de um governo forte, seria capaz de conquistar e a consolidar seu próprio território a partir de um “espírito de união”, pois só assim o Brasil “se veria livre de povos estrangeiros que poderiam cobiçar e até mesmo se apoderarem dos grandes espaços”. Nesse sentido Cassiano Ricardo ressaltou seu ponto de vista, dizendo que o Estado Novo é bandeirante “no apelo às origens brasileiras; na defesa das nossas fronteiras espirituais contra quaisquer ideologias exóticas e dissolventes da nacionalidade; no espírito unitário, um tanto antifederalista; e na soma de autoridade conferida ao chefe nacional” (RICARDO, 1941).

---

<sup>151</sup>Cassiano Ricardo nasceu em São José dos Campos em 26 de julho 1894 e morreu em 14 de janeiro de 1974. Jornalista, poeta e ensaísta, foi representante do movimento modernista de forte tendência nacionalista. Além disso, esteve associado aos grupos *Verde-Amarelo* e da *Anta*, na década de 1920, junto com Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, Cândido Motta Filho, Alfredo Élis (filho) e Raul Boppe, entre outros. Foi o fundador do grupo da *Bandeira*, também com Menotti Del Pichia e Cândido Motta Filho. Em 1937 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Apoiou o governo Vargas já em 1934. Trabalhou como diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DIP) e diretor do Departamento Cultural da Rádio Nacional e do jornal *A Manhã* (Suplemento literário – Jornal “A Manhã”. Rio de Janeiro, 04 de julho de 1943).

A propaganda produzida pelo Estado Novo e pela ideologia de Cassiano Ricardo incentivou diversos projetos de expedição, atraindo vários cidadãos paulistas. Um entusiasta da *Marcha para o Oeste* foi o jornalista paulista Willy Aureli, organizador da Bandeira Piratininga. Velho conhecido do Conselho, e bastante criticado por este e pelos pesquisadores do Museu Nacional, Aureli conseguiu organizar diversas expedições ao longo de quase trinta anos. Suas viagens, amplamente cobertas por vários jornais paulistas, tiveram uma forte conotação midiática e quase nenhuma ação científica. A documentação do Conselho, relativa às expedições empreendidas por Willy Aureli, mostram que em princípio ele representava os interesses da elite paulista, inclusive essa foi a fonte do financiamento das viagens, solicitadas através de anúncios de jornais. As “bandeiras”, conjunto de viagens ao interior do Brasil organizadas na capital de São Paulo, tinham como objetivo restaurar a imagem do Estado de São Paulo, arranhada com a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932 e mostrar que o estado continuava sendo o motor da economia do país, principalmente por causa da sua produção industrial e agrícola. Nesse sentido, as “bandeiras” buscariam prospectar novos territórios para a produção agropastoril, se antecipando à *Marcha para o Oeste* posta em prática por Getúlio Vargas em 1938. Embora não pudessem aprisionar indígenas, as expedições procurariam o contato com as comunidades indígenas para utilizá-las nas suas ações de propaganda. Exemplo disso ocorreu em 1938 quando Aureli, em uma das viagens da Bandeira Piratininga, levou para São Paulo dois indígenas da etnia Carajá, que foram apresentados, devidamente vestidos, para o então interventor Ademar de Barros e para integrantes da elite paulistana (MAST, 2012).

Em algum momento entre 1934 e 1937, Willy Aureli aproximou-se do governo federal e passou a apoiá-lo e também a ser apoiado por ele. Isso explicaria a sua liberdade de ação, sempre conseguindo as licenças para a realização das expedições e para entrar nas comunidades indígenas, mesmo cometendo diversas irregularidades, tais como portar forte armamento, entrar em conflito com indígenas e deslocar indivíduos para a cidade com fins de exibição. Apesar da oposição do Conselho e das críticas dos pesquisadores do Museu Nacional, Aureli conseguiu dar continuidade às suas atividades, adquirindo uma certa notoriedade em São Paulo, onde publicou diversos livros e reportagens nos jornais da capital destacando o caráter aventureiro das suas viagens. Por fim, os conhecimentos adquiridos pela Bandeira Piratininga podem ter sido úteis ao governo federal no preparo do lançamento da campanha da *Marcha para o Oeste*, lançada coincidentemente na mesma região que Aureli tinha feito várias viagens, nas cercanias da Ilha do Bananal/MT, local que Getúlio Vargas e o DIP escolheram para visitar e para realizar sua peça publicitária.

Os resultados da ocupação de terras da região central do Brasil e a política indianista de Vargas são conhecidos por provocar a expulsão dos indígenas das suas terras milenares, sua aculturação e quase o seu extermínio<sup>152</sup>. Os cientistas, que desde o final do século XIX previram o fim trágico das comunidades indígenas na região, tiveram papel relevante por estudar as culturas indígenas antes que elas desaparecessem. Por fim, o Museu Nacional exerceu uma função importante por atuar junto com os antropólogos e etnógrafos, dando o apoio, na medida do possível, para que esses desenvolvessem a sua pesquisa e contribuíssem para aumentar o conhecimento sobre a população indígena.

#### **4.6 Expedições de cientistas estrangeiros no Brasil (1930-1945)**

O interesse de cientistas estrangeiros pelo Brasil foi intensificado durante a Primeira República (1889/1930) e prosseguiu ao longo do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), estando relacionado tanto com os interesses econômicos das nações industrializadas na disputa do mercado consumidor brasileiro, quanto com a busca pelo conhecimento científico propriamente dito. Conhecer o país passou a ser importante para os países que buscavam vender seus produtos manufaturados e disputavam espaço com a Grã-Bretanha. Durante as primeiras décadas do século XX, os Estados Unidos e a Alemanha<sup>153</sup> passaram a dominar parte considerável do mercado consumidor brasileiro, substituindo paulatinamente a Grã-Bretanha como fornecedora de produtos industrializados, mediante a crescente superioridade industrial que apresentaram no período (SINGER,1997). O fluxo das expedições científicas e culturais também seguiu esta tendência, com os Estados Unidos e a Alemanha sendo responsáveis pela maior parte dos pedidos de licença para expedições registradas com a criação do CFEACB em 1933, superando ingleses e franceses. Por outro lado, importantes instituições de pesquisa investiram em projetos no Brasil, visando a descoberta de plantas para a cura de doenças, os estudos indígenas para embasarem suas teorias antropológicas e

---

<sup>152</sup>Um exemplo entre centenas de caso de violência contra os indígenas, foi relatado por Manoel de Salles Perna, delegado do Conselho, para Heloísa Alberto Torres, em 31 de agosto de 1940. Em carta ele informou que no município de Pedro Afonso/GO, índios da etnia *Craô*, foram brutalmente assassinados por fazendeiros. Na carta ele pedia que Heloísa informasse às autoridades para a tomada das devidas providências. Esse tipo de relato era comum e o fato de ter sido endereçado para Heloísa Alberto Torres destaca o papel do Museu Nacional como instituição referência na defesa dos grupos indígenas. Arquivo pessoal de Heloísa Alberto Torres/Acervo IPHAN.

<sup>153</sup> O fornecimento de produtos industrializados norte-americanos e alemães ao Brasil, que não ultrapassava de 12% a 13% por cento nas últimas décadas do século XIX, cresceu durante a Primeira República para 24% em 1902/1904, 30% em 1908/1912, 45% em 1920 e 39% em 1928 (SINGER, 1997). Essas cifras, somadas a de outros países exportadores, mostram mudanças importantes na economia brasileira, tais como o fim da hegemonia britânica e o crescimento da influência de novas potências industriais sobre o Brasil.

uma imensa gama de possibilidades que pudessem auferir fama e/ou riquezas para os cientistas e seus patrocinadores.

O governo Vargas, diante da ascensão das duas poderosas nações procurou manter a neutralidade e boas relações com ambas, mesmo porque integrantes do grupo político que dirigia o país dividiam a sua admiração entre uma e outra potência. Por outro lado, com a criação do Conselho, para a ciência ser praticada pelos expedicionários estrangeiros, esses tiveram que seguir alguns trâmites, tais como informar os locais de pesquisa, estabelecer intercâmbios com instituições nacionais e solicitar licenças de exportação de objetos, por exemplos, que necessitavam do estabelecimento de uma relação política que envolvia vários agentes.

Foi nesse campo das relações políticas, que antecedia e/ou acompanhavam as expedições, que o Museu Nacional se moveu, demonstrando desenvoltura, articulação com os vários agentes envolvidos, ora se comunicando com embaixadas, com órgãos nacionais de segurança ou de proteção, ora diretamente com expedicionários e também com instituições científicas. A posição privilegiada do Museu Nacional, construída a partir ação de seus servidores na construção do aparato estatal de controle e fiscalização de diversas atividades ligadas ao meio ambiente, no governo Vargas, proporcionou à instituição incrementar seu já imenso acervo, ligado a áreas de conhecimento estratégicas para o progresso do país, tais como a prospecção de produtos com potencial econômico e os estudos antropológicos, fatores que trouxeram um aumento substancial do seu reconhecimento internacional, colocando-a, guardadas as devidas proporções, num mesmo patamar de importância que às suas congêneres, *status* nunca antes alcançado, no que tange aos estudos indígenas, pelo menos. A postura das representantes do Museu Nacional seguiu as diretrizes da política externa brasileira e, no âmbito do CFEACB, no trato direto com os expedicionários estrangeiros, não discriminou as expedições com base na sua nacionalidade.

A atuação de cientistas estrangeiros no Brasil esteve vinculada basicamente a duas áreas, a primeira voltada às pesquisas biológicas<sup>154</sup>, relacionada a plantas, animais e minerais que pudessem ser rentáveis, feita em associação com instituições brasileiras, e as pesquisas sociais, vinculadas aos estudos antropológicos. Esta última, com a ocupação crescente de terras indígenas, anteriores à *Marcha para o Oeste*, mas acelerada pela política governamental de ampliação das fronteiras agrícolas, foi intensificada por antropólogos estrangeiros que buscaram preservar as culturas das comunidades indígenas em vias de extinção. Essa ação,

---

<sup>154</sup> Sobre as medidas protetivas voltadas para a pesquisa biológica, ramo das ciências naturais em alta nas primeiras décadas do século XX, ver Duarte (2010),

denominada de etnografia de resgate, teve como principais incentivadores os antropólogos Franz Boas e Robert Lowie, ambos vinculados a universidades norte-americanas, e Heloísa Alberto Torres do Museu Nacional, que organizaram trabalhos de campo para o estudo de diversas etnias indígenas do Mato Grosso e Pará. Apesar dos três cientistas citados não terem participado diretamente de expedições de cunho etnográfico, eles trabalharam na retaguarda de pesquisas importantes levadas a cabo por antropólogos com o Charles Wagley, Willian Liping, BuellQuain e, principalmente, Curt Nimuendajú, que recolheram informações e coletaram artefatos indígenas que alimentaram as coleções etnográficas de diversas instituições de pesquisa e museus. No mesmo contexto, destacaram-se também as duas viagens do franco-belga Claude Lévi-Strauss, entre 1935/1936 e 1938/1939, para a serra do Norte/MT<sup>155</sup>. Com a escalada de violência na Europa, os cientistas e cidadãos alemães passaram a ser vistos com desconfiança, ao mesmo tempo em que os norte-americanos buscavam uma maior aproximação com o Brasil. Com a declaração de guerra contra a Alemanha em 1942, os cientistas oriundos dos países pertencentes ao Eixo foram proibidos de virem para o país e os que estavam aqui passaram por processos de extradição e alguns foram presos. Os cientistas norte-americanos continuaram a atuar no Brasil e mesmo aprofundaram seus estudos, estabelecendo diversos acordos de cooperação acadêmica com as instituições científicas brasileiras.

Em relação às expedições alemãs, elas foram mais numerosas a partir da década de 1920, diante do grande desenvolvimento científico e acadêmico experimentado pela Alemanha, fator que fez aumentar o seu interesse pelo Brasil. A estreita relação entre os dois países, tanto no campo comercial, quanto no científico e cultural, incluindo acordos de exportação e importação de produtos, gerou um intenso intercâmbio científico que envolveu a criação de revistas e de associações científicas conjuntas, a participação de cientistas brasileiros em congressos na Alemanha e de alemães no Brasil, além da vinda de professores para assumir cadeiras na Universidade de São Paulo (USP) e na Escola Paulista de Medicina (JULIÃO, 2015, p. 4). Essa boa relação política, econômica e cultural atraiu as instituições científicas, museus e zoológicos alemães, incentivando novas expedições científicas ao Brasil nas décadas de 1930 e 1940.

Inicialmente os alemães eram vistos com simpatia por integrantes do governo brasileiro, aspecto que teria facilitado a vinda um grande número de cientistas em busca dos imensos recursos naturais a serem pesquisados. Isso é reforçado pelo fato de que a Alemanha

---

<sup>155</sup> Dossiê CFE.T.2.054. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

estaria impedida de explorar outros espaços após a derrota na 1ª Guerra Mundial. Ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, os alemães adentraram o território brasileiro, através de expedições licenciadas e não licenciadas, procurando contatos com os povos originários, observar a fauna e a flora, conhecer nossa geografia, prospectar minérios, entre outros objetivos. A partir do começo da Segunda Guerra em 1939, a situação dos alemães começou a se alterar e passaram a ser acusados de estarem no país, empenhados em arregimentar seguidores para o Terceiro Reich nas colônias alemãs por aqui espalhadas. Com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em 1942, os viajantes alemães foram impedidos de se dirigirem para cá e os cientistas que aqui estavam tiveram suas pesquisas interrompidas e seu material apreendido, além de serem deportados ou presos (JULIÃO, 2015).

Apesar das simpatias iniciais de membros do governo pelo regime político alemão<sup>156</sup>, liderado por Adolf Hitler, as relações entre os cientistas alemães, que visitaram o Brasil entre 1934 e 1942 e o CFEACB, seguiram os trâmites normais da burocracia impostos pela legislação, não havendo nenhuma facilidade por parte do Conselho às solicitações alemãs e a maior parte dos pedidos foi aprovada sem problemas. No entanto, em alguns casos as relações entre os expedicionários e o Conselho foram bastante conflituosas, chegando a situações extremas, acarretadas por diversos fatores, ligadas ora à política, ora à ciência. Para discutir as nuances da relação entre alemães e brasileiros, destaquei, entre vinte e um pedidos de licença, três casos que identificam a postura do Estado brasileiro a favor ou contra a presença de cientistas alemães no país, relacionada à política internacional antes e durante a segunda guerra. São eles: 1) a expedição liderada por Otto Schulz-Kampfhenkel, entre 1935 e 1938; 2) a atuação prolongada de Curt Nimuendaju entre os indígenas do Brasil, desde a década de 1910; 3) e, por fim, a prisão de Adolf Schneider<sup>157</sup> e seu assistente Helmut Sick<sup>158</sup> em 1942.

No primeiro caso analisado, destacamos a solicitação do expedicionário Otto Schulz-Kampfhenkel, jovem estudante de ciências naturais, para realização de viagem para as bacias dos rios Jari e Purus, no Pará<sup>159</sup> com o intuito de estudar povos indígenas, a fauna e a flora, aparentemente utilizando recursos próprios. O Conselho após analisar a documentação

---

<sup>156</sup> Um dos mais conhecidos colaboradores de Getúlio Vargas foi Filinto Muller. Na condição de chefe de Polícia, Muller não vacilou em mandar matar, torturar ou deixar apodrecer nos calabouços da DESP suspeitos e adversários declarados do regime pró-nazista, manteve através de sua delegacia um intercâmbio, reconhecido pelo governo brasileiro, com a Gestapo – a polícia secreta de Hitler – que incluía troca de informações, técnicas e métodos de interrogatório (SCHAWRCZ; STARLING, 2015).

<sup>157</sup> Dossiê CFE.T.2.097. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>158</sup> Dossiês CFE.T.2.129 e CFE.T.2.175. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>159</sup> Dossiê CFE.T.2.039. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

preenchida pelo expedicionário, diante da falta de referência acadêmica do postulante à expedição, da ausência de chancela de instituições científicas alemãs e da falta comprovada de objetivos claros sobre a viagem, num procedimento normal, acabou indeferindo o pedido. A partir da negação da licença, o processo tomou uma direção que acabou por testar os limites do recém-criado órgão, que teve sua decisão questionada pelo peticionário, com mobilização da opinião pública a favor dos alemães, das embaixadas e de figuras do governo brasileiro.

O expedicionário, recém-chegado a Belém/PA, recorreu ao consulado alemão, e este, por sua vez, se reportou às autoridades brasileiras solicitando a licença. O Ministério das Relações Exteriores brasileiro entrou em contato com o Conselho e com a conselheira Heloísa Alberto Torres, relatora do processo, pressionando pela liberação do pedido. Após um imbróglio que durou mais de um mês, foi acertada a licença, após parceria firmada entre o *Kaiser Wilhein Institut* e o Museu Nacional, a viagem foi aprovada. Uma última exigência foi apresentada pelo Conselho, a presença de um representante brasileiro junto à expedição. Esse pedido, que constava do regulamento, também não foi aceito e a expedição seguiu caminho. A viagem ocorreu cheia de percalços, incluindo a queda de um avião monomotor, que veio desmontado no navio que trouxe o alemão, e a morte de um dos integrantes da expedição, por malária (JULIÃO, 2015). Após o retorno da expedição, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, foi recolhido um farto material científico, incluindo, além de exemplares da flora, fauna e minerais, um conjunto significativo de artefatos indígenas, fotografias e gravações de cantos indígenas. Pelo regulamento, o material deveria ser dividido e as fotos e gravações deveriam ser copiadas e entregues ao Conselho. A exigência da divisão do material coletado criou um novo impasse entre o CFEACB e o expedicionário, fazendo com que o material ficasse retido no porto de Belém. Novamente a diplomacia alemã interveio fazendo forte pressão pela liberação da carga, sem efetuar a divisão. A estratégia surtiu efeito e o governo brasileiro, em flagrante desrespeito à legislação vigente, reforçou o pedido de licença de exportação na sua totalidade, contrariando o Conselho. Esse caso é o mais paradigmático nas relações entre o Brasil e a Alemanha antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, evidenciando a influência da política internacional alemã sobre integrantes do governo brasileiro, em prol da defesa dos interesses dos cidadãos de seu país. A realização da expedição, infringindo diversos artigos da legislação, foi o principal teste enfrentado pelo Conselho, e este saiu arranhado na sua autoridade por pressões de quem lhe deu a incumbência de realizar a fiscalização das viagens, no caso o governo brasileiro<sup>160</sup>.

---

<sup>160</sup>Como informação complementar, embora não apareça na documentação do Conselho referências sobre o real motivo da viagem, o posicionamento do governo alemão, apoiando uma expedição sem finalidades claras e

Outros dois processos que passaram pelo Conselho, envolvendo cientistas alemães, também se tornaram problemáticos sob o ponto de vista da política internacional. Se no primeiro caso as simpatias ou boas relações do governo brasileiro com o 3º Reich pressionaram o Conselho para liberar licenças e exportação de material científico, nos outros dois casos, que passo a destacar, a pressão do governo foi no sentido inverso. Com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo (1942), a situação de cientistas de nacionalidade alemã e de países do Eixo ficou bastante complicada. Foram os casos dos alemães, o etnógrafo Curt Nimuendajú<sup>161</sup> e do zoólogo Adolf Schneider<sup>162</sup> e seu assistente, o ornitólogo Helmut Sick<sup>163</sup>, ambos ocorridos após a declaração de guerra do Brasil ao Eixo em 1942.

A declaração de guerra do Brasil à Alemanha atingiu Curt Nimuendajú durante mais um dos seus inúmeros trabalhos de campo, relacionados às pesquisas que desenvolvia junto a comunidades indígenas em várias partes do país desde a década de 1920, durante uma viagem na região amazônica. Apesar de possuir nacionalidade brasileira e reputada carreira como etnógrafo e antropólogo, atuando em pesquisas e fornecimento de artefatos indígenas para diversas instituições, entre elas a Universidade da Califórnia e o Museu Nacional (MELLO-LEITÃO, 1941, p. 339), o pesquisador foi ameaçado de extradição pelo governo brasileiro. O CFEACB foi chamado a opinar, e após várias considerações por parte do Conselho, onde o fator preponderante para a sua defesa foi o histórico de colaborações com diversas instituições científicas brasileiras, decidiu-se por vincular Nimuendajú como colaborador do Museu Nacional, chancela dada por Heloísa Alberto Torres, já diretora da instituição, saída que possibilitou a continuidade das suas pesquisas, mesmo sob a desconfiança das autoridades brasileiras<sup>164</sup>.

---

comandada por um jovem inexperiente em atividades científicas, mas com uma certa experiência em vôos aéreos, suscitou teorias de um possível estudo sobre o potencial mineral brasileiro, visto que, na região percorrida pela expedição, vale do rio Jari, décadas depois, seria encontrada uma grande jazida de minério de ferro. "Pela primeira vez, a suástica de um avião alemão será vista sobre a foz do Amazonas", escreveu na manchete de 14 de outubro de 1935 o jornal *"Westfälische Landeszeitung"*, da cidade de Dortmund/ALE. Por fim, o material científico recolhido pelos alemães foi transformado num documentário exibido nos cinemas alemães, com muito sucesso, até os anos iniciais da guerra. (Sobre esse assunto, ver: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/08/cruz-nazista-amazonia-expedicao-jari-amapa.htm>.)

<sup>161</sup> Dossiê CFE.T.2.027. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>162</sup> Dossiê CFE.T.2.097. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>163</sup> Dossiês CFE.T.2.129 e CFE.T.2.175. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>164</sup> Atas de reunião (1942). Dossiê CFE.T.1.011. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

No caso de Adolf Schneider e de seu assistente, Helmut Sick, o desfecho não foi favorável para os pesquisadores. No Brasil desde 1937, os cientistas estavam licenciados para pesquisas no Rio de Janeiro e Espírito Santo, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, jogando suspeição sobre todos os súditos do 3º Reich que aqui viviam. Mesmo sendo os cientistas chancelados pelo Museu Nacional e colaboradores do setor de Zoologia do Museu, foram proibidos de continuar o seu trabalho. Apesar do apoio recebido do Conselho e do Museu Nacional, Schneider foi imediatamente preso e deportado, enquanto Sick<sup>165</sup> manteve as suas atividades no Espírito Santo, de forma clandestina, por mais tempo. Capturado pelas autoridades por estar clandestino e por suspeita de estar cooptando indivíduos da comunidade imigrante alemã para a causa nazista, permaneceu preso até 1944 junto a outros cidadãos de origem alemã, primeiro na Ilha das Flores/RJ e depois na Ilha Grande/RJ. Todo o material apreendido desses dois últimos pesquisadores foi recolhido pelo Conselho e depois enviado ao Museu Nacional, passando a integrar o acervo da instituição.

O Museu Nacional manteve boas relações com os cientistas alemães, excetuando a primeira expedição relatada, onde poucos contatos foram feitos, os demais foram colaboradores na coleta de artefatos indígenas, no caso de Niemandaju<sup>166</sup>, e de pesquisas de identificação da fauna, realizadas por Schneider e Sick. Após a declaração de Guerra do Brasil à Alemanha, a instituição tentou defender o trabalho dos colaboradores, alegando que eles tinham reputação acadêmica comprovada e que não estavam envolvidos em atividades políticas, o que ficaria comprovado após a guerra. Entretanto, se teve sucesso em relação a Nimuendajú, autorizado pelo governo a permanecer trabalhando no Brasil, com os outros alemães não teve a mesma sorte, ocorrendo o impedimento de pesquisas e a repressão dos os cientistas. Schneider, deportado, acabaria morrendo de fome na Alemanha em 1945 e Sick<sup>167</sup> acabou ficando dois anos preso no Brasil<sup>168</sup>. A partir de 1942 os cientistas alemães foram proibidos de vir para o Brasil e com as dificuldades da guerra também não ocorreria

---

<sup>165</sup> As relações entre Schneider e Sick se deterioraram após a chegada ao Brasil e acabou acontecendo o rompimento entre os dois. Na documentação consultada não consegui entrever os motivos, mas o fato é que Sick passou a fazer pesquisas sozinho na região serrana do Espírito Santo, onde foi acolhido pela colônia alemã ali localizada. Posteriormente foi localizado e preso por estar fazendo pesquisa clandestina. Dossiê CFE.T.2.097. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>166</sup> No arquivo pessoal de Heloisa Alberto Torres está conservada extensa correspondência dela com Curt Niemandajú, onde conseguimos extrair informações sobre a relação do etnógrafo com o Museu Nacional, além de aspectos do seu trabalho de campo. Arquivo pessoal de Heloísa Alberto Torres/Acervo IPHAN.

<sup>167</sup> Helmut Sick continuou sua carreira no Brasil, atuando na Fundação Brasil Central e como pesquisador e professor pelo Museu Nacional a partir da década de 1950. Arquivo pessoal de Helmut Sick/ Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>168</sup> Arquivo pessoal de Helmut Sick/ Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

novos pedidos de licença, exceto Nimuendajú, colocado sob vigilância, apesar da vinculação com o Museu, continuaria fazendo suas pesquisas até 1945, ano do seu falecimento.

Em relação às expedições francesas, destacaram-se as duas viagens do franco-belga Claude Lévi-Strauss, entre 1935/1936 e 1938/1939, para a serra do Norte/MT<sup>169</sup>, em parceria com o Departamento de Cultura de São Paulo, na primeira não houve entraves burocráticos à expedição. No entanto, durante a preparação da segunda viagem, o Conselho agiu de forma mais restritiva, impondo um delegado designado pelo Conselho, ao mesmo tempo representante do Museu Nacional<sup>170</sup>, que deveria seguir com a expedição, às custas dos organizadores. Além dessa medida, antes de emitir o parecer final e conceder a licença, o Conselho deveria consultar o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). O SPI inicialmente se posicionou contrário ao contato dos expedicionários com os indígenas. Ambas as propostas desagradaram o pesquisador francês, preocupado com a demora na tramitação do pedido e o aumento dos custos da viagem. Apesar de ter dado as duas sugestões, a conselheira Heloísa Alberto Torres se prontificou a intermediar a liberação por parte do SPI. No final do processo a expedição conseguiu a licença, não se livrando, porém, de levar o delegado indicado pelo Conselho, após diálogo com Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, que acabou assumindo as despesas do representante do Conselho. Lévi-Strauss conseguiu coletar um grande número de objetos indígenas, sem, no entanto, dividir com o Museu Nacional, como previa o regulamento, preferindo fazer a divisão entre o Museu Paulista e o Museu do Homem de Paris, gerando novamente animosidades entre ele, o Conselho e o Museu<sup>171</sup>.

A partir das primeiras décadas do século XX, à semelhança da Alemanha, os Estados Unidos foram aumentando os seus investimentos financeiros no Brasil, passando a rivalizar com a Inglaterra também em relação à venda de produtos industrializados. A essa entrada de

---

<sup>169</sup> Dossiê CFE.T.2.054. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

<sup>170</sup> O nome escolhido para acompanhar a expedição de Lévi-Strauss foi o do estudante de Antropologia Luiz de Castro Faria, recém ingressado no Museu Nacional (FARIA, 2011).

<sup>171</sup> A título de curiosidade e informação, Lévi-Strauss relatou no seu célebre livro *Tristes Trópicos*, lançado na França em 1955, a situação vivida por ele em uma das suas viagens ao Brasil, quando foi detido por causa do não atendimento da regulamentação imposta pelo CFEACB. Deixo por conta das suas próprias palavras: “mal subi a bordo, um comandante da marinha brasileira em uniforme de gala, acompanhado de dois fuzileiros navais de baioneta calada me faz prisioneiro na minha cabina. Aí, foram necessárias quatro ou cinco horas para elucidar o mistério: a expedição franco-brasileira que eu dirigira durante um ano estava obrigada à divisão das coleções entre os dois países. Essa partilha devia ser feita sob a fiscalização do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que imediatamente notificara todos os portos do país: tenebrosos projetos, eu tentasse escapar do país com um carregamento de arcos, flechas e penachos excedendo a parte atribuída à França, deviam deter-me, custasse o que custasse. Acontecia, porém, que, na voltada expedição, o Museu do Rio mudara de ideia e decidir aceder a parte brasileira a um instituto científico de São Paulo” (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 24). Aqui fica evidenciada a força que o Conselho tinha e exercia sobre os expedicionários que não obedeciam às suas regras.

capitais, seguiu-se também o interesse das instituições científicas de conhecerem o meio natural brasileiro, ainda pouco explorado. Entre os objetivos dos viajantes norte-americanos, destacaram-se viagens científicas, produção de filmes documentários e pesquisas sociológicas e antropológicas. Para além das expedições, os Estados Unidos vinham estabelecendo diversos acordos de cooperação técnica e científica com instituições brasileiras nas áreas de agricultura, produção mineral, medicina tropical, produção animal, entre inúmeros outros (SÁ, 2020). Estes intercâmbios, geralmente celebrados entre instituições científicas ou governamentais, dispensavam a solicitação dos pedidos de licença junto ao CFEACB, indicando que as expedições norte-americanas podem ter sido em número bem maior.

Os pedidos de licença por parte de cidadãos e instituições norte-americanas entre 1934 e 1945, representaram quase a metade de todos os pedidos analisados pelo Conselho no período, atestando as boas relações comerciais e científicas entre os dois países. Nos anos 1930 e 1940 a aproximação se acentuou<sup>172</sup> por conta da Política da Boa Vizinhança, programa posto em prática pelos Estados Unidos para ampliar a influência econômica, cultural, científica etc. com os países latino-americanos, visando conter outras potências concorrentes na região, tais como a Inglaterra, França e a Alemanha. Mais tarde, a partir de 1942, a relação entre o Brasil e os Estados Unidos ficou mais forte por conta da participação do Brasil na guerra. Entre as viagens de caráter científico, destacamos as dos antropólogos Charles Wagley<sup>173</sup>, William Lipkind<sup>174</sup> e Buell Quain<sup>175</sup>, e da socióloga Ruth Langes<sup>176</sup> esses cientistas fizeram parte de intercâmbios estabelecidos entre universidades norte-americanas e o Museu Nacional.

Embora o Museu Nacional procurasse manter um bom relacionamento com os cientistas estrangeiros, sem a discriminação da nacionalidade, o tratamento dispensado aos norte-americanos se enquadrava em bases bem mais sólidas, com o Museu dispensando, principalmente na gestão de Heloísa Alberto Torres, uma atenção muito grande ao desenvolvimento das viagens feitas por pesquisadores dos Estados Unidos. A fim de escapar do controle do CFEACB, alguns cientistas estrangeiros, destacando-se os norte-americanos, se associaram a instituições brasileiras. Dessa forma, as expedições eram consideradas isentas

---

<sup>172</sup> Dossiê CFE.T.2.116. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>173</sup> Dossiê CFE.T.2.105. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>174</sup> Idem

<sup>175</sup> Ibidem

<sup>176</sup> Dossiê CFE.T.2.116. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

da fiscalização do Conselho, conforme o Regulamento<sup>177</sup>. O apoio do Museu facilitou o bom andamento de diversas de pesquisas, dando inclusive suporte material para as expedições antropológicas norte-americanas. Em contrapartida, foram assinados vários intercâmbios científicos importantes, possibilitando a troca ou empréstimos de coleções, a ida de pesquisadores brasileiros para a realização de cursos e a aceitação de alunos para fazer o doutorado.

Esse bom relacionamento entre o Museu Nacional e as instituições norte-americanas foi reforçado por Heloísa Alberto Torres, ao recepcionar pesquisadores nas dependências da instituição e manter uma correspondência regular, profissional e afetiva com vários deles. Além disso, sempre que podia, Heloisa intermediava pedidos das instituições junto ao CFEACB, afiançando as ações destas como confiáveis, desde os tempos de conselheira. Como exemplos dessa boa relação, foram o caso, discutido na reunião do Conselho<sup>178</sup> de 25 de janeiro de 1937, sobre o recebimento de material científico coletado na expedição paleontológica dos cientistas Theodore White e Llewellyn Price<sup>179</sup>, vinculados à Universidade de Harvard, pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Bahia, apreendido temporariamente pelo delegado de São Paulo. Nessa ocasião, os cientistas solicitavam permissão para exportar, a totalidade do que coletaram, para os Estados Unidos, contrariando uma das regras do Conselho.

A análise do pedido dos cientistas estadunidenses foi feita por Heloísa Alberto Torres, que defendeu a liberação total do material, ressaltando a confiança que tinha nas instituições norte-americanas. Os cientistas prometiam devolver as duplicatas após classificação. A discussão em torno da exportação de fósseis de animais não teve consenso e Heloísa propôs que a universidade de Harvard assinasse um termo, se comprometendo a devolver os esqueletos após a montagem e estudo do material coletado. A resolução do Conselho foi favorável à opinião de Heloísa e o material foi liberado, apesar de ser contra o regulamento, ressaltando a confiança que ela tinha nas instituições norte-americanas e a sua força junto ao Conselho.

Outro caso, levado ao Conselho em 20 de junho de 1938, envolveu a solicitação feita pelos cientistas Buell Quain e William Lipkind para visitar comunidades indígenas, no Mato

---

<sup>177</sup> O artigo 17 do Regulamento, contido no Decreto nº 24.337, de 5 de junho de 1934, isenta de autorização do CFEACB os “cientistas ou artistas de reconhecida notoriedade, quando sob o patrocínio de um instituto nacional”.

<sup>178</sup> Dossiê CFE.T.1.011. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST.

<sup>179</sup> Dossiê CFE.T.2.052. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História da Ciência do MAST

Grosso, negada pelo SPI. Após apelo feito pelo secretário da embaixada americana, pedindo que o SPI facilitasse a entrada dos Heloísa buscou intermediar a liberação junto ao SPI. A intervenção de Heloísa obteve sucesso e a viagem pôde ser feita. Em 10 de outubro de 1938, novamente Buell Quain escreveu para Heloísa<sup>180</sup>, informando que o chefe do SPI responsável pela aldeia dos indígenas Trumai tinha sugerido que ele se retirasse da região, pois sua autorização já tinha passado do prazo. No arquivo pessoal de Heloísa Alberto Torres encontra-se um conjunto importante de cartas entre ela e Quain, onde os assuntos variaram de amenidades, informações sobre o progresso das pesquisas, dificuldades no trabalho de campo, sobre o programa do curso de Antropologia do Museu, incluindo cartas em período próximo ao suicídio do antropólogo, ocorrido em 02 de outubro de 1939 no estado de Goiás. Após a morte do pesquisador, Heloísa continuou cuidando de questões envolvendo o trabalho de campo de Quain, tais como pagamentos de carregadores indígenas, remessa de material etnográfico para o Museu Nacional e Museu Goeldi e mesmo cartas para a família do antropólogo.

Outra relação profissional, mais duradoura, foi entabulada com Charles Wagley<sup>181</sup>, antropólogo da Universidade de Columbia, cobrindo o período de 1939 e 1977 (ano de falecimento de Heloísa). A vinda do antropólogo ao Brasil foi possível por conta da solicitação de Heloísa, junto à Universidade de Columbia, de um pesquisador para realizar pesquisas etnográficas e antropológicas em cooperação. Intermediada por Franz Boas<sup>182</sup>, a vinda de Wagley foi muito positiva para os estudos antropológicos do Museu Nacional. Os estudos produzidos por Wagley, sobre aculturação indígena, na mesma linha de Boas e Linton, dos quais era discípulo, influenciaram diversos antropólogos brasileiros, tais como Eduardo Galvão, que foi seu orientando na Universidade de Columbia. Através da

---

<sup>180</sup> Carta manuscrita de Buell Quain para Heloísa Alberto Torres em 10 de outubro de 1938. Arquivo pessoal de Heloísa Alberto Torres /Acervo IPHAN.

<sup>181</sup> Charles Wagley (1913 - 1991), antropólogo americano e um dos principais incentivadores do desenvolvimento da antropologia brasileira, começou sua pós-graduação na década de 1930 na Universidade de Columbia, sendo influenciado por Franz Boas e Ralph Linton nos estudos sobre aculturação de povos indígenas e, para sua segunda pesquisa etnográfica, procurou estudar um grupo remoto que passava por rápidas mudanças. Este desejo chamou a atenção de Heloísa Alberto Torres, do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, que estava recrutando pessoas formadas em Columbia para realizar pesquisas no Brasil. Com o apoio administrativo de Heloísa Alberto Torres e uma sugestão de Alfred Métraux sobre que grupo pesquisar, Wagley viajou pelo rio Araguaia, em 1939, passando 15 meses estudando os Tapirapé. Ele publicou vários artigos sobre esta pesquisa, mas seu "*The effects of depopulation upon social organization, as illustrated by Tapirapé Indians*" (Os efeitos do despovoamento sobre a organização social, como ilustrado pelos índios Tapirapé), de 1940, destaca-se como exemplo inicial da antropologia demográfica (PACE, 2014).

<sup>182</sup> Em carta a Franz Boas, Heloísa Alberto Torres lhe agradeceu pela indicação de Charles Wagley e ressaltou o entusiasmo do pesquisador pela oportunidade. Carta (cópia) de Heloísa Alberto Torres a Franz Boas. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1941. Arquivo pessoal Castro Faria/Acervo do arquivo de História da Ciência do MAST.

correspondência entre Wagley e Heloísa podemos constatar como a relação foi importante para o Museu e para o pesquisador. Em tom bastante cordial, onde se verifica inclusive relações afetivas entre as duas famílias, são discutidos aspectos profissionais dos seus respectivos trabalhos, tais como envio de fotos feita pelo pesquisador, direto do seu trabalho de campo, para serem remetidas para a sua universidade, auxílio para publicação de um livro, questões administrativas do Museu etc. Em 1940, por exemplo, Heloísa informou a remessa de 3 kg de contas de vidro para a realização de trocas com os indígenas Tapirapé, habitantes da margem do Rio Araguaia/MT, onde Wagley estava trabalhando.

A relação do Museu Nacional, personificado na figura da sua diretora Heloísa Alberto Torres, com as instituições científicas norte-americanas foi bem prolífera nos anos 1930 e 1940, proporcionando, às duas partes, ganhos em termos de cooperação logística e acadêmica. O Museu tornou-se uma referência para essas expedições, auxiliando em vários aspectos nas viagens licenciadas, inclusive na relação burocrática com o Conselho. Em contrapartida, abria-se para servidores e estudantes da instituição a possibilidade da complementação dos seus estudos nos programas de pós-graduação das universidades norte-americanas, já adiantados no período neste período.

Um dos aspectos importantes dos intercâmbios foi a possibilidade de indicação de estudantes de Antropologia do Museu para acompanhar as expedições. Exemplos de futuros antropólogos que tiveram a oportunidade de realizar trabalhos de campo com antropólogos estrangeiros, foram Luiz de Castro Faria e Eduardo Galvão<sup>183</sup>, ambos com trajetórias importantes na consolidação da Antropologia no Brasil. O primeiro acompanhou Claude Lévi-Strauss na expedição para a Serra do Norte/MT, onde realizaram estudos com os indígenas Nhambiquara, já referidos neste trabalho. O segundo acompanhou Charley Wagley em 1942, nas pesquisas com comunidades indígenas do rio Pindaré/MT, onde estudou os indígenas Tapirapé. Nessas viagens, os dois sempre mantiveram correspondência com Heloísa, deixando-a informada sobre o progresso das pesquisas, questões cotidianas e contatos com outros antropólogos.

---

<sup>183</sup> Eduardo Enéas Gustavo Galvão (1921 - 1976), após a conclusão do curso secundário iniciou uma carreira acadêmica precoce, em 1939, como estagiário da Divisão de Antropologia do Museu Nacional. Logo, em 1941, sob a tutela de Charles Wagley (1913-1991), participaria do Curso de Etnologia Geral no próprio Museu Nacional, o que lhe garantiu um estágio como naturalista auxiliar interino. Com Charles Wagley, seu orientador de pesquisa na pós-graduação, estudou os índios Tapirapé, de Mato Grosso, e os Tenetehara, no Maranhão. Considerado um dos grandes nomes da antropologia brasileira, Galvão esteve também com os índios Caióá, fez pesquisa arqueológica na região de Santarém, no Pará. Foi à aldeia dos índios Tiriyo, na serra Tumucumaque. No Parque Indígena do Xingu, pesquisou os grupos tribais Kamaiurá, Kayabí, Juruna e Suiá. Na região do Rio Negro, pesquisou as relações entre índios e a sociedade nacional e os processos de mudanças culturais que ocorrem entre essas sociedades, estudando os índios dos rios Içana e Uaupés, no Alto Rio Negro, e do Médio Rio Negro (KATO, 2020).

Heloísa Alberto Torres, tornou-se uma figura reconhecida e prestigiada no campo indigenista<sup>184</sup>, atuando junto da classe política dirigente para a preservação da cultura indígena, posicionando-se na interface entre os círculos político e científico, única mulher do Conselho a participar do debate que definiria os problemas da nacionalidade e do patrimônio histórico e cultural incorporando a temática indígena, intermediou diversos intercâmbios internacionais e pesquisas nacionais, visando preservar os valores e as culturas indígenas (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, p. 15).

#### **4.7 O governo brasileiro e o Museu Nacional em tempos de guerra (1939-1945)**

As relações internacionais do Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e suas definições de política externa ganharam, principalmente a partir dos anos 1970 com a abertura de arquivos nos Estados Unidos e na Europa, um grande fôlego em suas análises, o que produziu uma grande quantidade de teses, ensaios, artigos e livros sobre o tema. Com esses acadêmicos, ganha realce nos anos 1970 – com reflexos até nas pesquisas dos dias atuais – uma série de chaves interpretativas sobre a política externa brasileira. Conceitos como “política de cima do muro” (McCANN, 1995), “duplo jogo” (GAMBINI, 1977) e “equidistância pragmática” (MOURA, 1980) passaram a permear praticamente todas as interpretações da dimensão externa do governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (GAMBINI, 1977). Por parte do governo federal, as relações políticas internacionais adotadas nesse conflituoso período de avanço imperialista e de crescente beligerância, tentaram manter o tênue equilíbrio mantido pelo Brasil, entre o agressivo avanço econômico dos Estados Unidos, alicerçado na política da Boa Vizinhança, e a expansão autoritária da Alemanha de Hitler.

A relação que o governo de Getúlio Vargas e seus embaixadores mantiveram com as duas poderosas nações podem ser exemplificadas pelo posicionamento de dois personagens importantes do governo: Góis Monteiro e Osvaldo Aranha. Embora seja difícil rotular os integrantes do governo Vargas, seja como defensores da democracia liberal dos Estados Unidos ou como defensores do governo autoritário da Alemanha, existiram situações em que germanófilos e americanófilos defenderam seus pontos de vista e agiram em direção a um ou

---

<sup>184</sup> Heloísa Alberto Torres, por sua importância no campo indigenista e no desenvolvimento da Antropologia no Brasil, após sua saída do CFEACB, passou a compor o Conselho Nacional de Proteção Indígena (CNPI), criado pelo Decreto-lei 1.794, de 22 de novembro de 1939 (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015).

outro sistema de governo. Os dois nomes citados nutriram em algum momento simpatias pela Alemanha nazista, modificando a sua postura no decorrer dos eventos que levaram o Brasil a declarar guerra à Alemanha<sup>185</sup>. Góis Monteiro<sup>186</sup>, ministro militar, e Oswaldo Aranha, ministro das relações exteriores, buscaram inicialmente estabelecer acordos para compra de armamento da Alemanha, visando a modernização do Exército. No entanto, apesar das tratativas avançarem com a empresa Krupp, em decorrência do bloqueio marítimo e comercial feita pela Inglaterra, elas se frustraram e o Brasil acabou se aproximando mais dos Estados Unidos.

Em sua viagem aos Estados Unidos, em 1939, Góis Monteiro, então chefe do Estado-Maior do Exército, ficou entusiasmado com as possibilidades de melhorar o potencial militar brasileiro a partir do que vira em termos de desenvolvimento bélico. De volta ao Brasil, escreveu ao general George Marshall afirmando a disposição brasileira de colaborar com os EUA em caso de guerra, mas reiterando que o país precisava se armar, e que os americanos deviam oferecer condições mais vantajosas que as oferecidas pelos alemães. Afirmou também que Dutra autorizara a ida de oficiais brasileiros aos EUA para realizarem estágios e cursos.

A propósito da postura de Oswaldo Aranha, após um breve *affair* com os regimes fortes europeus nos anos 1920, houve uma aproximação com a cultura liberal norte-americana ao longo do início dos anos 1930, quando assumiu o cargo de embaixador nos Estados Unidos, um dos principais parceiros econômicos do Brasil, reforçando essa relação, principalmente, após se encantar com a sociedade e as características do *americanway of life*. Por causa desta aproximação, Aranha teria se afastado do governo ditatorial de Vargas, instalado em 1937 com o Estado Novo, renunciando à embaixada<sup>187</sup> por se declarar incompatível com o novo regime, mesmo após Vargas realizar vários esforços para que continuasse no cargo.

---

<sup>185</sup> Com a decretação do Estado Novo, em 1937, e as medidas nacionalistas adotadas por Vargas, tais como a repressão ao Partido Nazista e nacionalização das escolas alemãs no Sul do país, estremececeram as relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, embora as relações comerciais continuassem intactas. As relações entre os dois países só seriam normalizadas em 1939 (GAMBINI, 1977).

<sup>186</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1889-1956), General do Exército e Ministro da Guerra de Vargas (1935-1934), participou ativamente da elaboração e da decretação do Estado Novo (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

<sup>187</sup> Oswaldo Euclides de Sousa Aranha (1894-1960), foi político, advogado e diplomata. Amigo de Getúlio Vargas, participou ativamente na tomada do poder em 1930, quando assumiu o cargo de embaixador nos Estados Unidos, pedindo demissão do cargo por não aceitar os caminhos que o Brasil traçara com a declaração do Estado Novo, em 1937. Em março de 1938 foi convencido por seu amigo Vargas a assumir o ministério das Relações Exteriores e, no cargo, lutou contra elementos *germanófilos* dentro do governo, em busca de maior aproximação com os Estados Unidos, no conturbado período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial (HILTON, 1992).

Passados alguns meses de sua saída, Aranha retornou ao governo pela porta da frente ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, um dos ministérios mais importantes do Estado Novo. A aparente contradição de Aranha foi muito questionada na época e ainda é causa de várias discussões em obras que destacam sua biografia (HILTON, 1994). Em 1939, novamente em missão diplomática, Aranha segue para os Estados Unidos para negociar acordos comerciais com autoridades norte-americanas, incluindo as discussões sobre a implantação de uma usina siderúrgica, mas naquele momento as tratativas tiveram pouco êxito. Em 1940, tanto a venda de armas quanto o financiamento para a instalação da siderúrgica estavam emperradas. A partir de 1942, o Brasil, dado a posição em relação aos Estados Unidos e à arena internacional que então se configurava, foi empurrado para o conflito, ganhando alguns benefícios por esta aproximação<sup>188</sup>, ganhos estes que em tempos normais de paz internacional não conseguiria (GAMBINI, 1977).

Apesar da disputa econômica entre Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos, ao longo das primeiras décadas do século XX, interessadas em investir e dominar o mercado brasileiro, e a crescente polarização político/ideológica envolvendo países de regimes liberais e autoritários na Europa e em outras regiões do mundo, não foi perceptível apurar, através da documentação consultada, a ocorrência de rivalidades em torno da atividade científica realizada por estrangeiros no território brasileiro, não constando no arquivo do CFEACB nenhuma disputa envolvendo expedições estrangeiras entre 1934 e 1945 (ano da declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo). De modo geral, não teve restrição de entrada de qualquer nacionalidade por parte do governo federal, fiscalização feita através do CFEACB, e nem por parte do Museu Nacional nos seus acordos de cooperação internacional.

A declaração de guerra feita à Alemanha em 1942 atingiu mais em cheio as pesquisas alemãs, com o CFEACB interrompendo as expedições que estavam em andamento e negando licenças para outras. No entanto, o recrudescimento do conflito também impediu que pesquisas de cientistas estrangeiros e nacionais tivessem prosseguimento, as estrangeiras ficaram impossibilitadas de se deslocarem para o território brasileiro, pelo perigo representado pela travessia do oceano Atlântico, e as nacionais pela diminuição do orçamento por conta do esforço de guerra que seria feito pelo Brasil. As pesquisas que restaram foram as que já estavam em andamento, ficando os pesquisadores impedidos de voltar para seus países

---

<sup>188</sup>A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada durante o Estado Novo por decreto do presidente Getúlio Vargas, após um acordo diplomático com os Estados Unidos, que em troca cederia temporariamente espaço para a instalação da base aérea na cidade de Natal/RN. O acordo previa a construção de uma usina siderúrgica, com capital estadunidense, que pudesse fornecer aço para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial e, na paz, ajudasse no desenvolvimento do Brasil (VIVIAN, 2002).

de origem. Por conta do esforço de guerra brasileiro, o Museu Nacional viu seus recursos orçamentários minguarem e teve que limitar as suas atividades durante o restante do conflito mundial, mas manteve e até ampliou os contatos com instituições norte-americanas. Com o fim da guerra em 1945, o Brasil voltou a receber cientistas, predominantemente norte-americanos, ao mesmo tempo que os intercâmbios entre o Brasil e os Estados Unidos se consolidaram, com esses últimos recebendo centenas de estudantes e pesquisadores brasileiros em busca de uma formação científica mais aprofundada.

## CONCLUSÃO

Ao longo do texto buscamos demonstrar que a instituição de pesquisa Museu Nacional desde a sua criação em 1818 foi pouco a pouco aumento o seu prestígio e importância, primeiro no âmbito interno, por atuar junto ao governo imperial na prospecção de produtos naturais com potencial econômico, essenciais para a sobrevivência do país, na pesquisa sobre doenças tropicais, antes dos laboratórios dos institutos Butantã e Oswaldo Cruz, além de compilar informações sobre o território e os habitantes do Brasil, através de parcerias, tais como com o IHGB e as comissões geológicas. No âmbito externo, o respeito veio com os estudos etnográficos e antropológicos, estes seguindo *pari passu* com as teorias recém desenvolvidas na Europa, com estudos de caso apresentados nos congressos internacionais e exposições etnográficas no Brasil, sendo a mais notória a de 1882, e no exterior. No final do século XIX, apesar de existirem outras congêneres nacionais, o Museu se consolidou e ampliou suas atividades, sobretudo em relação à difusão e ensino da ciência.

No limiar do século XX, a instituição, sob o governo republicano, já instalado na Quinta da Boa Vista, transformada de *locus* do poder político imperial em casa de ciência, seria o artífice dos anseios positivistas nacionais em seu projeto de nação racionalizado pela ciência. A crença na ciência, como vetor do progresso material e moral da sociedade, se espalhou entre as populações das maiores cidades, testemunhas oculares dos avanços da tecnologia nos transportes, nos serviços como o abastecimento de água e luz e da ciência médica, esta última acompanhada com mais ceticismo. Paradoxalmente, o que atraiu a atenção da ciência nacional e internacional para o Brasil foi exatamente o inverso do progresso, representado por um território pouco conhecido e por populações autóctones pouco ou não contatadas localizados na região central do país. A disputa imperialista sobre a economia do Brasil, encabeçada pela França, Inglaterra e os emergentes Alemanha e Estados Unidos, seria o pano de fundo para a explosão do número de expedições científicas que visavam novos recursos naturais e também o contato com o homem primitivo, aqui como sinônimo de primeiro, ora buscando o elo entre o homem “civilizado” e os primatas, ora tentando demonstrar teorias etnocêntricas onde o homem branco europeu se apresentava como superior às outras raças. O Museu Nacional encontrava-se em posição estratégica para estabelecer a cooperação com as expedições estrangeiras, por possuir um conjunto de conhecimentos sobre a região a ser percorrida e uma importante coleção etnográfica de diversas etnias indígenas, acumuladas ao longo de quase um século e complementadas em abundância, nas primeiras

décadas do século XX, pela Missão Rondon, da qual vários naturalistas do Museu fizeram parte.

No entanto, não existe ciência desinteressada e a rapina feita por expedições em busca de artefatos indígenas por parte de instituições museológicas, algumas verdadeiros “gabinetes de curiosidades” e de pesquisas continuou desenfreada e sem fiscalização na Primeira República, onde o governo federal, de viés liberal, preocupado em atrair capitais, mostrou-se desinteressado em desenvolver a ciência nacional, privando as instituições brasileiras, tais quais o Museu Paulista, o Museu Paraense, o Museu Paranaense e, claro, o Museu Nacional, de importantes fontes de pesquisa. As críticas a essa situação vieram tanto dos cientistas vinculados ao Museu Nacional quanto da comunidade científica brasileira, esta em via de consolidação, organizada em torno da Academia Brasileira de Ciências, ambos conscientes do prejuízo representado pelas expedições científicas que não traziam contrapartidas para a ciência brasileira, seja em forma de intercâmbios de informações ou de material científico coletado nas viagens.

Ao longo do período acima descrito, ou seja, durante a trajetória percorrida pelo Museu Nacional entre a sua fundação e o começo dos anos 1930, a ciência e a política estiveram entrelaçadas, com a primeira, por conta de vinculação e financiamento, quase sempre dependente da segunda. A ciência no Brasil, ao longo do século XIX se desenvolveu através de avanços e recuos proporcionados pelas conjunturas econômicas a que o Estado imperial e depois republicano estivesse enfrentando. O Museu, parte integrante do aparato estatal, vivia de “pires na mão” diante do governo, solicitando verbas aqui e ali para contratação de servidores, aumentos salariais, investimento na infraestrutura, nem sempre recebendo o que pedia, apesar do apoio do imperador Pedro II. A partir da década de 1870, finda a Guerra do Paraguai (1865-1870) e com o crescimento da venda do café brasileiro no exterior, houve uma melhora substantiva da economia e o aporte de verbas foi mais constante. A instituição, sob a gestão de Ladislau Netto pôde respirar e produzir ciência, educação e entretenimento. Foram realizadas expedições científicas por diversas partes do Brasil, houve o incentivo para a criação de instituições similares ao Museu nas províncias, mais ou menos espelhadas nele, exposições foram montadas, cursos em diversas áreas da ciência foram apresentados, destaque para o curso de Antropologia, publicações foram produzidas, enfim, o Museu chegou no seu ponto mais alto desde que foi criado, se inserindo de vez no cenário cultural da Corte Imperial.

A posição de destaque do Museu Nacional, na segunda metade do século XIX, só foi possível ser alcançada através da ligação entre a ciência e a política. O interesse pelo uso da

ciência por parte do Estado e dos fazendeiros estava em alta em decorrência do crescimento da produção de café e de outros produtos agrícolas, havia a necessidade de aprimoramento de grãos, por exemplo, visando o aumento da produtividade, da averiguação sobre a qualidade do solo, do combate a venenos de animais peçonhentos, perigo constante nas lavouras. Ladislau Netto aproveitou bem o momento e junto com outros cientistas do Museu soube incentivar ou criar pesquisas e aparatos para dar conta de parte das demandas do governo. Exemplo disso foi a criação do Laboratório de Fisiologia, pensado por João Batista Lacerda, que seria diretor no regime seguinte, onde foram pesquisados antídotos para diversos venenos. Além disso, Ladislau Netto teve o *feeling* de aproveitar o momento para alavancar pesquisas que não interessavam economicamente ao governo, no caso dos estudos de antropologia e o ensino sobre essa parte da ciência. Esta área de estudo estava em alta na Europa, ligada a teorias etnocentristas, como o darwinismo social, base para a expansão imperialista europeia, com reflexos no Brasil, suscitando diversas discussões nos meios científicos existentes, sobretudo relacionado a questão da miscigenação, considerada pela elite um dos fatores de atraso econômico e social brasileiro. Netto aproveitou também para reformular os estatutos do Museu, aproximando-o das instituições similares dos países mais desenvolvidos.

Ao longo da Primeira República os estudos antropológicos continuaram em alta no Museu Nacional, alicerçados por pesquisas de cientistas brasileiros no âmbito da antropologia física e pelo interesse que a população indígena, negra e miscigenada despertava no meio científico internacional. No primeiro caso dois nomes se destacaram por trabalhos apresentados em congressos internacionais e publicações: João Batista de Lacerda, com pesquisas sobre a miscigenação e o branqueamento da população brasileira<sup>189</sup>, e Edgar Roquette-Pinto, com trabalhos de campo entre grupos indígenas e também colaborando no estudo da população brasileira. A tese defendida por Lacerda no *I Congresso Universal das Raças*, realizado em Londres em 1911, a partir de trabalho empírico produzido por Roquette-Pinto, era de que a população mestiça do Brasil se transformaria em aproximadamente cem anos, branqueando à medida que chegassem correntes migratórias europeias, fazendo desaparecer os traços das etnias negra e indígena<sup>190</sup>. As ideias defendidas por Lacerda

---

<sup>189</sup> O antropólogo e médico João Baptista de Lacerda foi um dos principais expoentes da "tese do branqueamento racial" entre os brasileiros, tendo participado, em 1911, do Congresso Universal das Raças, em Londres. Esse congresso reuniu pessoas do mundo todo para debater o tema do racismo e da relação das raças com o progresso das civilizações (temas de interesse corrente à época), nele Lacerda defendeu que a miscigenação como algo positivo, no caso brasileiro, por conta da sobreposição dos traços da raça branca sobre as outras, a negra e a indígena (SCHWARCZ, 1993). SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>190</sup> Idem.

causaram intenso debate na sociedade brasileira, nos meios políticos, científicos e intelectuais, influenciando diretamente ações e projetos políticos de defesa de importação de mão-de-obra europeia branca. A relação entre a ciência (etnocêntrica) e a política (liberal burguesa), prejudicou ainda a criação de leis de combate ao preconceito racial e de integração política/social de negros e indígenas na sociedade. Os dois cientistas foram contemporâneos no Museu, onde assumiram a direção, respectivamente, nos períodos de 1895/1915 e 1926/1935.

Por outro lado, Roquette-Pinto, nos seus estudos sobre os tipos antropológicos buscou demonstrar que a miscigenação racial brasileira não havia produzido "tipos raciais" degenerados ou inferiores. De acordo com as suas pesquisas, a população mestiça brasileira era saudável e eugênica, desconstruindo os tradicionais estigmas raciais produzidos por cientistas e viajantes que passaram pelo Brasil desde o século XIX, ou mesmo por setores das elites intelectuais brasileiras, incluindo os meios científicos. De acordo com a antropologia de Roquette-Pinto, o grande problema dos brasileiros não era a raça, mas sim as questões sociais e políticas, sobretudo a falta de educação e saúde pública. Em 1912 Roquette-Pinto fez parte da Missão Rondon, sem a presença de Rondon, e passou várias semanas em contato com os índios Nhambiquara, no Mato Grosso, que até então somente tinham tido poucos contatos, com uma das expedições de Rondon em 1908. A viagem rendeu um importante conjunto de artefatos etnográficos para o Museu Nacional e um sem número de informações relativas a diversos aspectos da vida desses indígenas, material que resultou no livro *Rondônia – Antropologia etnográfica*, considerado um clássico da antropologia brasileira, publicado em 1917 (SOUZA, 2012).

Apesar do sucesso da empreitada (viagem e o livro) de Roquette-Pinto, seus problemas de saúde, suas atividades frente ao Museu e o interesse por outras áreas da ciência, impediram novas incursões ao interior do Brasil. No entanto, seus estudos ficariam marcados pela defesa da miscigenação racial e da população mestiça brasileira e por uma forte crítica ao determinismo racial e biológico. Para além do antropólogo, destacou-se em outras áreas como cientista, sendo um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciências (1916) e criador da primeira rádio brasileira (Rádio Sociedade - 1922) e escritor, tendo sido eleito em 1927 para a Academia Brasileira de Letras, além de ter sido diretor do Museu Nacional (1926-1936). Criou também a Revista Nacional de Educação (1932-1934). Sua *expertise* como cientista e sua posição como um dos principais intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX foi bastante aproveitada pela classe política, da qual também se aproveitou, sendo o mesmo constantemente chamado para apresentar propostas para o melhoramento de diversas áreas,

tais como a legislação sobre radiodifusão, de proteção ao patrimônio natural e a produção de filmes científicos educativos. Edgar Roquette-Pinto foi ao mesmo tempo tributário e contribuinte do prestígio que possuía o Museu Nacional, recebendo da instituição os meios para realizar seus trabalhos e a chancela para produzir e divulgar suas publicações. Em contrapartida, elevou o nome do Museu contribuindo para o aumento das suas coleções etnográficas e arqueológicas (sambaquis) e para a consolidação dos estudos antropológicos. Para além disso foi uma referência no campo intelectual e científico, através da elaboração de estudos importantes e sólidos para o entendimento da composição racial da população brasileira e também da sua irrequieta produção em vários campos do saber (SOUZA, 2012).

Nos primeiros cem anos de existência do Museu Nacional, numerosos técnicos, conservadores de objetos museológicos, ajudantes, e cientistas, vinculados aos diversos campos de saber das ciências naturais, como botânicos, zoólogos, etnógrafos e antropólogos, contribuíram para fazer da instituição uma das mais respeitadas do mundo por sua produção teórica, pelas suas coleções museológicas (com destaque para as relacionadas com as ciências naturais e com a etnografia) e pelas atividades educativas em ciências, sobretudo a partir de 1870. Dentre este conjunto de personagens, sobressaem os seus diretores, cientistas que emprestaram seu nome e seu prestígio à instituição e foram por ela chancelados e elevados dentro do cenário científico nacional e internacional. Os três principais, que apresentei ao longo da tese, Ladislau Netto, João Batista Lacerda e Edgar Roquette-Pinto, foram responsáveis por situar o Museu em patamar mais elevado em termos de instituição científica. Eles mantiveram estreita relação com os meios políticos, os dois primeiros, inclusive, com contatos frequentes com o imperador Pedro II, utilizando das suas posições de cientistas e gestores para reivindicar melhores condições orçamentárias e estruturais para a instituição junto ao governo imperial e republicano, nem sempre com resultado positivo.

Internamente a disputa pela gestão dos recursos, muitas vezes parcos, também marcaria o cotidiano do Museu, gerando rupturas, saídas intempestivas e rompimentos perenes ou duradouros. Exemplo mais notório disso foi a discussão em torno do financiamento do Laboratório de Fisiologia<sup>191</sup>, que gerou inúmeras críticas, de lado a lado,

---

<sup>191</sup> Criado em 1880, anexo ao Museu Nacional, pelo francês Louis Couty e por João Batista Lacerda, o Laboratório de Fisiologia Experimental foi uma constante fonte de dissensões dentro do Museu. A principal dela relacionada à autonomia financeira que o mesmo possuía, e que, muitas vezes, Ladislau de Souza Mello Netto contestava, julgando que Couty e Lacerda exorbitavam, já que o Regulamento de 1880 havia subordinado a instituição à 1ª seção do Museu e suprimido seus cargos especiais. Ladislau Netto, segundo João Baptista de Lacerda, via com "maus olhos" a organização do Laboratório independentemente do Regulamento Geral do Museu, e com verbas especiais. Em 1891, pelo decreto nº 1.314, de 17 de janeiro, a entidade foi reorganizada como Laboratório de Biologia do Ministério da Agricultura, separada do Museu e colocada num prédio provisório na Rua do Senado, com o objetivo de realizar estudos e pesquisas científicas sobre doenças que

entre Ladislau Netto e João Batista Lacerda, nos anos 1880, ocasionando a saída temporária de Lacerda da instituição. Outro momento crítico na relação entre os dois cientistas foi por ocasião da mudança de sede do Museu, do centro do Distrito Federal para a Quinta da Boa Vista em 1892, quando Netto foi acusado de ter negligenciado a transferência do acervo e com isso danificado parte de algumas coleções. Netto acabou se desgastando nesse entretanto, aposentando-se em 1893, vindo a falecer no ano seguinte. Em 1895 Lacerda tomaria posse como diretor do Museu, mantendo-se no cargo até seu falecimento em 1915.

As trocas de gestão do Museu Nacional na maior parte dos casos foram marcadas pelo falecimento do diretor no cargo ou por afastamento por doença. O cargo era praticamente vitalício, situação que só se alterou a partir do governo Getúlio Vargas quando da saída de Edgar Roquette-Pinto em 1937, solicitada por ele para assumir outro cargo no governo federal. A transmissão do cargo de diretor, feita por Roquette-Pinto para Heloísa Alberto Torres, em 1937, ocorreu de forma tranquila, sendo considerada uma continuidade de uma gestão já subdividida entre os dois. Heloísa era vice-diretora e substituíra Roquette-Pinto nas suas ausências. Os dois tinham uma grande afinidade acadêmica e ideológica, desde a entrada de Heloísa na instituição como estagiária em 1918.

Politicamente, Roquette-Pinto e Heloísa Alberto Torres se identificavam pelo forte sentimento de nacionalidade e, teoricamente, pela orientação positivista, para quem as ciências, neutras e internacionais, constituíam a solução dos problemas do país. Acreditavam e proclamavam o valor social das ciências, daí o engajamento político de Heloísa Alberto Torres na luta para impor a visão, ainda hoje atual, de que as ciências naturais e a antropologia operavam diretamente sobre a sociedade por meio dos projetos políticos do governo. O engajamento teórico-epistemológico, de uma ciência ecológica e evolucionista, que se manifestava nos projetos e na prática das ciências naturais e antropológicas, acabou por se revelar um instrumento de combate ao *status quo* dominante, política e economicamente, no país. Heloísa Alberto Torres assumiu a mesma crítica de Roquette Pinto, contrária à prática romântica e colonialista que regia a exploração da natureza no século XIX (MIGLIEVICHE-RIBEIRO, 2015).

Outro aspecto importante na trajetória do Museu Nacional foi a cooperação científica internacional, onde os contatos estabelecidos com cientistas e instituições estrangeiras trouxeram diversos ganhos nas pesquisas em várias áreas. No entanto, nos intercâmbios científicos estabelecidos no século XIX e primeiras décadas do século XX, quase sempre a

---

atacavam animais, além de produzir a vacina anticarbunculosa. Em 1896, com a verba para o Laboratório tendo sido suprimida pelo governo, Lacerda levou de volta o material do Laboratório para o Museu (LOPES, 1997).

instituição brasileira ocupou uma posição secundária na divisão do material científico coletado e no acesso às pesquisas. No século XIX, a instituição foi utilizada como ponto de apoio e recolhimento de informações por diversas expedições estrangeiras, sem, contudo, a relação ser vantajosa para a instituição e sua equipe de cientistas. Este quadro começou a ser alterado a partir de 1870, na gestão de Ladislau Netto, contribuindo para isso a criação e os primeiros passos do curso de Antropologia, ciência nova e em ascensão. Entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o Museu, consolidado como a principal instituição de pesquisa brasileira, e contando em seus quadros com cientistas reconhecidos internacionalmente, tais como João Baptista de Lacerda e Roquette-Pinto, procurou estabelecer um equilíbrio nos acordos feitos com instituições estrangeiras, tendo como premissas a participação de pesquisadores brasileiros nos resultados de pesquisa e de serem referenciados pelos colegas estrangeiros, fato raro em boa parte do século XIX.

As três primeiras décadas do século XX viram a expansão das atividades científicas no Brasil, com destaque para as pesquisas na área da saúde pública, dos transportes públicos e dos estudos sobre a população brasileira, impulsionadas pelo aporte de capital estrangeiro, sobretudo inglês, alemão e norte-americano, aplicados nas reformas urbanas e na instalação de serviços como transporte e energia, e pela premência ao combate às endemias que assolavam diversas partes do território brasileiro. Nesse contexto, a comunidade científica foi se expandindo e se consolidando, buscando espaço nas discussões sobre a construção da nação através da Academia Brasileira de Ciências e de outras associações de classe. Embora ocupassem uma posição importante, do ponto de vista da participação em eventos estruturais da Primeira República, sendo constantemente consultados pelas autoridades nas suas especialidades de atuação, onde os principais exemplos foram a reforma urbana do Rio de Janeiro e o combate à febre amarela, foi nos anos 1930 e 1940, que os cientistas efetivamente passaram a participar da elaboração de projetos que transformariam a estrutura do país nas áreas de educação, saúde, cultura e proteção aos recursos naturais.

Como já destacamos ao longo da tese, nas décadas de 1930 e 1940 o cenário tornou-se bem favorável ao Museu e os intercâmbios científicos tornaram-se algo recorrente nas atividades da instituição. O aumento no número de instituições que assinaram acordos com o Museu Nacional esteve diretamente ligado à obrigação, feita aos pesquisadores estrangeiros, de estarem vinculados a uma instituição brasileira, exigência feita pelo CFEACB. O Museu, por sua vez, através da participação de seus cientistas em vários órgãos de fiscalização criados pelo governo federal, ocupava posição estratégica para desenvolver trabalhos em parceria, tornando-se referência para pesquisas em diversas áreas das ciências naturais.

No campo dos estudos antropológicos, cujas pesquisas de campo exigiam muito mais do que conhecimento teórico, o Museu foi imprescindível aos pesquisadores estrangeiros, colaborando em diversos níveis para o sucesso dos trabalhos de campo. Sob a direção de Heloísa Alberto Torres, à frente da gestão administrativa desde que assumiu como vice-diretora em 1935, o número de acordos de cooperação atingiu o patamar mais alto desde a criação do Museu, envolvendo da parte da instituição o apoio logístico aos antropólogos estrangeiros, a troca de informações sobre os itinerários a serem seguidos e povos a serem contatados. Em contrapartida, o Museu recebeu contribuições para a consolidação do seu curso de Antropologia, na forma de aulas ministradas pelos cientistas visitantes ou reflexões teóricas sobre o seu programa, informações atualizadas da situação das comunidades indígenas e indicações de pesquisadores interessados em trabalhos de campo em parceria com a instituição, além da possibilidade de envio de alunos do curso para a realização de cursos de pós-graduação no exterior.

Os convênios acadêmicos/científicos firmados pelo Museu Nacional foram mais numerosos, envolvendo importantes nomes da antropologia mundial como o teuto-americano Franz Boas e o austríaco, naturalizado norte-americano, Robert Lowie, referências da antropologia cultural/social, junto com o polonês Malinowski e o inglês Radcliffe-Brown, e Paul Rivet, etnólogo francês, e nomes ainda em ascensão como Charles Wagley e Claude Lévi-Strauss, estes últimos com trabalhos de campo realizados no Brasil. Estes cientistas participaram da chamada etnografia de resgate, movimento etnográfico/antropológico que buscou preservar a cultura das etnias indígenas em vias de extinção. Nesse movimento o Museu Nacional teve papel importante, seja colaborando na logística de diversas expedições ou intervindo para atenuar os entraves burocráticos colocados em prática a partir dos anos 1930, principalmente com a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, no qual as conselheiras Heloísa Alberto Torres e Bertha Lutz ocuparam posição de destaque.

Um caso emblemático da atuação cientista estrangeiro no Brasil foi o de Curt Unkel Nimuendajú, cuja trajetória ímpar de etnógrafo que conciliou interesses diversos, muitas vezes antagônicos, coletando e vendendo objetos etnográficos e auxiliando antropólogos de diversas nacionalidades nos seus trabalhos de campo ao longo de mais de 40 anos, inclusive durante as duas guerras mundiais, quando circulou e trabalhou para instituições alemãs, suecas, norte-americanas e brasileiras. Aportado no Brasil aos 20 anos (por volta de 1903) sem formação acadêmica, conviveu com indígenas Tupi, aculturados nos arredores de São Paulo, por 10 anos. Aos 30 partiu para o estado do Pará, sobrevivendo possivelmente da coleta de

objetos entre as comunidades indígenas que visitava e venda para diversas instituições da Europa. Entre os anos 1915 e 1930 foi comissionado várias vezes por instituições europeias interessadas em artigos indígenas. Nimuendajú acabou se especializando como etnógrafo, realizando dezenas de contatos com os indígenas, aprendendo vários dialetos e convivendo por longas temporadas em diversas comunidades. Além disso, dentro do seu *métier* fez ou ajudou fazer contato com grupos isolados, alguns deles extremamente beligerantes, trabalhando ora com grupos de cientistas, ora com o SPI, mas a maior parte do tempo por conta própria<sup>192</sup>.

A partir dos anos 1930, o financiamento das suas pesquisas/coletas mudou e ele passou a trabalhar para instituições norte-americanas, esporadicamente para o Museu Nacional, ou para as parcerias que o Museu passou a fazer parte, e para si próprio. Nesta altura, já reconhecido, frequentemente entrava em conflito com o CFEACB, avesso à burocracia que passou a regular as suas atividades. Nimuendajú se recusava a solicitar ao Conselho licenças para empreender suas viagens, alegando que tinha a cidadania brasileira e que pesquisava os indígenas há mais de 30 anos. No entanto, nas reuniões do Conselho, contou sempre com a defesa de Heloísa Alberto Torres, que reconhecia a importância do seu trabalho e as constantes contribuições que ele fazia para atualizar as coleções etnográficas do Museu. Nos anos 1940 atuou na parceria entre a Universidade de Columbia/EUA e o Museu Nacional, em projetos do antropólogo teuto-americano Robert Lowie e Heloísa Alberto Torres, estudando a etnia Ticuna.

No ato de declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em 1942, Nimuendajú estava trabalhando em mais uma das suas pesquisas de campo, dessa vez na região amazônica. As autoridades e o CFEACB questionaram o fato de o etnógrafo ser de origem alemã, dificultando inicialmente a sua mobilidade. Com a viagem interrompida, ameaçado de prisão e mesmo de extradição, novamente foi socorrido por Heloísa Alberto Torres, e dessa vez também por Bertha Lutz, nessa altura conselheira do CFEACB, que alegaram em sua defesa o

---

<sup>192</sup> Entre 1905 e 1945, Curt Nimuedanjú não ficou praticamente um ano sem estar em contato com comunidades indígenas, trabalhando inicialmente para Museu Paulista e o Serviço de Proteção ao Índio no estado de São Paulo e no sul do Mato Grosso. A partir de 1922, o etnógrafo começou a ser patrocinado por instituições europeias, tais como o Museu de Gotemburgo, entre 1922 e 1927, os museus de Hamburgo, Leipzig e Dresden, entre 1927 e 1930. Nos anos 1930, as solicitações de suas atividades foram feitas por instituições norte-americanas como as universidades de Columbia e da Califórnia, além do Carnegie Institute. Nimuendajú também participou de pesquisas demandadas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Nacional. Herbert Baldus, importante etnólogo alemão radicado no Brasil, produziu uma lista das viagens de Nimuendajú (ver Anexo 4), onde indica pelo menos cinquenta etnias que foram visitadas pelo pesquisador, que resultou na produção de cerca de 30 publicações com estudos sobre vocabulários, descrições de lendas, trabalhos sobre a organização social dos indígenas, estudos arqueológicos etc. Estes números o colocam como o principal conhecedor das populações autóctones brasileiras no século XX (BALDUS, 1945).

extenso trabalho que vinha realizando desde a década de 1910, em parceria com diversas instituições, algumas alemãs, mas, naquele momento, com instituições norte-americanas e com o Museu Nacional, afastando a suspeita de uma possível espionagem para o regime nazista. Em 1945, ainda trabalhando entre os Ticuna, Nimuendajú veio a falecer. Sobre sua morte existem duas versões, a primeira teria sido em função de doenças adquiridas nas suas andanças por lugares inóspitos da região Norte e Centro-Oeste, entre elas várias malárias. Em uma das suas últimas consultas médicas foi aconselhado a mudar sua rotina de viagens, pois a vida que levava era incompatível com seu estado de saúde e idade (62 anos). Após um período breve fora da floresta, Nimuendajú insistiu em voltar à terra Ticuna, onde passou mal e veio à óbito. A segunda versão aponta como *causa mortis* um envenenamento, praticado por um indígena Ticuna, motivado por questões passionais. Polêmicas à parte, Nimuendajú é considerado como o principal etnólogo a atuar no Brasil, contribuindo com suas pesquisas, sobre vocabulários, modos de vida e mitos indígenas, e suas coletas de artefatos para a preservação da cultura indígena, sendo importante nome da etnografia de resgate, movimento liderado pelos antropólogos norte-americanos nos anos 1930/1940 para salvaguardar *in vivo* a cultura dos povos autóctones diante do seu iminente desaparecimento.

As atividades desenvolvidas por Curt Nimuendajú no Brasil por 40 anos nos dão a mostra da dinâmica da coleta de artefatos etnográficos. Podemos considerar o etnógrafo alemão como uma figura de transição entre a liberalidade da Primeira República e a vigilância do governo de Getúlio Vargas, pois ele teve liberdade para se deslocar ao longo das primeiras décadas do século XX, trabalhando para diversas instituições estrangeiras e brasileiras, e depois teve de se adaptar a uma legislação mais restritiva com a criação do CFEACB. Notadamente, nas duas fases descritas, ele trabalhou para instituições alemãs e posteriormente norte-americanas, não importando, inicialmente, a crescente polarização política que desembocou na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1942, apesar do Brasil entrar no conflito contra a Alemanha, Nimuendajú continuou com suas pesquisas e coletas, apesar de ser mais vigiado pelas autoridades brasileiras, passando a estar vinculado agora pela Universidade de Colúmbia e pelo Museu Nacional.

No campo político constatamos que o Museu Nacional, como partícipe do aparelho estatal, seguiu as diretrizes do governo varguista no cenário internacional, mantendo a neutralidade quanto à colaboração científica com instituições europeias e norte-americanas, só alterando suas diretrizes com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha em 1942. No plano interno, a principal ação do governo, que influenciou as atividades do Museu, foi a *Marcha para o Oeste*, mobilizando os antropólogos da instituição no sentido de preservar a cultura

dos povos indígenas em vias de desaparecer. A documentação consultada não apontou uma linha de crítica direta de servidores do Museu Nacional em relação à distribuição e ocupação de terras nas regiões Centro-Oeste e Norte, determinação do governo que impactou fortemente dezenas de grupos indígenas, nem o ataque aos direitos indígenas, obrigados a uma inserção violenta à civilização.

De um modo geral, os pesquisadores e técnicos vinculados ao Museu Nacional não só apoiaram o governo de Getúlio Vargas, como também participaram da elaboração de boa parte da legislação sobre a proteção do patrimônio natural nos primeiros anos. Exemplo desse posicionamento pode-se ver nas atividades desenvolvidas por Mello-Leitão e, principalmente, Roquette-Pinto, com seus projetos nas áreas de educação, cultura e ciência. Por outro lado, levando-se em conta que o país estava sob o domínio de uma ditadura violenta durante o Estado Novo (1937-1945), existiram poucos espaços de resistência por parte dos cientistas do Museu.

A relação entre o Museu Nacional e as expedições científicas estrangeiras proporcionou à instituição ocupar uma posição de destaque no cenário científico internacional entre 1930 e 1945, espaço já ocupado internamente desde o século XIX. A consolidação dos estudos antropológicos no Brasil e a participação de cientistas do Museu na elaboração e atuação do CFEACB foram as ações que mais contribuíram para a elevação da instituição, possibilitando a sua participação em convênios importantes com universidades e instituições congêneres de renome (Universidade de Colúmbia, Fundação Rockefeller, Carnegie Institute, Universidade da Califórnia, Museu de Londres, Museu de Berlim, Museu de Ciências Naturais da França etc.), que se tornaram parceiras em vários projetos nas áreas de pesquisa, educacionais e museológicas. Através das expedições o Museu incrementou suas coleções etnográficas e de outras especialidades, das ciências naturais, ao absorver parte do que era coletado nas viagens. Além do mais, a partir do contato direto com pesquisadores de várias partes do mundo, o Museu pôde atualizar suas próprias pesquisas e consolidar seu curso de Antropologia. A volumosa correspondência de Heloísa Alberto Torres com diversos cientistas importantes, sobretudo antropólogos, confirma o protagonismo alcançado pela instituição.

Em 1945, o Museu Nacional alcançou seu auge enquanto instituição de pesquisa em antropologia, infelizmente, por conta das vicissitudes do Estado brasileiro na formulação de suas estruturas, também foi o seu “canto do cisne” em termos de autonomia. A perda de autonomia institucional não passou despercebida por Heloisa Alberto Torres e, mesmo antes de o Museu ser anexado à Universidade do Brasil, ela protestou energicamente contra esse fato, utilizando como argumento que a transferência de um museu com a importância do

Museu Nacional para a o âmbito da universidade era algo incomum e que não ocorreria em nenhum outro lugar do mundo. Apesar dos protestos da sua diretora e de parte dos servidores do órgão, o Museu foi anexado à Universidade do Brasil (UFRJ), em 1946, já no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950, passando a dividir o orçamento com outros institutos e departamentos, além depender das políticas gerais da nova instituição. Os estudos antropológicos continuaram importantes e se diversificaram em outras temáticas, para além da indígena, tais como estudos sobre população urbana, a população sertaneja, a cultura afro-brasileira, e suas atividades museológicas se tornaram mais populares, atraindo crescente número de visitantes e estimulando vocações científicas até o sinistro incêndio de 2018, causador da destruição de cerca de 20 milhões de itens acumulados e processados por várias gerações de pesquisadores e técnicos da instituição.

## REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O Museu em revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- ALMEIDA, Miguel Ozório de. D. Pedro II e a construção de um Instituto de Fisiologia no Brasil. *Revista do Brasil*, n. 32. Rio de Janeiro, 1918.
- ALVES DE ABREU, Alzira. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889 - 1930)*. [S.l.]: Editora FGV, 2015.
- ALVES, J. J. de A. *A Ciência: as atividades que se fizeram em seu nome (1920-1950)*. 1989. (Tese de doutorado). São Paulo: USP/FFLCH, , 1989.
- \_\_\_\_\_. As ciências na academia e as expectativas de progresso e modernização: Brasil — 1916-1929. In: DANTES, M. A. M. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.
- ÁVILA-PIRES, Fernando Dias de. João Moojen de Oliveira (1904-1985). *Arquivos do Museu Nacional*, v. 63, n. 1. Rio de Janeiro, jan-mar., 2005.
- AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n. 2, Rio de Janeiro, 2003.
- AZEVEDO, Fernando de (org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2ª ed., 1955.
- BALDUS, Herbert. Max Schmidt 1874-1950. São Paulo: *Revista do Museu Paulista*, v. 5, 1954.
- \_\_\_\_\_. CURT NIMUENDAJÚ. *Boletim Bibliográfico* – Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, São Paulo, v. 8, ano 2., jul./set., p. 91-99, 1946.
- BARBOZA, Christina Helena. O Observatório Nacional e as observações de eclipses solares: ciência e cooperação internacional. IN BOZI; Pessoa. *O Eclipse de 1919: a comprovação da Teoria da Relatividade Geral, a física moderna e o Observatório Nacional*. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2019.
- BARROS, Orlando de. Um debate sobre a índole do rádio nos tempos de Vargas: a "pedagogia do ar" de Almirante. *Revista Maracanan*, v. 1, n. 1. – Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- BATES, Henry Wallace. *Contributions to an insect fauna of the Amazon valley*. Lepidoptera: Heliconidae. Londres: Transactions of the Linnean Society of London, 1862.
- BAUMGARTEN, Maíra. Comunidades ou coletividades? O fazer científico na era da informação. *Sociologia Política e Sociedade*, n. 4. Florianópolis: UFSC, 2004.

BECHER, Hans. *Barão Georg Heinrich von Langsdorf: pesquisas de um cientista alemão no século XIX*. Brasília: UNB, 1990.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

\_\_\_\_\_. *Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz/UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. *Revista Manguinhos*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Educar em revista*. n. 12, p. 153-165, Curitiba, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2001.

BOZI, Alba Livia Tallon; PESSOA, Marília. *O Eclipse de 1919: a comprovação da Teoria da Relatividade Geral, a física moderna e o Observatório Nacional*. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2019.

BRASIL. Decreto de 06 de junho de 1818. Cria um Museu nesta Corte, e manda que ele seja estabelecido em um prédio do Campo de Santa'Anna que mande comparar e incorporar aos próprios da Coroa. *Collecção das Leis do Brazil de 1818*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_; MOREIRA, Ildeu de Castro. *Ciência no Brasil: 100 anos da ABC*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2017.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. *Proteção do patrimônio natural brasileiro: ciência, política e conservadorismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961)*. 2017. (Tese de

doutorado). (Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

CENTRO CULTURAL DO BANCO DO BRASIL. *Expedição Langsdorff*(catálogo de exposição). São Paulo: CCBB, 2010.

CHAPPEY, Jean-Luc. *La société des Observateurs de l'Homme, (1799-1804). Des anthropologues au temps de Bonaparte*. Paris: Société des Études Robispierites, 2002.

CROWDER, Michael. A Primeira Guerra Mundial e suas consequências. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* / editado por Albert Adu Boahen. 2.ed., Brasília: UNESCO, 2010.

CRULS, Luiz. *Relatório Cruls: Comissão Exploradora do Planalto Central*. Brasília: Senado Federal, 2003.

CRUZ, Anna Oswaldo. *Manguinhos: retratos e histórias do campus da Fundação Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. 2007. 276f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DANTES, M. A. (Org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DIAS, Mário Vianna. Lacerda fisiologista. *MUSEU NACIONAL - Comemoração do Centenário de nascimento de João Batista de Lacerda (1846-1946)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1949.

DUARTE, Adriana. *Roquette-Pinto e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*.(Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: CPDOC, 2008.

DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *Bronislaw Malinowski: Antropologia*. São Paulo: Atica, 1986.

EDLER, F. C. *A Constituição da Medicina Tropical no Brasil Oitocentista: da climatologia à parasitologia médica*. 1999. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1999.

FARIA, Luís de Castro. *Um outro olhar. Diário da Expedição à Serra do Norte*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2001.

\_\_\_\_\_. Lacerda e a pesquisa antropológica no Brasil. In: *MUSEU NACIONAL. Comemoração do Centenário de nascimento de João Batista de Lacerda (1846-1946)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1949. a

\_\_\_\_\_. *As exposições de Antropologia e Arqueologia do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1949.b

\_\_\_\_\_. Pesquisas de Antropologia Física no Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, n. 13. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1952.

\_\_\_\_\_. *A contribuição de E. Roquette Pinto para a Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_. *Paul Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1973.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, A. M. *A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. 2 ed., Brasília: UNB, 2000.

FERREIRA, L. O. *O Nascimento de uma Instituição Científica: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX*, 1996. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 1996.

FERRI, M. G. & MOTOYAMA, S. *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1979.

FIGUERÔA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Rondon - A construção do Brasil e a causa indígena*. Brasília: Ed. Abravídeo, 2009.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Memória das coleções científicas do Instituto Oswaldo Cruz: acervo de depoimentos*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2001.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Símbolo, 1977.

GASPAR, Lúcia. *Viajantes em terras brasileiras: documentos existentes no acervo da Biblioteca Central Blanche Knopf, da Fundação Joaquim Nabuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, sd.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro. *Uma ciência moderna e imperial: a fisiologia brasileira no final do século XIX (1880-1889)*. Belo Horizonte: Fino Trato; Campina Grande: EDUEPB; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. *O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915)*. In DOMINGUES, Heloísa; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas (Orgs.). *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A Presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)*. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2007.

ISELY, Duane. *One hundred and one botanists*. Indiana/EUA: Ed. Purdue University Press, 2002.

JULIÃO, André Gomes. *Chô! Chô! Passarimho: A recepção brasileira às expedições científicas alemãs, 1933-1942*. 2015. (Dissertação de Mestrado), São Paulo: PUC/SP, 2015.

\_\_\_\_\_. *Caçadores-coletores: ciência e caça nas expedições científicas norte-americanas no Brasil, 1933-1945*. 2021. Tese (Doutorado em História da Ciência) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

KEULLER, Adriana. *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)*. São Paulo: Humanitas, 2012.

\_\_\_\_\_. *Os estudos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, ideias e instrumentos (1876-1939)*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2008.

KROFT, Simone Petaglia; LACERDA, Aline Lopes de. *Carlos Chagas, um cientista do Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

LACERDA, João Baptista. *Sur les métis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devouge, 1911.

LAUERHASS JR., Ludwig. *Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro*. São Paulo: Itatiaia, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1957.

LISBOA, Karen Macknow. *Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização*. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, p.73-91, São Paulo, 1995.

LISBOA, Araci Gomes. *O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: ciência, patrimônio e controle*. (Dissertação de Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

LIMA, Alice Santana. *Spix, Martius e o legado-histórico-científico-ficcional das viagens*. Disponível em: <<https://blog.bbm.usp.br/2019/spix-martius-e-o-legado-historico-cientifico-ficcional-das-viagens/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

LÔBO, Yolanda. *Bertha Lutz*. Brasília, Distrito Federal: Ministério da Educação, 2010.

LOPES, M. M. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOPES, Maria Margaret et al. Práticas e disputas em torno do patrimônio científico-cultural. *Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil*. In *Varia História*, v. 24, n. 39, jan./jun., Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. A ciência norte-americana visita a Amazônia: entre o criacionismo cristão e o poligenismo "degeneracionista". *Revista da USP - Dossiê pensando o futuro: Ciências Biológicas*, n. 75. São Paulo: EDUSP, 2007.

MATSUURA, Oscar T. O Observatório Nacional e o eclipse de Sobral. IN: BOZI; PESSOA. *O Eclipse de 1919: a comprovação da Teoria da Relatividade Geral, a física moderna e o Observatório Nacional*. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2019.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MCALLISTER, James. The Virtual Laboratory. In: SCHRAMM, Helmar; SCHWARTE, Ludger; LAZARDZIG, Jan. *Collection, laboratory, theater: scenes of knowledge in the 17th century*. Walter de Gruyter, 2005.

MELLO-LEITÃO, Cândido de. *A história das expedições científicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1941.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. *Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Dois anos entre os indígenas: viagens ao noroeste do Brasil (1903–1905)*. Manaus: EDUA; FSDB, 2005.

MOREIRA, Ildeu de Castro. O eclipse de Sobral e outras omissões históricas: de Einstein a Hawking. In: BOZI; PESSOA. *O Eclipse de 1919: a comprovação da Teoria da Relatividade Geral, a física moderna e o Observatório Nacional*. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2019.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e Estado: a Política Científica no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1979.

MOURA, Margarida Maria. *Nascimento da antropologia cultural: a obra de Franz Boas*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

MUSEU alemão terá que devolver fóssil de dinossauro retirado do Brasil. *Revista Galileu*, 20 de jul. 2022. Disponível em:

<<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2022/07/museu-alemao-tera-que-devolver-fossil-de-dinossauro-retirado-do-brasil.html>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MUSEU de Astronomia e Ciências Afins. *Arquivo do Conselho das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: Inventário*. 3ed. rev. ampl., Rio de Janeiro: MAST, 2012.

MUSEU de Astronomia e Ciências Afins. *Arquivo Amoroso Costa: inventário sumário*. Rio de Janeiro: MAST, 1995a.

\_\_\_\_\_. *Arquivo Henrique Morize: inventário sumário*. Rio de Janeiro: MAST, 1995b.

\_\_\_\_\_. *Arquivo Lélío Gama: inventário sumário*. Rio de Janeiro: MAST, 1988.

MUSEU Paraense Emílio Goeldi. *Brasiliana*. Centros e museus. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. Consultado em 17 de dezembro de 2022.

NARANJO, Luis Germán; NARANJO, Santiago. *Leo E. Muller, naturalista incógnito*. Medellín/COL: Sociedade Antioquenha de Ornitologia, 2013.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1870.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

OLIVEIRA, A. J. A história do eclipse de Sobral (CE) que comprovou a Teoria da Relatividade. *Revista Galileu*, 25 out. 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2018/10/historia-do-eclipse-de-sobral-ce-que-comprovou-teoria-da-relatividade.html>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PAIM, A. A busca de um modelo universitário. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). *Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982.

PAIXÃO, Cláudia Miriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)*. 2008. (Dissertação de Mestrado em História Social), Rio de Janeiro: UFF, 2008.

PAULINYI, Erno I. *Esboço Histórico da Academia Brasileira de Ciências*. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1981.

PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PODGORNY, Irina; LOPES, Maria Margaret. El desierto em una vitrina: museu e história natural na Argentina (1810-1890). México: Limusa, 2009. *Revista Brasileira de História*, 29 (57), jun. 2009.

RÉMOND, René. Do político. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICARDO, Cassiano. *O Estado Novo e seu sentido bandeirante*. In *Cultura Política – Revista mensal de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro, ano 1, vol. 1, março de 1941.

ROOSEVELT, Theodore. *Nas selvas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Rondônia*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 7ª edição: 2005. (1ª edição: 1917).

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão*. Médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SÁ, Magali Romero; et al. *As Ciências na História das relações Brasil – EUA*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2020.

SÁ, et al. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

SANTOS, Araci Alves. *Terra encantada – A ciência na Exposição do Centenário da Independência do Brasil*. 2010. (Dissertação de mestrado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. Um antropólogo no museu: Edgar Roquette-Pinto e o exercício da antropologia no Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Horizontes Antropológicos*, n. 25, Porto Alegre: UFRGS, 2019.

SCHAWRCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Companhia Editora Nacional/Finep, 1979.

STEPAN, Nancy Leys. *Gênese e evolução da ciência brasileira*. Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. Porto Alegre: Scipione, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista da USP*, n.30, p.108-119, São Paulo: EDUSP, jun./ago. 1996.

SILVA, Hélio. *1942 - Guerra no Continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. *Sociologias*, n. 13, 2005.

\_\_\_\_\_. Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero. *Revista de História Regional*, v. 9, n.1, Ponta Grossa/PR: UEPG, p. 9-30, 2004.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Retratos da nação: os 'tipos antropológicos' do Brasil nos estudos de Edgard Roquette-Pinto, 1910-1920. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

TÁVORA, Juarez. *Uma Vida e Muitas Lutas - Memórias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1974.

TEIXEIRA, Karoline Viana. Comissão Científica de Exploração: uma experiência de transição no fazer científico brasileiro. *Cadernos de História da Ciência do Instituto Butantã*, v. 9, São Paulo, 2013.

VICK, Brian E. *The Congress of Vienna: Power and Politics after Napoleon*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

VIEIRA, Marina Cavalcante. A Exposição Antropológica Brasileira de 1882 e a exibição de índios botocudos: performances de primeiro contato em um caso de zoológico humano brasileiro. *Horizontes Antropológicos*, ano 25, n. 53, Porto Alegre, 2019.

VIVIAN, Viviane Santos. *As duas CSNs: uma análise dos efeitos da privatização na Companhia Siderúrgica Nacional*. (Monografia em Economia), Pontifícia Universidade Católica: Rio de Janeiro, 2002.

WELFORT, Francisco. *Classes populares e política: contribuição do estudo do populismo*. (Tese de doutorado em História). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1968.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. A história do campo acadêmico do rádio no Brasil: registros referenciais para uma proposta de roteiro de percurso. In: \_\_\_\_\_; LOPEZ, Debora; KISCHINHEVSKY, Marcelo (org.). *Estudos Radiofônicos no Brasil 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom*. São Paulo: INTERCOM, 2016.

## ANEXO A - Cientistas e suas procedências

	NOME	FORMAÇÃO	ANO	ÁREA DE PESQUISA	VINCULAÇÃO PROFISSIONAL
1	AFONSO MARTINS PENHA	VETERINÁRIA /Fac. de Med. Vet. de Pouso Alegre/MG	1921	BACTERIOLOGIA	INSTITUTO OSWALDO CRUZ/ Instituto Biológico de São Paulo
2	AMILCAR VIANA MARTINS	MEDICINA/MG	1929	PARASITOLOGIA	UFMG
3	AVELINO IGNÁCIO DE OLIVEIRA	ENGENHARIA/OP-MG	1916	GEOLOGIA	DNPM
4	ARISTIDES PACHECO LEÃO	MEDICINA/HAVARD	ND	FÍSICA BIOLÓGICA	FAC. MED./RJ
5	ADALBERTO DE M. DE OLIVEIRA	ENGENHARIA/BÉLGICA	1908	ELETRICIDADE	POLITÉCNICA-RJ
6	ADOLPHO LUTZ	MEDICINA/SUIÇA	1879	MEDIC. TROPICAL	INST. BACTERIOLOGIA/SP
7	AFFONSO TAUNAY	ENGENHARIA/RJ	1900	QUÍMICA /FÍSICA	POLITÉCNICA-SP
8	AFRANIO PEIXOTO	MEDICINA/BA	1897	MEDIC. LEGAL	FAC. DIREITO/RJ
9	AFRANIO AMARAL	MEDICINA /RJ	1924	MEDIC. TROPICAL	INST. BUTANTÃ
10	ALBERTO BETIM PAES LEME	MINERALOGIA/École des Mines-FR.	1906	MINERALOGIA	MUSEU NACIONAL
11	ALBERTO SAMPAIO	MEDICINA /RJ	ND	BOTÂNICA	MUSEU NACIONAL
12	ALÍPIO DE MIRANDA RIBEIRO	MEDICINA/RJ - INC.	ND	NATURALISTA	MUSEU NACIONAL
13	ALLYRIO HUGUENEY DE MATTOS	ENGENHARIA/RJ	1913	ASTRONOMIA	OBSERVATÓRIO NACIONAL/ POLITÉCNICA-RJ
14	ÁLVARO OSÓRIO DE ALMEIDA	MEDICINA/RJ	1905	FISIOLOGIA	FAC. MEDIC. DO RJ
15	ALVARO ALBERTO DA MOTTA E SILVA	ENGENHARIA/POLI-RJ	1915	QUÍMICA	ESCOLA NAVAL/RJ
16	AMILCAR VIANA MARTINS	MEDICINA/MG	1929	ZOÓLOGO	INSTITUTO OSWALDO CRUZ/MG
17	ANGELO MOREIRA DA COSTA LIMA	MEDICINA/NI-RJ	ND	ENTOMOLOGIA	INST. OSWALDO CRUZ/ESC. DE AGRIC.E VETE./RJ
18	ANTÔNIO CARDOSOS FONTES	MEDICINA/RJ	1902	MICROBIOLOGIA	INSTITUTO OSWALDO CRUZ
19	ARTHUR ALEXANDRE MOSES	MEDICINA/RJ	1908	MICROBIOLOGIA	MIN. AGRIC.
20	ARTUR NEIVA	MEDICINA/RJ	1903	ENTOMOLOGIA	INSTITUTO OSWALDO CRUZ/ MUSEU NACIONAL
21	BERTHA LUTZ	CIÊNCIAS NATURAIS/SORBONNE	1918	ZOOLOGIA	MUSEU NACIONAL
22	BRUNO ALVARES DA SILVA LOBO	MEDICINA/RJ	ND	ENTEMOLOGIA	MUSEU NACIONAL
	NOME	FORMAÇÃO	ANO	ÁREA DE PESQUISA	VINCULAÇÃO PROFISSIONAL
23	CANDIDO DE MELLO-LEITÃO	MEDICINA/ND	ND	ENTOMOLOGIA	MUSEU NACIONAL
24	CARLOS CHAGAS	MEDICINA/RJ	1903	BACTERIOLOGIA	INSTITUTO OSWALDO CRUZ

25	DJALMA GUIMARÃES	ENGENHARIA/ Escola de Minas de Ouro Preto	1919	GEOLOGIA	SGMB
26	FRANCISCO JOÃO HUMBERTO MAFFEI	ENGENHARIA/POLI-SP	1920	BIOQUÍMICA	POLI-SP/IPT
27	FRANCISCO MAGALHÃES GOMES	ENGENHARIA/Escola de Minas de Ouro Preto	1928	FÍSICA	UFMG
28	EDGAR ROQUETTE-PINTO	MEDICINA/RJ	1905	ANTROPOLOGIA	MUSEU NACIONAL
29	EDUARDO RABELO	MEDICINA/RJ	1903	RADIOLOGIA	FAC. DE MEDICINA/RJ
30	ERNESTO LOPES DA FONSECA COSTA	ENGENHARIA/RJ	1911	METALURGIA	POLITÉCNICA-RJ
31	EUGÊNIO RAJA GABAGLIA	ENGENHARIA/RJ	1895	MATEMÁTICA	PEDRO II/ POLITÉCNICA-RJ
32	EUZÉBIO PAULO DE OLIVEIRA	ENGENHARIA/ Escola de Minas de Ouro Preto	1905	GEOLOGIA	Serv. Geológico e Mineralógico do Brasil/DNPM
33	EVERALDO BACKHEUSER	ENGENHARIA/RJ	1895	GEOLOGIA	POLITÉCNICA-RJ
34	FRANCISCO DE CASTRO ARAÚJO	MEDICINA/RJ	1912	OBSTETRÍCIA	FAC. DE MED./RJ
35	FRANCISCO MAGALHÃES GOMES	ENGENHARIA/ Escola de Minas de Ouro Preto	1928	FÍSICA	INST. DE PESQ, RADIOATIVAS DE BH/MG
36	FERDINANDO LABORIAU	ENGENHARIA/POLI-RJ	1915	METALURGIA	POLITÉCNICA-RJ
37	HENRIQUE BEAUREPAIRE ARAGÃO	MEDICINA/RJ	1904	MED. TROPICAL	INSTITUTO OSWALDO CRUZ
38	HENRIQUE CHARLES MORIZE	ENGENHARIA/RJ	1900	ASTRONOMIA	POLITÉCNICA-RJ / OBSERVATÓRIO NACIONAL
39	HENRIQUE ROCHA LIMA	MEDICINA/RJ	1905	BACTERIOLOGIA	INSTITUTO OSWALDO CRUZ
40	IGNÁCIO MANOEL AZEVEDO DO AMARAL	Curso de águas marinhas/Esc. Naval	1990		POLITÉCNICA-RJ
41	JULIO CEZAR DIOGO	MEDICINA/RJ	1903	NATURALISTA	MUSEU NACIONAL
42	JOAQUIM ALMEIDA LISBOA	ENGENHARIA /RJ	1899	ÁLGEBRA	COL. PEDRO II
43	JOAQUIM CÂNDIDO COSTA SENNA	ENGENHARIA/ Escola de Minas de Ouro Preto	1880	MINERALOGIA	ESCOLA DE MINAS-MG
44	JOAQUIM DA COSTA RIBEIRO	ENGENHARIA/RJ	1928	FÍSICA NUCLEAR	UNIV. DO BRASIL - CBPF
45	JOSÉ GOMES DE FARIA	MEDICINA/RJ	1908	HELMINTOLOGIA	INSTITUTO OSWALDO CRUZ/ESC. NAC. DE QUÍMICA
46	JOSÉ PANTOJA LEITE	ENGENHARIA/RJ	1904	ELETRICIDADE	POLITÉCNICA-RJ
47	JULIANO MOREIRA	MEDICINA/BA	1891	PSIQUIATRIA	Hospício Nacional dos Alienados
48	LAURO PEREIRA TRAVASSOS	MEDICINA/RJ	1913	PARASITOLOGIA	INSTITUTO OSWALDO CRUZ/DNPA
	<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>ANO</b>	<b>ÁREA DE PESQUISA</b>	<b>VINCULAÇÃO PROFISSIONAL</b>
49	LÉLIO ITAPUAMBYRA GAMA	ENGENHARIA/POLI-RJ	1916	ASTRONOMIA	OBSERVATÓRIO NACIONAL
50	LICÍNIO ATHANÁSIO CARDOSO	MEDICINA/RJ	1889	HOMEOPATIA/MAT.	POLITÉCNICA-RJ

51	Luiz Cintra do Prado	ENGENHARIA/SP	1926	FÍSICA	POLITÉCNICA-SP/USP
52	LUIS FLORES DE MORAES REGO	ENGENHARIA/ Escola de Minas de Ouro Preto	1917	GEOLOGIA	POLITÉCNICA-SP
53	MANUEL AMOROSO COSTA	ENGENHARIA/RJ	1906	ASTRONOMIA	POLITÉCNICA-RJ
54	MANUEL BONFIM	MEDICINA/RJ	1890	PSICOLOGIA	ND
55	MÁRIO DA SILVA PINTO	ENGENHARIA/POLI-RJ	1927	GEOLOGIA	DNPM
56	MARIO PAULO DE BRITO	ENGENHARIA /RJ	1913	FISICA	POLITÉCNICA-RJ
57	MIGUEL ARROJADO LISBOA	ENGENHARIA/ Escola de Minas de Ouro Preto	1894	GEOLOGIA	ND
58	MIGUEL OSÓRIO DE ALMEIDA	MEDICINA/RJ	1911	NEUROLOGIA	ESC. SUP. DE AGRIC./ INSTITUO OSWALDO CRUZ
59	NISE DA SILVEIRA	MEDICINA/BA	1926	PSIQUIATRIA	CENTRO PSIQUIÁTRICO PEDRO II
60	OLYMPIO RIBEIRO DA FONSECA	MEDICINA/RJ	1915	PARASITÓLOGO	UB
61	OTTO GUILHERME BIER	MEDICINA/RJ	1928	IMUNOLOGIA	Esc. Paulista de Medicina (EPM)
62	OTHON HENRY LEONARDOS	ENGENHARIA/POLI-RJ	1917	GEOLOGIA	UNIV. DO BRASIL/ MUSEU NACIONAL
63	OSWALDO CRUZ	MEDICINA/RJ	1892	MICROBIOLOGIA	INSTITUTO OSWALDO CRUZ
64	PANDIÁ CALÓGERAS	ENGENHARIA/ Escola de Minas de Ouro Preto	1890	GEOLOGIA	ND
65	PAULO PARREIRAS HORTA	MEDICINA/RJ	1905	MICROBIOLOGIA	INSTITUTO OSWALDO CRUZ
66	PAULO SAWAYA	MEDICINA/SP	1928	ZOOLOGIA	USP
67	PIRAJÁ DA SILVA	MEDICINA/BA	1896	PARASITOLOGIA	INSTITUTO BUTANTÃ
68	RODOLPHO VON IHERING	CIÊNCIAS E LETRAS/SP	1901	ZOOLOGIA	FAC. MEDICINA/SP
69	SEBASTIÃO SODRÉ DA GAMA	ENGENHARIA/RJ	1906	MATEMÁTICA	OBSERVATÓRIO NACIONAL
70	TEODORO RAMOS	ENGENHARIA/POLI-RJ	1916	MATEMÁTICA	POLITÉCNICA-SP
71	JOSÉ CARNEIRO FELIPE	ENGENHARIA/ Escola de Minas de Ouro Preto	1908	INFRAESTRUTURA	INSTITUTO OSWALDO CRUZ/ POLITÉCNICA-RJ
72	VITAL BRASIL	MEDICINA/RJ	1891	BACTERIOLOGIA	INST. BACTERIOLÓGICO DE SP /INST. BUTANTÃ

**ANEXO B - Composição inicial do CFE**

<b>Composição inicial do CFE</b>	
<b>1</b>	Um assistente-chefe do Instituto de Biologia Vegetal (especialista em Botânica);
<b>2</b>	Um assistente-chefe do Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil (especialista em Ecologia, Mineralogia e Paleontologia);
<b>3</b>	Um representante do Departamento Nacional da Produção Animal;
<b>4</b>	Um representante do Museu Nacional;
<b>5</b>	Um representante do Museu Histórico Nacional;
<b>6</b>	Um representante da Escola Nacional de Belas Artes;
<b>7</b>	Um representante do Serviço Geográfico Militar.

O Conselho, no início, era composto por sete membros<sup>193</sup>, designados pelo Ministro da Agricultura:

---

<sup>193</sup>O regulamento original do CFEACB sofreu diversas modificações ao longo da sua existência, principalmente em torno da sua composição. Para uma análise mais pormenorizada dessa legislação, ver GRUPIONI, 1998.

**ANEXO C - Composição do CFE em 1939**

<b>Composição do CFE em 1939</b>	
1	Um representante do Instituto de Biologia Vegetal;
2	Um representante do Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil;
3	Um representante do Departamento Nacional da Produção Animal;
4	Um representante do Museu Nacional;
5	Um representante da Escola Nacional de Belas Artes;
6	Um representante do Serviço Geográfico Militar.

Em 27 de junho de 1939, através do Decreto 4.450 passou a ser constituído por 6 membros<sup>194</sup>.

---

<sup>194</sup>O regulamento original do CFEACB sofreu diversas modificações ao longo da sua existência, principalmente em torno da sua composição. Para uma análise mais pormenorizada dessa legislação, ver GRUPIONI, 1998.

**ANEXO D - Composição do CFE em 1941**

<b>Composição do CFE em 1941</b>	
<b>1</b>	Um diretor do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura;
<b>2</b>	Um representante do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura;
<b>3</b>	Um representante do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura;
<b>4</b>	Um representante do Museu Nacional, do Ministério da Educação e Cultura;
<b>5</b>	Um representante do Museu Histórico Nacional;
<b>6</b>	Um representante da Escola Nacional de Belas Artes, do Ministério da Educação e Cultura;
<b>7</b>	Um representante do Serviço Geográfico e Histórico Militar do Exército;
<b>8</b>	Um representante do Ministério das Relações Exteriores;
<b>9</b>	Um representante do Ministério da Fazenda.

Em 1941, a constituição do Conselho sofreu outra alteração, passando a ser constituído por nove membros, de acordo com o Decreto 6.734, de 21 de janeiro<sup>195</sup>:

---

<sup>195</sup> Fonte: Estatutos do CFEACB – 1934-1945. As modificações no regulamento do Conselho podem ser pesquisadas através dos dossiês CFE.T.1.01 e CFE.T.1.02. Arquivo CFE/Acervo do Arquivo de História das Ciências do MAST.

## ANEXO E - Expedições de Curt Nimuendajú

Ano	Localidade visitada e patrocinador da expedição	Etnia Indígena
1905/08	Oeste de S. Paulo	Guaraní, Kaingang
1909	Oeste de S. Paulo, Sul de Mato-Grosso (Museu Paulista)	Guaraní, Kaingang. Opayé, Oti, Tereno
1910	Oeste de S. Paulo (Serviço de Proteção aos índios)	Guaraní, Kaingang
1911	Oeste e litoral de S. Paulo (S. P. I.)	Guaraní, Kaingang.
1912	Oeste e litoral de S. Paulo (S. P. I.)	Guaraní, Kaingang, Kaiguã.
1912	Tibagí, Ivaí (SPI.)	Kaingang
1913	Sul de Mato-Grosso (S. P. I.)	Opayé, Guaraní, Kaiguã.
1914-15	Gurupí (S. P. I)	Tembé, Timbira, Urubú.
1915	Parú, Jarí, Maracá	Aparáí
1915-16	Missão S. Antonio do Prata	Tembé
1916-19	Xingú, Irirí, Curuá	Yuruna, Chipaya, Arara, Kayapó.
1920/1921 1922/1923	Litoral do Pará / Oiapock/Madeira (SPI)	Parintintin, Mura, Pirahã, Tom, Matanawí.
1922	Marajó (Göteborgs Museum) - Escavações	
1923	Tapajoz, Mariacuã (Göteborgs Museum) – Escavações. Guayana, Marajó, Caviana(Göteborgs Museum) – Escavações.	Maués
1924-25	Tapajoz, Trombetas, Jamundá, Caviana (Götb. Mus.) - Escavações	
1925	Oyapock( Götb. Mus.) - escavações	Palikur, Índios do Uaçá.
1926	Afluentes do Amazonas, Madeira, Autaz (Götb. Mus.) / Tocantins (Götb. Mus.) - Escavações.	Mura, Mundurukú
1927	Rio Negro, Içana, Uaupés (Museu de Gotemburgo)	Baniwa, Wanana, Tariana, Tukano, Makú, etc.
1928	Tapajoz – Escavações	
1928/1929	Maranhão, Goiaz (Mus. Hamburg, Dresden, Leipzig)	Apinayé, Canella, Krikati, Krepúmkateyé, Pukóbye, Guajajara.
1929	Solimões	Tukuna
1930	Tocantins, Maranhão (Mus. Dresden/Leipzig)	Apinayé, Cherente, Krahó,

		Canella
1931	Tocantins, Maranhão	Apinayé, Canella
1932	Tocantins, Tapajós, Manaus	Apinayé
1933	Maranhão (Carnegie Inst.)	Canella
1934	Pernambuco (Carnegie Inst.)	Fulnió, Chukurú.
1935	Maranhão (Univ. Califórnia)	Canella
1936	Maranhão (Univ. Callfórnia)	Gamella, Canella
1937	Tocantins (Univ. Califórnia)	Apinayé, Cherente
1938.39	Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo (Univ. Columbia)	Patacho, Kamakã, Machakari, Botocudos.
1940	Xingú, Araguaia	Górotire, Kayapo do Arraias
1941-42	Solimões (Mus. Paraense)	Tukuna
1945	Solimões (Mus. Nacional de Rio de Janeiro)	Tukuna

Obs. Onde não há indicação entre parênteses, viagem e trabalhos foram custeados pelo próprio pesquisador, segundo o autor do texto. Lista extraída do artigo *Curt Nimuendajú*, de Herbert Baldus, para o *Boletim Bibliográfico* da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, São Paulo, v. 8, 1946.